

Re: Diligência - PE 021/22 - DPGERJ

De : licitacao@multiplyservicos.com.br

qui., 10 de nov. de 2022 13:05

Assunto : Re: Diligência - PE 021/22 - DPGERJ

📎 6 anexos

Para : Adriano Ribeiro Braganca <adriano.braganca@defensoria.rj.def.br>

Cc : NÚCLEO DE LICITAÇÕES <nulic@defensoria.rj.def.br>

Ref.: Processo E-20/001.007269/2022 . Licitação por Pregão Eletrônico DPRJ Nº 021/22 , referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO DIÁRIA COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS.

Prezados Sr. Adriano Ribeiro,

Conforme solicitado segue em anexo proposta reajustada com a inclusão dos custos referentes aos serviços extraordinários, assim como o envio das Convenções coletivas utilizadas.

Atenciosamente,


MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO


TEL: (21) 97207-7416


Citando Adriano Ribeiro Braganca <adriano.braganca@defensoria.rj.def.br>:


> Ref.: Processo E-20/001.007269/2022 . Licitação por Pregão
> Eletrônico DPRJ Nº 021/22 , referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
> ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA,
> ASSEIO E CONSERVAÇÃO DIÁRIA COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA,
> MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS.
>
>
>
>
> O Pregoeiro nos termos do art. 43, § 3º da Lei 8666/93, resolve
> baixar diligência para fins de esclarecimento dos seguintes pontos:
>
>
>
> 1. Solicito que seja enviada a Convenção Coletiva utilizada para
> formação da planilha de preços;
> 2. Conforme item 3.4 do termo de referência, solicito informar
> onde constam os custos referentes ao serviço extraordinário na
> planilha de preços.
>
>
>
> O prazo para resposta é até o dia 11/11/2022.
>
>


>
>
> Favor, confirmar recebimento.
>
> Att,
>
> Adriano Ribeiro Bragança
> Coordenador de Licitações
> Defensoria Pública do Estado do RJ
> (21) 99763-9451

 **CCT_SEAC_RJ_2022-2023_CAMPOS E MACAE.pdf**
959 KB

 **CCT_SEAC_RJ_2022-2023_NORTE FLUMINENSE.pdf**
702 KB

 **CCT_SEAC ADM_RJ_2022-2023_SUL FLUMINENSE.pdf**
745 KB

 **CCT_SEAC_RJ_2022-2023_CAPITAL_0618.pdf**
849 KB

 **CCT_SEAC_RJ_2022-2023_NITEROI - MARICA.pdf**
712 KB

 **PROPOSTA_DPGE_PE_21-2022_PÓS_REAJUSTADA_DIGITALIZADA.pdf**
2 MB

ANEXO II

PROPOSTA DETALHE

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL		PROPOSTA DETALHE		ANEXO II					
				Licitação por Pregão Eletrônico nº 21/2022 A Realizar-se em 18/10/2022 - 11:02 h Requisição nº PES 0073/2022 Processo nº E-20/001.007269/2022					
A firma ao lado mencionada propões fornecer à DPRJ, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do EDITAL nº 21/2022				Carimbo da firma <div style="text-align: center;"> MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01 VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI CEP. 25.561-170 RIO DE JANEIRO - RJ </div>					
ITEM	NÚMERO DE ESTOQUE (ID SIGA)	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	MARCA	PREÇO COM ICMS (R\$)		PREÇO SEM ICMS (R\$)	
						UNIT.	TOTAL	UNIT.	TOTAL
1	7.140.010.001 (ID - 52589)	LIMPEZA PREDIAL, SERVIÇO: EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA, ASSEIO, CONSERVAÇÃO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA VALOR MENSAL TOTAL POR EXTENSO: Oitocentos e sessenta e nove mil, duzentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos. VALOR ANUAL TOTAL POR EXTENSO: Dez milhões, quatrocentos e trinta mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais.	SERV	1				R\$ 869.221,25	R\$ 10.430.655,00
Observações: 1ª A PROPOSTA DETALHE deverá: - ser preenchida integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras; - conter os preços em algarismos e por extenso, por unidade, já incluídas todas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais. 2ª - O proponente se obrigará mediante o envio da PROPOSTA DE DETALHE, cumprir os termos nela contidos. 3ª - As duas primeiras vias da PROPOSTA DETALHE deverão ser devolvidas a este órgão, até a hora e data marcadas em envelope fechado, com indicação do seu número e data de encerramento. 4ª - A licitação mediante PROPOSTA DETALHE poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.				Prazo de entrega: De acordo com o Termo de Referência Validade da proposta - Detalhe: preços válidos por 60 (sessenta) dias úteis. Local de entrega/execução: conforme o Termo de Referência. Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente. Em 07/11/2022 Firma Proponente: MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EIRELI 04.312.370/0001-15 E-mail: licitacao@multiplyservicos.com.br CNPJ: Tel: (21) 3486-0508					
Data 07/11/2022				<div style="text-align: center;"> João Fátima de Souza Sócio RG 213995350 DIC/RJ CPF 111.548.607-10 </div>					

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL		PROPOSTA DETALHE							
				Licitação por Pregão Eletrônico nº 21/2022 A Realizar-se em 18/10/2022 - 11:02 h Requisição nº PES 0073/2022 Processo nº E-20/001.007269/2022					
				Carimbo da firma					
				<div style="text-align: center;"> <p>MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA AV. AUTOMOVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01 VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI CEP. 25.561-170 RIO DE JANEIRO - RJ</p> </div>					
A firma ao lado mencionada propões fornecer à DPRJ, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do EDITAL nº 21/2022									
ITEM	NÚMERO DE ESTOQUE (ID SIGA)	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	MARCA	PREÇO COM ICMS		PREÇO SEM ICMS (R\$)	
						UNIT.	TOTAL	UNIT.	TOTAL
	7.140.010.001 (ID - 52589)	DADOS BANCÁRIOS /LICITANTE: Banco Santander Ag. 0787 Conta Corrente nº: 13001432-6 INFORMAÇÕES PARA FATURAMENTO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – DPRJ CNPJ: 31.443.526/0001-70 INSC. ESTADUAL: ISENT0 END: Av. Marechal Câmara, 314 – Centro/RJ CEP: 20.020-080.						R\$ 869.221,25	R\$ 10.430.655,00
Data 07/11/2022			<p>Sócio RG 213995350 DIC/RJ CPF 111.548.607-10</p>						

ANEXO A1 PLANILHA COM ESTIMATIVA DE METRAGEM E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS
Relação de Postos

ÓRGÃOS	REGIÃO	Postos	ESTIMATIVA DE METRAGEM m ²	Preço Unitário	Preço Mensal
Sede ¹ / Diretoria de Engenharia/ Nucapp	Capital	15	1404 m ² , 810m ² , 810m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 55.935,15
Menezes Cortes ¹	Capital	21	6015 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 78.309,21
Câmaras Cíveis	Capital	2	841 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 7.458,02
Câmaras Criminais 7 de Setembro	Capital	4	1720 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 14.916,04
NUDEDH	Capital	2	416 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 7.458,02
NUDEM / Curadoria Especial	Capital	1	273 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
NUSPEN	Capital	2	410 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 7.458,02
Mediação (Leblon)	Capital	1	83,49m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
DP Infância Capital	Capital	1	80 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Imóvel Rua México n.11	Capital	1	416 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Bangu	Capital	3	536 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 11.187,03
Barra da Tijuca	Capital	2	423 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 7.458,02
Campo Grande	Capital	5	840 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 18.645,05
Ilha do Governador	Capital	1	183 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Jacarepaguá / Taquara	Capital	4	950 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 14.916,04
Leopoldina /Olaria / Ramos	Capital	3	195 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 11.187,03
Madureira	Capital	1	172 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Meier	Capital	5	1500 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 18.645,05
Pavuna	Capital	1	67,93 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Santa Cruz	Capital	2	660 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 7.458,02
Anchieta	Capital	1	120 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Botafogo	Capital	1	34,39m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Irajá	Capital	1	37 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Pilares	Capital	1	58 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Rocinha	Capital	1	25,53 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
São Cristóvão	Capital	2	156 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 7.458,02
Mangureira / Fóruns capital	Capital	1	19,46 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Vila Isabel	Capital	1	286 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Justiça Itinerante	Capital	1	-	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Rocha - galpão	Capital	1		R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
DP Infância Infracional - Santo Cristo	Capital	1		R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Prédio 271 - 7º andar	Capital	1		R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Fórum Capital	Capital	1		R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Belford Roxo	1ª Região	2	116 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 7.458,02
Duque de Caxias	1ª Região	7	740 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 26.103,07
Japeri	1ª Região	1	29,05 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Mesquita	1ª Região	1	30 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Nilópolis	1ª Região	2	250,30 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 7.458,02
Nova Iguaçu	1ª Região	4	243,17 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 14.916,04
Queimados	1ª Região	2	62,14 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 7.458,02
São João de Meriti	1ª Região	4	194 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 14.916,04
Alcântara	2ª Região	2	214 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 7.458,02
Itaboraí	2ª Região	2	238 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 7.458,02

Magé	2ª Região	2	45,85 m ²	R\$	3.649,79	R\$	7.299,58
Magé - Vila Inhomirim	2ª Região	1	42,66 m ²	R\$	3.649,79	R\$	3.649,79
Niterói	2ª Região	3	373 m ²	R\$	3.729,01	R\$	11.187,03
Depósito de Niterói	2ª Região	1	240 m ²	R\$	3.729,01	R\$	3.729,01
Guapimirim	2ª Região	1	22,60 m ²	R\$	3.649,79	R\$	3.649,79
São Gonçalo (Travessa Judith)	2ª Região	3	213 m ²	R\$	3.729,01	R\$	11.187,03
São Gonçalo (Francisco Portela)	2ª Região	2	211 m ²	R\$	3.729,01	R\$	7.458,02
Pendotiba	2ª Região	1	131 m ²	R\$	3.729,01	R\$	3.729,01
Niterói - Região Oceânica	2ª Região	1	162 m ²	R\$	3.729,01	R\$	3.729,01
Niterói - Ed. Secretarias	2ª Região	1		R\$	3.729,01	R\$	3.729,01
Niterói - Fórum	2ª Região	1		R\$	3.729,01	R\$	3.729,01
Araruama	3ª Região	2	330 m ²	R\$	3.649,79	R\$	7.299,58
Armação de Búzios	3ª Região	1	247 m ²	R\$	3.729,01	R\$	3.729,01
Arraial do Cabo	3ª Região	1	64 m ²	R\$	3.729,01	R\$	3.729,01
Cabo Frio	3ª Região	3	145m ²	R\$	3.729,01	R\$	11.187,03
Casimiro de Abreu	3ª Região	1	44,19 m ²	R\$	3.729,01	R\$	3.729,01
Rio das Ostras	3ª Região	2	46 m ²	R\$	3.649,79	R\$	7.299,58
Iguaba Grande	3ª Região	1	64 m ²	R\$	3.729,01	R\$	3.729,01
São Pedro da Aldeia	3ª Região	1	65,73m ²	R\$	3.729,01	R\$	3.729,01
Maricá	3ª Região	2	630 m ²	R\$	3.649,79	R\$	7.299,58
Rio Bonito	3ª Região	1	49,20 m ²	R\$	3.729,01	R\$	3.729,01
Silva Jardim	3ª Região	1	96,04m ²	R\$	3.649,79	R\$	3.649,79
Squarema	3ª Região	1	225 m ²	R\$	3.729,01	R\$	3.729,01
Porto Real Quatis	4ª Região	1	84 m ²	R\$	3.729,01	R\$	3.729,01
Resende	4ª Região	2	160 m ²	R\$	3.649,79	R\$	7.299,58
Itatiaia	4ª Região	1	117m ²	R\$	3.729,01	R\$	3.729,01
Barra Mansa	4ª Região	2	261 m ²	R\$	3.729,01	R\$	7.458,02
Piraí	4ª Região	1	209 m ²	R\$	3.729,01	R\$	3.729,01
Pinheiral	4ª Região	1	18,18 m ²	R\$	3.611,43	R\$	3.611,43
Volta Redonda	4ª Região	2	273 m ²	R\$	3.729,01	R\$	7.458,02
Rio Claro	4ª Região	1	45,95m ²	R\$	3.611,43	R\$	3.611,43
Cantagalo	5ª Região	1	372 m ²	R\$	3.729,01	R\$	3.729,01
Cordeiro	5ª Região	1	37,13 m ²	R\$	3.729,01	R\$	3.729,01
Cachoeiras de Macacu	5ª Região	1	132 m ²	R\$	3.729,01	R\$	3.729,01
Duas Barras	5ª Região	1	145 m ²	R\$	3.729,01	R\$	3.729,01
Bom Jardim	5ª Região	1	54m ²	R\$	3.649,79	R\$	3.649,79
Nova Friburgo	5ª Região	3	67 m ² / 440 m ² /298 m ²	R\$	3.649,79	R\$	10.949,37
Santa Maria Madalena	5ª Região	1	137 m ²	R\$	3.611,43	R\$	3.611,43
Trajano de Moraes e São Sebastião do Alto	5ª Região	1	10,97 m ² e 68 m ²	R\$	3.729,01	R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
 AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
 VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
 CEP. 25.561-170
 RIO DE JANEIRO - RJ

Itaipava	6ª Região	1	71,79 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Itaipava - Fórum	6ª Região	1		R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Petrópolis	6ª Região	3	151,69 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 11.187,03
Três Rios	6ª Região	2	250,91m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 7.458,02
Paraíba do Sul	6ª Região	1	195 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Paty do Alferes	6ª Região	1	26 m ² e 99,62 m ²	R\$ 3.611,43	R\$ 3.611,43
Miguel Pereira	6ª Região	1		R\$ 3.611,43	R\$ 3.611,43
Bom Jesus do Itabapoana	7ª Região	1	63,54 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
São Fidélis	7ª Região	1	34,37 m ² e 45,10 m ²	R\$ 3.611,43	R\$ 3.611,43
Itaperuna e Italva/ Cardoso Moreira	7ª Região	3	178,08 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 11.187,03
Miracema	7ª Região	1	10,94 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Natividade e Porciúncula	7ª Região	1	29,86 m ² 11 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Santo Antônio de Pádua	7ª Região	1	89,44 m ²	R\$ 3.611,43	R\$ 3.611,43
Itaocara	7ª Região	1	108,64m ²	R\$ 3.688,97	R\$ 3.688,97
Cambuci	7ª Região	1	34,37m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Laje do Muriaé	7ª Região	1		R\$ 3.611,43	R\$ 3.611,43
Italva	7ª Região	1		R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Natividade	7ª Região	1	29,86m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Conceição de Macabu	8ª Região	1	77,19 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Macaé	8ª Região	2	335 m ²	R\$ 3.611,43	R\$ 7.222,86
Quissamã	8ª Região	1	35,83 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Carapebus	8ª Região	1		R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Angra dos Reis	9ª Região	3	513,85m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 11.187,03
Itaguaí	9ª Região	2	87,89 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 7.458,02
Mangaratiba	9ª Região	1	87m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Paraty	9ª Região	1	12,20 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Seropédica	9ª Região	1	104,59 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Barra do Piraí	10ª Região	2	Juizados 49,71 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 7.458,02
Valença	10ª Região	1	11 m ² e 11,74m ²	R\$ 3.649,79	R\$ 3.649,79
Paracambi	10ª Região	1	11 m ² e 38 m ²	R\$ 3.611,43	R\$ 3.611,43
Vassouras	10ª Região	1	45,60 m ² e 37 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Rio das Flores	10ª Região	1	11,74m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Engenheiro Paulo de Frontin	10ª Região	1	11m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Mendes	10ª Região	1		R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Terresópolis	11ª Região	4		R\$ 3.729,01	R\$ 14.916,04
São José do Vale do Rio Preto	11ª Região	1	24 m ² e 39 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Sapucaia	11ª Região	1		R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Sumidouro	11ª Região	1	150,56 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Carmo	11ª Região	1	90,27 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
Campos Goytacazes	12ª Região	4	264 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 14.916,04
São João da Barra	12ª Região	1	19 m ²	R\$ 3.630,51	R\$ 3.630,51
São Francisco de Itabapoana	12ª Região	1	55 m ²	R\$ 3.729,01	R\$ 3.729,01
TOTAL		231			R\$ 858.543,43
Posto de Encarregado					
Sede Administrativa	Capital	1		R\$ 4.381,68	R\$ 4.381,68
Menezes Cortes	Capital	1		R\$ 5.053,14	R\$ 5.053,14
TOTAL		2			R\$ 9.434,82

PLANILHA RESUMO
UNIDADES + HORAS EXTRAORDINARIAS

VALOR MENSAL DAS UNIDADES	R\$	867.978,25
VALOR MENSAL DAS UNIDADES	R\$	10.415.739,00

ASG - HORAS EXTRAORDINÁRIAS	R\$	124,30
QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS POR DIA		5
ESTIMATIVA DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS POR MÊS		2
VALOR MENSAL DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS	R\$	1.243,00
VALOR ANUAL DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS	R\$	14.916,00

VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS	R\$	869.221,25
VALOR TOTAL DO SERVIÇOS	R\$	10.430.655,00

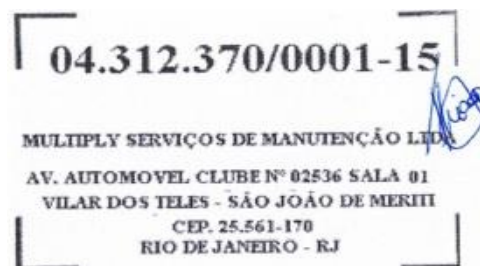
04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



ANEXO B - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E CONSERVAÇÃO DA DP/RJPLANILHA
FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS DOS MATERIAIS PARA LIMPEZA*

Material de Limpeza	Unidade	Qtde.	Valor Unitário	Valor Mensal
Álcool Líquido	Litro	50	R\$ 4,35	R\$ 217,50
Aerosol floral 360 ml	Unidade	58	R\$ 6,28	R\$ 364,24
Balde de plástico 5 Litros	Unidade	21	R\$ 3,87	R\$ 81,27
Conjunto de balde com mopita	unidade	10	R\$ 57,10	R\$ 571,00
Cera líquida incolor	Litro	40	R\$ 4,06	R\$ 162,40
Cera líquida preta	litro	2	R\$ 4,06	R\$ 8,12
Cloro	Litro	121	R\$ 1,62	R\$ 196,02
Creolina	Litro	10	R\$ 8,70	R\$ 87,00
Desentupidor de pia	Unidade	6	R\$ 2,81	R\$ 16,86
Desentupidor de vaso	Unidade	9	R\$ 3,77	R\$ 33,93
Desinfetante levemente perfumado concentrado	Litro	50	R\$ 2,71	R\$ 135,50
Escova sanitária	Unidade	15	R\$ 3,39	R\$ 50,85
Espanador	Unidade	11	R\$ 3,87	R\$ 42,57
Esponja	Unidade	127	R\$ 0,45	R\$ 57,15
Esponja de aço	Pacote c/ 8 unidades	42	R\$ 1,73	R\$ 72,66
Limpador total	Litro	400	R\$ 1,93	R\$ 772,00
Limpa vidros 500 ml	unidade	75	R\$ 1,93	R\$ 144,75
Lustra móveis 200 ml	Unidade	107	R\$ 1,77	R\$ 189,39
Pá de lixo	unidade	14	R\$ 1,65	R\$ 23,10
Luva látex Forrada	Par	129	R\$ 1,93	R\$ 248,97
Luva cano longo látex Forrada	Par	50	R\$ 4,38	R\$ 219,00
Pano de chão	Unidade	250	R\$ 1,35	R\$ 337,50
Pano de mão	Unidade	100	R\$ 1,06	R\$ 106,00
Papel higiênico, rolo de 300m, gofrado, 100% celulose virgem branca, macio, maleável, neutro, biodegradável, isento de perfurações, partículas e/ou detritos. Marcas de Referência: Lam Limp, Renova, Ipel Baby Classic ou similares.	Fardo c/ 64 rolos	93	R\$ 31,94	R\$ 2.970,42
Papel toalha, bobina 100% celulose, virgem, branco, isento de perfurações e partículas. Marcas de Referência: Lam Limp, Renova, Ipel Baby Classic ou similares.	Caixa c/ 8 bobinas de 300 metros	90	R\$ 42,58	R\$ 3.832,20
Papel higiênico, de 1ª qualidade, rolo de 30m, gofrado, 100% celulose virgem branca, macio, maleável, neutro, biodegradável, isento de perfurações, partículas e/ou detritos. Padrão VIP. Marcas de Referência: Personal, Cotton, Klass ou similares.	Pacote c/ 4 rolos	1536	R\$ 3,87	R\$ 5.944,32





Papel toalha interfolhado, 2 dobras, 100% celulose virgem, branco maleável, neutro, biodegradável, padrão VIP. Caixa com 4.800 folhas. Marcas de Referência: Lam Limp, Renova, Ipel Baby Classic ou similares.	Caixa c/ 6 bobinas de 200 metros	212	R\$	43,55	R\$	9.232,60
Pasta saponácea	Kg	100	R\$	6,29	R\$	629,00
Desodorante Sanitário	Unidade	109	R\$	0,87	R\$	94,83
Polidor de metais	Lata	8	R\$	17,42	R\$	139,36
Removedor	Litro	38	R\$	10,84	R\$	411,92
Rodo	Unidade	17	R\$	3,68	R\$	62,56
Detergente Líquido Frasco 500 ml	Unidade	219	R\$	1,15	R\$	251,85
Sabão em pó	Caixa 1 Kg	113	R\$	2,89	R\$	326,57
Sabão pastoso pote de 500 gramas	Unidade	29	R\$	4,84	R\$	140,36
perfex pacote com 5 unidades	Unidade	30	R\$	1,77	R\$	53,10
Álcool gel 70%, com agente hidratante/emoliente e ação viruscida, bactericida e fungicida.	Refil c/ 800 ml	121	R\$	5,71	R\$	690,91
Sabonete líquido gel hidratante com emolientes antialérgicos.	Refil c/ 800 ml	450	R\$	3,77	R\$	1.696,50
Saco de lixo preto 60 lts. Micra 0,11	Pct c/ 100	81	R\$	19,34	R\$	1.566,54
Saco de lixo 100 lts. Micra 0,14 - preto	Pct c/ 100	66	R\$	78,99	R\$	5.213,34
Saco de lixo 200 lts Micra 0,18 - preto	Pct c/ 100	21	R\$	87,10	R\$	1.829,10
Vaselina Líquida Frasco 1000 ml	Unidade	1	R\$	19,36	R\$	19,36
Vasculho	Unidade	3	R\$	11,83	R\$	35,49
Vassoura de gari	Unidade	5	R\$	10,55	R\$	52,75
Vassoura de nylon	Unidade	20	R\$	6,05	R\$	121,00
Vassoura de piaçava . Chapa nº 3	Unidade	43	R\$	6,61	R\$	284,23
Vassourinha	Unidade	8	R\$	3,39	R\$	27,12
Valor Total Mensal					R\$	39.763,21
Valor por funcionário					R\$	170,66

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA

AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 82536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



ANEXO C - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E CONSERVAÇÃO DA DP/RJ

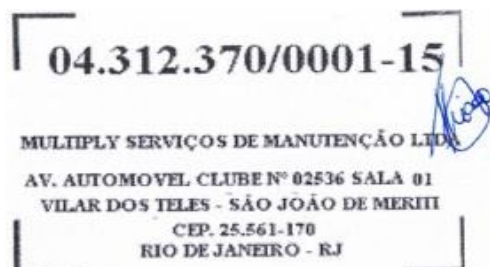
PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS DOS EQUIPAMENTOS

Processo nº

Equipamento	Quat	Área de Uso	Valor Unitário	Valor Total	Depreciação Mensal
Ancinho	3	E	R\$ 8,00	R\$ 24,00	R\$ 4,80
Aspirador de pó (mínimo 1000 watts)	15	I	R\$ 180,00	R\$ 2.700,00	R\$ 540,00
Carro para transporte de lixo	12	IE	R\$ 1.100,00	R\$ 13.200,00	R\$ 2.640,00
Carro funcional modular	20	I	R\$ 400,00	R\$ 8.000,00	R\$ 1.600,00
Encerradeira industrial	24	I	R\$ 1.200,00	R\$ 28.800,00	R\$ 5.760,00
Escada de 10 metros	5	IE	R\$ 1.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 1.000,00
Escada em aço, 05 degraus, pintura epóxi, degrau antiderrapante	30	IE	R\$ 100,00	R\$ 3.000,00	R\$ 600,00
Lavadora de escada	2	IE	R\$ 300,00	R\$ 600,00	R\$ 120,00
Kit para limpeza de vidros "tipo unger"	30	IE	R\$ 30,00	R\$ 900,00	R\$ 180,00
Lavadora de Alta Pressão profissional	12	E	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 2.400,00
Valor Total Depreciação Mensal					R\$ 14.844,80
					R\$ 63,71

** Depreciação foi adotado 8 anos e residual de 20%

Código de Uso	
Área Externa	E
Área Interna	I
Área Externa e Interna	IE





PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E CONSERVAÇÃO DA DPGE/RJ

Planilha Estimativa da Totalização dos Custos com os Uniformes/EPI (Anexo D) PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS - ANEXO D - Processo nº E-20/12.209/2011

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Descrição	Quantidade Anual	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
Camisa em algodão de mangas curtas, com gola e bolso.	4	R\$ 30,00	R\$ 120,00
Calça comprida em brim ou terbrim, com bolsos laterais e traseiros, com cós elástico ou cinto de couro.	4	R\$ 42,00	R\$ 168,00
Meia em algodão (par).	4	R\$ 5,00	R\$ 20,00
Tênis de brim, cadarço, tipo congá ou qualquer outro superior (par).	3	R\$ 42,00	R\$ 126,00
Bota de borracha cano curto (par).	1	R\$ 32,00	R\$ 32,00
Valor Mensal Estimado			R\$ 466,00
Valor por funcionário			R\$ 38,83

ENCARREGADO

Descrição	Quantidade Anual	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
Jaleco de brim ou terbrim de mangas curtas.	4	R\$ 29,00	R\$ 116,00
Camisa em algodão de mangas curtas, com gola e bolso.	4	R\$ 30,00	R\$ 120,00
Calça comprida em brim ou terbrim, com bolsos laterais e traseiros, com cós elástico ou cinto de couro.	4	R\$ 42,00	R\$ 168,00
Meia de algodão (par).	4	R\$ 5,00	R\$ 20,00
Tênis de brim, cadarço, tipo congá ou qualquer outro superior (par).	3	R\$ 42,00	R\$ 126,00
Valor Mensal Estimado			R\$ 550,00
Valor por funcionário			R\$ 45,83

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LIDA

AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Unidades da Capital - Rio de Janeiro

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
			TOTAL R\$ 1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A		35,30%	R\$ 504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B		21,780%	R\$ 311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C		4,784%	R\$ 68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Belford Roxo

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Duque de Caxias

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIACÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTACÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOCÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTACÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTACÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Japeri

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Mesquita

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nilópolis

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nova Iguaçu

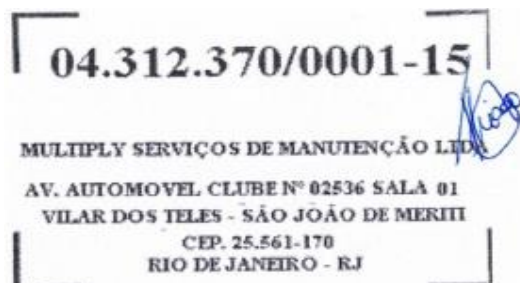
ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIACÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTACÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOCÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTACÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTACÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Queimados

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

São João de Meriti

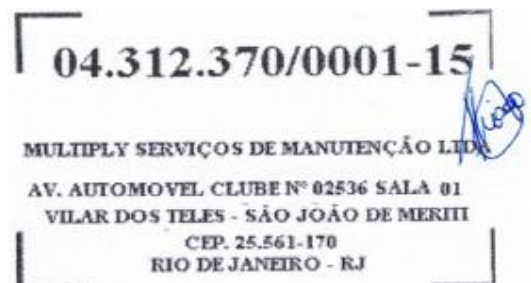
ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
 AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
 VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
 CEP. 25.561-170
 RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Alcantara

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A		35,30%	R\$ 504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B		21,780%	R\$ 311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C		4,784%	R\$ 68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIACÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTACÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOCÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTACÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTACÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Itaboraí

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
INSUMOS			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA

AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Magé e Magé Vila Inhamorim

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	3,00%	R\$	109,49
COFINS	2,34%	R\$	85,41
PIS	0,51%	R\$	18,61
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	5,85%	R\$	213,51
PREÇO TOTAL		R\$	3.649,79

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Niterói - Niterói Deposito - Pendotiba - Região Oceanica - Ed. Ecretarias - Fórum

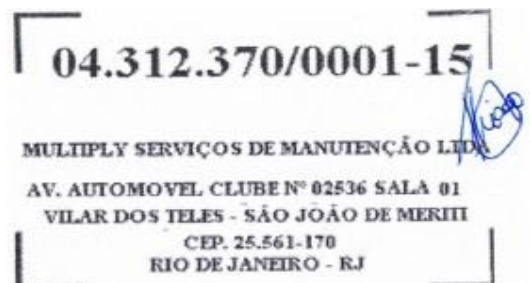
ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIACÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTACÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOCÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTACÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTACÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Guapimirim

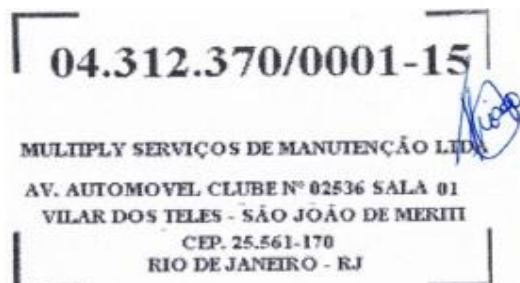
ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	3,00%	R\$	109,49
COFINS	2,34%	R\$	85,41
PIS	0,51%	R\$	18,61
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	5,85%	R\$	213,51
PREÇO TOTAL		R\$	3.649,79



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

São Gonçalo - Travessa Judith - Francisco Portela

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
 AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
 VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
 CEP. 25.561-170
 RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIACÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTACÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOCÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTACÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTACÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Araruama

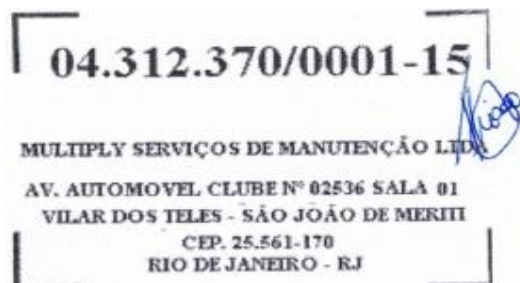
ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	3,00%	R\$	109,49
COFINS	2,34%	R\$	85,41
PIS	0,51%	R\$	18,61
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	5,85%	R\$	213,51
PREÇO TOTAL		R\$	3.649,79



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Armação de Búzios

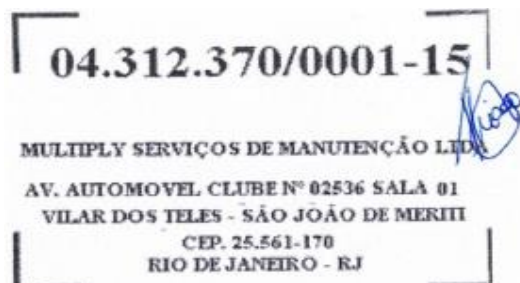
ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Arraial do Cabo

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Cabo Frio

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Casimiro de Abreu

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIACÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTACÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOCÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTACÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTACÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rio das Ostras

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	3,00%	R\$	109,49
COFINS	2,34%	R\$	85,41
PIS	0,51%	R\$	18,61
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	5,85%	R\$	213,51
PREÇO TOTAL		R\$	3.649,79

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Iguaba Grande

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

São Pedro da Aldeia

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIACÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTACÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOCÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTACÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTACÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Maricá

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	3,00%	R\$	109,49
COFINS	2,34%	R\$	85,41
PIS	0,51%	R\$	18,61
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	5,85%	R\$	213,51
PREÇO TOTAL		R\$	3.649,79

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Maricá

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Silva Jardim

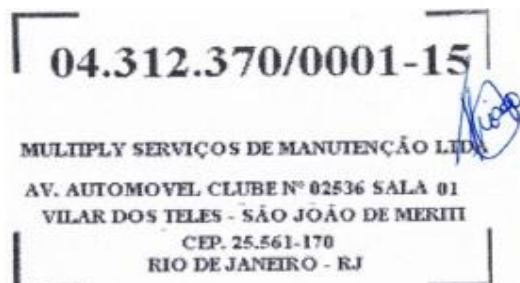
ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	3,00%	R\$	109,49
COFINS	2,34%	R\$	85,41
PIS	0,51%	R\$	18,61
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	5,85%	R\$	213,51
PREÇO TOTAL		R\$	3.649,79



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Saquarema

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Porto Real - Quatis

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Resende

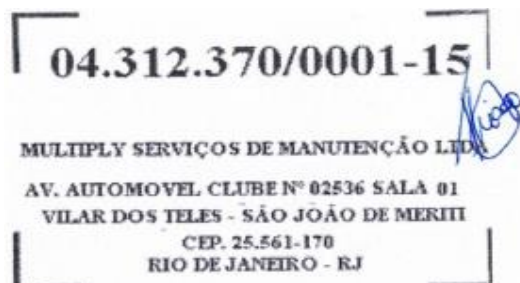
ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	3,00%	R\$	109,49
COFINS	2,34%	R\$	85,41
PIS	0,51%	R\$	18,61
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	5,85%	R\$	213,51
PREÇO TOTAL		R\$	3.649,79



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Itatiaia

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Barra Mansa

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Piraí

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIACÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTACÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOCÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTACÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTACÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Pinheiral

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	2,00%	R\$	72,23
COFINS	2,34%	R\$	84,51
PIS	0,51%	R\$	18,42
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	4,85%	R\$	175,16
PREÇO TOTAL		R\$	3.611,43

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Volta Redonda

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rio Claro

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	2,00%	R\$	72,23
COFINS	2,34%	R\$	84,51
PIS	0,51%	R\$	18,42
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	4,85%	R\$	175,16
PREÇO TOTAL		R\$	3.611,43

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Cantagalo

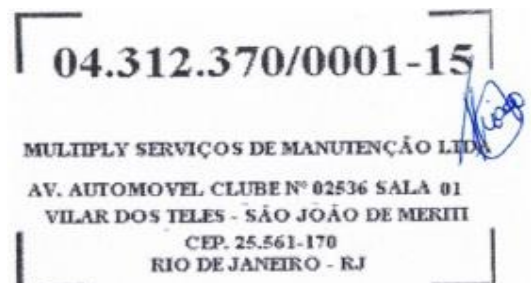
ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Cordeiro

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
 AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
 VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
 CEP. 25.561-170
 RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Cachoeira de Macacu

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Duas Barras

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Bom Jardim

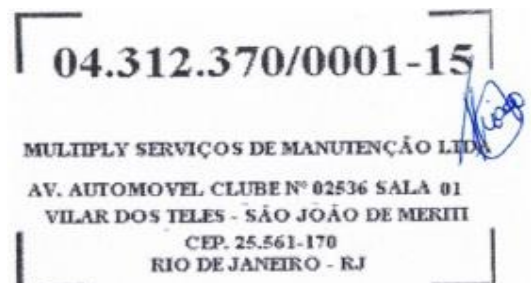
ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	3,00%	R\$	109,49
COFINS	2,34%	R\$	85,41
PIS	0,51%	R\$	18,61
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	5,85%	R\$	213,51
PREÇO TOTAL		R\$	3.649,79



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nova Friburgo

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	3,00%	R\$	109,49
COFINS	2,34%	R\$	85,41
PIS	0,51%	R\$	18,61
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	5,85%	R\$	213,51
PREÇO TOTAL		R\$	3.649,79

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Santa Maria Madalena

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	2,00%	R\$	72,23
COFINS	2,34%	R\$	84,51
PIS	0,51%	R\$	18,42
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	4,85%	R\$	175,16
PREÇO TOTAL		R\$	3.611,43

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Trajano Moraes e São Sebastião do Alto

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Itaipava e Itaipava Fórum

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Petrópolis

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Três Rios

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIACÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTACÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOCÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTACÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTACÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Paraíba do Sul

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Paty do Alferes

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	2,00%	R\$	72,23
COFINS	2,34%	R\$	84,51
PIS	0,51%	R\$	18,42
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	4,85%	R\$	175,16
PREÇO TOTAL		R\$	3.611,43

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Miguel Pereira

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIACÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTACÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOCÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTACÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	2,00%	R\$	72,23
COFINS	2,34%	R\$	84,51
PIS	0,51%	R\$	18,42
TOTAL TRIBUTACÃO SOBRE FATURAMENTO	4,85%	R\$	175,16
PREÇO TOTAL		R\$	3.611,43

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Bom Jesus do Itabapoana

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIACÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTACÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOCÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTACÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTACÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

São Fidelis

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	2,00%	R\$	72,23
COFINS	2,34%	R\$	84,51
PIS	0,51%	R\$	18,42
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	4,85%	R\$	175,16
PREÇO TOTAL		R\$	3.611,43

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Itaperuna - Italva - Cardoso Moreira

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Miracema

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Natividade e Porcúncula

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIACÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTACÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOCÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTACÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTACÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Santo Antônio de Pádua

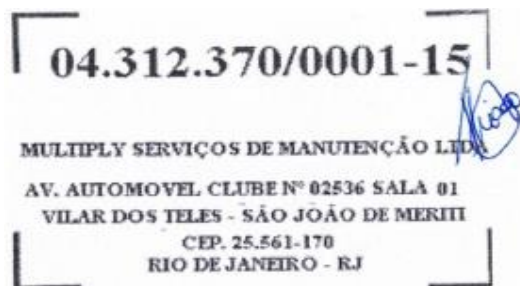
ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIACÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTACÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOCÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTACÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	2,00%	R\$	72,23
COFINS	2,34%	R\$	84,51
PIS	0,51%	R\$	18,42
TOTAL TRIBUTACÃO SOBRE FATURAMENTO	4,85%	R\$	175,16
PREÇO TOTAL		R\$	3.611,43



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Itaocara

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	4,00%	R\$	147,56
COFINS	2,34%	R\$	86,32
PIS	0,51%	R\$	18,81
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	6,85%	R\$	252,69
PREÇO TOTAL		R\$	3.688,97

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Cambuci

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Laje do Muriaé

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	2,00%	R\$	72,23
COFINS	2,34%	R\$	84,51
PIS	0,51%	R\$	18,42
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	4,85%	R\$	175,16
PREÇO TOTAL		R\$	3.611,43

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Italva

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Natividade

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Conceição de Macabu

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Macaé

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIACÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTACÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOCÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTACÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	2,00%	R\$	72,23
COFINS	2,34%	R\$	84,51
PIS	0,51%	R\$	18,42
TOTAL TRIBUTACÃO SOBRE FATURAMENTO	4,85%	R\$	175,16
PREÇO TOTAL		R\$	3.611,43

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Quissamã

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Carapebus

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Angra dos Reis

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Itaguaí

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIACÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTACÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOCÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTACÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTACÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Mangaratiba

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Paraty

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Seropédica

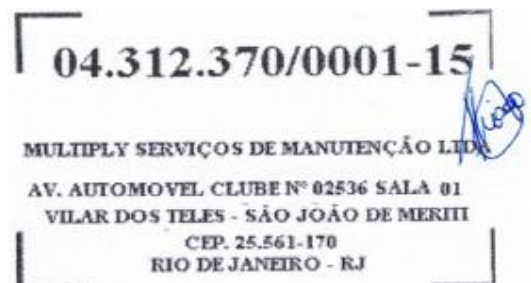
ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIACÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTACÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOCÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTACÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTACÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Barra do Pirai

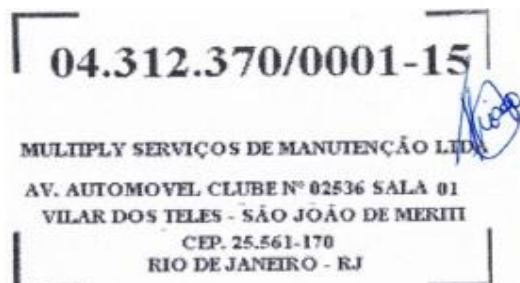
ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIACÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTACÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOCÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTACÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTACÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Valença

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
 AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
 VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
 CEP. 25.561-170
 RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	3,00%	R\$	109,49
COFINS	2,34%	R\$	85,41
PIS	0,51%	R\$	18,61
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	5,85%	R\$	213,51
PREÇO TOTAL		R\$	3.649,79

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Paracambi

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	2,00%	R\$	72,23
COFINS	2,34%	R\$	84,51
PIS	0,51%	R\$	18,42
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	4,85%	R\$	175,16
PREÇO TOTAL		R\$	3.611,43

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Vassouras

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIACÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTACÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOCÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTACÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTACÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rio das Flores

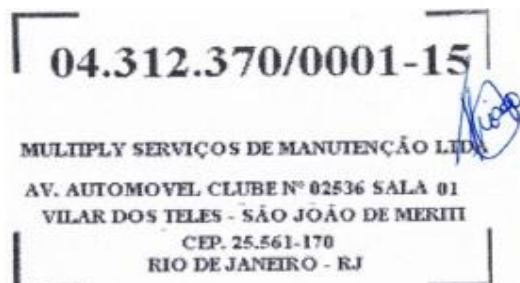
ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Engenheiro Paulo de Frontin

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Mendes

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Teresópolis

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

São José do Vale do Rio Preto

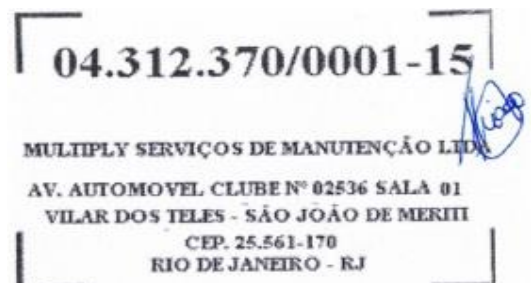
ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
 AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
 VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
 CEP. 25.561-170
 RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIACÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTACÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOCÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTACÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTACÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

sapucaia

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Sumidouro

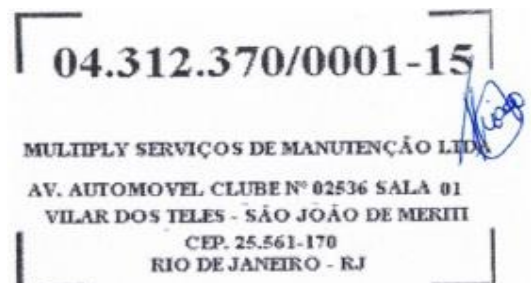
ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIACÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTACÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOCÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTACÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTACÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Carmo

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Campos dos Goytacazes

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
INSUMOS			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA

AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

São João da Barra

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIACÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTACÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOCÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICACÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTACÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	2,50%	R\$	90,76
COFINS	2,34%	R\$	84,95
PIS	0,51%	R\$	18,52
TOTAL TRIBUTACÃO SOBRE FATURAMENTO	5,35%	R\$	194,23
PREÇO TOTAL		R\$	3.630,51

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

São Francisco de Itabapoana

ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Capital - Rio de Janeiro

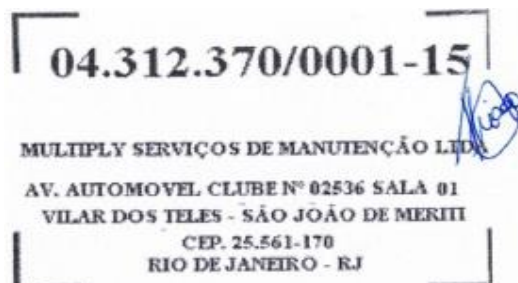
ANEXO F - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
ENCARREGADO - SEDE ADMINISTRATIVA			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.785,94
TOTAL R\$			1.785,94
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	357,19
A.02 FGTS	8,00%	R\$	142,88
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	26,79
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	17,86
A.05 INCRA	0,20%	R\$	3,57
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	10,72
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	44,65
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	26,79
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	630,45
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	148,77
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	198,42
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	34,65
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,96
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,79
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,79
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,25
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,36
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	388,99
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	7,45
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,98
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	57,15
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,86
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	14,29
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,71
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	85,44

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	137,34
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,59
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,14
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,73
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	4,55
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	1.247,50
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	3.033,44
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	45,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	251,94
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	929,04
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.962,48
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	39,62
LDI	0,89%	R\$	35,62
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	75,24
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	219,08
COFINS	2,34%	R\$	102,53
PIS	0,51%	R\$	22,35
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	343,96
PREÇO TOTAL		R\$	4.381,68



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Capital - Rio de Janeiro

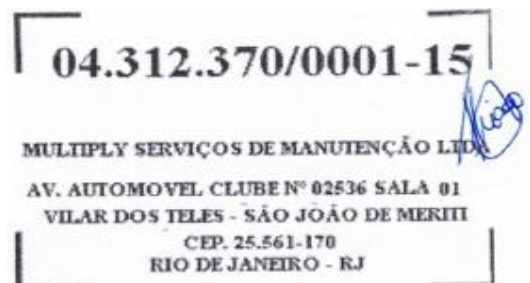
ANEXO F - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
ENCARREGADO - MENEZES CORTES			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.785,94
Gratificação - Encarregado	25,00%	R\$	357,50
TOTAL			R\$ 2.143,44
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	428,69
A.02 FGTS	8,00%	R\$	171,48
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	32,15
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	21,43
A.05 INCRA	0,20%	R\$	4,29
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	12,86
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	53,59
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	32,15
TOTAL GRUPO A		35,30%	R\$ 756,64
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	178,55
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	238,14
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	41,58
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	2,36
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	2,14
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	2,14
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,50
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,43
TOTAL GRUPO B		21,780%	R\$ 466,84
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	8,94
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	3,58
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	68,59
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	3,43
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	17,15
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,86
TOTAL GRUPO C		4,784%	R\$ 102,55

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	164,83
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,71
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,17
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,88
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	5,47
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	1.497,21
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	3.640,65
INSUMOS			
UNIFORME		R\$	45,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	251,94
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	929,04
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	4.569,69
Percentual sobre a Matriz			
BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	45,70
LDI	0,89%	R\$	41,08
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	86,78
TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	252,66
COFINS	2,34%	R\$	118,24
PIS	0,51%	R\$	25,77
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	396,67
PREÇO TOTAL		R\$	5.053,14



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ASG - Horas Extraordinárias

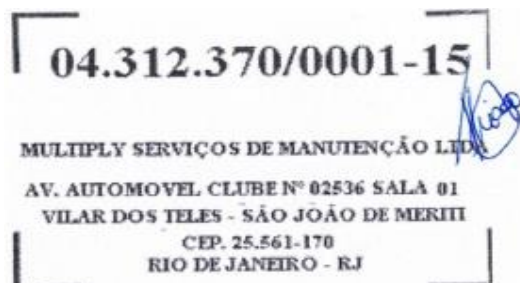
ANEXO E - PLANILHA FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Salário do profissional (piso do acordo/convenção coletiva vigente)		R\$	1.430,00
TOTAL R\$			1.430,00
GRUPO A			
A.01 INSS	20,00%	R\$	286,00
A.02 FGTS	8,00%	R\$	114,40
A.03 SESI/SESC	1,50%	R\$	21,45
A.04 SENAI/SENAC	1,00%	R\$	14,30
A.05 INCRA	0,20%	R\$	2,86
A.06 SEBRAE	0,60%	R\$	8,58
A.07 Salário Educação	2,50%	R\$	35,75
A.08 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP	1,50%	R\$	21,45
TOTAL GRUPO A	35,30%	R\$	504,79
GRUPO B			
B.01 13º Salário	8,330%	R\$	119,12
B.02 Férias (incluindo 1/3 constitucional)	11,110%	R\$	158,87
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,940%	R\$	27,74
B.04 Auxílio Doença	0,110%	R\$	1,57
B.05 Acidente de Trabalho	0,100%	R\$	1,43
B.06 Faltas Legais	0,100%	R\$	1,43
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,070%	R\$	1,00
B.08 Férias sobre Licença Paternidade	0,020%	R\$	0,29
TOTAL GRUPO B	21,780%	R\$	311,45
GRUPO C			
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$	5,96
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$	2,39
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	3,200%	R\$	45,76
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa – multa de 40% do FGTS - empregados que serão substituídos)	0,160%	R\$	2,29
C.05 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados inicialmente contratados)	0,800%	R\$	11,44
C.06 Indenização (rescisão sem justa causa – contribuição de 10% do FGTS - empregados que substituídos)	0,040%	R\$	0,57
TOTAL GRUPO C	4,784%	R\$	68,41

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
AV. AUTOMÓVEL CLUBE Nº 02536 SALA 01
VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
CEP. 25.561-170
RIO DE JANEIRO - RJ



GRUPO D			
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	7,69%	R\$	109,97
GRUPO E			
E.01 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	0,033%	R\$	0,47
E.02 Incidência do FGTS exclusivamente sobre o período médio de afastamento superior a 15 dias motivado por acidente do trabalho	0,008%	R\$	0,11
TOTAL GRUPO E	0,041%	R\$	0,58
GRUPO F			
F.01 Incidência dos encargos do Grupo A sobre os valores constantes da base de cálculo referente ao salário maternidade	0,255%	R\$	3,65
A + B + C + D + E + F = Encargos sociais	69,850%	R\$	998,85
SUBTOTAL 1 = (Matriz Referencial + Encargos)		R\$	2.428,85
<i>INSUMOS</i>			
UNIFORME		R\$	38,83
DEPRECIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS		R\$	63,71
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE		R\$	170,66
VALOR A TITULO DE ALIMENTAÇÃO (R\$ 21,00 X 21) x 90%		R\$	396,90
VALOR A TITULO DE LOCOMOÇÃO ((R\$ 8,55 x 2) x 21) - (6% Matriz Ref.)		R\$	273,30
TOTAL DOS INSUMOS		R\$	943,40
TOTAL = (SUBTOTAL 1 + INSUMOS)		R\$	3.372,25
Percentual sobre a Matriz			
<i>BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS</i>			
Despesas Administrativas/Operacionais	1,00%	R\$	33,72
LDI	0,89%	R\$	30,31
Outras despesas:		R\$	
TOTAL BONIFICAÇÃO E OUTRAS DESPESAS	1,89%	R\$	64,03
<i>TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO</i>			
ISSQN ou ISS	5,00%	R\$	186,45
COFINS	2,34%	R\$	87,26
PIS	0,51%	R\$	19,02
TOTAL TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	7,85%	R\$	292,73
PREÇO TOTAL		R\$	3.729,01
PREÇO DIÁRIA		R\$	124,30



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2023

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ000597/2022
DATA DE REGISTRO NO MTE: 07/04/2022
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR013710/2022
NÚMERO DO PROCESSO: 14022.144433/2022-46
DATA DO PROTOCOLO: 04/04/2022

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 34.037.150/0001-91, neste ato representado(a) por seu ;

E

SIND DOS TRAB EM ASSEIO INSTAL MANUT DE ELEV DE CASA DE DIVER EMPRESA DE COMPRA VENDA LOCAÇAO ADMIN IMOVEIS BARBEA INST BELEZA CABELEIR SENHORA LIMPEZ, CNPJ n. 39.244.561/0001-71, neste ato representado(a) por seu ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2022 a 28 de fevereiro de 2023 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **profissional de empregados nas Empresas de Asseio e Conservação**, com abrangência territorial em **Araruama/RJ, Armação dos Búzios/RJ, Arraial do Cabo/RJ, Cabo Frio/RJ, Iguaba Grande/RJ, Itaboraí/RJ, Maricá/RJ, Niterói/RJ, Rio Bonito/RJ, Rio das Ostras/RJ, São Gonçalo/RJ, São Pedro da Aldeia/RJ, Saquarema/RJ, Silva Jardim/RJ e Tanguá/RJ**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL DA CATEGORIA

O piso salarial da categoria profissional, a partir de 1º de Março de 2022, será no valor de R\$1.430,00 (um mil e quatrocentos e trinta reais), sofrendo um reajuste no percentual de 9,91% (nove vírgula noventa e um por cento).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados abaixo relacionados terão os salários que se seguem:

- AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 1.430,00
- AUXILIAR DE COZINHA	R\$ 1.430,00
- AUXILIAR DE EMBALAGEM	R\$ 1.430,00
- AJUDANTE DE ARMAZÉM	R\$ 1.430,00
- AUXILIAR DE DEDETIZAÇÃO	R\$ 1.430,00
- AUXILIAR DE LIMPEZA	R\$ 1.430,00
- ARRECADADOR	R\$ 1.430,00
- AUXILIAR DE PORTARIA	R\$ 1.438,73
- AUXILIAR DE ALMOXARIFE	R\$ 1.518,57
- AUXILIAR DE JARDINAGEM	R\$ 1.518,57
- AUXILIAR DE PRODUÇÃO	R\$ 1.518,57
- AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	R\$1.430,00
- AGENTE DE SEGURANÇA TRABALHISTA	R\$ 1.773,45
- AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	R\$ 1.754,44
- AGENTE ADMINISTRATIVO/DIGITADOR	R\$ 1.765,59
- ALMOXARIFE	R\$ 2.037,35
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 1.667,00
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO PLENO	R\$ 1.932,38
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO SENIOR	R\$ 2.208,07
- ALPINISTA PREDIAL	R\$ 2.290,19 + periculosidade
- ALPINISTA INDUSTRIAL	R\$ 2.555,72 + periculosidade
- COPEIRA	R\$ 1.430,00
- CONTÍNUO/MENSAGEIRO	R\$ 1.430,00
- COZINHEIRA	R\$ 1.943,10
- CHEFE DE COZINHA	R\$ 2.119,72

- CHEFE DE DEPARTAMENTO OU SEÇÃO	R\$ 2.923,76
- DEDETIZADOR SEM MOTO	R\$ 1.630,62
- DEDETIZADOR COM MOTO	R\$ 1.700,37
- ENCARREGADO	R\$ 1.785,94
- ESCRITURÁRIO DATILÓGRAFO	R\$ 2.046,61
- ENFERMEIRA SUPERVISORA DE HIGIENIZAÇÃO	R\$ 3.650,54
- FAXINEIRA	R\$ 1.430,00
- GARÇOM	R\$ 2.037,35
- INSPETOR DE SERVIÇOS	R\$ 2.121,80
- JARDINEIRO	R\$ 2.344,09
- LIMPADOR	R\$ 1.430,00
- LIMPADOR DE VIDRO	R\$ 1.430,00 + periculosidade
- LIMPADOR DE CAIXA D'ÁGUA	R\$ 1.430,00
- LIMPADOR DE FACHADA COM RAPEL	R\$ 1.822,02 + periculosidade
- MAQUEIRO	R\$ 1.430,00
- MONTADOR/REMANEJADOR	R\$ 1.430,00
- MANOBRISTA	R\$ 1.518,57
- OPERADOR DE CFTV	R\$ 1.430,00
- OPERADOR DE COPIADORA	R\$ 1.430,00
- OPERADOR DE ROÇADEIRA	R\$ 1.518,57 + periculosidade
- OPERADOR DE MICROTRATOR	R\$ 1.518,57 + periculosidade
- OPERADOR DE MOTO SERRA	R\$ 1.518,57 + periculosidade
- OPERADOR DE EMPILHADEIRA	R\$ 1.851,96
- OPERADOR DE MÁQUINA LIMPEZA TRIPULADA	R\$ 1.670,43
- PORTEIRO/ VIGIA TERCEIRIZADO /ZELADOR	R\$ 1.584,54

- RECEPCIONISTA	R\$ 1.518,57
- RECEPCIONISTA PLENO (BILINGUE)	R\$ 2.444,60
- RECEPCIONISTA SENIOR (TRILÍNGUE)	R\$ 2.949,38
- SERVENTE	R\$ 1.430,00
- SUPERVISOR	R\$ 3.650,54
- TRAMITADOR DE DOCUMENTOS	R\$ 1.430,00
- TRICICLISTA	R\$ 1.452,56
- VIGIA TERCEIRIZADO COM MOTO	R\$ 1.584,54

Todos os valores mencionados anteriormente serão válidos para aplicação a partir de 1º de Março de 2022.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todos os empregados que já percebam salários superiores aos pisos estabelecidos na presente cláusula, terão seus salários corrigidos em 5% (cinco por cento), a partir de Março/2022, não podendo perceber piso salarial inferior ao da sua função previsto na tabela acima.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O "limpador de vidro" só terá direito a receber o adicional de periculosidade, nos casos em que o empregado efetivamente executar serviços de limpeza de vidros em andaimes, numa altura superior à 2,5m (dois metros e meio).

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se "Digitador", inclusive para fins desta cláusula, o trabalho exclusivo em processamento eletrônico de dados, respeitados os limites legais.

PARÁGRAFO QUINTO: Para os empregados que prestam serviços às empresas representadas pelas partes convenientes, e que percebam salários superiores a R\$5.000,00 (cinco mil reais), fica facultada a livre negociação de reajuste salarial, respeitando, no mínimo,

um reajuste de 50% (cinquenta por cento) sobre o percentual de reajuste do piso da categoria, vigente a partir de 1º de Março de 2022.

PARÁGRAFO SEXTO: Considera-se "Recepcionista Pleno", inclusive para fins dessa cláusula, o trabalho de recepção em geral, podendo ter curso técnico e/ou serviços bilingue.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Considera-se "Recepcionista Senior", inclusive para fins dessa cláusula, o trabalho de recepção em geral, podendo ter curso técnico e/ou serviços trilingue.

PARÁGRAFO OITAVO: Considera-se vigia com moto, inclusive, para fins dessa cláusula, o empregado habilitado para condução de motocicletas e que preste serviços com a utilização de motocicleta no próprio posto de trabalho.

PARÁGRAFO NONO: Caso a utilização da motocicleta inclua atividades fora do posto de trabalho, porém em locais privados, e de forma eventual e por tempo extremamente reduzido, o Vigia com moto receberá um aditivo remuneratório de 10% sobre o seu piso, sendo que a respectiva diferença remuneratória deverá ser paga a título de indenização no contracheque correspondente ao mês em que o empregado exerceu as atividades descritas no presente parágrafo.

PARÁGRAFO DÉCIMO: ARRECADADOR – QUEBRA DE CAIXA: As empresas concederão mensalmente uma quebra de caixa aos empregados que trabalham na função de arrecadador, no valor equivalente a R\$ 52,50 (cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), à título de quebra de caixa.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O reembolso previsto no parágrafo anterior somente será pago ao empregado arrecadador quando o mesmo estiver em efetivo exercício, para cobertura de toda e qualquer falta na arrecadação apurada, sendo que, em não havendo falta, o valor se torna um ganho adicional ao arrecadador. No entanto, quando identificado faltante de caixa, o arrecadador arcará, mediante desconto em folha de pagamento, com o valor total faltante no mês imediatamente posterior.

CLÁUSULA QUARTA - JOVEM APRENDIZ

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho - TST, no Acórdão 0000076-64.2016.5.10.0000, de 11/4/2017, permitiu que os instrumentos normativos de trabalho pudessem, à luz do artigo 7º, inciso XXVI, da Carta Magna, flexibilizar a legislação sobre cotas, em atenção à realidade do setor, sem, entretanto, convencionar qualquer tipo de regra de inobservância da reserva legal de vagas, e com base na prevalência da autonomia da vontade coletiva, previsto na Lei 13.467/17, os Sindicatos Convenientes acordam que o piso salarial do jovem aprendiz, a partir de 1º de Março de 2022, será de R\$ 1.212,00 (um mil e duzentos e doze reais), convertido em salário/hora.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas prestadoras de serviços de asseio e conservação deverão aplicar o percentual de aprendizagem de 5%, previsto no art. 429 da CLT, sobre todas as funções que demandarem formação profissional, sendo que para fins de efeito de contagem do respectivo percentual, será levado em consideração o efetivo da empresa no referido mês de apuração.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para efeito de enquadramento de função ao que demanda formação técnico-profissional metódica, prevista no artigo 429, da CLT, e consequente estabelecimento de cálculo de

percentagem de que trata o art. 48, do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, entender-se-á por formação técnico profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas em ambiente de trabalho, realizada por meio de programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e a responsabilidade de entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica estabelecidas no art.50 do Decreto 9.579/18.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As empresas, diante da impossibilidade comprovada na contratação de jovem aprendiz, seja através de processos de recrutamento, anúncios em jornal, entre outros meios de recrutamento ou pela insuficiência de cursos ou vagas a que se refere o art.55 do Decreto 9.579/18, poderão, ainda, como forma alternativa de atender o aspecto social do parágrafo anterior, efetivar a contratação de jovens de 18 a 24 anos para prestarem serviços de asseio e conservação, com condições laborais e regime normal de trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO: Os Sindicatos convenientes acordam que nos contratos de prestação de serviço, com jornada intermitente e/ou temporária, por sua natureza transitória, as empresas ficarão dispensadas do cumprimento das cotas de aprendizagem e pessoa com deficiência (pcd).

PARÁGRAFO QUINTO: Ficam excluídas da cota as funções que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior, ou, ainda, as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, de acordo com o art.51, §1º do Decreto 9.579/18, bem como as funções relacionadas no parágrafo primeiro da cláusula terceira da presente convenção coletiva de trabalho, por não demandarem formação profissional, por conseguinte, não existir cursos de aprendizagem, além de ser trabalho que não proporciona aos jovens uma formação profissional metódica, de complexidade progressiva, de forma a facilitar o posterior acesso do aprendiz ao mercado de trabalho, conforme jurisprudência – processo 0101447-71.2017.5.01.0005, 5º Vara do Trabalho do Rio de Janeiro e Recurso de Revista nº TST-RR-191-51.2010.5.03.0013, de 06/08/2014.

CLÁUSULA QUINTA - AUTONOMIA DA VONTADE COLETIVA - LEI Nº.13467/17

Os Sindicatos convenientes estipulam as condições de trabalho previstas neste instrumento normativo em consonância com as regras introduzidas no ordenamento jurídico pela Lei nº. 13467/17.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA SEXTA - DATA DO PAGAMENTO

A empresa que não efetuar o pagamento dos salários dos seus empregados até às 16:00 horas do quinto dia útil do mês subsequente, pagará os salários e respectivas vantagens, acrescidos de multa de 2% (dois por cento), mais um dia de salário por dia de atraso.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para efeito de pagamento de salário, exclusivamente, o sábado não será considerado dia útil.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO PARA PAGAMENTO DO REAJUSTE

As empresas poderão pagar os novos salários, válidos a partir de Março/2022, e respectivas diferenças salariais, no contracheque do mês de Maio/2022, de forma a operacionalizarem o repasse dos novos custos aos seus contratos de prestação de serviços.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA OITAVA - DEMAIS FUNÇÕES TÉCNICAS E DE LIDERANÇA

As demais funções técnicas e de liderança não mencionadas neste documento, perceberão como piso mínimo, o mesmo piso salarial do encarregado.

PARÁGRAFO ÚNICO: As outras funções que não exercerem posição de liderança e que não tenham qualificação técnica-profissional, receberão o piso salarial da função de servente.

CLÁUSULA NONA - CONTRACHEQUE

As empresas comprovarão o pagamento do salário por meio de contracheque, discriminando, além do salário profissional, as horas extras, os adicionais, os benefícios e descontos efetuados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas que efetuarem o pagamento de salário através de crédito e/ou depósito em conta corrente bancária, e/ou cartão salário, e/ou outra modalidade eletrônica de crédito, ficam desobrigadas de colher a assinatura do empregado, valendo como prova de pagamento, o comprovante de depósito ou extrato da conta corrente ou, ainda, o extrato da conta corrente eletrônica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas disponibilizarão os contracheques até 30 (trinta) dias após o efetivo pagamento do salário, com as discriminações das verbas salariais.

CLÁUSULA DÉCIMA - SUBSTITUIÇÕES

O empregado admitido para substituir um demitido, receberá salário igual ao empregado de menor salário do mesmo cargo ou função, não considerando vantagens pessoais, conforme Instrução Normativa nº 01 do TST.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PAGAMENTO DE ADICIONAIS E DESCONTOS

As partes convenientes acordam que, devido às peculiaridades do setor econômico, as horas extras, adicional noturno, faltas e atrasos ocorridos no mês, poderão ser processados na folha de pagamento do mês seguinte ao da respectiva ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EMPREGADOS ADMINISTRATIVOS OU OPERACIONAIS

Para os empregados administrativos ou operacionais que exerçam funções que não foram citadas no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Terceira, os salários serão corrigidos em 5% (cinco por cento), a partir de 1º de Março de 2022, observando-se o Parágrafo Quinto da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica assegurado que nenhum empregado poderá receber salário inferior ao piso de sua categoria profissional.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em função da tipicidade do segmento de prestação de serviços terceirizados, os Sindicatos Convenientes resolvem adotar a súmula 374, do TST, acordando que empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O salário dos empregados administrativos ou operacionais, admitidos após a última correção salarial da categoria, será atualizado na subsequente revisão, proporcionalmente ao número de meses a partir da data de admissão, conforme Art. 5º da Lei 7.238/84 (CLT), respeitando-se a regra da irretroatividade dos pisos salariais estabelecidos no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Terceira, do presente Instrumento Normativo.

PARÁGRAFO QUARTO: São considerados como cargo de confiança, à luz do presente pacto normativo, os gerentes, chefes de departamentos e coordenadores, ainda que assinem folha de ponto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PNE

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho – TST no Acórdão 0000076-64.2016.5.01.000 de 11/04/2017, permitiu que os instrumentos normativos de trabalho pudessem, à luz do artigo 7º, XXVI da CRFB, flexibilizar a legislação sobre as cotas sociais e, em atenção a realidade do setor, especialmente em observância ao princípio da reserva do possível e a dificuldade que as empresas de asseio e conservação tem para contratação de empregados com deficiência física, os Sindicatos Convenientes acordam que as empresas poderão flexibilizar a integralidade da cota, devendo ter no mínimo 50% da mesma, desde que comprovem que tentaram efetuar as contratações, e disponibilizaram vagas junto aos tomadores de serviço.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

Fica, desde já, ajustado que o décimo terceiro salário poderá ser pago em 2 parcelas, sendo a primeira no dia 30/11 e a segunda no dia 20/12 ou, alternativamente, em uma única parcela, a ser efetuada impreterivelmente até o dia 15/12.

PARÁGRAFO ÚNICO: As empresas poderão, ainda, pagar em 4 parcelas mensais (setembro/22, outubro/22, novembro/22 e dezembro/22) o décimo terceiro salário, desde que seja complementado o seu valor integral até o dia 20 de Dezembro.

Gratificação de Função

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GRATIFICAÇÃO DE ENCARREGADOS

Os encarregados receberão mensalmente um percentual mínimo, calculado sobre o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, conforme previsto na Cláusula Terceira, a título de gratificação, na seguinte forma:

- a) de 16 a 30 empregados: 25% (vinte e cinco por cento)
- b) de 31 a 60 empregados: 30% (trinta por cento)
- c) acima de 61 empregados: 40% (quarenta por cento)

Outras Gratificações

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - LÍDERES DE TURMA

Responsáveis por grupos de até 15 (quinze) empregados, serão considerados líderes de turma e farão jus a uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento) do Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Aqueles que até a presente data estiverem exercendo o cargo de encarregado, mesmo com até 15 (quinze) empregados, permanecerão como encarregados e farão jus ao piso de encarregado, como previsto no parágrafo primeiro, da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os líderes de turma que permanecerem na função por mais de 6 (seis) meses, passam a serem efetivados na mesma, não podendo mais serem rebaixados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - HORAS EXTRAS

Na prestação de serviços extraordinários, as horas extras serão pagas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), e as trabalhadas nos domingos e feriados com acréscimo de 100% (cem por cento), ambos calculados sobre a hora normal.

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ADICIONAL NOTURNO

As horas efetivamente laboradas no período compreendido entre 22:00 e 05:00 horas serão remuneradas com adicional de 20% (vinte por cento) incidente sobre o salário base do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A jornada de trabalho para todos os empregados, nas horas efetivamente laboradas no período entre 22:00 horas e 05:00 horas, será computada como 52 minutos e 30 segundos, conforme preceitua o parágrafo primeiro, do Art. 73, da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As horas que ultrapassarem o período compreendido entre as 22:00 horas e 5:00 horas, não serão remuneradas com o adicional noturno previsto no caput.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - INSALUBRIDADE

Fica concedido aos empregados que exerçam as funções de limpeza, limpador, serventes, auxiliares de serviços gerais ou faxineiras, recepcionistas e demais empregados administrativos ou operacionais, um adicional de insalubridade, calculado de acordo com o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, desde que o laudo do SESMET das empresas prestadoras de serviços considere os respectivos locais insalubres, na forma abaixo:

a) 20% (vinte por cento) de adicional de insalubridade, Grau Médio, para os empregados supracitados que exerçam suas funções em hospitais, casas de saúde e ambulatórios;

b) 40% (quarenta por cento) de adicional de insalubridade, Grau Máximo, para os empregados supracitados que exerçam suas funções em leprosários, hospitais para tratamento do câncer, sanatórios para tratamento de tuberculose, AIDS, e dentro das lixeiras dos prédios e/ou condomínios, além de dedetizador, imunizador e calafate.

c) o adicional de insalubridade previstos nas letras “a” e “b” do caput, somente serão alteradas mediante laudo pericial expedido por órgão de segurança e medicina do trabalho vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, podendo o mesmo ser acompanhado de um profissional indicado pelo Sindicato Laboral conveniente.

PÁRAGRAFO ÚNICO: Não fará jus ao adicional de insalubridade o manuseio de produtos de limpeza predial, acondicionamento e transporte em lugar específico de sacos de lixo e lixeiras, eis que são atividades inerentes à função.

Adicional de Periculosidade

CLÁUSULA VIGÉSIMA - PERICULOSIDADE

As empresas obrigam-se ao pagamento do adicional de periculosidade, de acordo com a lei ou decisão judicial.

PARÁGRAFO ÚNICO: As gratificações pertinentes à Insalubridade e Periculosidade não se incorporarão ao salário, e serão devidas enquanto o empregado estiver exercendo a função que demande esse benefício.

Prêmios

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES

As gratificações pagas com habitualidade por mais de 6 (seis) meses consecutivas, excetuando-se, neste caso, as gratificações de insalubridade e periculosidade, bem como aquelas previstas nos parágrafos seguintes, incorporar-se-ão ao salário para efeito do pagamento das férias, décimo terceiro salário e FGTS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As importâncias, ainda que habituais, pagas à título de ajuda de custo, o auxílio-alimentação, vedado o seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de encargo trabalhista e previdenciário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador, em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro, a empregado, grupo de empregados ou terceiros vinculados à sua atividade econômica em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas ficam obrigadas a conceder um auxílio alimentação ou refeição no valor de R\$ 21,00 (vinte e um reais), por dia, considerando-se os dias efetivamente trabalhados no mês.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados que laborarem até 4 (quatro) horas, para complementação da jornada normal de trabalho semanal, prevista no Art. 7º, XIII, da Constituição Federal, não farão jus, especificamente naquele dia, ao recebimento do auxílio previsto no caput da presente cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para evitar a incorporação deste benefício ao salário, as empresas terão o direito de descontarem dos empregados, em seus contracheques mensais, o correspondente a 10% (Dez por cento) do valor total do auxílio concedido no mês de competência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os empregados que trabalhem em regime de escala/plantão, receberão o respectivo auxílio somente para os dias efetivamente trabalhados.

PARÁGRAFO QUARTO: A concessão do auxílio alimentação ou refeição não será obrigatória se a empresa contratante franquear, sob qualquer condição, as refeições aos trabalhadores das empresas prestadoras de serviços.

PARÁGRAFO QUINTO: Fica facultado às empresas a concessão de auxílio alimentação ou refeição em valores superiores ao previsto no caput, seja em virtude de exigência de contrato de prestação de serviços ou por mera liberalidade do empregador.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica facultado às empresas, com a respectiva anuência do empregado, a concessão do intervalo de 30 minutos para intervalo e/ou refeições nos moldes da Lei 13.467/2017.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - VALE - TRANSPORTE

As empresas ficam obrigadas a conceder o Vale-Transporte, na forma pactuada abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando do lançamento dos créditos pelas empresas, caso constate que o empregado não tenha utilizado a totalidade dos valores creditados em seu cartão de recarga, fica autorizado às empresas realizarem apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, haja vista a natureza jurídica do benefício.

PARÁGRAFO QUARTO: O desconto legal do complemento do vale-transporte, conforme previsto no parágrafo terceiro, da presente cláusula, será limitado ao valor creditado.

PARÁGRAFO QUINTO: No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

PARÁGRAFO SEXTO: No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver o saldo não utilizado de vale transporte na rescisão do contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A declaração falsa ou uso indevido do vale - transportes constituem falta grave, sujeito à demissão por justa causa.

Auxílio Educação

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - BOLSAS DE ESTUDOS

As empresas poderão efetuar convênio junto ao MEC, para obter o benefício do Salário Educação para seus empregados, devendo comunicar aos mesmos sobre a abertura de convênio e de como devem inscrever-se para recebimento do respectivo benefício.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

As empresas comprometem-se a proceder ao desconto, em folha de pagamento, mediante autorização prévia e expressa do empregado, da quantia de R\$ 82,00 (oitenta e dois reais) por empregado, a partir de 01 de maio de 2022, conforme determinado na Assembleia Geral Extraordinária dos empregados da categoria, para a manutenção do Plano de Assistência Médica.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O empregado que também for associado ao Sindicato será extensiva à cobertura aos dependentes (esposo (a) ou companheiro (a), mediante comprovação de Certidão de Casamento, União Estável e filhos (a) até completar dezoito anos (18 anos). Completando a idade de dezoito anos (18 anos) os filhos não mais farão jus ao benefício de assistência médica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O empregado que aderir ao benefício médico, mediante autorização prévia e expressa, e após ter sido efetuado o desconto de que trata o caput da presente cláusula, deverá comparecer na sede do sindicato laboral munido de RG e contracheque do mês para marcação de suas consultas e exames. **PARÁGRAFO TERCEIRO:** Fica assegurado ao empregado que aderiu prévia e expressamente, o direito de opor-se ao referido desconto, a ser manifestado em requerimento manuscrito, com identificação e assinatura do oponente, pessoalmente, na sede do sindicato laboral, sem efeito retroativo. Após este protocolo, o oponente deverá protocolar o mesmo requerimento no Departamento Pessoal de sua empresa para cessar o aludido desconto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

As empresas comprometem-se a proceder o desconto, em folha de pagamento, mediante autorização prévia e expressa do empregado que optar pelo Benefício do Plano de Assistência Odontológica, a quantia de R\$18,00 (dezoito reais) por empregado, a partir de 01 de junho de 2022, conforme determinado na Assembleia Geral Extraordinária dos empregados da categoria, para a manutenção do respectivo plano odontológico.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O empregado que, mediante autorização prévia e expressa, incluir dependentes no Plano de Assistência Odontológica, será descontado em seu contracheque o valor de R\$18,00 (dezoito reais) por cada dependente incluso.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica assegurado ao empregado que aderiu prévia e expressamente, o direito de opor-se ao referido desconto, a ser manifestado em requerimento manuscrito, com identificação e assinatura do oponente, pessoalmente, na sede do sindicato laboral, sem efeito retroativo. Após este protocolo, o oponente deverá protocolar o mesmo requerimento no Departamento Pessoal de sua empresa para cessar o aludido desconto.

Outros Auxílios

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ANTECIPAÇÃO SALARIAL

Fica acordado que as empresas poderão conceder o benefício da antecipação salarial em até 40% dos salários normativos, com o propósito social de atender possíveis demandas urgentes e imprevistos do dia a dia. Para a viabilização do benefício em apreço, as empresas fornecerão aos empregados cartões magnéticos através de gestora de benefícios conveniada com os Sindicatos Convenientes, sem juros e quaisquer despesas para os empregados e para as empresas, com débito diretamente nas respectivas folhas de pagamento e repasse posterior à gestora de benefícios conveniada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A antecipação salarial prevista no caput da presente cláusula convencional deverá constar nos contracheques dos empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de extravio, perda ou dano do cartão magnético, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR

As Entidades Sindicais Convenientes prestarão, indistintamente a todos os trabalhadores e empregadores subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho, o plano Benefício Social Familiar abaixo definido pelas entidades convenientes e discriminado no Manual de Orientação e Regras, parte integrante desta cláusula, através de organização gestora especializada e aprovada pelas Entidades Convenientes.

Parágrafo Primeiro – A prestação do plano Benefício Social Familiar iniciará **a partir de 01/04/2022** e terá como base para os procedimentos necessários ao atendimento dos trabalhadores e empregadores, o Manual de Orientação e Regras disponibilizado no website www.beneficiosocial.com.br/manuais-orientacao.

Parágrafo Segundo – Para efetiva viabilidade financeira do plano Benefício Social Familiar e com expresse consentimento das entidades convenientes, as empresas, recolherão a título de custeio, até o dia 10 (dez) de cada mês, iniciando **a partir de 10/04/2022**, o valor **total de R\$17,00 (dezesete reais)**, por trabalhador que possua, exclusivamente, por meio de boleto disponibilizado pela gestora no website www.beneficiosocial.com.br. Com o intuito de regular e dirimir possíveis dúvidas, dos procedimentos na prestação dos benefícios as Disposições Gerais, Manual de Orientação e Regras, e Tabela de Benefícios são registrados em cartório. O

custeio do plano Benefício Social Familiar será de responsabilidade integral das empresas, ficando vedado qualquer desconto nos salários dos trabalhadores.

Parágrafo Terceiro – Em caso de afastamento de trabalhador motivado por doença ou acidente, o empregador manterá o recolhimento por até 12 (doze) meses. Caso o afastamento do empregado seja por período superior a 12 (doze) meses, o empregador fica desobrigado ao recolhimento desta contribuição a partir do décimo terceiro mês, ficando garantido ao trabalhador afastado todos os benefícios sociais previstos nesta cláusula e no Manual de Orientação e Regras, até seu efetivo retorno ao trabalho, quando então o empregador retomará o recolhimento relativo ao trabalhador afastado.

Parágrafo Quarto – Devido à natureza social, emergencial e de apoio imediato, dos benefícios sociais definidos pelas entidades, na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento ao trabalhador e seus familiares, o empregador deverá preencher o comunicado disponível no website da gestora, no prazo máximo e improrrogável de até 90 (noventa) dias a contar do fato gerador e, no caso de nascimento de filhos, este prazo será de até 150 (cento e cinquenta) dias. O empregador que não observar estes prazos, poderá arcar com sanções pecuniárias em favor do trabalhador ou família prejudicada, como se inadimplente estivesse. Caso a empresa não efetue o comunicado junto à gestora, o trabalhador e seus beneficiários, não perderão o direito ao benefício, devendo a entidade efetuar tal comunicado, não eximindo o empregador de suas responsabilidades e sanções previstas.

Parágrafo Quinto – O empregador que estiver inadimplente ou efetuar recolhimento por valor inferior ao devido, perderá o direito aos benefícios a ele disponibilizados, até sua regularização. Nesses casos, na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento aos trabalhadores e seus familiares, estes não perderão direito aos benefícios e serão atendidos normalmente pela gestora, a mando das entidades, com exceção dos benefícios prestados por empresas terceirizadas. Neste caso, o trabalhador e seus familiares perderão o direito ao recebimento ou prestação desses benefícios. Assim, o empregador responderá, perante o empregado e/ou a seus dependentes, a título de indenização, o equivalente a 10 (dez) vezes o menor piso salarial da categoria vigente à época da infração em favor do trabalhador ou seus beneficiários. Caso o empregador regularize seus débitos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento de comunicação de débito feita por e-mail, pela gestora, ficará isento desta indenização.

Parágrafo Sexto: O não pagamento do custeio previsto nesta cláusula, até o dia 10 (dez) de cada mês, acarretará a incidência em multa de 10% (dez por cento) pelo atraso do pagamento, e juros mensais de 1% (um por cento), conforme previsão legal, além das demais penalidades previstas nesta norma coletiva, podendo ainda, o empregador ter seu nome incluso em órgãos de proteção ao crédito.

Parágrafo Sétimo – Nas planilhas de custos, editais de licitações ou nas repactuações de contratos, devido a fatos novos constantes nesta norma coletiva, e em consonância à instrução normativa em vigência, nestes casos, obrigatoriamente, deverão constar a provisão financeira para cumprimento desta cláusula, preservando o patrimônio jurídico dos trabalhadores, conforme o artigo 444 da CLT.

Parágrafo Oitavo – Estará disponível no website da gestora, a cada recolhimento mensal, o Comprovante de Regularidade específico para atendimento da cláusula do plano Benefício

Social Familiar, referente aos últimos 5 (cinco) anos, a ser apresentado ao contratante, as entidades sindicais, e a órgãos fiscalizadores, quando solicitado.

Parágrafo Nono – O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial e emergencial.

Parágrafo Décimo – Fica desde já consignado e aceito entre as partes, que o envio e usos de dados dos empregados é para o fim exclusivo da disponibilização dos benefícios contratados e objetos da presente prestação de serviços, nos termos da Lei n. 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, e demais legislações pertinentes à confidencialidade.

Parágrafo Décimo Primeiro – Para lisura e transparência na prestação dos benefícios, segue abaixo um resumo e breve descritivo da forma em que eles serão disponibilizados. Tal procedimento é necessário para que não haja desvio de finalidade do benefício a ser disponibilizado e deverá ser rigorosamente observado, devido ser caráter social, emergencial e de natureza alimentícia. A íntegra do Manual de Orientação e Regras que regem a prestação dos benefícios estará registrado em cartório e disponível no website da gestora.

RESUMO DOS BENEFÍCIOS DISPONÍVEIS PARA TRABALHADORES E EMPREGADORES

BENEFÍCIOS	BENEFÍCIOS PARA OS TRABALHADORES		DESCRIPTIVO
	FORMA DE PRESTAÇÃO		
BENEFÍCIO NATALIDADE	1X	R\$ 410,00	EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DE TRABALHADOR (A) SERÁ DISPONIBILIZADO ATRAVÉS DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ PAGO, COM O INTUITO DE BANCARIZAR A FAMÍLIA DO BENEFICIÁRIO, REDUZINDO SUAS DESPESAS BANCÁRIAS E FACILITANDO A UTILIZAÇÃO DESTE BENEFÍCIO.
BENEFÍCIO FARMÁCIA NATALIDADE	1X	R\$ 120,00	EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DE TRABALHADOR (A) SERÁ DISPONIBILIZADO CARTÃO DE DESCONTOS EM REDES CREDENCIADAS, COM O OBJETIVO DE FACILITAR O ACESSO FAMILIAR A MEDICAMENTOS EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DE TRABALHADOR
BENEFÍCIO CAPACITAÇÃO	1X	R\$ 1.100,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FAMILIARES NA OCORRÊNCIA DE FALECIMENTO OU

INCAPACITAÇÃO PERMANENTE DO TRABALHADOR, CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DE INTERESSE DO BENEFICIÁRIO, PARA MANUTENÇÃO E MELHORIA DA RENDA FAMILIAR. TAL VALOR SERÁ ENCAMINHADO DIRETAMENTE AO ORGÃO DE CAPACITAÇÃO ESCOLHIDO PELO BENEFICIÁRIO, EM CASO DE SALDO, ESTE SERÁ DISPONIBILIZADO PARA CUSTEIO DE LOCOMOÇÃO E ALIMENTAÇÃO.

BENEFÍCIO FARMÁCIA	1X	R\$	500,00	SERÁ DISPONIBILIZADO CARTÃO DE DESCONTOS EM REDES CREDENCIADAS, COM O OBJETIVO DE FACILITAR O ACESSO FAMILIAR A MEDICAMENTOS EM CASO DE INCAPACITAÇÃO PERMANENTE AO TRABALHO OU FALECIMENTO DO TRABALHADOR.
BENEFÍCIO MANUTENÇÃO DE RENDA FAMILIAR	12X	R\$	660,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FAMILIARES NA OCORRÊNCIA DE FALECIMENTO OU INCAPACITAÇÃO PERMANENTE DO TRABALHADOR, ATRAVÉS DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ PAGO, O QUAL PODERÁ SER USADO POSTERIORMENTE PELO TRABALHADOR, REDUZINDO SUAS DESPESAS BANCÁRIAS. TAL BENEFÍCIO NÃO PODERÁ SER DISPONIBILIZADO DE FORMA INTEGRAL, PARA QUE NÃO HAJA DESVIO DE FINALIDADE DO MESMO.
BENEFÍCIO ALIMENTAR	12X	R\$	400,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FAMILIARES NA OCORRÊNCIA DE FALECIMENTO OU INCAPACITAÇÃO PERMANENTE DO TRABALHADOR ALIMENTOS DE QUALIDADE E VARIEDADE, ENCAMINHADO À RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA, FICANDO VEDADO O PAGAMENTO EM DINHEIRO OU VALES/ TICKET ALIMENTAÇÃO, PARA QUE NÃO HAJA DESVIO DE FINALIDADE DESTE BENEFÍCIO.
BENEFÍCIO CULTURAL	1X	R\$	100,00	SERÁ DISPONIBILIZADO ATRAVÉS DE CARTÃO PRÉ PAGO, O QUAL PODERÁ SER UTILIZADO PARA COMPRA DE MATERIAIS LITERÁRIOS PARA FORMAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA FAMÍLIA, QUANDO DA COMPROVAÇÃO DA INCAPACITAÇÃO PERMANENTE OU NOS CASOS DE FALECIMENTO DO TRABALHADOR.

BENEFÍCIO SERVIÇO FUNERAL	1X	R\$ 4.000,00	SERÁ ACIONADA UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PROVIDENCIAS DE SEPULTAMENTO, CASO A FAMÍLIA OPTE POR SERVIÇO DE MENOR CUSTO OU NÃO UTILIZE NOSSO PRESTADOR DE SERVIÇOS, O VALOR TOTAL OU O SALDO SERÁ ENCAMINHADO AO ARRIMO DA FAMÍLIA.
BENEFÍCIO CONTA CORRENTE VIRTUAL		SIM	TEM COMO OBJETIVO PROPICIAR AOS TRABALHADORES ACESSO AO SISTEMA BANCÁRIO ELETRÔNICO, ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ-PAGO E APLICATIVO PARA GERENCIAMENTO DE SEUS GASTOS.
BENEFÍCIO RECOLOCAÇÃO		SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APLICATIVO SEM CONSUMO DA FRANQUIA DE DADOS, ONDE O TRABALHADOR TERÁ ACESSO A UMA GRANDE REDE DE VAGAS DISPONÍVEIS.
BENEFÍCIO CAPACITAÇÃO ON-LINE		SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO CURSOS DE CAPACITAÇÃO ATRAVÉS DE APLICATIVOS E COMPUTADORES, CAPACITANDO O PROFISSIONAL E PROPORCIONANDO MELHOR QUALIDADE DE TRABALHO ÀS EMPRESAS.
BENEFÍCIO PSICOSSOCIAL E NUTRICIONAL		SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APOIO PSICOLÓGICO, SOCIAL E NUTRICIONAL, A TODOS OS TRABALHADORES DO SEGMENTO, VIA 0800, POR PROFISSIONAIS LEGALMENTE CAPACITADOS.
BENEFÍCIO FUNERAL DESPESAS EXTRAS	1X	R\$ 1.000,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AO ARRIMO DA FAMÍLIA, PARA CUSTEAR EVENTUAIS DESPESAS EXTRAS NÃO PREVISTAS NO BENEFÍCIO SERVIÇO FUNERAL, TAIS COMO, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE, ENTRE OUTRAS.
BENEFÍCIO CERTIFICAÇÃO DIGITAL (TRABALHADOR)		SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO, EMPRESA LEGALMENTE HOMOLOGADA PARA CERTIFICAÇÃO DIGITAL, COM VALORES ABAIXO DO MERCADO, COM ATENDIMENTO EM REDE CREDENCIADA, VIRTUAL OU EM DOMICÍLIO

<p>BENEFÍCIO RENDA COMPLEMENTAR</p>	<p>SIM</p>	<p>TEM COMO OBJETIVO O AUMENTO DA RENDA FAMILIAR DO TRABALHADOR, ATRAVÉS DE PARCEIROS COMERCIAIS, OS QUAIS DISPONIBILIZARÃO PRODUTOS E SERVIÇOS PARA AQUISIÇÃO COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO E/OU CUSTO SUBSIDIADOS, PARA REVENDA COM GRANDE POTENCIAL LUCRATIVO, E RENDA OFICIAL E COMPLEMENTAR A FAMÍLIA.</p>
---	------------	---

BENEFÍCIOS PARA AS EMPRESAS

BENEFÍCIOS	FORMA DE PRESTAÇÃO	DESCRIÇÃO
<p>BENEFÍCIO REEMBOLSO RESCISÃO</p>	<p>1X R\$ 1.100,00</p>	<p>EM CASO DE FALECIMENTO OU INVALIDEZ PERMANENTE PARA O TRABALHO, SERÁ ENCAMINHADO À CONTA CORRENTE BANCÁRIA DA EMPRESA APÓS RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.</p>
<p>BENEFÍCIO LICENÇA PATERNIDADE</p>	<p>1X R\$ 300,00</p>	<p>EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DO TRABALHADOR, SERÁ ENCAMINHADO À CONTA CORRENTE BANCÁRIA DA EMPRESA APÓS RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS</p>
<p>BENEFÍCIO MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO</p>	<p>ESTRUTURAL SEM UNIDADE MÓVEL</p>	<p>SERÁ DISPONIBILIZADO SEM CUSTOS OS EXAMES CLÍNICOS – ASO (ADMISSIONAIS, PERIÓDICOS, DEMISSIONAIS, RETORNO AO TRABALHO E MUDANÇA DE FUNÇÃO). JÁ O PCMSO, PPRA, ANÁLISES TÉCNICAS, EXAMES COMPLEMENTARES E DEMAIS LAUDOS GANHAM DESCONTOS SIGNIFICATIVOS.</p>
<p>BENEFÍCIO CONECTA EMPRESA</p>	<p>SIM</p>	<p>SERÁ DISPONIBILIZADO APLICATIVO SEM CONSUMO DA FRANQUIA DE DADOS, PARA QUE AS EMPRESAS POSSAM CONTATAR OS TRABALHADORES DE FORMA RÁPIDA E SEGURA.</p>
<p>BENEFÍCIO MURAL DE EMPREGOS</p>	<p>SIM</p>	<p>SERÁ DISPONIBILIZADO AS EMPRESAS SISTEMA ON-LINE, PARA INSERÇÃO DAS VAGAS DISPONÍVEIS, TAIS VAGAS SERÃO</p>

DIVULGADAS AOS TRABALHADORES PELO
BENEFÍCIO RECOLOCAÇÃO.

BENEFÍCIO FOLHA DE PAGAMENTO VIRTUAL	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO UM SISTEMA ON-LINE DE CADASTRAMENTO E PAGAMENTO, JUNTAMENTE COM O BENEFÍCIO CONTA CORRENTE VIRTUAL. VISANDO AGILIZAR O ENVIO DAS REMUNERAÇÕES AOS COLABORADORES DAS EMPRESAS
BENEFÍCIO COMPRA DIRETA	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO UMA REDE DE FORNECEDORES, COM DESCONTOS SIGNIFICATIVOS EM SEUS PRODUTOS E SERVIÇOS, DEVIDO A INEXISTÊNCIA DE INTERMEDIÁRIOS.
BENEFÍCIO TRIAGEM DE ATESTADO	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO SISTEMA ON-LINE PARA AS EMPRESAS ENCAMINHAREM OS ATESTADOS MÉDICOS RECEBIDOS DOS TRABALHADORES, TAIS ATESTADOS PASSARÃO POR TRIAGEM RESULTANDO EM UM LAUDO ENCAMINHADO AS EMPRESAS.
BENEFÍCIO CERTIFICAÇÃO DIGITAL (EMPRESA)	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO, EMPRESA LEGALMENTE HOMOLOGADA PARA CERTIFICAÇÃO DIGITAL, COM VALORES ABAIXO DO MERCADO, COM ATENDIMENTO EM REDE CREDENCIADA, VIRTUAL OU EM DOMICÍLIO.

Empréstimos

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Fica facultado às empresas abrangidas por este instrumento normativo de trabalho, a tomarem as providências necessárias para que seus empregados possam usufruir dos empréstimos com desconto em folha de pagamento, nos termos da Lei nº 10.820, de 17/12/2003.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - HOMOLOGAÇÃO E QUITAÇÃO DE RESCISÃO

Por se tratar de categoria profissional de asseio e conservação, cuja atividade é essencial para o bem-estar da sociedade, e também por representar a base da pirâmide Laboral, os Sindicatos Convenentes, em prol da valorização social do trabalho, e para evitar qualquer possibilidade de precarização do trabalho, acordam que a homologação e quitação de rescisão dar-se-á na forma pactuada abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica acordado entre os Sindicatos Convenentes acerca da obrigatoriedade das empresas de realizarem todas as homologações de rescisões de contrato de trabalho com mais de 1(hum) ano de duração na sede do Sindicato Laboral.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A assistência sindical para homologação das rescisões de contrato de trabalho com mais de 1 (hum) ano de duração é da competência do sindicato laboral, em cuja jurisdição o empregado prestou serviços nos últimos 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: PRAZO DE PAGAMENTO DE RESCISÃO:

a) O pagamento das parcelas constantes no recibo de quitação deverá ser efetuado até o 10º (décimo) dia útil, incluindo-se o do vencimento.

b) Enquadram-se na previsão da presente cláusula:

- A rescisão antecipada, pelo empregador ou empregado, do contrato por prazo determinado, incluindo o contrato de experiência;
- A demissão sem justa causa;
- A demissão com aviso prévio indenizado, dispensado o seu cumprimento;
- O pedido de demissão pelo empregado, com dispensa do cumprimento do aviso prévio;
- O término do contrato por prazo determinado, incluindo o contrato de experiência;
- A demissão com cumprimento do aviso prévio;
- O pedido de demissão pelo empregado, com cumprimento do aviso prévio;
- Demissão consensual.

Aviso Prévio

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - AVISO PRÉVIO

O empregado que estiver em cumprimento do aviso prévio poderá ser transferido para dentro do mesmo Município onde exerce suas funções. E se, neste período, o empregado demitido conseguir outro emprego, fica dispensado do restante do cumprimento do aviso e respectivo pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cumprimento do prazo do aviso prévio previsto na legislação nº 12.506/11 dar-se-á de forma proporcional, aplicando-se integralmente tanto para empregado quanto para as empresas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese do contrato de trabalho ficar suspenso por motivo de doença ou acidente de trabalho, com percepção de auxílio-doença ou acidente, por mais de um ano, o período suspenso não será computado para o cálculo do aviso prévio proporcional.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - RESCISÃO

As empresas obrigam-se ao pagamento dos salários e dos direitos trabalhistas dos empregados desligados, conforme determina a Lei nº 7.855/89 e Instrução Normativa n.º04/2002 da Secretaria de Relações do Trabalho, publicada no DOU de 03.12.2002.

PARÁGRAFO ÚNICO: O empregado dispensado, sem justa causa, no período de 30 dias que antecede à data de sua correção salarial (data base), não terá direito à indenização adicional de 1 salário mensal, ficando prejudicado o disposto no artigo 9º, da Lei nº 7.238/84, por força da Lei 13.467/17, desde que o encerramento total ou parcial do contrato tenha ocorrido por determinação do tomador de serviço (empresa contratante de prestação de serviços).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - EXPERIÊNCIA

É vedado às empresas firmarem contrato de experiência nos casos de readmissão de empregado na mesma função, quando readmitidos no período de 3 (três) meses após a respectiva demissão.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contrato de experiência será de até 60 (sessenta) dias, podendo ser renovado por mais 2 (dois) períodos de 60 (sessenta) dias. Em caso de quebra do respectivo contrato, fica, desde já, as partes desobrigadas do cumprimento do disposto nos artigos 479 e 480 da CLT.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Atribuições da Função/Desvio de Função

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DESVIO DE FUNÇÃO

O desvio de função será caracterizado quando o empregado exercer função diferente da que foi contratado por um período superior a 50% do seu turno de trabalho diariamente pelo prazo máximo de 90 dias durante o ano vigente, devendo prevalecer a remuneração à maior. Essa diferença de remuneração deverá ser paga a título de indenização no contracheque correspondente ao mês de competência em que o empregado exerceu função diferente da contratada.

Transferência setor/empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - MUDANÇA DO LOCAL DE TRABALHO

As empresas ficam obrigadas a comunicar a seus empregados, com antecedência de 72h (setenta e duas horas), as mudanças de horário e local de trabalho atinente a cada caso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese do empregado ficar sem setor destinado para prestação de seus serviços, o mesmo deverá apresentar-se, no dia seguinte, à sede da empresa para nova designação e, até que tal ocorra, ficará garantido o recebimento dos seus salários e a marcação do ponto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O empregado que estiver de aviso prévio poderá ser transferido dentro do mesmo município do local de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: É lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento ou serviço em que trabalhar o empregado. Neste caso específico, de forma a preservar o emprego, a empresa fica desobrigada do pagamento suplementar de 25% do salário.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - HOME OFFICE

Os Sindicatos convenientes acordam que as empresas e seus empregados poderão instituir trabalho no sistema home office (trabalho em domicílio), nos termos do artigo 75-A e seguintes, da CLT, pois se trata de uma realidade comum na era contemporânea do Direito do Trabalho, eis que propicia ao empregado maior autonomia na prestação de labor, menor desgaste com deslocamentos à empresa (minoração dos custos com transporte e/ou combustível), economia e racionalização de tempo hábil para resoluções de problemas particulares ou de seu interesse, maior convívio com seus familiares e, enfim, uma melhoria indubitável em sua condição social.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA

O prazo de estabilidade do empregado será, exclusivamente, desde a sua eleição até o final de seu mandato, não podendo ser dispensado sem justa causa nesse período.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - RECIBO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

A entrega de quaisquer documentos, ou sua devolução, à empresa ou ao empregado, deverá ser formalizada, com recibo em duas vias, assinadas pelo empregador e pelo empregado, cabendo uma cópia a cada parte.

PARÁGRAFO ÚNICO: É obrigação do empregado manter os seus dados atualizados na empresa, como endereço, telefone, nome e contato dos filhos, estado civil e/ou outras informações adicionais para a sua localização. O empregado também deverá informar a empresa

os casos de alteração cadastral, que só terá valor a partir da data da respectiva comunicação, de modo que a empresa não poderá ser responsabilizada pela não atualização dos dados cadastrais do empregado.

Outras estabilidades

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - GARANTIA DA GESTANTE

A empregada deverá informar, no ato de sua demissão do quadro funcional da empresa empregadora, se está ou não em estado gestacional, com base na Lei nº 9.799/99. Em caso afirmativo, a empresa compromete-se a suspender o respectivo processo demissional.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contrato de trabalho temporário ou a termo, entre eles o contrato de experiência, como modalidade de contrato com prazo determinado e em razão da sua natureza de transitoriedade, é incompatível com o instituto da estabilidade provisória, conforme pacificado pelo pleno do TST em 2019 (IAC-5639-31.2013.5.12.0051) e pelo Tema de Repercussão Geral no. 479 do Supremo Tribunal Federal, não havendo, portanto, estabilidade gravídica durante o respectivo período temporário ou nos contratos por prazo determinado, salvo se houver dispensa antecipada de forma arbitrária ou demissão sem justa causa.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA

A jornada de trabalho poderá ser prorrogada, até o máximo de 2 (duas) horas, como compensação para supressão, total ou parcial de trabalho aos sábados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - ESCALA DE REVEZAMENTO COM COMPENSAÇÃO

A jornada de trabalho poderá ser doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação, observados ou indenizados, o intervalo de 30 minutos para repouso e alimentação, com a respectiva anuência do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face à natural compensação pelo desconto nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de trabalho noturno as horas serão remuneradas no percentual de 20%, para os períodos laborados entre 22:00h à 05:00h.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Se a Jornada 12x36 ocorrer em ambiente insalubre é desnecessária a licença prévia da autoridade competente na área de higiene do trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO: A indenização do intervalo intrajornada será no percentual de 50% sobre a hora normal de trabalho.

PARÁGRAFO QUINTO: Nos termos do parágrafo segundo, do artigo 58, da CLT, o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - BANCO DE HORAS

Fica dispensado o acréscimo referente a hora extra se, caso o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

PARÁGRAFO ÚNICO: A liquidação dos haveres pelo empregador e/ou empregado dar-se-á até 90 (noventa) dias após o término da vigência anual do banco de horas de que trata este artigo.

Controle da Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO - SISTEMAS ALTERNATIVOS

As empresas poderão adotar sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho, seja por meio manual, mecânico, eletrônico, biometria, ponto por exceção (art.74, §4º da CLT) ou qualquer outro que possa aferir o respectivo controle.

PARÁGRAFO ÚNICO: São considerados válidos, para os fins de direito, todos os tipos de controles de pontos, inclusive, aqueles com registro invariável de jornada de trabalho (ponto britânico) ou com rasura, desde que com a anuência do empregado.

Turnos Ininterruptos de Revezamento

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - ESCALA DE REVEZAMENTO E/OU BANCO DE HORAS ESPECÍFICO

A formalização específica de escala de revezamento e/ou de Banco de Horas deverá ser instituída através de Acordo Específico, celebrado entre a empresa e os empregados,

devidamente representados pelo Sindicato Laboral, desde que a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas, com a apresentação do CERSIN previsto na cláusula sexagésima sétima da presente convenção coletiva de trabalho, sem exceção, e que seja justificada a necessidade da implantação da escala de revezamento e/ou banco de horas.

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - TRABALHO SUPLEMENTAR DA MULHER

Desde que conste de seu exame médico admissional, na forma da legislação em vigor, fica autorizada a prorrogação da jornada da mulher empregada.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - ABONO DE ESTUDANTE

Fica assegurado o direito de falta ao empregado estudante no dia da prova, inclusive para exame vestibular, desde que seja avisado o empregador com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, mediante comprovação por escrito, e haja incompatibilidade entre o horário de trabalho e o da prova.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - INTERVALO INTRAJORNADA

Os Sindicatos convenientes acordam que entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 10 (dez) horas consecutivas para descanso.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - JORNADA PARCIAL / REDUZIDA / TRABALHO INTERMITENTE

Os empregadores que contratarem trabalhadores para laborarem jornada de trabalho em regime de tempo parcial, deverão estabelecer essa condição especial em contrato individual por escrito, não podendo o valor da hora ser paga de forma inferior ao piso/hora previsto na presente convenção coletiva de trabalho para a referida função nos moldes das alterações introduzidas pela lei 13467/2017.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregadores que contratarem trabalhadores para laborarem jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, deverão respeitar o piso salarial da categoria, previsto na cláusula

terceira da presente convenção coletiva de trabalho, não podendo ser aplicada a regra do piso/hora previsto no caput.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Não é permitida a adoção de qualquer outro regime de jornada reduzida, sem a necessária formalização de um acordo específico celebrado entre empregadores e trabalhadores, devidamente representados pelo Sindicato Conveniente, desde que, outrossim, a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas e com a apresentação da CERSIN prevista na cláusula sexagésima sétima da presente convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO – TRABALHO INTERMITENTE - Ficam as empresas autorizadas a utilizar a modalidade de trabalho Intermitente, como condição especial em contrato individual por escrito, não podendo o valor da hora ser pago de forma inferior ao piso/hora prevista nessa convenção coletiva de trabalho para a referida função, nos moldes das alterações introduzidas pela lei 13.467/2017.

Férias e Licenças

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - ESTABILIDADE APÓS LICENÇA

O empregado afastado do serviço por mais de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, por doença, devidamente comprovada pelo Órgão Previdenciário, terá garantia de emprego por mais 30 (trinta) dias, a partir da alta médica.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - FÉRIAS

As empresas obrigam-se a avisar, com 15 (quinze) dias de antecedência ao empregado, quando este deverá entrar em férias, de acordo com a Legislação em vigor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas obrigam-se a efetuar o pagamento das férias até 02 (dois) dia antes do início das mesmas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas poderão optar em comum acordo com o empregado, o gozo das férias em até 3 períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um, respeitando-se o limite legal para o gozo integral das férias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os dias úteis não trabalhados poderão ser compensados nas férias.

PARÁGRAFO QUARTO: O dia do início das férias poderá ocorrer nos dias que antecedem a feriados ou ao dia do repouso semanal remunerado do empregado.

Saúde e Segurança do Trabalhador
Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - CONDIÇÕES DE TRABALHO

As empresas deverão implantar medidas que visem a melhoria de suas instalações, bem como das condições de trabalho dos empregados, nos vestiários e refeitórios.

Equipamentos de Proteção Individual

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - PROTEÇÃO AO TRABALHO - E.P.I

As empresas obrigam-se a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamentos de proteção individual (luva de borracha, cinto de segurança, máscara, e outros) adequados ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados, nos termos do Art. 166, da Portaria nº 3.214, de 08.06.78.

PARÁGRAFO ÚNICO: O EPI –Equipamento de Proteção Individual, quando fornecido pelas empresas, é de uso obrigatório pelo empregado, sendo considerada falta punível a sua não utilização, e a reincidência considerada falta grave, nos termos do art. 482, da CLT.

Uniforme

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - UNIFORME

As empresas fornecerão gratuitamente 04 (quatro) uniformes por ano a seus trabalhadores, quando obrigatório o seu uso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Entende-se por uniforme, a indumentária completa exigida para execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os uniformes e EPI's, tais como botas, luvas, aventais, guarda-pós ou outras peças de indumentárias necessárias ao atendimento da focalizada exigência, deverão ser restituídas no estado de uso em que se encontrarem ao ensejo da extinção do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O empregado indenizará, com base no §1º do art. 462 da CLT, a peça de uniforme, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente do salário ou da remuneração, em caso de extravio, danos decorrentes de utilização indevida ou fora do serviço e não devolução quando da rescisão contratual ou substituição do uniforme cedido. Tal previsão deverá constar do contrato de trabalho do empregado.

PARÁGRAFO QUARTO: A utilização do uniforme será restrita ao local de trabalho incluindo o seu trajeto de ida e volta ao trabalho, ficando o faltoso passível de advertências, suspensão e demissão por justa causa.

PARÁGRAFO QUINTO: A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas são de uso comum.

Exames Médicos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - EXAMES MÉDICOS

As empresas realizarão exames médicos periódicos em todos os empregados, conforme legislação em vigor, bem como os exames admissionais e demissionais, conforme a Norma Regulamentadora 7 - NR 7.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - ATESTADOS MÉDICOS

As empresas obrigam-se a aceitar os atestados médicos e odontológicos justificativos de ausência ao trabalho, emitidos pelo Órgão Previdenciário e seus conveniados, bem como das clínicas médicas conveniadas pelo Sindicato Laboral e das clínicas conveniadas pelas empresas, sem prejuízo das hipóteses previstas em Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O atestado deverá ser entregue, pessoalmente ou nos casos de absoluta impossibilidade comprovada, por outrem, nas 48 horas após a emissão do referido atestado, sendo convalidado pelo médico da empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando o empregado prestar serviço fora do domicílio da sede da empresa, a entrega do atestado médico poderá ser feita em sua subsele ou posto de apoio, caso existam, ou recolhido pelo preposto da mesma no próprio posto de serviço.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para sua validade, o atestado deverá conter a identificação do empregado e assinatura e carimbo com o número do Conselho do profissional que assina o documento, e ser apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que as empresas declarem na cópia a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário e assinatura do preposto da empresa.

PARÁGRAFO QUARTO: Caso a empresa suspeite de fraude no atestado apresentado, poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis, os quais deverão prestá-las, vez que a prática de atestado falso é crime previsto nos arts. 297 e 302 do Código Penal.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso a fraude seja constatada, pode implicar em demissão por justa causa do empregado, prevista no artigo 482, da CLT.

Primeiros Socorros

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - ESTOJO DE PRIMEIROS SOCORROS

As empresas manterão nos locais de serviço, um estojo contendo medicamentos necessários ao atendimento de primeiros socorros.

Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - CONVÊNIOS

As empresas poderão firmar convênios de Assistência Médica, Odontológica, Laboratoriais e com Farmácias, para atendimento aos seus empregados.

Relações Sindicais

Garantias a Diretores Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - DELEGADO SINDICAL

O Sindicato Laboral poderá indicar Delegados na proporção de 01 (um) por 150 (cento e cinquenta) empregados, até o máximo de 06 (seis) Delegados Sindicais por empresa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os Delegados Sindicais indicados pelo Sindicato Laboral, somente poderão ser dispensados do emprego por justa causa, devidamente comprovada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os Delegados e Diretores terão direito a 03 (três) dias de abono mensal, a serviço do Sindicato Laboral, desde que solicitado por escrito, avisando as empresas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os Delegados não poderão ser transferidos do setor, salvo no encerramento do contrato de serviço, falta grave ou a pedido do cliente.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL CONFEDERATIVA LABORAL - ART.8º, IV, CF

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, através do processo TST-PMPP-1000356-60.2017.5.00.0000, flexibilizaram o desconto da contribuição social com o requisito do direito de oposição, prevalecendo, outrossim, o princípio legal do acordado sobre o legislado, bem como o disposto na nota técnica nº.1 do Ministério Público do Trabalho de 27/04/2018, as empresas, por meio de autorização prévia e expressa do empregado, descontará mensalmente, a importância de R\$ 17,00 (dezesete reais) por mês, de cada integrante da categoria profissional, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária, para benefícios sociais oferecidos pela Entidade, bem como serviços jurídicos na área trabalhista; que aderiu prévia e expressamente e homologações: serviços de fiscalização trabalhista e acompanhamento de processo e balcão de emprego, além da manutenção e incremento tecnológico dos cursos e treinamentos para qualificação da mão-de-obra. O aludido desconto será efetuado nas folhas de pagamento com base no caput do Art. 462, da CLT. Fica assegurado ao empregado que aderiu prévia e expressamente o direito de opor-se ao referido desconto, a ser manifestado em requerimento manuscrito, com identificação e assinatura do oponente, pessoalmente, na sede do sindicato laboral, sem efeito retroativo. Após este protocolo, o oponente deverá protocolar o mesmo requerimento no Departamento Pessoal de sua empresa para cessar o aludido desconto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas deverão efetuar o depósito da Contribuição Constitucional Confederativa Laboral no banco Itaú S.A., agência 9322, conta corrente nº 09241-3, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o desconto em folha, e enviar ao Sindicato Laboral, cópia do recibo bancário acompanhado da folha de pagamento no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou efetuar o pagamento na sede da Entidade Laboral em cheque nominal. O atraso no repasse incorrerá em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor da Contribuição Constitucional Confederativa Laboral, acrescidos de correção monetária.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O sindicato laboral deverá assumir a total responsabilidade pelo reembolso das empresas, caso sejam demandadas por empregados que não autorizaram o referido desconto ou por decisão judicial.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL LABORAL

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, através do processo TST-PMPP-1000356-60.2017.5.00.0000, flexibilizaram o desconto da contribuição social com o requisito do direito de oposição, prevalecendo, outrossim, o princípio legal do acordado sobre o legislado, bem como o disposto na nota técnica nº.1 do Ministério Público do Trabalho de 27/04/2018, as empresas abrangidas por esta convenção, por meio de autorização prévia e expressa do empregado, descontarão de cada empregado em folha de pagamento, a quantia de R\$ 90,00 (noventa reais), sendo R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) no contracheque do mês de Julho/2022 e R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) no contra cheque do mês de Agosto/2022, a fim de custear os Serviços Assistenciais do respectivo Sindicato. Este valor

deverá ser repassado pelas empresas através de depósito no Banco Itaú S.A, agência 9322, conta corrente nº 09241-3, no prazo máximo de 10 (dez) dias após cada desconto, ou efetuar o pagamento na sede da Entidade Laboral em cheque nominal, caso contrário, será cobrada multa de 2% (dois por cento) ao mês, acrescidos de correção monetária. As empresas terão o prazo de 5 (cinco) dias para enviarem à secretaria do Sindicato Laboral, cópia do recibo de depósito bancário acompanhada da folha de pagamento ou das Guias de Recolhimento da Previdência Social (GRPS). Fica assegurado ao empregado que aderiu prévia e expressamente o direito de opor-se ao referido desconto, a ser manifestado em requerimento manuscrito, com identificação e assinatura do oponente, pessoalmente, na sede do sindicato laboral, sem efeito retroativo. Após este protocolo, o oponente deverá protocolar o mesmo requerimento no Departamento Pessoal de sua empresa para cessar o aludido desconto.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Sindicato Laboral deverá assumir a total responsabilidade pelo reembolso das empresas, caso sejam demandadas por empregados que não autorizaram o respectivo desconto ou por decisão judicial.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - CUSTEIO SINDICAL LABORAL

O desconto da contribuição sindical previsto no art.578 da Lei 13.467/17 em favor do sindicato laboral, fixado pela assembléia geral da categoria e devidamente registrado em ata, será efetuado em folha de pagamento dos empregados, associados ou não ao Sindicato, conforme valores e datas fixadas pela assembléia da categoria, seguindo a orientação da nota técnica nº.1 do Ministério Público do Trabalho de 27/04/2018.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas, obrigatoriamente, descontarão a importância correspondente à remuneração de um dia de trabalho de cada um de seus empregados, em conformidade com o art.580, inciso II, da CLT, sendo depositado no Banco Itaú S.A, agência 9322, conta corrente nº 09241-3, no prazo de 5 (cinco) dias após o desconto em folha. Fica assegurado ao empregado que aderiu prévia e expressamente o direito de opor-se ao referido desconto, a ser manifestado em requerimento manuscrito, com identificação e assinatura do oponente, pessoalmente, na sede do sindicato laboral, sem efeito retroativo. Após este protocolo, o oponente deverá protocolar o mesmo requerimento no Departamento Pessoal de sua empresa para cessar o aludido desconto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica ainda acordado entre as partes convenientes, que após ter sido proferido o desconto correspondente à remuneração de um dia de trabalho de cada um de seus empregados, todas as empresas repassarão para cada uma de suas entidades sindicais em sua base de representação, o aludido desconto, nos termos previsto no art.582 da CLT.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Esta cláusula passará a ter validade a partir do mês de abril/2022.

PARÁGRAFO QUARTO: O sindicato laboral deverá assumir a total responsabilidade pelo reembolso das empresas, caso sejam demandadas por empregados que não autorizaram o referido desconto ou por decisão judicial.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL - OUTUBRO/2022

Considerando o artigo nº 8º, III, da Constituição Federal, que consagra a representatividade sindical e a defesa dos direitos e interesses coletivos; o artigo 513, e, da CLT, que determina a imposição de contribuição a todas as empresas que participam da categoria econômica; artigo

611-A da CLT, que determina a prevalência da Convenção Coletiva de Trabalho sobre a Lei, ressaltadas as vedações previstas no art. 611-B e considerando, finalmente, que o art. 611-B, da CLT, não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, as empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 07/03/22, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Negocial Patronal no valor total de R\$ 40,00 (quarenta reais), por empregado, a ser recolhida de uma só vez até o dia 14 de Outubro de 2022, conforme orientação emanada da Decisão do Supremo Tribunal Federal - STF - RE 220.700-1 - RS - DJ. 13.11.98 e, mais recentemente, a decisão RE-189.960-3 – DJ. 17.11.2000. A empresa que não recolher até o dia 14 de Outubro de 2022, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para a empresa que fizer parte integrante do quadro social do SEAC-RJ, e que recolher a Contribuição Negocial Patronal até a data acima fixada, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). No entanto, caso não faça o recolhimento até o dia 14 de Outubro de 2022, a mesma não se beneficiará do referido desconto e ainda ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. Entende-se por empresa associada ao SEAC-RJ, aquela que faz parte integrante do quadro social da entidade, cuja proposta de inclusão foi deliberadamente aprovada em reunião de diretoria do SEAC-RJ, sendo contribuinte mensal da taxa associativa obrigatória e que esteja em dia com o Sindicato Patronal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no caput da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até a regularização da situação econômica.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em caso de não recolhimento da Contribuição Negocial Patronal prevista no caput da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL - JULHO/2022

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 07/03/2022, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Confederativa Patronal no valor total de 2 (Dois) pisos salariais da categoria profissional, previsto na cláusula Terceira, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser recolhida de uma só vez até o dia 15 de Julho de 2022, conforme determina o inciso IV, do Art. 8º, da Constituição Federal. A empresa que não recolher até o dia 15 de Julho de 2022, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição, acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL - MAIO/2022

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, recolherão para o Sindicato Patronal, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 07/03/2022, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, uma Contribuição Assistencial Patronal, valor total de 1 (um) piso salarial da categoria profissional, previsto na cláusula Terceira, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser recolhida de uma só vez até o dia 27 de Maio de 2022, nos termos da CR/CNC n.047/2019. A empresa que não recolher até o dia 27 de Maio de 2022, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição, acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL

Considerando que o artigo 578, da CLT, já com a redação dada pela Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista), manteve, outrossim, a previsão da contribuição sindical patronal, e mediante o disposto na nota técnica nº 2/2018, do Ministério Público do Trabalho, assim como recente decisão do TST (autos PMPP-1000356-60.2017.5.00.0000), que outorgaram a possibilidade de cobrança da contribuição sindical para toda a categoria (sejam filiados ou não filiados), fica autorizado previamente, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 07/03/22, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, a cobrança da contribuição sindical patronal, de acordo com as regras previstas na CLT, ora disponibilizada para emissão através do site do SEAC-RJ, www.seac-rj.com.br, ou o site da caixa econômica federal www.caixa.gov.br.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - MENSALIDADE SINDICAL LABORAL

As empresas deverão, mediante autorização prévia e expressa do empregado, descontar mensalmente em folha de pagamento, a mensalidade sindical dos associados, referente a 4% (quatro por cento) do piso mínimo da categoria e repassá-las ao Sindicato Laboral da categoria, até dez dias após o desconto, devendo o respectivo Sindicato apresentar à empresa, em tempo hábil, a relação dos seus associados. O atraso no repasse desta mensalidade, incorrerá em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor da mensalidade reajustada, mais a atualização monetária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas deverão efetuar o depósito da Mensalidade Sindical no Banco Itáú S.A., agência 9322, conta corrente nº 09241-3, no prazo de 5 (cinco) dias após o desconto em folha, e enviar ao Sindicato Laboral, cópia do recibo bancário acompanhado da folha de pagamento no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou efetuar o pagamento na sede da Entidade Laboral em cheque nominal. O atraso no repasse incorrerá em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor da mensalidade, acrescidos de atualização monetária.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica assegurado ao empregado que aderiu prévia e expressamente a mensalidade sindical, o direito de opor-se ao referido desconto, a ser manifestado em requerimento manuscrito, com identificação e assinatura do oponente, pessoalmente, na sede do sindicato laboral, sem efeito retroativo. Após este protocolo, o oponente deverá protocolar o mesmo requerimento no Departamento Pessoal de sua empresa para cessar o aludido desconto.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL - CERSIN

Por força do Artigo 1º, inciso IV, da Constituição Federal, que prevê a valorização social do trabalho, e em atenção aos termos da presente Convenção Coletiva de Trabalho, que resguarda direitos dos empregados contra a prática de precarização de mão de obra, as empresas para participarem em licitações públicas ou privadas, ou ainda para contratarem com órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenentes, individualmente, para qualquer empresa, indistintamente, seja associada ou não, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da contribuição sindical (profissional e econômica);
- b) Recolhimento de todas as taxas e contribuições aqui inseridas;
- c) Cumprimento integral desta Convenção Coletiva de Trabalho;
- d) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e Município;
- e) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A falta de certidão ou vencido seu prazo, que é de 90 (noventa) dias, permitirá às empresas licitantes, bem como aos Sindicatos Convenentes, nos casos de licitação pública ou privada, alvejarem o processo licitatório por descumprimento das cláusulas convencionadas, por via administrativa e/ou judicial.

PARÁGRAFO QUARTO: Somente será expedida a Certidão de Regularidade Sindical (CERSIN), para a empresa que estiver cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas da presente convenção.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - ALTERAÇÃO CONTRATO DE TRABALHO

Fica acordado entre as partes convenientes, que qualquer alteração no contrato de trabalho, inclusive para convalidar os acordos individuais, se necessário, poderão ser realizados com a aquiescência do Sindicato Laboral, independente de lei e/ou Medida Provisória.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - DIA DO EMPREGADO DE ASSEIO

Fica assegurado o dia 16 de Maio como sendo o "Dia do Empregado de Asseio e Conservação", data esta em que será eleito o Servente-Padrão, ocasião em que ambas as entidades promoverão um evento festivo.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - DIVERGÊNCIAS

As divergências surgidas na vigência desta Convenção poderão ser dirimidas pelos Sindicatos Convenentes, através de Termos Aditivos específicos, bem como na Comissão de Conciliação Prévia Intersindical ou na Justiça do Trabalho, sempre que não houver acordo entre as partes.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PREVIA DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO-CICPAC

Os Sindicatos Convenentes revalidam a Cláusula Sexagésima Terceira – COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA, da Convenção Coletiva de Trabalho, firmada para o período de 1º de Março de 2021 a 28 de Fevereiro de 2022, registrada no MTE sob o nº RJ000714/2021.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - OBRIGATORIEDADE

Visando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de prestação de serviços, as empresas, obrigatoriamente, deverão levar ao conhecimento dos tomadores de serviços, o inteiro teor da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - REFORMA TRABALHISTA LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017

Os Sindicatos Convenentes acordam que a Lei nº 13.467/17 terá efeito imediato e aplicação integral nos contratos de trabalho em curso, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada, nos termos do artigo 5º, da XXXVI, da Constituição Federal.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - PRINCÍPIOS DA UNICIDADE SINDICAL E VALORIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO

As empresas que venham a prestar serviços de Asseio e Conservação no Município do Rio de Janeiro deverão cumprir integralmente os termos da presente Convenção Coletiva de Trabalho, bem como possíveis Acordos Coletivos de Trabalho firmados com o Sindicato dos Trabalhadores em Asseio - SINTACLUNS, sendo vedado, para todos os fins de direito, em nome dos Princípios Constitucionais da Unicidade Sindical e da valorização social do trabalho, a celebração de qualquer outro Instrumento Normativo firmado com outros entes sindicais e com condições de remuneração salarial inferiores.

PARÁGRAFO ÚNICO: O piso salarial mínimo para a função de servente é no valor de R\$1.430,00 (um mil e quatrocentos e trinta reais), para jornada normal de trabalho previsto no art.7, XIII, da CF, sendo vedado qualquer pacto normativo prevendo piso salarial menor que o previsto na presente convenção coletiva de trabalho.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Considerando-se que a Convenção Coletiva de Trabalho representa direito do empregado, nos termos do Art. 7º, XXVI, da Constituição Federal e, visando a que, conjuntamente, as partes aqui convencionadas possam agir contra irregularidades no cumprimento das obrigações trabalhistas elencadas nesta convenção e nas leis em geral, fica estabelecido que, a qualquer tempo, o Sindicato Laboral e/ou Patronal ou o Sindicato Laboral e/ou qualquer empresa, manifestar-se-ão junto aos clientes tomadores de serviços, quando tiverem ciência de que alguma empresa tenha apresentado preço considerado inexequível, ou seja, aquele que evidencia clara impossibilidade do cumprimento remuneratório trabalhista e fiscal. Esta ação conjunta e/ou isolada, dependendo de cada situação, ensejará em manifestação escrita junto ao cliente - tomador de serviços de asseio e conservação por parte principalmente do Sindicato Laboral, visando a alertá-lo para a impossibilidade

matemático-financeira do preço (inexeqüível) cobrir as obrigações trabalhistas e fiscais, coadunando-se, outrossim, com o disposto no Art. 48, II, da Lei nº 8.666 de 21/6/93.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - ANTECIPAÇÃO DA DATA BASE

As partes poderão deliberar sobre a antecipação da data base da categoria de Asseio e Conservação, caso a data base do Salário Mínimo Nacional seja antecipada.

Outras Disposições

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SÉTIMA - DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

O Sindicato Laboral e Patronal comprometem-se a desenvolver campanhas de conscientização e orientação destinado a todos empregados e gerentes, e apurar todas as situações denunciadas formalmente pelas vítimas relativas a caso de assédio sexual, moral, discriminação racial, religiosa, homofóbica, deficiência física, permanente ou temporária, com assistência das Federações e sindicatos convenientes.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA OITAVA - PERÍODO DE ADAPTAÇÃO À NOVA FUNÇÃO

A empresa poderá alterar o contrato de trabalho do empregado até o prazo de 6 (seis) meses da promoção de cargo, caso o mesmo não tenha se adaptado às rotinas da nova função, ocasião em que, de forma a preservar o emprego, o mesmo será revertido ao cargo efetivo e anteriormente ocupado, inclusive, com o salário anterior à respectiva promoção.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA NONA - PRESERVAÇÃO DO BENEFÍCIO

Os benefícios oferecidos por força dos contratos de prestação de serviços terceirizados, com custeio integral ou parcial por parte da empresa contratante de serviços, como plano de saúde ou odontológico, poderão ser descontinuados em virtude de afastamento formal ou por transferência do empregado de seu antigo posto de serviço para um novo local, onde não haja as mesmas previsões contratuais de trabalho, passando o empregado a receber os benefícios convencionados, nos termos da legislação pertinente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os benefícios previstos na presente cláusula não geram obrigatoriedade para todos os empregados, mas tão somente àqueles vinculados aos contratos de prestação de serviços terceirizados que fizerem tal exigência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso do plano de saúde ou odontológico, de forma a não haver razão de descontinuidade do atendimento ao empregado, a empresa manterá o pagamento pelos 60 dias que sucederem ao respectivo afastamento ou transferência previsto no caput, sendo que após o prazo assinalado de 60 dias, o plano de saúde ou odontológico correrá por conta e responsabilidade exclusiva do empregado, que será comunicado por escrito no ato de seu afastamento ou transferência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos casos de demissão do empregado, o plano de saúde ou odontológico será imediatamente descontinuado.

PARÁGRAFO QUARTO: Na hipótese de movimentação funcional, ou ainda para cobertura de ausências, férias e licenças, os benefícios ofertados por força de contrato de prestação de serviços poderão ser instituídos, a partir do 90º dia de trabalho, desde que vinculado ao contrato de prestação de serviços que gera o respectivo direito.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA - SESMET COLETIVO

O Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio de Janeiro fica autorizado, para efeito das previsões do subitem 4.14.3, da NR 04 da Portaria 3214/78, a constituir, organizar e administrar “Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho”.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA PRIMEIRA - DO AFASTAMENTO DECORRENTE DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Na hipótese do empregado ser encaminhado ao INSS para recebimento de benefício previdenciário, e tenha este sido negado ou cessado, deverá o mesmo retornar a empresa imediatamente após comunicação do INSS. Fica, outrossim, determinado que o empregado deverá informar a empresa as decisões de deferimento ou indeferimento e/ou demais movimentações de benefícios e/ou aposentadoria, no prazo máximo de 48 horas após comunicação, sob pena de não poder requerer qualquer verba inerente ao período não informado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso o empregado opte por recorrer da decisão do INSS, pelas vias administrativas ou judiciais, e não retorne ao trabalho, deverá o mesmo entregar a empresa, por escrito, a intenção de recurso, ficando durante o período com o contrato de trabalho suspenso até que volte a laborar, cumprindo os tramites legais de retorno ao trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Anualmente, o empregado afastado deverá comunicar a empresa a sua respectiva situação, considerando os efeitos da presente cláusula coletiva de trabalho.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA SEGUNDA - TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Fica estabelecido que o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas (art. 507-B da CLT), que é uma faculdade dos empregados e empregadores, será firmado pelo Sindicato Laboral, desde que a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas, com a apresentação do CERSIN previsto na cláusula sexagésima sétima da presente convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO: O termo previsto no caput da presente cláusula discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA TERCEIRA - DO REGISTRO DA NORMA COLETIVA DE TRABALHO

Os Sindicatos Convenentes revalidam o disposto no parágrafo primeiro, do artigo 614 da CLT, determinando que as Convenções e os Acordos entrarão em vigor 3 (três) dias após a data do respectivo protocolo no Ministério do Trabalho e Emprego, criando direitos e obrigações, bem como produzindo seus efeitos legais reconhecidos pelo inciso XXVI, do artigo 7º, da Constituição Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO: O depósito das normas coletivas de trabalho no sistema mediador do MTE, nos termos da imensa jurisprudência do TST (PRECEDENTES), servirá única e exclusivamente para fins de publicidade.

RICARDO COSTA GARCIA

Presidente

SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO

ROMERIO PEDRO DUARTE

Presidente

**SIND DOS TRAB EM ASSEIO INSTAL MANUT DE ELEV DE CASA DE DIVER EMPRESA DE
COMPRA VENDA LOCAÇÃO ADMIN IMOVEIS BARBEA INST BELEZA CABELEIR SENHORA
LIMPEZ**

**ANEXOS
ANEXO I - ATA**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2023

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ000618/2022
DATA DE REGISTRO NO MTE: 11/04/2022
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR014901/2022
NÚMERO DO PROCESSO: 13041.103666/2022-06
DATA DO PROTOCOLO: 07/04/2022

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 34.037.150/0001-91, neste ato representado(a) por seu ;

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO-RJ, CNPJ n. 34.273.029/0001-69, neste ato representado(a) por seu ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2022 a 28 de fevereiro de 2023 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **dos trabalhadores nas empresas de asseio e conservação**, com abrangência territorial em **Rio de Janeiro/RJ**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL DA CATEGORIA

O piso salarial da categoria profissional, a partir de 1º de Março de 2022, será no valor de R\$1.430,00 (um mil e quatrocentos e trinta reais), sofrendo um reajuste no percentual de 9,91% (nove vírgula noventa e um por cento).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados abaixo relacionados terão os salários que se seguem :

- AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 1.430,00
- AUXILIAR DE COZINHA	R\$ 1.430,00

- AUXILIAR DE EMBALAGEM	R\$ 1.430,00
- AJUDANTE DE ARMAZÉM	R\$ 1.430,00
- AUXILIAR DE DEDETIZAÇÃO	R\$ 1.430,00
- AUXILIAR DE LIMPEZA	R\$ 1.430,00
- ARRECADADOR	R\$ 1.430,00
- AUXILIAR DE PORTARIA	R\$ 1.438,73
- AUXILIAR DE ALMOXARIFE	R\$ 1.518,57
- AUXILIAR DE JARDINAGEM	R\$ 1.518,57
- AUXILIAR DE PRODUÇÃO	R\$ 1.518,57
- AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	R\$1.430,00
- AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	R\$ 1.754,44
- AGENTE ADMINISTRATIVO/DIGITADOR	R\$ 1.765,59
- ALMOXARIFE	R\$ 2.037,35
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 1.667,00
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO PLENO	R\$ 1.932,38
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO SENIOR	R\$ 2.208,07
- ALPINISTA PREDIAL	R\$ 2.290,19 + periculosidade
- ALPINISTA INDUSTRIAL	R\$ 2.555,72 + periculosidade
- COPEIRA	R\$ 1.430,00
- CONTÍNUO/MENSAGEIRO	R\$ 1.430,00
- COZINHEIRA	R\$ 1.943,10
- CHEFE DE COZINHA	R\$ 2.119,72
- CHEFE DE DEPARTAMENTO OU SEÇÃO	R\$ 2.923,76
- DEDETIZADOR SEM MOTO	R\$ 1.630,62
- DEDETIZADOR COM MOTO	R\$ 1.700,37

- ENCARREGADO	R\$ 1.785,94
- ESCRITURÁRIO DATILÓGRAFO	R\$ 2.046,61
- ENFERMEIRA SUPERVISORA DE HIGIENIZAÇÃO	R\$ 3.650,54
- FAXINEIRA	R\$ 1.430,00
- GARÇOM	R\$ 2.037,35
- INSPETOR DE SERVIÇOS	R\$ 2.121,80
- JARDINEIRO	R\$ 2.344,09
- LIMPADOR	R\$ 1.430,00
- LIMPADOR DE VIDRO	R\$ 1.430,00 + periculosidade
- LIMPADOR DE CAIXA D'ÁGUA	R\$ 1.430,00
- LIMPADOR DE FACHADA COM RAPEL	R\$ 1.822,02 + periculosidade
- MAQUEIRO	R\$ 1.430,00
- MONTADOR/REMANEJADOR	R\$ 1.430,00
- MANOBRISTA	R\$ 1.518,57
- OPERADOR DE CFTV	R\$ 1.430,00
- OPERADOR DE COPIADORA	R\$ 1.430,00
- OPERADOR DE ROÇADEIRA	R\$ 1.518,57 + periculosidade
- OPERADOR DE MICROTRATOR	R\$ 1.518,57 + periculosidade
- OPERADOR DE MOTO SERRA	R\$ 1.518,57 + periculosidade
- OPERADOR DE EMPILHADEIRA	R\$ 1.851,96
- OPERADOR DE MÁQUINA LIMPEZA TRIPULADA	R\$ 1.670,43
- PORTEIRO/VIGIA TERCEIRIZADO/ ZELADOR	R\$ 1.584,54
- RECEPCIONISTA	R\$ 1.518,57
- RECEPCIONISTA PLENO (BILINGUE)	R\$ 2.444,60
- RECEPCIONISTA SENIOR (TRILÍNGUE)	R\$ 2.949,38

- SERVENTE	R\$ 1.430,00
- SUPERVISOR	R\$ 3.650,54
- TRAMITADOR DE DOCUMENTOS	R\$ 1.430,00
- TRICICLISTA	R\$ 1.452,56
- VIGIA TERCEIRIZADO COM MOTO	R\$ 1.584,54

Todos os valores mencionados anteriormente serão válidos para aplicação a partir de 1º de Março de 2022

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todos os empregados que já percebam salários superiores aos pisos estabelecidos na presente cláusula, terão seus salários corrigidos em 5% (cinco por cento), a partir de Março/2022, não podendo perceber piso salarial inferior ao da sua função previsto na tabela acima.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O "limpador de vidro" só terá direito a receber o adicional de periculosidade, nos casos em que o empregado efetivamente executar serviços de limpeza de vidros em andaimes, numa altura superior à 2,5m (dois metros e meio).

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se "Digitador", inclusive para fins desta cláusula, o trabalho exclusivo em processamento eletrônico de dados, respeitados os limites legais.

PARÁGRAFO QUINTO: Para os empregados que prestam serviços às empresas representadas pelas partes convenientes, e que percebam salários superiores a R\$5.000,00 (cinco mil reais), fica facultada a livre negociação de reajuste salarial, respeitando, no mínimo, um reajuste de 50% (cinquenta por cento) sobre o percentual de reajuste do piso da categoria, vigente a partir de 1º de Março de 2022.

PARÁGRAFO SEXTO: Considera-se "Recepcionista Pleno", inclusive para fins dessa cláusula, o trabalho de recepção em geral, podendo ter curso técnico e/ou serviços bilingue.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Considera-se "Recepcionista Senior", inclusive para fins dessa cláusula, o trabalho de recepção em geral, podendo ter curso técnico e/ou serviços trilingue.

PARÁGRAFO OITAVO: Considera-se "Vigia com Moto", inclusive, para fins dessa cláusula, o empregado habilitado para condução de motocicletas e que preste serviços com a utilização de motocicleta no próprio posto de trabalho.

PARÁGRAFO NONO: Caso a utilização da motocicleta inclua atividades fora do posto de trabalho, porém em locais privados, e de forma eventual e por tempo extremamente reduzido, o Vigia com Moto receberá um aditivo remuneratório de 10% sobre o seu piso, sendo que a respectiva diferença remuneratória deverá ser paga a título de indenização no contracheque correspondente ao mês em que o empregado exerceu as atividades descritas no presente parágrafo.

PARÁGRAFO DÉCIMO: ARRECADADOR – QUEBRA DE CAIXA: As empresas concederão mensalmente uma quebra de caixa aos empregados que trabalham na função de arrecadador, no valor equivalente a R\$ 52,50 (cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), a título de quebra de caixa.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O reembolso previsto no parágrafo anterior somente será pago ao empregado arrecadador quando o mesmo estiver em efetivo exercício, para cobertura de toda e qualquer falta na arrecadação apurada, sendo que, em não havendo falta, o valor se torna um ganho adicional ao arrecadador. No entanto, quando identificado faltante de caixa, o arrecadador arcará, mediante desconto em folha de pagamento, com o valor total faltante no mês imediatamente posterior.

CLÁUSULA QUARTA - AUTONOMIA DA VONTADE COLETIVA - LEI Nº.13467/17

Os Sindicatos convenientes estipulam as condições de trabalho previstas neste instrumento normativo em consonância com as regras introduzidas no ordenamento jurídico pela Lei nº. 13467/17.

CLÁUSULA QUINTA - JOVEM APRENDIZ

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho - TST, no Acórdão 0000076-64.2016.5.10.0000, de 11/4/2017, permitiu que os instrumentos normativos de trabalho pudessem, à luz do artigo 7º, inciso XXVI, da Carta Magna, flexibilizar a legislação sobre cotas, em atenção à realidade do setor, sem, entretanto, convencionar qualquer tipo de regra de inobservância da reserva legal de vagas, e com base na prevalência da autonomia da vontade coletiva, previsto na Lei 13.467/17, os Sindicatos Convenientes acordam que o piso salarial do jovem aprendiz, a partir de 1º de Março de 2022, será de R\$ 1.212,00 (um mil e duzentos e doze reais), convertido em salário/hora.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas prestadoras de serviços de asseio e conservação deverão aplicar o percentual de aprendizagem de 5%, previsto no art. 429 da CLT, sobre todas as funções que demandem formação profissional, sendo que para fins de efeito de contagem do respectivo percentual, será levado em consideração o efetivo da empresa no referido mês de apuração.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para efeito de enquadramento de função ao que demanda formação técnico-profissional metódica, prevista no artigo 429, da CLT, e consequente estabelecimento de cálculo de percentagem de que trata o art. 48, do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, entender-se-á por formação técnico profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas em ambiente de trabalho, realizada por meio de programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e a responsabilidade de entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica estabelecidas no art.50 do Decreto 9.579/18.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As empresas, diante da impossibilidade comprovada na contratação de jovem aprendiz, seja através de processos de recrutamento, anúncios em jornal, entre outros meios de recrutamento ou pela insuficiência de cursos ou vagas a que se refere o art.55 do Decreto 9.579/18, poderão, ainda, como forma alternativa de atender o aspecto social do parágrafo anterior, efetivar a contratação de jovens de 18 a 24 anos para prestarem serviços de asseio e conservação, com condições laborais e regime normal de trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO: Os Sindicatos convenientes acordam que nos contratos de prestação de serviço, com jornada intermitente e/ou temporária, por sua natureza transitória, as empresas ficarão dispensadas do cumprimento das cotas de aprendizagem e pessoa com deficiência (pcd).

PARÁGRAFO QUINTO: Ficam excluídas da cota as funções que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior, ou, ainda, as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, de acordo com o art.51, §1º do Decreto 9.579/18, bem como as funções relacionadas no parágrafo primeiro da cláusula terceira da presente convenção coletiva de trabalho, por não demandarem formação profissional, por conseguinte, não existir cursos de aprendizagem, além de ser trabalho que não proporciona aos jovens uma formação profissional metódica, de complexidade progressiva, de forma a facilitar o posterior acesso do aprendiz ao mercado de trabalho, conforme jurisprudência – processo 0101447-71.2017.5.01.0005, 5º Vara do Trabalho do Rio de Janeiro e Recurso de Revista nº TST-RR-191-51.2010.5.03.0013, de 06/08/2014.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA SEXTA - DATA DO PAGAMENTO

A empresa que não efetuar o pagamento dos salários dos seus empregados até às 16:00 horas do quinto dia útil do mês subsequente, pagará os salários e respectivas vantagens, acrescidos de multa de 2% (dois por cento), mais um dia de salário por dia de atraso.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para efeito de pagamento de salário, exclusivamente, o sábado não será considerado dia útil.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO PARA PAGAMENTO DO REAJUSTE

As empresas poderão pagar os novos salários, válidos a partir de Março/2022, e respectivas diferenças

salariais, no contracheque do mês de Maio/2022, de forma a operacionalizarem o repasse dos novos custos aos seus contratos de prestação de serviços.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA OITAVA - DEMAIS FUNÇÕES TÉCNICAS E DE LIDERANÇA

As demais funções técnicas e de liderança não mencionadas neste documento, perceberão como piso mínimo, o mesmo piso salarial do encarregado.

PARÁGRAFO ÚNICO: As outras funções que não exercerem posição de liderança e que não tenham qualificação técnica-profissional, receberão o piso salarial da função de servente.

CLÁUSULA NONA - CONTRACHEQUE

As empresas comprovarão o pagamento do salário por meio de contracheque, discriminando, além do salário profissional, as horas extras, os adicionais, os benefícios e descontos efetuados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas que efetuarem o pagamento de salário através de crédito e/ou depósito em conta corrente bancária, e/ou cartão salário, e/ou outra modalidade eletrônica de crédito, ficam desobrigadas de colher a assinatura do empregado, valendo como prova de pagamento, o comprovante de depósito ou extrato da conta corrente ou, ainda, o extrato da conta corrente eletrônica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas disponibilizarão os contracheques até 30 (trinta) dias após o efetivo pagamento do salário, com as discriminações das verbas salariais.

CLÁUSULA DÉCIMA - SUBSTITUIÇÕES

O empregado admitido para substituir um demitido, receberá salário igual ao empregado de menor salário do mesmo cargo ou função, não considerando vantagens pessoais, conforme jurisprudência do TST.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PAGAMENTO DE ADICIONAIS E DESCONTOS

As partes convenientes acordam que, devido às peculiaridades do setor econômico, as horas extras,

adicional noturno, faltas e atrasos ocorridos no mês, poderão ser processados na folha de pagamento do mês seguinte ao da respectiva ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EMPREGADOS ADMINISTRATIVOS OU OPERACIONAIS

Para os empregados administrativos ou operacionais que exerçam funções que não foram citadas no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Terceira, os salários serão corrigidos em 5% (cinco por cento), a partir de 1º de Março de 2022, observando-se o Parágrafo Quinto da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica assegurado que nenhum empregado poderá receber salário inferior ao piso de sua categoria profissional.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em função da tipicidade do segmento de prestação de serviços terceirizados, os Sindicatos Convenentes resolvem adotar a súmula 374, do TST, acordando que empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O salário dos empregados administrativos ou operacionais, admitidos após a última correção salarial da categoria, será atualizado na subseqüente revisão, proporcionalmente ao número de meses a partir da data de admissão, conforme Art. 5º da Lei 7.238/84 (CLT), respeitando-se a regra da irretroatividade dos pisos salariais estabelecidos no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Terceira, do presente Instrumento Normativo.

PARÁGRAFO QUARTO: São considerados como cargo de confiança, à luz do presente pacto normativo, os gerentes, chefes de departamentos e coordenadores, ainda que assinem folha de ponto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PNE

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho – TST no Acórdão 0000076-64.2016.5.01.000 de 11/04/2017, permitiu que os instrumentos normativos de trabalho pudessem, à luz do artigo 7º, XXVI da CRFB, flexibilizar a legislação sobre as cotas sociais e, em atenção a realidade do setor, especialmente em observância ao princípio da reserva do possível e a dificuldade que as empresas de asseio e conservação tem para contratação de empregados com deficiência física, os Sindicatos Convenentes acordam que as empresas poderão flexibilizar a integralidade da cota, devendo ter no mínimo 50% da mesma, desde que comprovem que tentaram efetuar as contratações, e disponibilizaram vagas junto aos tomadores de serviço.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

Fica, desde já, ajustado que o décimo terceiro salário poderá ser pago em 2 parcelas, sendo a primeira no dia 30/11 e a segunda no dia 20/12 ou, alternativamente, em uma única parcela, a ser efetuada impreterivelmente até o dia 15/12.

PARÁGRAFO ÚNICO: As empresas poderão, ainda, pagar em 4 parcelas mensais (setembro/22, outubro/22, novembro/22 e dezembro/22) o décimo terceiro salário, desde que seja complementado o seu valor integral até o dia 20 de Dezembro.

Gratificação de Função

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GRATIFICAÇÃO DE ENCARREGADOS

Os encarregados receberão mensalmente um percentual mínimo, calculado sobre o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, conforme previsto na Cláusula Terceira, a título de gratificação, na seguinte forma:

- a) de 16 a 30 empregados: 25% (vinte e cinco por cento)
- b) de 31 a 60 empregados: 30% (trinta por cento)
- c) acima de 61 empregados: 40% (quarenta por cento)

Outras Gratificações

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - LÍDERES DE TURMA

Responsáveis por grupos de até 15 (quinze) empregados, serão considerados líderes de turma e farão jus a uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento) do Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Aqueles que até a presente data estiverem exercendo o cargo de encarregado, mesmo com até 15 (quinze) empregados, permanecerão como encarregados e farão jus ao piso de encarregado, como previsto no parágrafo primeiro, da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os líderes de turma que permanecerem na função por mais de 6 (seis) meses, passam a serem efetivados na mesma, não podendo mais serem rebaixados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - TRIÊNIO

Os Sindicatos convenientes acordam que não há mais gratificação mensal, a título de triênio, desde 1º de Outubro de 2008, respeitando-se, no entanto, as condições convencionadas até 30 de Setembro de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - HORAS EXTRAS

Na prestação de serviços extraordinários, as horas extras serão pagas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), e as trabalhadas nos domingos e feriados com acréscimo de 100% (cem por cento), ambos calculados sobre a hora normal.

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ADICIONAL NOTURNO

As horas efetivamente laboradas no período compreendido entre 22:00 e 05:00 horas serão remuneradas com adicional de 20% (vinte por cento) incidente sobre o salário base do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A jornada de trabalho para todos os empregados, nas horas efetivamente laboradas no período entre 22:00 horas e 05:00 horas, será computada como 52 minutos e 30 segundos, conforme preceitua o parágrafo primeiro, do Art. 73, da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As horas que ultrapassarem o período compreendido entre as 22:00 horas e 5:00 horas, não serão remuneradas com o adicional noturno previsto no caput.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA VIGÉSIMA - INSALUBRIDADE

Fica concedido aos empregados que exerçam as funções de limpeza, limpador, serventes, auxiliares de serviços gerais ou faxineiras, recepcionistas e demais empregados administrativos ou operacionais, um adicional de insalubridade, calculado de acordo com o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, desde que o laudo do SESMET das empresas prestadoras de serviços considere os respectivos locais insalubres, na forma abaixo:

- a) 20% (vinte por cento) de adicional de insalubridade, Grau Médio, para os empregados supracitados que exerçam suas funções em hospitais, casas de saúde e ambulatórios;
- b) 40% (quarenta por cento) de adicional de insalubridade, Grau Máximo, para os empregados supracitados que exerçam suas funções em leprosários, hospitais para tratamento do câncer, sanatórios para tratamento de tuberculose, AIDS, e dentro das lixeiras dos prédios e/ou condomínios, além de dedetizador, imunizador e calafate.
- c) o adicional de insalubridade previstos nas letras “a” e “b” do caput, somente serão alteradas mediante laudo pericial expedido por órgão de segurança e medicina do trabalho vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, podendo o mesmo ser acompanhado de um profissional indicado pelo Sindicato Laboral conveniente.

PÁRAGRAFO ÚNICO: Não fará jus ao adicional de insalubridade o manuseio de produtos de limpeza predial, acondicionamento e transporte em lugar específico de sacos de lixo e lixeiras, eis que são atividades inerentes à função.

Adicional de Periculosidade

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PERICULOSIDADE

As empresas obrigam-se ao pagamento do adicional de periculosidade, de acordo com a lei ou decisão judicial.

PARÁGRAFO ÚNICO: As gratificações pertinentes à Insalubridade e Periculosidade não se incorporarão ao salário, e serão devidas enquanto o empregado estiver exercendo a função que demande esse benefício.

Prêmios

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES

As gratificações pagas com habitualidade por mais de 6 (seis) meses consecutivas, excetuando-se, neste caso, as gratificações de insalubridade e periculosidade, bem como aquelas previstas nos parágrafos seguintes, incorporar-se-ão ao salário para efeito do pagamento das férias, décimo terceiro salário e FGTS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As importâncias, ainda que habituais, pagas à título de ajuda de custo, o auxílio-alimentação, vedado o seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de encargo trabalhista e previdenciário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador, em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro, a empregado, grupo de empregados ou terceiros vinculados à sua atividade econômica em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas ficam obrigadas a conceder um auxílio alimentação ou refeição no valor de R\$ 21,00 (vinte e um reais), por dia, considerando-se os dias efetivamente trabalhados no mês.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados que laborarem até 4 (quatro) horas, para complementação da jornada normal de trabalho semanal, prevista no Art. 7º, XIII, da Constituição Federal, não farão jus, especificamente naquele dia, ao recebimento do auxílio previsto no caput da presente cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para evitar a incorporação deste benefício ao salário, as empresas terão o direito de descontarem dos empregados, em seus contracheques mensais, o correspondente a 10% (Dez por cento) do valor total do auxílio concedido no mês de competência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os empregados que trabalhem em regime de escala/plantão, receberão o respectivo auxílio somente para os dias efetivamente trabalhados.

PARÁGRAFO QUARTO: A concessão do auxílio alimentação ou refeição não será obrigatória se a empresa contratante franquear, sob qualquer condição, as refeições aos trabalhadores das empresas prestadoras de serviços.

PARÁGRAFO QUINTO: Fica facultado às empresas a concessão de auxílio alimentação ou refeição em valores superiores ao previsto no caput, seja em virtude de exigência de contrato de prestação de serviços ou por mera liberalidade do empregador.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica facultado às empresas, com a respectiva anuência do empregado, a concessão do intervalo de 30 minutos para intervalo e/ou refeições nos moldes da Lei 13.467/2017.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - VALE - TRANSPORTE

As empresas ficam obrigadas a conceder o Vale-Transporte, na forma pactuada abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando do lançamento dos créditos pelas empresas, caso constate que o empregado não tenha utilizado a totalidade dos valores creditados em seu cartão de recarga, fica autorizado às empresas realizarem apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, haja vista a natureza jurídica do benefício.

PARÁGRAFO QUARTO: O desconto legal do complemento do vale-transporte, conforme previsto no parágrafo terceiro, da presente cláusula, será limitado ao valor creditado.

PARÁGRAFO QUINTO: No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

PARÁGRAFO SEXTO: No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver o saldo não utilizado de vale transporte na rescisão do contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A declaração falsa ou uso indevido do vale - transportes constituem falta grave, sujeito à demissão por justa causa.

Auxílio Educação

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - BOLSAS DE ESTUDOS

As empresas poderão efetuar convênio junto ao MEC, para obter o benefício do Salário Educação para seus empregados, devendo comunicar aos mesmos sobre a abertura de convênio e de como devem inscrever-se para recebimento do respectivo benefício.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

As empresas comprometem-se a proceder ao desconto, em folha de pagamento, da quantia de R\$ 38,50 (trinta e oito reais e cinquenta centavos) por empregado, a partir de 01 de Maio de 2022, conforme determinado na Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 22/03/2022, dos empregados da categoria, para a manutenção do Plano de Assistência Médica, extensiva a cobertura aos dependentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A regulamentação desta Cláusula está fixada em Termo de Compromisso, assinado em 23.10.98, pelos Sindicatos Convenentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para os novos empregados que vierem a aderir o Plano de Assistência Médica, de que trata o caput da presente cláusula, **POR ADESÃO**, poderá ser realizado pelo SIEMACO-RIO no setor de trabalho do empregado, ou, se for da sua conveniência, comparecer na sede do sindicato laboral para assinar ficha cadastral e receber a respectiva carteira de assistência médica, e, ou, sua exclusão.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica convencionado que, os empregados que já aderiram o Plano de Assistência Médica, as empresas continuarão procedendo aos respectivos descontos.

PARÁGRAFO QUARTO: Fica convencionado que o presente plano de assistência médica é de total responsabilidade do Sindicato Laboral convenente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

As empresas comprometem-se a proceder ao desconto, em folha de pagamento, da quantia de R\$ 13,20 (treze reais e vinte centavos) por empregado, a partir de 01 de Maio de 2022, conforme determinado na Assembléia Geral Extraordinária dos empregados da categoria, para a manutenção do Plano de Assistência Odontológica, extensiva a cobertura aos dependentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A regulamentação desta Cláusula está fixada em Termo de Compromisso, assinado em 29.01.2016, pelos Sindicatos Convenentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para os novos empregados que vierem a aderir o Plano ONDONTOLÓGICO, de que trata o caput da presente cláusula, **POR ADESÃO**, poderá ser realizado pelo SIEMACO-RIO no setor de trabalho do empregado, ou, se for da sua conveniência, comparecer na sede do sindicato laboral para assinar ficha cadastral e receber a respectiva carteira de assistência médica, e, ou, sua exclusão.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica convencionado que, os empregados que já aderiram o Plano de Assistência Médica, as empresas continuarão procedendo aos respectivos descontos.

PARÁGRAFO QUARTO: Fica convencionado que o presente plano de assistência odontológica é de total responsabilidade do Sindicato Laboral conveniente.

Outros Auxílios

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ANTECIPAÇÃO SALARIAL

Fica acordado que as empresas poderão conceder o benefício da antecipação salarial em até 40% dos salários normativos, com o propósito social de atender possíveis demandas urgentes e imprevistos do dia a dia. Para a viabilização do benefício em apreço, as empresas fornecerão aos empregados cartões magnéticos através de gestora de benefícios conveniada com os Sindicatos Convenientes, sem juros e quaisquer despesas para os empregados e para as empresas, com débito diretamente nas respectivas folhas de pagamento e repasse posterior à gestora de benefícios conveniada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A antecipação salarial prevista no caput da presente cláusula convencional deverá constar nos contracheques dos empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de extravio, perda ou dano do cartão magnético, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR

As Entidades Sindicais Convenientes prestarão, indistintamente a todos os trabalhadores e empregadores subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho, o plano Benefício Social Familiar abaixo definido pelas entidades convenientes e discriminado no Manual de Orientação e Regras, parte integrante desta cláusula, através de organização gestora especializada e aprovada pelas Entidades Convenientes.

Parágrafo Primeiro – A prestação do plano Benefício Social Familiar iniciará **a partir de 01/04/2022** e terá como base para os procedimentos necessários ao atendimento dos trabalhadores e empregadores, o Manual de Orientação e Regras disponibilizado no website www.beneficiosocial.com.br/manuais-orientacao.

Parágrafo Segundo – Para efetiva viabilidade financeira do plano Benefício Social Familiar e

com expresse consentimento das entidades convenientes, as empresas, recolherão a título de custeio, até o dia 10 (dez) de cada mês, iniciando **a partir de 10/04/2022**, o valor **total de R\$17,00 (dezesete reais)**, por trabalhador que possua, exclusivamente, por meio de boleto disponibilizado pela gestora no website www.beneficiosocial.com.br. Com o intuito de regular e dirimir possíveis dúvidas, dos procedimentos na prestação dos benefícios as Disposições Gerais, Manual de Orientação e Regras, e Tabela de Benefícios são registrados em cartório. O custeio do plano Benefício Social Familiar será de responsabilidade integral das empresas, ficando vedado qualquer desconto nos salários dos trabalhadores.

Parágrafo Terceiro – Em caso de afastamento de trabalhador motivado por doença ou acidente, o empregador manterá o recolhimento por até 12 (doze) meses. Caso o afastamento do empregado seja por período superior a 12 (doze) meses, o empregador fica desobrigado ao recolhimento desta contribuição a partir do décimo terceiro mês, ficando garantido ao trabalhador afastado todos os benefícios sociais previstos nesta cláusula e no Manual de Orientação e Regras, até seu efetivo retorno ao trabalho, quando então o empregador retomará o recolhimento relativo ao trabalhador afastado.

Parágrafo Quarto – Devido à natureza social, emergencial e de apoio imediato, dos benefícios sociais definidos pelas entidades, na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento ao trabalhador e seus familiares, o empregador deverá preencher o comunicado disponível no website da gestora, no prazo máximo e improrrogável de até 90 (noventa) dias a contar do fato gerador e, no caso de nascimento de filhos, este prazo será de até 150 (cento e cinquenta) dias. O empregador que não observar estes prazos, poderá arcar com sanções pecuniárias em favor do trabalhador ou família prejudicada, como se inadimplente estivesse. Caso a empresa não efetue o comunicado junto à gestora, o trabalhador e seus beneficiários, não perderão o direito ao benefício, devendo a entidade efetuar tal comunicado, não eximindo o empregador de suas responsabilidades e sanções previstas.

Parágrafo Quinto – O empregador que estiver inadimplente ou efetuar recolhimento por valor inferior ao devido, perderá o direito aos benefícios a ele disponibilizados, até sua regularização. Nesses casos, na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento aos trabalhadores e seus familiares, estes não perderão direito aos benefícios e serão atendidos normalmente pela gestora, a mando das entidades, com exceção dos benefícios prestados por empresas terceirizadas. Neste caso, o trabalhador e seus familiares perderão o direito ao recebimento ou prestação desses benefícios. Assim, o empregador responderá, perante o empregado e/ou a seus dependentes, a título de indenização, o equivalente a 10 (dez) vezes o menor piso salarial da categoria vigente à época da infração em favor do trabalhador ou seus beneficiários. Caso o empregador regularize seus débitos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento de comunicação de débito feita por e-mail, pela gestora, ficará isento desta indenização.

Parágrafo Sexto: O não pagamento do custeio previsto nesta cláusula, até o dia 10 (dez) de cada mês, acarretará a incidência em multa de 10% (dez por cento) pelo atraso do pagamento, e juros mensais de 1% (um por cento), conforme previsão legal, além das demais penalidades previstas nesta norma coletiva, podendo ainda, o empregador ter seu nome incluso em órgãos de proteção ao crédito.

Parágrafo Sétimo – Nas planilhas de custos, editais de licitações ou nas repactuações de contratos, devido a fatos novos constantes nesta norma coletiva, e em consonância à instrução normativa em vigência, nestes casos, obrigatoriamente, deverão constar a provisão

financeira para cumprimento desta cláusula, preservando o patrimônio jurídico dos trabalhadores, conforme o artigo 444 da CLT.

Parágrafo Oitavo – Estará disponível no website da gestora, a cada recolhimento mensal, o Comprovante de Regularidade específico para atendimento da cláusula do plano Benefício Social Familiar, referente aos últimos 5 (cinco) anos, a ser apresentado ao contratante, as entidades sindicais, e a órgãos fiscalizadores, quando solicitado.

Parágrafo Nono – O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial e emergencial.

Parágrafo Décimo – Fica desde já consignado e aceito entre as partes, que o envio e usos de dados dos empregados é para o fim exclusivo da disponibilização dos benefícios contratados e objetos da presente prestação de serviços, nos termos da Lei n. 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, e demais legislações pertinentes à confidencialidade.

Parágrafo Décimo Primeiro – Para lisura e transparência na prestação dos benefícios, segue abaixo um resumo e breve descritivo da forma em que eles serão disponibilizados. Tal procedimento é necessário para que não haja desvio de finalidade do benefício a ser disponibilizado e deverá ser rigorosamente observado, devido ser caráter social, emergencial e de natureza alimentícia. A íntegra do Manual de Orientação e Regras que regem a prestação dos benefícios estará registrado em cartório e disponível no website da gestora.

RESUMO DOS BENEFÍCIOS DISPONÍVEIS PARA TRABALHADORES E EMPREGADORES

BENEFÍCIOS	BENEFÍCIOS PARA OS TRABALHADORES		DESCRIÇÃO
	FORMA DE PRESTAÇÃO		
BENEFÍCIO NATALIDADE	1X	R\$ 410,00	EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DE TRABALHADOR (A) SERÁ DISPONIBILIZADO ATRAVÉS DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ PAGO, COM O INTUITO DE BANCARIZAR A FAMÍLIA DO BENEFICIÁRIO, REDUZINDO SUAS DESPESAS BANCÁRIAS E FACILITANDO A UTILIZAÇÃO DESTE BENEFÍCIO.
BENEFÍCIO FARMÁCIA NATALIDADE	1X	R\$ 120,00	EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DE TRABALHADOR (A) SERÁ DISPONIBILIZADO CARTÃO DE DESCONTOS EM REDES CREDENCIADAS, COM O OBJETIVO DE FACILITAR O ACESSO FAMILIAR A MEDICAMENTOS EM CASO

DE NASCIMENTO DE FILHO DE TRABALHADOR

BENEFÍCIO CAPACITAÇÃO	1X	R\$ 1.100,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FAMILIARES NA OCORRÊNCIA DE FALECIMENTO OU INCAPACITAÇÃO PERMANENTE DO TRABALHADOR, CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DE INTERESSE DO BENEFICIADO, PARA MANUTENÇÃO E MELHORIA DA RENDA FAMILIAR. TAL VALOR SERÁ ENCAMINHADO DIRETAMENTE AO ORGÃO DE CAPACITAÇÃO ESCOLHIDO PELO BENEFICIÁRIO, EM CASO DE SALDO, ESTE SERÁ DISPONIBILIZADO PARA CUSTEIO DE LOCOMOÇÃO E ALIMENTAÇÃO.
BENEFÍCIO FARMÁCIA	1X	R\$ 500,00	SERÁ DISPONIBILIZADO CARTÃO DE DESCONTOS EM REDES CREDENCIADAS, COM O OBJETIVO DE FACILITAR O ACESSO FAMILIAR A MEDICAMENTOS EM CASO DE INCAPACITAÇÃO PERMANENTE AO TRABALHO OU FALECIMENTO DO TRABALHADOR.
BENEFÍCIO MANUTENÇÃO DE RENDA FAMILIAR	12X	R\$ 660,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FAMILIARES NA OCORRÊNCIA DE FALECIMENTO OU INCAPACITAÇÃO PERMANENTE DO TRABALHADOR, ATRAVÉS DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ PAGO, O QUAL PODERÁ SER USADO POSTERIORMENTE PELO TRABALHADOR, REDUZINDO SUAS DESPESAS BANCÁRIAS. TAL BENEFÍCIO NÃO PODERÁ SER DISPONIBILIZADO DE FORMA INTEGRAL, PARA QUE NÃO HAJA DESVIO DE FINALIDADE DO MESMO.
BENEFÍCIO ALIMENTAR	12X	R\$ 400,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FAMILIARES NA OCORRÊNCIA DE FALECIMENTO OU INCAPACITAÇÃO PERMANENTE DO TRABALHADOR ALIMENTOS DE QUALIDADE E VARIEDADE, ENCAMINHADO À RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA, FICANDO VEDADO O PAGAMENTO EM DINHEIRO OU VALES/ TICKET ALIMENTAÇÃO, PARA QUE NÃO HAJA DESVIO DE FINALIDADE DESTE BENEFÍCIO.
BENEFÍCIO CULTURAL	1X	R\$ 100,00	SERÁ DISPONIBILIZADO ATRAVÉS DE CARTÃO PRÉ PAGO, O QUAL PODERÁ SER UTILIZADO PARA COMPRA DE MATERIAIS LITERÁRIOS PARA

FORMAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA FAMÍLIA, QUANDO DA COMPROVAÇÃO DA INCAPACITAÇÃO PERMANENTE OU NOS CASOS DE FALECIMENTO DO TRABALHADOR.

BENEFÍCIO SERVIÇO FUNERAL	1X	R\$ 4.000,00	SERÁ ACIONADA UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PROVIDENCIAS DE SEPULTAMENTO, CASO A FAMÍLIA OPTE POR SERVIÇO DE MENOR CUSTO OU NÃO UTILIZE NOSSO PRESTADOR DE SERVIÇOS, O VALOR TOTAL OU O SALDO SERÁ ENCAMINHADO AO ARRIMO DA FAMÍLIA.
BENEFÍCIO CONTA CORRENTE VIRTUAL	SIM		TEM COMO OBJETIVO PROPICIAR AOS TRABALHADORES ACESSO AO SISTEMA BANCÁRIO ELETRÔNICO, ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ-PAGO E APLICATIVO PARA GERENCIAMENTO DE SEUS GASTOS.
BENEFÍCIO RECOLOCAÇÃO	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO APLICATIVO SEM CONSUMO DA FRANQUIA DE DADOS, ONDE O TRABALHADOR TERÁ ACESSO A UMA GRANDE REDE DE VAGAS DISPONÍVEIS.
BENEFÍCIO CAPACITAÇÃO ON-LINE	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO CURSOS DE CAPACITAÇÃO ATRAVÉS DE APLICATIVOS E COMPUTADORES, CAPACITANDO O PROFISSIONAL E PROPORCIONANDO MELHOR QUALIDADE DE TRABALHO ÀS EMPRESAS.
BENEFÍCIO PSICOSSOCIAL E NUTRICIONAL	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO APOIO PSICOLÓGICO, SOCIAL E NUTRICIONAL, A TODOS OS TRABALHADORES DO SEGMENTO, VIA 0800, POR PROFISSIONAIS LEGALMENTE CAPACITADOS.
BENEFÍCIO FUNERAL DESPESAS EXTRAS	1X	R\$ 1.000,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AO ARRIMO DA FAMÍLIA, PARA CUSTEAR EVENTUAIS DESPESAS EXTRAS NÃO PREVISTAS NO BENEFÍCIO SERVIÇO FUNERAL, TAIS COMO, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE, ENTRE OUTRAS.
BENEFÍCIO CERTIFICAÇÃO DIGITAL	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO, EMPRESA LEGALMENTE HOMOLOGADA PARA CERTIFICAÇÃO DIGITAL, COM VALORES ABAIXO DO MERCADO, COM

(TRABALHADOR)

ATENDIMENTO EM REDE CREDENCIADA,
VIRTUAL OU EM DOMICÍLIO

BENEFÍCIO RENDA COMPLEMENTAR	SIM	TEM COMO OBJETIVO O AUMENTO DA RENDA FAMILIAR DO TRABALHADOR, ATRAVÉS DE PARCEIROS COMERCIAIS, OS QUAIS DISPONIBILIZARÃO PRODUTOS E SERVIÇOS PARA AQUISIÇÃO COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO E/OU CUSTO SUBSIDIADOS, PARA REVENDA COM GRANDE POTENCIAL LUCRATIVO, E RENDA OFICIAL E COMPLEMENTAR A FAMÍLIA.
------------------------------	-----	--

BENEFÍCIOS PARA AS EMPRESAS

BENEFÍCIOS	FORMA DE PRESTAÇÃO	DESCRIPTIVO
BENEFÍCIO REEMBOLSO RESCISÃO	1X R\$ 1.100,00	EM CASO DE FALECIMENTO OU INVALIDEZ PERMANENTE PARA O TRABALHO, SERÁ ENCAMINHADO À CONTA CORRENTE BANCÁRIA DA EMPRESA APÓS RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.
BENEFÍCIO LICENÇA PATERNIDADE	1X R\$ 300,00	EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DO TRABALHADOR, SERÁ ENCAMINHADO À CONTA CORRENTE BANCÁRIA DA EMPRESA APÓS RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS
BENEFÍCIO MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO	ESTRUTURAL SEM UNIDADE MÓVEL	SERÁ DISPONIBILIZADO SEM CUSTOS OS EXAMES CLÍNICOS – ASO (ADMISSIONAIS, PERIÓDICOS, DEMISSIONAIS, RETORNO AO TRABALHO E MUDANÇA DE FUNÇÃO). JÁ O PCMSO, PPRA, ANÁLISES TÉCNICAS, EXAMES COMPLEMENTARES E DEMAIS LAUDOS GANHAM DESCONTOS SIGNIFICATIVOS.
BENEFÍCIO CONECTA EMPRESA	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APLICATIVO SEM CONSUMO DA FRANQUIA DE DADOS, PARA QUE AS EMPRESAS POSSAM CONTATAR OS TRABALHADORES DE FORMA RÁPIDA E SEGURA.
BENEFÍCIO MURAL DE EMPREGOS	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO AS EMPRESAS SISTEMA ON-LINE, PARA INSERÇÃO DAS

VAGAS DISPONÍVEIS, TAIS VAGAS SERÃO DIVULGADAS AOS TRABALHADORES PELO BENEFÍCIO RECOLOCAÇÃO.

BENEFÍCIO FOLHA DE PAGAMENTO VIRTUAL	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO UM SISTEMA ON-LINE DE CADASTRAMENTO E PAGAMENTO, JUNTAMENTE COM O BENEFÍCIO CONTA CORRENTE VIRTUAL. VISANDO AGILIZAR O ENVIO DAS REMUNERAÇÕES AOS COLABORADORES DAS EMPRESAS
BENEFÍCIO COMPRA DIRETA	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO UMA REDE DE FORNECEDORES, COM DESCONTOS SIGNIFICATIVOS EM SEUS PRODUTOS E SERVIÇOS, DEVIDO A INEXISTÊNCIA DE INTERMEDIÁRIOS.
BENEFÍCIO TRIAGEM DE ATESTADO	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO SISTEMA ON-LINE PARA AS EMPRESAS ENCAMINHAREM OS ATESTADOS MÉDICOS RECEBIDOS DOS TRABALHADORES, TAIS ATESTADOS PASSARÃO POR TRIAGEM RESULTANDO EM UM LAUDO ENCAMINHADO AS EMPRESAS.
BENEFÍCIO CERTIFICAÇÃO DIGITAL (EMPRESA)	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO, EMPRESA LEGALMENTE HOMOLOGADA PARA CERTIFICAÇÃO DIGITAL, COM VALORES ABAIXO DO MERCADO, COM ATENDIMENTO EM REDE CREDENCIADA, VIRTUAL OU EM DOMICÍLIO.

Empréstimos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Fica facultado às empresas abrangidas por este instrumento normativo de trabalho, a tomarem as providências necessárias para que seus empregados possam usufruir dos empréstimos com desconto em folha de pagamento, nos termos da Lei nº 10.820, de 17/12/2003.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - HOMOLOGAÇÃO E QUITAÇÃO DE RESCISÃO

Por se tratar de categoria profissional de asseio e conservação, cuja atividade é essencial para o bem-estar da sociedade, e também por representar a base da pirâmide Laboral, os Sindicatos Convenentes, em prol da valorização social do trabalho, e para evitar qualquer possibilidade de precarização do trabalho, acordam que a homologação e quitação de rescisão dar-se-á na forma pactuada abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica acordado entre os Sindicatos Convenentes acerca da obrigatoriedade das empresas de realizarem todas as homologações de rescisões de contrato de trabalho com mais de 1(hum) ano de duração na sede do Sindicato Laboral.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A assistência sindical para homologação das rescisões de contrato de trabalho com mais de 1 (hum) ano de duração é da competência do sindicato laboral, em cuja jurisdição o empregado prestou serviços nos últimos 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: PRAZO DE PAGAMENTO DE RESCISÃO:

a) O pagamento das parcelas constantes no recibo de quitação deverá ser efetuado até o 10º (décimo) dia útil, incluindo-se o do vencimento.

b) Enquadram-se na previsão da presente cláusula:

- A rescisão antecipada, pelo empregador ou empregado, do contrato por prazo determinado, incluindo o contrato de experiência;
- A demissão por justa causa;
- A demissão com aviso prévio indenizado, dispensado o seu cumprimento;
- O pedido de demissão pelo empregado, com dispensa do cumprimento do aviso prévio;
- O término do contrato por prazo determinado, incluindo o contrato de experiência;
- A demissão com cumprimento do aviso prévio;
- O pedido de demissão pelo empregado, com cumprimento do aviso prévio;
- Demissão consensual.

Aviso Prévio

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - AVISO PRÉVIO

O empregado que estiver em cumprimento do aviso prévio poderá ser transferido para dentro do mesmo Município onde exerce suas funções. E se, neste período, o empregado demitido conseguir outro emprego, fica dispensado do restante do cumprimento do aviso e respectivo pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cumprimento do prazo do aviso prévio previsto na legislação nº 12.506/11 dar-se-á de forma proporcional, aplicando-se integralmente tanto para empregado quanto para as empresas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese do contrato de trabalho ficar suspenso por motivo de doença ou acidente de trabalho, com percepção de auxílio-doença ou acidente, por mais de um ano, o período suspenso não será computado para o cálculo do aviso prévio proporcional.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - RESCISÃO

As empresas obrigam-se ao pagamento dos salários e dos direitos trabalhistas dos empregados desligados, conforme determina a Lei nº 7.855/89 e Instrução Normativa n.º04/2002 da Secretaria de Relações do Trabalho, publicada no DOU de 03.12.2002.

PARÁGRAFO ÚNICO: O empregado dispensado, sem justa causa, no período de 30 dias que antecede à data de sua correção salarial (data base), não terá direito à indenização adicional de 1 salário mensal, ficando prejudicado o disposto no artigo 9º, da Lei nº 7.238/84, por força da Lei 13.467/17, desde que o encerramento total ou parcial do contrato tenha ocorrido por determinação do tomador de serviço (empresa contratante de prestação de serviços).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - EXPERIÊNCIA

É vedado às empresas firmarem contrato de experiência nos casos de readmissão de empregado na mesma função, quando readmitidos no período de 3 (três) meses após a respectiva demissão.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contrato de experiência será de até 60 (sessenta) dias, podendo ser renovado por mais 2 (dois) períodos de até 60 (sessenta) dias. Em caso de quebra do respectivo contrato, fica, desde já, as partes desobrigadas do cumprimento do disposto nos artigos 479 e 480 da CLT.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Atribuições da Função/Desvio de Função

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DESVIO DE FUNÇÃO

O desvio de função será caracterizado quando o empregado exercer função diferente da que foi contratado por um período superior a 50% do seu turno de trabalho diariamente pelo prazo máximo de 90 dias durante o ano vigente, devendo prevalecer a remuneração à maior. Essa diferença de remuneração deverá ser paga a título de indenização no contracheque correspondente ao mês de competência em que o empregado exerceu função diferente da contratada.

Transferência setor/empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - MUDANÇA DO LOCAL DE TRABALHO

As empresas ficam obrigadas a comunicar a seus empregados, com antecedência de 72h (setenta e duas horas), as mudanças de horário e local de trabalho atinente a cada caso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese do empregado ficar sem setor destinado para prestação de seus serviços, o mesmo deverá apresentar-se, no dia seguinte, à sede da empresa para nova designação e, até que tal ocorra, ficará garantido o recebimento dos seus salários e a marcação do ponto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O empregado que estiver de aviso prévio poderá ser transferido dentro do mesmo município do local de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: É lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento ou serviço em que trabalhar o empregado. Neste caso específico, de forma a preservar o emprego, a empresa fica desobrigada do pagamento suplementar de 25% do salário.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - HOME OFFICE

Os Sindicatos convenientes acordam que as empresas e seus empregados poderão instituir trabalho no sistema home office (trabalho em domicílio), nos termos do artigo 75-A e seguintes, da CLT, pois se trata de uma realidade comum na era contemporânea do Direito do Trabalho, eis que propicia ao empregado maior autonomia na prestação de labor, menor desgaste com deslocamentos à empresa (minoração dos custos com transporte e/ou combustível), economia e racionalização de tempo hábil para resoluções de problemas particulares ou de seu interesse, maior convívio com seus familiares e, enfim, uma melhoria indubitável em sua condição social.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA

O prazo de estabilidade do empregado será, exclusivamente, desde a sua eleição até o final de seu mandato, não podendo ser dispensado sem justa causa nesse período.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - RECIBO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

A entrega de quaisquer documentos, ou sua devolução, à empresa ou ao empregado, deverá ser formalizada, com recibo em duas vias, assinadas pelo empregador e pelo empregado, cabendo uma cópia a cada parte.

PARÁGRAFO ÚNICO: É obrigação do empregado manter os seus dados atualizados na empresa, como endereço, telefone, nome e contato dos filhos, estado civil e/ou outras informações adicionais para a sua localização. O empregado também deverá informar a empresa os casos de alteração cadastral, que só terá valor a partir da data da respectiva comunicação, de modo que a empresa não poderá ser responsabilizada pela não atualização dos dados cadastrais do empregado.

Outras estabilidades

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - GARANTIA DA GESTANTE

A empregada deverá informar, no ato de sua demissão do quadro funcional da empresa empregadora, se está ou não em estado gestacional, com base na Lei nº 9.799/99. Em caso afirmativo, a empresa compromete-se a suspender o respectivo processo demissional.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contrato de trabalho temporário ou a termo, entre eles o contrato de experiência, como modalidade de contrato com prazo determinado e em razão da sua natureza de transitoriedade, é incompatível com o instituto da estabilidade provisória, conforme pacificado pelo pleno do TST em 2019 (IAC-5639-31.2013.5.12.0051) e pelo Tema de Repercussão Geral no. 479 do Supremo Tribunal Federal, não havendo, portanto, estabilidade gravídica durante o respectivo período temporário ou nos contratos por prazo determinado, salvo se houver dispensa antecipada de forma arbitrária ou demissão sem justa causa.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA

A jornada de trabalho poderá ser prorrogada, até o máximo de 2 (duas) horas, como compensação para supressão, total ou parcial de trabalho aos sábados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ESCALA DE REVEZAMENTO COM COMPENSAÇÃO

A jornada de trabalho poderá ser doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação, observados ou indenizados, o intervalo de 30 minutos para repouso e alimentação, com a respectiva anuência do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face à natural compensação pelo desconto nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de trabalho noturno as horas serão remuneradas no percentual de 20%, para os períodos laborados entre 22:00h à 05:00h.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Se a Jornada 12x36 ocorrer em ambiente insalubre é desnecessária a licença prévia da autoridade competente na área de higiene do trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO: A indenização do intervalo intrajornada será no percentual de 50% sobre a hora normal de trabalho.

PARÁGRAFO QUINTO: Nos termos do parágrafo segundo, do artigo 58, da CLT, o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - BANCO DE HORAS

Fica dispensado o acréscimo referente a hora extra se, caso o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

PARÁGRAFO ÚNICO: A liquidação dos haveres pelo empregador e/ou empregado dar-se-á até 90 (noventa) dias após o término da vigência anual do banco de horas de que trata este artigo.

Controle da Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO - SISTEMAS ALTERNATIVOS

As empresas poderão adotar sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho, seja por meio manual, mecânico, eletrônico, biometria, ponto por exceção (art.74, §4º da CLT) ou qualquer outro meio que possa aferir o respectivo controle.

PARÁGRAFO ÚNICO: São considerados válidos, para os fins de direito, todos os tipos de controles de pontos, inclusive, aqueles com registro invariável de jornada de trabalho (ponto britânico) ou com rasura, desde que com a anuência do empregado.

Turnos Ininterruptos de Revezamento

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - ESCALA DE REVEZAMENTO E/OU BANCO DE HORAS ESPECÍFICO

A formalização específica de escala de revezamento e/ou de Banco de Horas deverá ser instituída através de Acordo Específico, celebrado entre a empresa e os empregados, devidamente representados pelo Sindicato Laboral, desde que a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas, com a apresentação do CERSIN previsto na cláusula sexagésima sexta da presente convenção coletiva de trabalho, sem

exceção, e que seja justificada a necessidade da implantação da escala de revezamento e/ou banco de horas.

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - TRABALHO SUPLEMENTAR DA MULHER

Desde que conste de seu exame médico admissional, na forma da legislação em vigor, fica autorizada a prorrogação da jornada da mulher empregada.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - JORNADA PARCIAL / REDUZIDA / TRABALHO INTERMITENTE

Os empregadores que contratarem trabalhadores para laborarem jornada de trabalho em regime de tempo parcial, deverão estabelecer essa condição especial em contrato individual por escrito, não podendo o valor da hora ser paga de forma inferior ao piso/hora previsto na presente convenção coletiva de trabalho para a referida função nos moldes das alterações introduzidas pela lei 13467/2017.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregadores que contratarem trabalhadores para laborarem jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, deverão respeitar o piso salarial da categoria, previsto na cláusula terceira da presente convenção coletiva de trabalho, não podendo ser aplicada a regra do piso/hora previsto no caput.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Não é permitida a adoção de qualquer outro regime de jornada reduzida, sem a necessária formalização de um acordo específico celebrado entre empregadores e trabalhadores, devidamente representados pelo Sindicato Conveniente, desde que, outrossim, a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas e com a apresentação da CERSIN prevista na cláusula sexagésima sexta da presente convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO – TRABALHO INTERMITENTE - Ficam as empresas autorizadas a utilizar a modalidade de trabalho Intermitente, como condição especial em contrato individual por escrito, não podendo o valor da hora ser pago de forma inferior ao piso/hora prevista nessa convenção coletiva de trabalho para a referida função, nos moldes das alterações introduzidas pela lei 13.467/2017.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - ABONO DE ESTUDANTE

Fica assegurado o direito de falta ao empregado estudante no dia da prova, inclusive para exame vestibular, desde que seja avisado o empregador com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, mediante comprovação por escrito, e haja incompatibilidade entre o horário de trabalho e o da prova.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - INTERVALO INTERJORNADA

Os Sindicatos convenientes acordam que entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 10 (dez) horas consecutivas para descanso.

Férias e Licenças

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ESTABILIDADE APÓS LICENÇA

O empregado afastado do serviço por mais de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, por doença, devidamente comprovada pelo Órgão Previdenciário, terá garantia de emprego por mais 30 (trinta) dias, a partir da alta médica.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - FÉRIAS

As empresas obrigam-se a avisar, com 15 (quinze) dias de antecedência ao empregado, quando este deverá entrar em férias, de acordo com a Legislação em vigor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas obrigam-se a efetuar o pagamento das férias até 02 (dois) dia antes do início das mesmas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas poderão optar em comum acordo com o empregado, o gozo das férias em até 3 períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um, respeitando-se o limite legal para o gozo integral das férias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os dias úteis não trabalhados poderão ser compensados nas férias.

PARÁGRAFO QUARTO: O dia do início das férias poderá ocorrer nos dias que antecedem a feriados ou ao dia do repouso semanal remunerado do empregado.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE TRABALHO

As empresas deverão implantar medidas que visem a melhoria de suas instalações, bem como das condições de trabalho dos empregados, nos vestiários e refeitórios.

Equipamentos de Proteção Individual

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - PROTEÇÃO AO TRABALHO - E.P.I

As empresas obrigam-se a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamentos de proteção individual (luva de borracha, cinto de segurança, máscara, e outros) adequados ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados, nos termos do Art. 166, da Portaria nº 3.214, de 08.06.78.

PARÁGRAFO ÚNICO: O EPI –Equipamento de Proteção Individual, quando fornecido pelas empresas, é de uso obrigatório pelo empregado, sendo considerada falta punível a sua não utilização, e a reincidência considerada falta grave, nos termos do art. 482, da CLT.

Uniforme

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - UNIFORME

As empresas fornecerão gratuitamente 04 (quatro) uniformes por ano a seus trabalhadores, quando obrigatório o seu uso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Entende-se por uniforme, a indumentária completa exigida para execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os uniformes e EPI's, tais como botas, luvas, aventais, guarda-pós ou outras peças de indumentárias necessárias ao atendimento da focalizada exigência, deverão ser restituídas no estado de uso em que se encontrarem ao ensejo da extinção do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O empregado indenizará, com base no §1º do art. 462 da CLT, a peça de uniforme, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente do salário ou da remuneração, em caso de extravio, danos decorrentes de utilização indevida ou fora do serviço e não devolução quando da rescisão contratual ou substituição do uniforme cedido. Tal previsão deverá constar do contrato de trabalho do empregado.

PARÁGRAFO QUARTO: A utilização do uniforme será restrito ao local de trabalho incluindo o

seu trajeto de ida e volta ao trabalho, ficando o faltoso passível de advertências, suspensão e demissão por justa causa.

PARÁGRAFO QUINTO: A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas são de uso comum.

Exames Médicos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - EXAMES MÉDICOS

As empresas realizarão exames médicos periódicos em todos os empregados, conforme legislação em vigor, bem como os exames admissionais e demissionais, conforme a Norma Regulamentadora 7 - NR 7.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - ATESTADOS MÉDICOS

As empresas obrigam-se a aceitar os atestados médicos e odontológicos justificativos de ausência ao trabalho, emitidos pelo Órgão Previdenciário e seus conveniados, bem como das clínicas médicas conveniadas pelo Sindicato Laboral e das clínicas conveniadas pelas empresas, sem prejuízo das hipóteses previstas em Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O atestado deverá ser entregue, pessoalmente ou nos casos de absoluta impossibilidade comprovada, por outrem, nas 48 horas após a emissão do referido atestado, sendo convalidado pelo médico da empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando o empregado prestar serviço fora do domicílio da sede da empresa, a entrega do atestado médico poderá ser feita em sua subsele ou posto de apoio, caso existam, ou recolhido pelo preposto da mesma no próprio posto de serviço.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para sua validade, o atestado deverá conter a identificação do empregado e assinatura e carimbo com o número do Conselho do profissional que assina o documento, e ser apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que as empresas declarem na cópia a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário e assinatura do preposto da empresa.

PARÁGRAFO QUARTO: Caso a empresa suspeite de fraude no atestado apresentado, poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis, os quais deverão prestá-las, vez que a prática de atestado falso é crime previsto nos arts. 297 e 302 do Código Penal.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso a fraude seja constatada, pode implicar em demissão por justa causa do empregado, prevista no artigo 482, da CLT.

Primeiros Socorros

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - ESTOJO DE PRIMEIROS SOCORROS

As empresas manterão nos locais de serviço, um estojo contendo medicamentos necessários ao atendimento de primeiros socorros.

Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - CONVÊNIOS

As empresas poderão firmar convênios de Assistência Médica, Odontológica, Laboratoriais e com Farmácias, para atendimento aos seus empregados.

Relações Sindicais

Garantias a Diretores Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - DELEGADO SINDICAL

O Sindicato Laboral poderá indicar Delegados na proporção de 01 (um) por 150 (cento e cinquenta) empregados, até o máximo de 06 (seis) Delegados Sindicais por empresa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os Delegados Sindicais indicados pelo Sindicato Laboral, somente poderão ser dispensados do emprego por justa causa, devidamente comprovada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os Delegados e Diretores terão direito a 03 (três) dias de abono mensal, a serviço do Sindicato Laboral, desde que solicitado por escrito, avisando as empresas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os Delegados não poderão ser transferidos do setor, salvo no encerramento do contrato de serviço, falta grave ou a pedido do cliente.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL CONFEDERATIVA LABORAL - ART.8º, IV, CF

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, através do Processo TST-PMPP-1000356-60.2017.5.00.0000, flexibilizaram os descontos

da contribuição social com requisito do direito de oposição, prevalecendo, outrossim, o princípio legal do acordado sobre o legislado, as empresas descontarão mensalmente de todos os empregados, a importância no valor de R\$ 10,00 (dez reais) por mês, de cada integrante da categoria profissional, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária do dia 22/03/2022, Publicada no Jornal Meia Hora, no dia 11/02/22, folhas 06, para os benefícios sociais oferecidos pela Entidade, bem como serviços jurídicos (área trabalhista; vara de família; previdenciária e homologações); serviços de fiscalização trabalhista (conferência de cálculos trabalhistas; cálculos para aposentadoria; trâmites para aposentadoria junto ao INSS e, acompanhamento do processo) e balcão de emprego, além da manutenção e incremento tecnológico dos cursos e treinamentos para qualificação da mão de obra. O aludido desconto será efetuado na folha de pagamento com base no caput do Art. 462, da CLT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A deliberação dos trabalhadores em assembleia será tida como fonte de anuência prévia e expressa dos empregados para efeito de desconto.

PARÁGRAFO SEGUNDO –As empresas deverão efetuar o pagamento da Contribuição Constitucional Confederativa Laboral no prazo de 05 (cinco) dias após o desconto em folha, somente através de boleto Bancário emitido pelo site do Sindicato www.asseiomrj.com.br ou www.siemaco-rio.com.br, e enviar ao Sindicato Laboral, cópia da folha de pagamento, no prazo máximo de 10 (dez) dias. O atraso no pagamento incorrerá em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor da Contribuição Constitucional Confederativa Laboral, acrescidos de atualização monetária. A quitação definitiva deste pagamento só se consolidará com a apresentação da folha de pagamento que poderá ser enviada ao Sindicato Laboral através de Email.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As empresas reterão os valores descontados dos seus empregados, até que receba oficialmente da SIEMACO-RIO a listagem do(s) empregado(s) que opuseram ao aludido desconto.

PARÁGRAFO QUARTO – A entidade Sindical Laboral deverá enviar ao Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio de Janeiro as atas de Assembleia registrando a aprovação da contribuição em favor da SIEMACO-RIO, em até 10 (dez) dias contados do dia da realização da Assembleia.

PARÁGRAFO QUINTO – Fica garantido a todo trabalhador pertencente à categoria profissional de Asseio e Conservação o direito de oposição ao referido desconto, no prazo de 10 (dez) dias contados do Protocolo de pedido de registro no MTE.

PARÁGRAFO SEXTO – A manifestação de oposição deverá contar com a identificação

legível e a assinatura do empregado, que deverá ser assinado e entregue na sede da entidade sindical, sem efeito retroativo.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O SIEMACO-RIO encaminhará às Empresas da categoria econômica envolvida, nos dez dias subsequentes ao término do apurado previsto no Parágrafo Terceiro, a relação dos que se opuseram ao aludido desconto.

PARÁGRAFO OITAVO – A empresa terá que restituir ao(s) seu(s) empregado(s) o valor desconto da Contribuição Constitucional Confederativa Laboral no seu contracheque, no mês seguinte ao recebimento da lista do(s) empregado(s) que se opuseram ao aludido desconto, encaminhado pela SIEMACO-RIO.

PARÁGRAFO NONO: Esta cláusula passará a ter validade a partir de maio/2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O sindicato laboral deverá assumir a total responsabilidade pelo reembolso das empresas, caso sejam demandadas por empregados que não autorizaram o referido desconto ou por decisão judicial.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL - OUTUBRO/2022

Considerando o artigo nº 8º, III, da Constituição Federal, que consagra a representatividade sindical e a defesa dos direitos e interesses coletivos; o artigo 513, e, da CLT, que determina a imposição de contribuição a todas as empresas que participam da categoria econômica; artigo 611-A da CLT, que determina a prevalência da Convenção Coletiva de Trabalho sobre a Lei, ressaltadas as vedações previstas no art. 611-B e considerando, finalmente, que o art. 611-B, da CLT, não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, as empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 07/03/22, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Negocial Patronal no valor total de R\$ 40,00 (quarenta reais), por empregado, a ser recolhida de uma só vez até o dia 14 de Outubro de 2022, conforme orientação emanada da Decisão do Supremo Tribunal Federal - STF - RE 220.700-1 - RS - DJ. 13.11.98 e, mais recentemente, a decisão RE-189.960-3 – DJ. 17.11.2000. A empresa que não recolher até o dia 14 de Outubro de 2022, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para a empresa que fizer parte integrante do quadro social do SEAC-RJ, e que recolher a Contribuição Negocial Patronal até a data acima fixada, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). No entanto, caso não faça o recolhimento até o dia 14 de Outubro de 2022, a mesma não se beneficiará do referido desconto e ainda ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. Entende-se por empresa associada ao SEAC-RJ, aquela que faz parte integrante do quadro social da entidade, cuja proposta de inclusão foi deliberadamente aprovada em reunião de diretoria do SEAC-RJ, sendo contribuinte mensal da taxa associativa obrigatória e que esteja em dia com o Sindicato Patronal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no caput da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até a regularização da situação econômica.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em caso de não recolhimento da Contribuição Negocial Patronal prevista no caput da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL - JULHO/2022

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 07/03/2022, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Confederativa Patronal no valor total de 2 (Dois) pisos salariais da categoria profissional, previsto na cláusula Terceira, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser recolhida de uma só vez até o dia 15 de Julho de 2022, conforme determina o inciso IV, do Art. 8º, da Constituição Federal. A empresa que não recolher até o dia 15 de Julho de 2022, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição, acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - MENSALIDADE SINDICAL LABORAL

As empresas deverão descontar mensalmente em folha de pagamento a mensalidade dos associados, no valor de R\$46,20 (quarenta e seis reais e vinte centavos), a partir do mês de maio/22, e repassá-las ao Sindicato Laboral da categoria, até dez dias após o desconto, devendo o Sindicato Laboral apresentar à empresa, em tempo hábil, a relação dos seus associados. O atraso no repasse desta mensalidade incorrerá em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor da mensalidade reajustada, mais a atualização monetária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- As empresas deverão efetuar o repasse da mensalidade descontada de seus empregados, através de boleto bancário emitido pelo site do sindicato www.asseiomrj.com.br, ou www.siemaco-rio.com.br, tendo a partir daí, prazo de 5 (cinco) dias para enviarem à sede do Sindicato Laboral, a listagem dos sócios quitados para aquisição do recibo definitivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Em caso de discordância entre a lista enviada pelo Sindicato com o pagamento feito pela Empresa, deverá a mesma apresentar e enviar ao Sindicato, justificativa dos associados não quitados.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL - MAIO/2022

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, recolherão para o Sindicato Patronal, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 07/03/2022, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, uma Contribuição Assistencial Patronal, valor total de 1 (um) piso salarial da categoria profissional, previsto na cláusula Terceira, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser recolhida de uma só vez até o dia 27 de Maio de 2022, nos termos da CR/CNC n.047/2019. A empresa que não recolher até o dia 27 de Maio de 2022, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição, acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL

Considerando que o artigo 578, da CLT, já com a redação dada pela Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista), manteve, outrossim, a previsão da contribuição sindical patronal, e mediante o disposto na nota técnica nº 2/2018, do Ministério Público do Trabalho, assim como recente decisão do TST (autos PMPP-1000356-60.2017.5.00.0000), que outorgaram a possibilidade de cobrança da contribuição sindical para toda a categoria (sejam filiados ou não filiados), fica autorizado previamente, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 07/03/22, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, a cobrança da contribuição sindical patronal, de acordo com as regras previstas na CLT, ora disponibilizada para emissão através do site do SEAC-RJ, www.seac-rj.com.br, ou o site da caixa econômica federal www.caixa.gov.br.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL - CERSIN

Por força do Artigo 1º, inciso IV, da Constituição Federal, que prevê a valorização social do trabalho, e em atenção aos termos da presente Convenção Coletiva de Trabalho, que resguarda direitos dos empregados contra a prática de precarização de mão de obra, as empresas para participarem em licitações públicas ou privadas, ou ainda para contratarem com órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenentes, individualmente, para qualquer empresa, indistintamente, seja associada ou não, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da contribuição sindical (profissional e econômica);
- b) Recolhimento de todas as taxas e contribuições aqui inseridas;
- c) Cumprimento integral desta Convenção Coletiva de Trabalho;
- d) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e Município;
- e) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A falta de certidão ou vencido seu prazo, que é de 90 (noventa) dias, permitirá às empresas licitantes, bem como aos Sindicatos Convenentes, nos casos de licitação pública ou privada, alvejarem o processo licitatório por descumprimento das cláusulas convencionadas, por via administrativa e/ou judicial.

PARÁGRAFO QUARTO: Somente será expedida a Certidão de Regularidade Sindical (CERSIN), para a empresa que estiver cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas da presente convenção.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - ALTERAÇÃO CONTRATO DE TRABALHO

Fica acordado entre as partes convenentes, que qualquer alteração no contrato de trabalho, inclusive para convalidar os acordos individuais, se necessário, poderão ser realizados com a aquiescência do Sindicato Laboral, independente de lei e/ou Medida Provisória.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - DIA DO EMPREGADO DE ASSEIO

Fica assegurado o dia 16 de Maio como sendo o "Dia do Empregado de Asseio e Conservação", data esta em que será eleito o Servente-Padrão, ocasião em que ambas as entidades promoverão um evento festivo.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - DIVERGÊNCIAS

As divergências surgidas na vigência desta Convenção poderão ser dirimidas pelos Sindicatos Convenentes, através de Termos Aditivos específicos, bem como na Comissão de Conciliação Prévia Intersindical ou na Justiça do Trabalho, sempre que não houver acordo entre as partes.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PREVIA DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO-CICPAC

Os Sindicatos Convenentes revalidam a Cláusula Sexagésima Oitava – COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA, da Convenção Coletiva de Trabalho, firmada para o período de 1º de Março de 2021 a 28 de Fevereiro de 2022, registrada no MTE sob a MR013858/2021.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - OBRIGATORIEDADE

Visando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de prestação de serviços, as empresas, obrigatoriamente, deverão levar ao conhecimento dos tomadores de serviços, o inteiro teor da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - REFORMA TRABALHISTA LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017

Os Sindicatos Convenentes acordam que a Lei nº 13.467/17 terá efeito imediato e aplicação integral nos contratos de trabalho em curso, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada, nos termos do artigo 5º, da XXXVI, da Constituição Federal.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - PRINCÍPIOS DA UNICIDADE SINDICAL E VALORIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO

As empresas que venham a prestar serviços de Asseio e Conservação no Município do Rio de Janeiro deverão cumprir integralmente os termos da presente Convenção Coletiva de Trabalho, bem como possíveis Acordos Coletivos de Trabalho firmados com o Sindicato dos Empregados das Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro, sendo vedado, para todos os fins de direito, em nome dos Princípios Constitucionais da Unicidade Sindical e da valorização social do trabalho, a celebração de qualquer outro Instrumento Normativo firmado com outros entes sindicais e com condições de remuneração salarial inferiores.

PARÁGRAFO ÚNICO: O piso salarial mínimo para a função de servente é no valor de R\$1.430,00 (um mil e quatrocentos e trinta reais), para jornada normal de trabalho previsto no art. 7, inciso XIII, da CF, sendo vedado qualquer pacto normativo prevendo piso salarial menor que o previsto na presente convenção coletiva de trabalho.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Considerando-se que a Convenção Coletiva de Trabalho representa direito do empregado, nos termos do Art. 7º, XXVI, da Constituição Federal e, visando a que, conjuntamente, as partes aqui convencionadas possam agir contra irregularidades no cumprimento das obrigações trabalhistas elencadas nesta convenção e nas leis em geral, fica estabelecido que, a qualquer tempo, o Sindicato Laboral e/ou Patronal ou o Sindicato Laboral e/ou qualquer empresa, manifestar-se-ão junto aos clientes tomadores de serviços, quando tiverem ciência de que alguma empresa tenha apresentado preço considerado inexecutável, ou seja, aquele que evidencia clara impossibilidade do cumprimento remuneratório trabalhista e fiscal. Esta ação conjunta e/ou isolada, dependendo de cada situação, ensejará em manifestação escrita junto ao cliente - tomador de serviços de asseio e conservação por parte principalmente do Sindicato Laboral, visando a alertá-lo para a impossibilidade matemático-financeira do preço (inexecutável) cobrir as obrigações trabalhistas e fiscais, coadunando-se, outrossim, com o disposto no Art. 48, II, da Lei nº 8.666 de 21/6/93.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - ANTECIPAÇÃO DA DATA BASE

As partes poderão deliberar sobre a antecipação da data base da categoria de Asseio e Conservação, caso a data base do Salário Mínimo Nacional seja antecipada.

Outras Disposições

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - PERÍODO DE ADAPTAÇÃO À NOVA FUNÇÃO

A empresa poderá alterar o contrato de trabalho do empregado até o prazo de 6 (seis) meses da promoção de cargo, caso o mesmo não tenha se adaptado às rotinas da nova função, ocasião em que, de forma a preservar o emprego, o mesmo será revertido ao cargo efetivo e anteriormente ocupado, inclusive, com o salário anterior à respectiva promoção.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SÉTIMA - PRESERVAÇÃO DO BENEFÍCIO

Os benefícios oferecidos por força dos contratos de prestação de serviços terceirizados, com custeio integral ou parcial por parte da empresa contratante de serviços, como plano de saúde ou odontológico, poderão ser descontinuados em virtude de afastamento formal ou por transferência do empregado de seu antigo posto de serviço para um novo local, onde não haja as mesmas previsões contratuais de trabalho, passando o empregado a receber os benefícios convencionados, nos termos da legislação pertinente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os benefícios previstos na presente cláusula não geram obrigatoriedade para todos os empregados, mas tão somente àqueles vinculados aos contratos de prestação de serviços terceirizados que fizerem tal exigência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso do plano de saúde ou odontológico, de forma a não haver razão de descontinuidade do atendimento ao empregado, a empresa manterá o pagamento pelos 60 dias que sucederem ao respectivo afastamento ou transferência previsto no caput, sendo que após o prazo assinalado de 60 dias, o plano de saúde ou odontológico correrá por conta e responsabilidade exclusiva do empregado, que será comunicado por escrito no ato de seu afastamento ou transferência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos casos de demissão do empregado, o plano de saúde ou odontológico será imediatamente descontinuado.

PARÁGRAFO QUARTO: Na hipótese de substituição ocasional, ou ainda para cobertura de ausências, férias e licenças, os benefícios ofertados por força de contrato de prestação de serviços poderão ser instituídos, a partir do 90º (nonagésimo) dia de trabalho, desde que vinculado ao contrato de prestação de serviços que gera o respectivo direito.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA OITAVA - SESMET COLETIVO

O Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio de Janeiro fica autorizado, para efeito das previsões do subitem 4.14.3, da NR 04 da Portaria 3214/78, a constituir, organizar e administrar “Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho”.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA NONA - DO AFASTAMENTO DECORRENTE DE BENEFÍCIOS

PREVIDENCIÁRIOS

Na hipótese do empregado ser encaminhado ao INSS para recebimento de benefício previdenciário, e tenha este sido negado ou cessado, deverá o mesmo retornar a empresa imediatamente após comunicação do INSS. Fica, outrossim, determinado que o empregado deverá informar a empresa as decisões de deferimento ou indeferimento e/ou demais movimentações de benefícios e/ou aposentadoria, no prazo máximo de 48 horas após comunicação, sob pena de não poder requerer qualquer verba inerente ao período não informado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso o empregado opte por recorrer da decisão do INSS, pelas vias administrativas ou judiciais, e não retorne ao trabalho, deverá o mesmo entregar a empresa, por escrito, a intenção de recurso, ficando durante o período com o contrato de trabalho suspenso até que volte a laborar, cumprindo os tramites legais de retorno ao trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Anualmente, o empregado afastado deverá comunicar a empresa a sua respectiva situação, considerando os efeitos da presente cláusula coletiva de trabalho.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA - TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Fica estabelecido que o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas (art. 507-B da CLT), que é uma faculdade dos empregados e empregadores, será firmado pelo Sindicato Laboral, desde que a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas, com a apresentação da CERSIN previsto na cláusula sexagésima sexta da presente convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO: O termo previsto no caput da presente cláusula discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA PRIMEIRA - DO REGISTRO DA NORMA COLETIVA DE TRABALHO

Os Sindicatos Convenientes revalidam o disposto no parágrafo primeiro, do artigo 614 da CLT, determinando que as Convenções e os Acordos entrarão em vigor 3 (três) dias após a data do respectivo protocolo no Ministério do Trabalho e Emprego, criando direitos e obrigações, bem como produzindo seus efeitos legais reconhecidos pelo inciso XXVI, do artigo 7º, da Constituição Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO: O depósito das normas coletivas de trabalho no sistema mediador do MTE, nos termos da imensa jurisprudência do TST (PRECEDENTES), servirá única e exclusivamente para fins de publicidade.

RICARDO COSTA GARCIA
Presidente
SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO

MANOEL MARTINS MEIRELES
Presidente
**SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO
MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO-RJ**

ANEXOS
ANEXO I - ATA LABORAL

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2023

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ001092/2022
DATA DE REGISTRO NO MTE: 14/06/2022
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR020862/2022
NÚMERO DO PROCESSO: 13041.106496/2022-11
DATA DO PROTOCOLO: 02/06/2022

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 34.037.150/0001-91, neste ato representado(a) por seu ;

E

SIEEACON - SINDICATO DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DA REGIAO DO SUL FLUMINENSE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 28.469.955/0001-01, neste ato representado(a) por seu ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2022 a 28 de fevereiro de 2023 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação, do Plano da CNTC**, com abrangência territorial em **Angra dos Reis/RJ, Barra do Pirai/RJ, Barra Mansa/RJ, Resende/RJ, Valença/RJ, Vassouras/RJ e Volta Redonda/RJ**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL DA CATEGORIA

O piso salarial da categoria profissional, a partir de Março de 2022, será no valor de R\$ 1.430,00 (um mil e quatrocentos e trinta reais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados abaixo relacionados terão os salários que se seguem:

	FUNÇÕES	SALÁRIOS
1.	AJUDANTE	R\$ 1.430,00
2.	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 1.667,00
3.	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO PLENO	R\$ 1.932,38

A S S E I O E C O N S E R V A Ç Ã O	4. ASSISTENTE ADMINISTRATIVO SENIOR	R\$ 2.208,07
	5. ATENDENTE / RECEPCIONISTA	R\$ 1.518,57
	6. AUXILIAR DE DEDETIZAÇÃO	R\$ 1.430,00
	7. AUXILIAR DE EMBALAGEM	R\$ 1.430,00
	8. AUXILIAR DE LIMPEZA	R\$ 1.430,00
	9. AUXILIAR DE LIMPEZA PREDIAL	R\$ 1.625,93
	10. AUXILIAR DE PORTARIA	R\$ 1.438,73
	11. AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 1.430,00
	12. AUXILIAR DE ALMOXARIFE	R\$ 1.518,57
	13. ALMOXARIFE	R\$ 2.037,34
	14. CONTROLADOR DE PRAGAS E VETORES	R\$ 1.631,81
	15. CALAFATE	R\$ 2.322,90
	16. DEDETIZADOR COM MOTO	R\$ 1.700,37
	17. DEDETIZADOR SEM MOTO	R\$ 1.630,62
	18. ENCARREGADO	R\$ 1.785,94
	19. FAXINEIRA	R\$ 1.430,00
	20. LAVADOR	R\$ 1.561,19
	21. LAVADOR DE ROUPA HOSPITALAR	R\$ 1.430,00 + insalubridade
	22. LAVADOR DE ROUPA INDUSTRIAL	R\$ 1.430,00
	23. LIMPADOR	R\$ 1.430,00
	24. LIMPADOR DE CAIXA D'ÁGUA	R\$ 1.430,00
	25. LIMPADOR DE VIDRO	R\$1.430,00+ periculosidade
	26. OPERADOR DE EMPILHADEIRA	R\$ 1.851,96
	27. OPERADOR DE MÁQUINA LIMPEZA TRIPULADA	R\$ 1.670,43
	28. OPERADOR DE MICROTRATOR	R\$ 1.973,70
	29. OPERADOR DE MOTOSERRA	R\$ 1.518,57 +insalubridade
	30. OPERADOR DE ROÇADEIRA	R\$ 1.973,70
	31. RECEPCIONISTA PLENO (BILINGUE)	R\$ 2.444,60
	32. RECEPCIONISTA SENIOR (TRILÍNGUE)	R\$ 2.949,38
	33. SERVENTE	R\$ 1.430,00
	34. SUPERVISOR	R\$ 3. 650,54
	35. TRICICLISTA	R\$ 1.452,56
	36. ZELADOR	R\$ 1.518,64
	37. AJUDANTE DE ARMAZÉM	R\$ 1.430,00
	38. AUXILIAR DE COZINHA	R\$ 1.430,00
	39. AUXILIAR DE MONITORAMENTO	R\$ 1.460,40

O U T R A S	40. AUXILIAR DE JARDINAGEM	R\$ 1.518,57
	41. AUXILIAR DE PRODUÇÃO	R\$ 1.518,57
	42. AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	R\$ 1.754,44
	43. AUXILIAR ADMINISTRATIVO	R\$1.509,37
	44. AUXILIAR DE RH	R\$ 1.754,37
	45. AUXILIAR DE CRECHE / CUIDADOR	R\$ 1.430,00
	46. AUXILIAR DE LAVANDERIA HOSPITALAR	R\$ 1.430,00 + insaluridade
	47. AGENTE ADMINISTRATIVO / DIGITADOR	R\$ 1.765,59
	48. ALPINISTA INDUSTRIAL	R\$2.555,72 + periculosidade
	49. ALPINISTA PREDIAL	R\$2.290,19 + periculosidade
	50. ASSESSOR DE RECURSOS HUMANOS	R\$ 3.356,29
	51. ARRECADADOR	R\$ 1.430,00
	52. COPEIRA	R\$ 1.430,00
	53. COVEIRO	R\$ 1.430,00 + insaluridade
	54. CONDUTOR DE VEÍCULOS	R\$ 1.587,39
	55. CONTÍNUO/MENSAGEIRO	R\$ 1.430,00
	56. CAMAREIRA	R\$ 1.445,83
	57. CONTROLADOR DE ACESSO	R\$ 1.584,54
	F U N Ç õ e s	58. COZINHEIRA
59. CHEFE DE COZINHA		R\$ 2.119,72
	60. CHEFE DE DEPARTAMENTO OU SEÇÃO	R\$ 2.923,76
	61. ESCRITURÁRIO DATILÓGRAFO	R\$ 2.046,61
	62. ENCARREGADO DE JARDINEIRO	R\$ 2.923,99
	63. ENCARREGADO DE CARGA PESADA	R\$ 1.785,94
	64. ENFERMEIRA SUPERVISORA DE HIGIENIZAÇÃO	R\$ 3.650,54
	65. FISCAL DE LOJA	R\$ 1.873,13
	66. GARAGISTA	R\$ 1.432,82
	67. GARÇOM	R\$ 2.037,35
	68. INSTRUTOR	R\$ 1.754,37
	69. INSPETOR DE SERVIÇOS	R\$ 2.121,80
	70. INSTALADOR DE ALARME/CFTV	R\$ 1.562,51

O	71. JARDINEIRO	R\$ 2.344,09
	72. LIDER DE TURMA	R\$1.457,07
U	73. LIMPADOR DE FACHADA COM RAPEL	R\$1.822,02 + periculosidade
T	74. MANOBRISTA	R\$ 1.518,57
R	75. MEIO OFICIAL DE PEDREIRO	R\$ 1.490,37
	76. MAQUEIRO	R\$ 1.430,00
A	77. MONITOR DE PORTARIA	R\$ 1.584,54
S	78. MONTADOR/REMANEJADOR	R\$ 1.430,00
	79. MOTOBOY	R\$ 1.485,08
	80. OPERADOR DE LAVANDERIA	R\$ 1.435,17
	81. OPERADOR DE ESTACIONAMENTO	R\$ 1.444,53
	82. OPERADOR DE COPIADORA	R\$ 1.430,00
	83. OPERADOR DE CFTV	R\$ 1.430,00
	84. PORTEIRO / VIGIA	R\$ 1.584,54
	85. TRAMITADOR DE DOCUMENTOS	R\$ 1.430,00
F	86. TÉCNICO DE MANUTENÇÃO	R\$ 1.974,54
U	87. SECRETÁRIA	R\$ 2.041,97
	88. SECRETÁRIA ADMINISTRATIVA	R\$ 2.678,59
N	89. SUPERVISOR DE JARDINAGEM	R\$ 2.649,71
	90. MERENDEIRA	R\$ 1.430,00
Ç	91. TELEFONISTA	R\$2.010,77
Õ	92. ASCENSORISTA	R\$ 1.531,98
E		
S		

Todos os valores supra mencionados serão válidos para aplicação a partir de 1º de Março de 2022.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todos os empregados que já percebiam salários superiores aos pisos estabelecidos na presente cláusula, terão seus salários corrigidos em 5% (cinco por cento), a partir de 1º de Março/2022, não podendo perceber piso salarial inferior ao da sua função previsto na tabela acima.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Considera-se “Digitador”, inclusive para fins desta cláusula, o trabalho exclusivo em processamento eletrônico de dados, respeitados os limites legais permitidos pelos itens 17.6.4.b e 17.6.4.c, da NR-17, da Portaria 3.214/78 do MTb. Por sua vez, considera-se “Agente Administrativo”, o profissional que, durante sua jornada normal de trabalho, além do processamento eletrônico de dados, alterne tais atividades com outras diferentes (inclusive de coleta de dados para posterior processamento eletrônico).

PARÁGRAFO QUARTO: Para os empregados que prestam serviços às empresas representadas pelas partes convenientes, e que percebiam salários superiores a R\$5.000,00 (cinco mil reais), fica facultada a livre

negociação de reajuste salarial, respeitando, no mínimo, um reajuste de 50% (cinquenta por cento) sobre o percentual de reajuste do piso da categoria, a partir de 1º de Março de 2022.

PARÁGRAFO QUINTO: Considera-se "Recepcionista Pleno", inclusive para fins dessa cláusula, o trabalho de recepção em geral, podendo ter curso técnico e/ou serviços bilingue.

PARÁGRAFO SEXTO: Considera-se "Recepcionista Senior", inclusive para fins dessa cláusula, o trabalho de recepção em geral, podendo ter curso técnico e/ou serviços trilingue.

PARÁGRAFO SÉTIMO: ARRECADADOR – QUEBRA DE CAIXA: As empresas concederão mensalmente uma quebra de caixa aos empregados que trabalham na função de arrecadador, no valor equivalente a R\$ 52,50 (cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), a título de quebra de caixa.

PARÁGRAFO OITAVO: O reembolso previsto no parágrafo anterior somente será pago ao empregado arrecadador quando o mesmo estiver em efetivo exercício, para cobertura de toda e qualquer falta na arrecadação apurada, sendo que, em não havendo falta, o valor se torna um ganho adicional ao arrecadador. No entanto, quando identificado faltante de caixa, o arrecadador arcará, mediante desconto em folha de pagamento, com o valor total faltante no mês imediatamente posterior.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - AUTONOMIA DA VONTADE COLETIVA - LEI Nº.13467/17

Os Sindicatos convenientes estipulam as condições de trabalho previstas neste instrumento normativo em consonância com as regras introduzidas no ordenamento jurídico pela Lei nº. 13467/17.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - DATA DO PAGAMENTO

A empresa que não efetuar o pagamento dos salários dos seus empregados até às 16:00 horas do quinto dia útil do mês subsequente, pagará os salários e respectivas vantagens, acrescidos de multa de 2% (dois por cento), mais um dia de salário por dia de atraso.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para efeito de pagamento de salário, exclusivamente, o sábado não será considerado dia útil.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO PARA PAGAMENTO DO REAJUSTE

As empresas poderão pagar os novos salários, válidos a partir de 1º de Março/2022, e respectivas diferenças salariais, no contracheque do mês de Julho/2022, de forma a operacionalizarem o repasse dos novos custos aos seus contratos de prestação de serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - JOVEM APRENDIZ

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho - TST, no Acórdão 0000076-64.2016.5.10.0000, de 11/4/2017, permitiu que os instrumentos normativos de trabalho pudessem, à luz do artigo 7º, inciso XXVI, da Carta Magna, flexibilizar a legislação sobre cotas, em atenção à realidade do setor, sem, entretanto, convencionar qualquer tipo de regra de inobservância da reserva legal de vagas, e com base na prevalência da autonomia da vontade coletiva, previsto na Lei 13.467/17, os Sindicatos Convenientes acordam que o piso salarial do jovem aprendiz, a partir de 1º de Março de 2022, será de R\$ 1.212,00 (um mil e duzentos e doze reais), convertido em salário/hora.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas prestadoras de serviços de asseio e conservação deverão aplicar o percentual de aprendizagem de 5%, previsto no art. 429 da CLT, sobre todas as funções que demandarem formação profissional, sendo que para fins de efeito de contagem do respectivo percentual, será levado em consideração o efetivo da empresa no referido mês de apuração.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para efeito de enquadramento de função ao que demanda formação técnico-profissional metódica, prevista no artigo 429, da CLT, e consequente estabelecimento de cálculo de percentagem de que trata o art. 48, do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, entender-se-á por formação técnico profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas em ambiente de trabalho, realizada por meio de programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e a responsabilidade de entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica estabelecidas no art.50 do Decreto 9.579/18.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As empresas, diante da impossibilidade comprovada na contratação de jovem aprendiz, seja através de processos de recrutamento, anúncios em jornal, entre outros meios de recrutamento ou pela insuficiência de cursos ou vagas a que se refere o art.55 do Decreto 9.579/18, poderão, ainda, como forma alternativa de atender o aspecto social do parágrafo anterior, efetivar a contratação de jovens de 18 a 24 anos para prestarem serviços de asseio e conservação, com condições laborais e regime normal de trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO: Os Sindicatos convenientes acordam que nos contratos de prestação de serviço, com jornada intermitente e/ou temporária, por sua natureza transitória, as empresas ficarão dispensadas do cumprimento das cotas de aprendizagem e pessoa com deficiência (pcd).

PARÁGRAFO QUINTO: Ficam excluídas da cota as funções que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior, ou, ainda, as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, de acordo com o art.51, §1º do Decreto 9.579/18, bem como as funções relacionadas no parágrafo primeiro da cláusula terceira da presente convenção coletiva de trabalho, por não demandarem formação profissional, por conseguinte, não existir cursos de aprendizagem, além de ser trabalho que não proporciona aos jovens uma formação profissional metódica, de complexidade progressiva, de forma a facilitar o posterior acesso do aprendiz ao mercado de trabalho, conforme jurisprudência – processo 0101447-71.2017.5.01.0005, 5º Vara do Trabalho do Rio de Janeiro e Recurso de Revista nº TST-RR-191-51.2010.5.03.0013, de 06/08/2014.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA OITAVA - DEMAIS FUNÇÕES TÉCNICAS E DE LIDERANÇA

As demais funções técnicas e de liderança não mencionadas neste documento, perceberão como piso mínimo, o mesmo piso salarial do encarregado.

PARÁGRAFO ÚNICO: As outras funções que não exercerem posição de liderança e que não tenham qualificação técnica-profissional, receberão o piso salarial da função de servente.

CLÁUSULA NONA - CONTRACHEQUE

As empresas comprovarão o pagamento do salário por meio de contracheque, discriminando, além do salário profissional, as horas extras, os adicionais, os benefícios e descontos efetuados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas que efetuarem o pagamento de salário através de crédito e/ou depósito em conta corrente bancária, e/ou cartão salário, e/ou outra modalidade eletrônica de crédito, ficam desobrigadas de colher a assinatura do empregado, valendo como prova de pagamento, o comprovante de depósito ou extrato da conta corrente ou, ainda, o extrato da conta corrente eletrônica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas disponibilizarão os contra-cheques até 30 (trinta) dias após o efetivo pagamento do salário, com as discriminações das verbas salariais.

CLÁUSULA DÉCIMA - SUBSTITUIÇÕES

O empregado admitido para substituir um demitido, receberá salário igual ao empregado de menor salário do mesmo cargo ou função, não considerando vantagens pessoais, conforme Instrução Normativa nº 01 do TST.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PAGAMENTO DE ADICIONAIS E DESCONTOS

As partes convenientes acordam que, devido às peculiaridades do setor econômico, as horas extras, adicional noturno, faltas e atrasos ocorridos no mês, poderão ser processados na folha de pagamento do mês seguinte ao da respectiva ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EMPREGADOS ADMINISTRATIVOS OU OPERACIONAIS

Para os empregados administrativos ou operacionais que exerçam funções que não foram citadas no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Terceira, os salários serão corrigidos em 5% (cinco por cento), a partir de 1º de Março de 2022, observando-se o Parágrafo Quarto da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica assegurado que nenhum empregado poderá receber salário inferior ao piso de sua categoria profissional.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em função da tipicidade do segmento de prestação de serviços terceirizados, os Sindicatos Convenentes resolvem adotar a súmula 374, do TST, acordando que empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O salário dos empregados administrativos ou operacionais, admitidos após a última correção salarial da categoria, será atualizado na subsequente revisão, proporcionalmente ao número de meses a partir da data de admissão, conforme Art. 5º da Lei 7.238/84 (CLT), respeitando-se a regra da irretroatividade dos pisos salariais estabelecidos no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Terceira, do presente Instrumento Normativo.

PARÁGRAFO QUARTO: São considerados como cargo de confiança, à luz do presente pacto normativo, os gerentes, chefes de departamentos e coordenadores, ainda que assinem folha de ponto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PNE

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho – TST no Acórdão 0000076-64.2016.5.01.000 de 11/04/2017, permitiu que os instrumentos normativos de trabalho pudessem, à luz do artigo 7º, XXVI da CRFB, flexibilizar a legislação sobre as cotas sociais e, em atenção a realidade do setor, especialmente em observância ao princípio da reserva do possível e a dificuldade que as empresas de asseio e conservação tem para contratação de empregados com deficiência física, os Sindicatos Convenentes acordam que as empresas poderão flexibilizar a integralidade da cota, devendo ter no mínimo 50% da mesma, desde que comprovem que tentaram efetuar as contratações, e disponibilizaram vagas junto aos tomadores de serviço.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

Fica, desde já, ajustado que o décimo terceiro salário poderá ser pago em 2 parcelas, sendo a primeira no dia 30/11 e a segunda no dia 20/12 ou, alternativamente, em uma única parcela, a ser efetuada impreterivelmente até o dia 15/12.

PARÁGRAFO ÚNICO: As empresas poderão, ainda, pagar em 4 parcelas mensais (setembro/22, outubro/22, novembro/22 e dezembro/22) o décimo terceiro salário, desde que seja complementado o seu valor integral até o dia 20 de Dezembro.

Gratificação de Função

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GRATIFICAÇÃO DE ENCARREGADOS

Os encarregados receberão mensalmente um percentual mínimo, calculado sobre o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, conforme previsto na Cláusula Terceira, a título de gratificação, na seguinte forma:

- a) de 16 a 30 empregados: 25% (vinte e cinco por cento)
- b) de 31 a 60 empregados: 30% (trinta por cento)
- c) acima de 61 empregados: 40% (quarenta por cento)

Outras Gratificações

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - LÍDERES DE TURMA

Responsáveis por grupos de até 15 (quinze) empregados, serão considerados líderes de turma e farão jus a uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento) do Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Aqueles que até a presente data estiverem exercendo o cargo de encarregado, mesmo com até 15 (quinze) empregados, permanecerão como encarregados e farão jus ao piso de encarregado, como previsto no parágrafo primeiro, da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os líderes de turma que permanecerem na função por mais de 6 (seis) meses, passam a serem efetivados na mesma, não podendo mais serem rebaixados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - HORAS EXTRAS

Na prestação de serviços extraordinários, as horas extras serão pagas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), e as trabalhadas nos domingos e feriados com acréscimo de 100% (cem por cento), ambos calculados sobre a hora normal.

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ADICIONAL NOTURNO

As horas efetivamente laboradas no período compreendido entre 22:00 e 05:00 horas serão remuneradas com adicional de 20% (vinte por cento) incidente sobre o salário base do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A jornada de trabalho para todos os empregados, nas horas efetivamente laboradas no período entre 22:00 horas e 05:00 horas, será computada como 52 minutos e 30 segundos, conforme preceitua o parágrafo primeiro, do Art. 73, da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As horas que ultrapassarem o período compreendido entre as 22:00 horas e 5:00 horas, não serão remuneradas com o adicional noturno previsto no caput.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - INSALUBRIDADE

Fica concedido aos empregados que exerçam as funções de limpeza, limpador, serventes, auxiliares de serviços gerais ou faxineiras, recepcionistas e demais empregados administrativos ou operacionais, um adicional de insalubridade, calculado de acordo com o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, desde que o laudo do SESMET das empresas prestadoras de serviços considere os respectivos locais insalubres, na forma abaixo:

a) 20% (vinte por cento) de adicional de insalubridade, Grau Médio, para os empregados supracitados que exerçam suas funções em hospitais, casas de saúde e ambulatórios;

b) 40% (quarenta por cento) de adicional de insalubridade, Grau Máximo, para os empregados supracitados que exerçam suas funções em leprosários, hospitais para tratamento do câncer, sanatórios para tratamento de tuberculose, AIDS, e dentro das lixeiras dos prédios e/ou condomínios, além de dedetizador, imunizador e calafate.

c) o adicional de insalubridade previstos nas letras “a” e “b” do caput, somente serão alteradas mediante laudo pericial expedido por órgão de segurança e medicina do trabalho vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, podendo o mesmo ser acompanhado de um profissional indicado pelo Sindicato Laboral convenente.

PÁRAGRAFO ÚNICO: Não fará jus ao adicional de insalubridade o manuseio de produtos de limpeza predial, acondicionamento e transporte em lugar específico de sacos de lixo e lixeiras, eis que são atividades inerentes à função.

Adicional de Periculosidade

CLÁUSULA VIGÉSIMA - PERICULOSIDADE

As empresas obrigam-se ao pagamento do adicional de periculosidade, de acordo com a lei ou decisão judicial.

PARÁGRAFO ÚNICO: As gratificações pertinentes à Insalubridade e Periculosidade não se incorporarão ao salário, e serão devidas enquanto o empregado estiver exercendo a função que demande esse benefício.

Prêmios

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES

As gratificações pagas com habitualidade por mais de 6 (seis) meses consecutivas, excetuando-se, neste caso, as gratificações de insalubridade e periculosidade, bem como aquelas previstas nos parágrafos seguintes, incorporar-se-ão ao salário para efeito do pagamento das férias, décimo terceiro salário e FGTS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As importâncias, ainda que habituais, pagas à título de ajuda de custo, o auxílio-alimentação, vedado o seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de encargo trabalhista e previdenciário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador, em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro, a empregado, grupo de empregados ou terceiros vinculados à sua atividade econômica em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas ficam obrigadas a conceder um auxílio alimentação ou refeição no valor de R\$ 21,00 (vinte e um reais), por dia, considerando-se os dias efetivamente trabalhados no mês.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados que laborarem até 4 (quatro) horas, para complementação da jornada normal de trabalho semanal, prevista no Art. 7º, XIII, da Constituição Federal, não farão jus, especificamente naquele dia, ao recebimento do auxílio previsto no caput da presente cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para evitar a incorporação deste benefício ao salário, as empresas terão o direito de descontarem dos empregados, em seus contracheques mensais, o correspondente a 10% (Dez por cento) do valor total do auxílio concedido no mês de competência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os empregados que trabalhem em regime de escala/plantão, receberão o respectivo auxílio somente para os dias efetivamente trabalhados.

PARÁGRAFO QUARTO: A concessão do auxílio alimentação ou refeição não será obrigatória se a empresa contratante franquear, sob qualquer condição, as refeições aos trabalhadores das empresas prestadoras de serviços.

PARÁGRAFO QUINTO: Fica facultado às empresas a concessão de auxílio alimentação ou refeição em valores superiores ao previsto no caput, seja em virtude de exigência de contrato de prestação de serviços ou por mera liberalidade do empregador.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica facultado às empresas, com a respectiva anuência do empregado, a concessão do intervalo de 30 minutos para intervalo e/ou refeições nos moldes da Lei 13.467/2017.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - VALE - TRANSPORTE

As empresas ficam obrigadas a conceder o Vale-Transporte, na forma pactuada abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando do lançamento dos créditos pelas empresas, caso constate que o empregado não tenha utilizado a totalidade dos valores creditados em seu cartão de recarga, fica autorizado às empresas realizarem apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, haja vista a natureza jurídica do benefício.

PARÁGRAFO QUARTO: O desconto legal do complemento do vale-transporte, conforme previsto no parágrafo terceiro, da presente cláusula, será limitado ao valor creditado.

PARÁGRAFO QUINTO: No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

PARÁGRAFO SEXTO: No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver o saldo não utilizado de vale transporte na rescisão do contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A declaração falsa ou uso indevido do vale - transportes constituem falta grave, sujeito à demissão por justa causa.

Auxílio Educação

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - BOLSAS DE ESTUDOS

As empresas poderão efetuar convênio junto ao MEC, para obter o benefício do Salário Educação para seus empregados, devendo comunicar aos mesmos sobre a abertura de convênio e de como devem inscrever-se para recebimento do respectivo benefício.

Outros Auxílios

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR

As Entidades Sindicais Convenientes prestarão, indistintamente a todos os trabalhadores e empregadores subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho, o plano Benefício Social Familiar abaixo definido pelas entidades convenientes e discriminado no Manual de Orientação e Regras, parte integrante desta cláusula, através de organização gestora especializada e aprovada pelas Entidades Convenientes.

Parágrafo Primeiro – A prestação do plano Benefício Social Familiar iniciará **a partir de 01/04/2022** e terá como base para os procedimentos necessários ao atendimento dos trabalhadores e empregadores, o Manual de Orientação e Regras disponibilizado no website www.beneficiosocial.com.br/manuais-orientacao.

Parágrafo Segundo – Para efetiva viabilidade financeira do plano Benefício Social Familiar e com expresse consentimento das entidades convenientes, as empresas, recolherão a título de custeio, até o dia 10 (dez) de cada mês, iniciando **a partir de 10/04/2022**, o valor **total de R\$17,00 (dezesete reais)**, por trabalhador que possua, exclusivamente, por meio de boleto disponibilizado pela gestora no website www.beneficiosocial.com.br. Com o intuito de regular e dirimir possíveis dúvidas, dos procedimentos na prestação dos benefícios as Disposições Gerais, Manual de Orientação e Regras, e Tabela de Benefícios são registrados em cartório. O custeio do plano Benefício Social Familiar será de responsabilidade integral das empresas, ficando vedado qualquer desconto nos salários dos trabalhadores.

Parágrafo Terceiro – Em caso de afastamento de trabalhador motivado por doença ou acidente, o empregador manterá o recolhimento por até 12 (doze) meses. Caso o afastamento do empregado seja por período superior a 12 (doze) meses, o empregador fica desobrigado ao recolhimento desta contribuição a partir do décimo terceiro mês, ficando garantido ao trabalhador afastado todos os benefícios sociais previstos nesta cláusula e no Manual de Orientação e Regras, até seu efetivo retorno ao trabalho, quando então o empregador retomará o recolhimento relativo ao trabalhador afastado.

Parágrafo Quarto – Devido à natureza social, emergencial e de apoio imediato, dos benefícios sociais definidos pelas entidades, na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento ao trabalhador e seus familiares, o empregador deverá preencher o comunicado disponível no website da gestora, no prazo máximo e improrrogável de até 90 (noventa) dias a contar do fato gerador e, no caso de nascimento de filhos, este prazo será de até 150 (cento e cinquenta) dias. O empregador que não observar estes prazos, poderá arcar com sanções pecuniárias em favor do trabalhador ou família prejudicada, como se inadimplente estivesse. Caso a empresa não efetue o comunicado junto à gestora, o trabalhador e seus beneficiários, não perderão o direito ao benefício, devendo a entidade efetuar tal comunicado, não eximindo o empregador de suas responsabilidades e sanções previstas.

Parágrafo Quinto – O empregador que estiver inadimplente ou efetuar recolhimento por valor inferior ao devido, perderá o direito aos benefícios a ele disponibilizados, até sua regularização. Nesses casos, na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento aos trabalhadores e seus familiares, estes não perderão direito aos benefícios e serão atendidos normalmente pela gestora, a mando das entidades, com exceção dos benefícios prestados por

empresas terceirizadas. Neste caso, o trabalhador e seus familiares perderão o direito ao recebimento ou prestação desses benefícios. Assim, o empregador responderá, perante o empregado e/ou a seus dependentes, a título de indenização, o equivalente a 10 (dez) vezes o menor piso salarial da categoria vigente à época da infração em favor do trabalhador ou seus beneficiários. Caso o empregador regularize seus débitos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento de comunicação de débito feita por e-mail, pela gestora, ficará isento desta indenização.

Parágrafo Sexto: O não pagamento do custeio previsto nesta cláusula, até o dia 10 (dez) de cada mês, acarretará a incidência em multa de 10% (dez por cento) pelo atraso do pagamento, e juros mensais de 1% (um por cento), conforme previsão legal, além das demais penalidades previstas nesta norma coletiva, podendo ainda, o empregador ter seu nome incluso em órgãos de proteção ao crédito.

Parágrafo Sétimo – Nas planilhas de custos, editais de licitações ou nas repactuações de contratos, devido a fatos novos constantes nesta norma coletiva, e em consonância à instrução normativa em vigência, nestes casos, obrigatoriamente, deverão constar a provisão financeira para cumprimento desta cláusula, preservando o patrimônio jurídico dos trabalhadores, conforme o artigo 444 da CLT.

Parágrafo Oitavo – Estará disponível no website da gestora, a cada recolhimento mensal, o Comprovante de Regularidade específico para atendimento da cláusula do plano Benefício Social Familiar, referente aos últimos 5 (cinco) anos, a ser apresentado ao contratante, as entidades sindicais, e a órgãos fiscalizadores, quando solicitado.

Parágrafo Nono – O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial e emergencial.

Parágrafo Décimo – Fica desde já consignado e aceito entre as partes, que o envio e usos de dados dos empregados é para o fim exclusivo da disponibilização dos benefícios contratados e objetos da presente prestação de serviços, nos termos da Lei n. 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, e demais legislações pertinentes à confidencialidade.

Parágrafo Décimo Primeiro – Para lisura e transparência na prestação dos benefícios, segue abaixo um resumo e breve descritivo da forma em que eles serão disponibilizados. Tal procedimento é necessário para que não haja desvio de finalidade do benefício a ser disponibilizado e deverá ser rigorosamente observado, devido ser caráter social, emergencial e de natureza alimentícia. A íntegra do Manual de Orientação e Regras que regem a prestação dos benefícios estará registrado em cartório e disponível no website da gestora.

RESUMO DOS BENEFÍCIOS DISPONÍVEIS PARA TRABALHADORES E EMPREGADORES

BENEFÍCIOS PARA OS TRABALHADORES

BENEFÍCIOS	FORMA DE PRESTAÇÃO		DESCRIPTIVO
BENEFÍCIO NATALIDADE	1X	R\$ 410,00	EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DE TRABALHADOR (A) SERÁ DISPONIBILIZADO ATRAVÉS DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ PAGO, COM O INTUITO DE BANCARIZAR A FAMÍLIA DO BENEFICIÁRIO, REDUZINDO SUAS DESPESAS BANCÁRIAS E FACILITANDO A UTILIZAÇÃO DESTE BENEFÍCIO.
BENEFÍCIO FARMÁCIA NATALIDADE	1X	R\$ 120,00	EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DE TRABALHADOR (A) SERÁ DISPONIBILIZADO CARTÃO DE DESCONTOS EM REDES CREDENCIADAS, COM O OBJETIVO DE FACILITAR O ACESSO FAMILIAR A MEDICAMENTOS EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DE TRABALHADOR
BENEFÍCIO CAPACITAÇÃO	1X	R\$ 1.100,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FAMILIARES NA OCORRÊNCIA DE FALECIMENTO OU INCAPACITAÇÃO PERMANENTE DO TRABALHADOR, CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DE INTERESSE DO BENEFICIADO, PARA MANUTENÇÃO E MELHORIA DA RENDA FAMILIAR. TAL VALOR SERÁ ENCAMINHADO DIRETAMENTE AO ORGÃO DE CAPACITAÇÃO ESCOLHIDO PELO BENEFICIÁRIO, EM CASO DE SALDO, ESTE SERÁ DISPONIBILIZADO PARA CUSTEIO DE LOCOMOÇÃO E ALIMENTAÇÃO.
BENEFÍCIO FARMÁCIA	1X	R\$ 500,00	SERÁ DISPONIBILIZADO CARTÃO DE DESCONTOS EM REDES CREDENCIADAS, COM O OBJETIVO DE FACILITAR O ACESSO FAMILIAR A MEDICAMENTOS EM CASO DE INCAPACITAÇÃO PERMANENTE AO TRABALHO OU FALECIMENTO DO TRABALHADOR.
BENEFÍCIO MANUTENÇÃO DE RENDA FAMILIAR	12X	R\$ 660,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FAMILIARES NA OCORRÊNCIA DE FALECIMENTO OU INCAPACITAÇÃO PERMANENTE DO TRABALHADOR, ATRAVÉS DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ PAGO, O QUAL PODERÁ SER USADO POSTERIORMENTE PELO TRABALHADOR, REDUZINDO SUAS DESPESAS BANCÁRIAS. TAL BENEFÍCIO NÃO PODERÁ SER DISPONIBILIZADO

DE FORMA INTEGRAL, PARA QUE NÃO HAJA DESVIO DE FINALIDADE DO MESMO.

BENEFÍCIO ALIMENTAR 12X R\$ 400,00 SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FAMILIARES NA OCORRÊNCIA DE FALECIMENTO OU INCAPACITAÇÃO PERMANENTE DO TRABALHADOR ALIMENTOS DE QUALIDADE E VARIEDADE, ENCAMINHADO À RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA, FICANDO VEDADO O PAGAMENTO EM DINHEIRO OU VALES/ TICKET ALIMENTAÇÃO, PARA QUE NÃO HAJA DESVIO DE FINALIDADE DESTE BENEFÍCIO.

BENEFÍCIO CULTURAL 1X R\$ 100,00 SERÁ DISPONIBILIZADO ATRAVÉS DE CARTÃO PRÉ PAGO, O QUAL PODERÁ SER UTILIZADO PARA COMPRA DE MATERIAIS LITERÁRIOS PARA FORMAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA FAMÍLIA, QUANDO DA COMPROVAÇÃO DA INCAPACITAÇÃO PERMANENTE OU NOS CASOS DE FALECIMENTO DO TRABALHADOR.

BENEFÍCIO SERVIÇO FUNERAL 1X R\$ 4.000,00 SERÁ ACIONADA UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PROVIDENCIAS DE SEPULTAMENTO, CASO A FAMÍLIA OPTE POR SERVIÇO DE MENOR CUSTO OU NÃO UTILIZE NOSSO PRESTADOR DE SERVIÇOS, O VALOR TOTAL OU O SALDO SERÁ ENCAMINHADO AO ARRIMO DA FAMÍLIA.

BENEFÍCIO CONTA CORRENTE VIRTUAL SIM TEM COMO OBJETIVO PROPICIAR AOS TRABALHADORES ACESSO AO SISTEMA BANCÁRIO ELETRÔNICO, ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ-PAGO E APLICATIVO PARA GERENCIAMENTO DE SEUS GASTOS.

BENEFÍCIO RECOLOCAÇÃO SIM SERÁ DISPONIBILIZADO APLICATIVO SEM CONSUMO DA FRANQUIA DE DADOS, ONDE O TRABALHADOR TERÁ ACESSO A UMA GRANDE REDE DE VAGAS DISPONÍVEIS.

BENEFÍCIO CAPACITAÇÃO ON-LINE SIM SERÁ DISPONIBILIZADO CURSOS DE CAPACITAÇÃO ATRAVÉS DE APLICATIVOS E COMPUTADORES, CAPACITANDO O

PROFISSIONAL E PROPORCIONANDO MELHOR QUALIDADE DE TRABALHO ÀS EMPRESAS.

BENEFÍCIO PSICOSSOCIAL E NUTRICIONAL

SIM

SERÁ DISPONIBILIZADO APOIO PSICOLÓGICO, SOCIAL E NUTRICIONAL, A TODOS OS TRABALHADORES DO SEGMENTO, VIA 0800, POR PROFISSIONAIS LEGALMENTE CAPACITADOS.

BENEFÍCIO FUNERAL DESPESAS EXTRAS

1X R\$ 1.000,00

SERÁ DISPONIBILIZADO AO ARRIMO DA FAMÍLIA, PARA CUSTEAR EVENTUAIS DESPESAS EXTRAS NÃO PREVISTAS NO BENEFÍCIO SERVIÇO FUNERAL, TAIS COMO, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE, ENTRE OUTRAS.

BENEFÍCIO CERTIFICAÇÃO DIGITAL (TRABALHADOR)

SIM

SERÁ DISPONIBILIZADO, EMPRESA LEGALMENTE HOMOLOGADA PARA CERTIFICAÇÃO DIGITAL, COM VALORES ABAIXO DO MERCADO, COM ATENDIMENTO EM REDE CREDENCIADA, VIRTUAL OU EM DOMICÍLIO

BENEFÍCIO RENDA COMPLEMENTAR

SIM

TEM COMO OBJETIVO O AUMENTO DA RENDA FAMILIAR DO TRABALHADOR, ATRAVÉS DE PARCEIROS COMERCIAIS, OS QUAIS DISPONIBILIZARÃO PRODUTOS E SERVIÇOS PARA AQUISIÇÃO COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO E/OU CUSTO SUBSIDIADOS, PARA REVENDA COM GRANDE POTENCIAL LUCRATIVO, E RENDA OFICIAL E COMPLEMENTAR A FAMÍLIA.

BENEFÍCIOS PARA AS EMPRESAS

BENEFICIOS

FORMA DE PRESTAÇÃO

DESCRIPTIVO

BENEFÍCIO REEMBOLSO RESCISÃO

1X R\$ 1.100,00

EM CASO DE FALECIMENTO OU INVALIDEZ PERMANENTE PARA O TRABALHO, SERÁ ENCAMINHADO À CONTA CORRENTE BANCÁRIA DA EMPRESA APÓS RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.

BENEFÍCIO LICENÇA PATERNIDADE

1X R\$ 300,00

EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DO TRABALHADOR, SERÁ ENCAMINHADO À CONTA CORRENTE BANCÁRIA DA EMPRESA

APÓS RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS
NECESSÁRIOS

BENEFÍCIO MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO	ESTRUTURAL SEM UNIDADE MÓVEL	SERÁ DISPONIBILIZADO SEM CUSTOS OS EXAMES CLÍNICOS – ASO (ADMISSIONAIS, PERIÓDICOS, DEMISSIONAIS, RETORNO AO TRABALHO E MUDANÇA DE FUNÇÃO). JÁ O PCMSO, PPRA, ANÁLISES TÉCNICAS, EXAMES COMPLEMENTARES E DEMAIS LAUDOS GANHAM DESCONTOS SIGNIFICATIVOS.
BENEFÍCIO CONECTA EMPRESA	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APLICATIVO SEM CONSUMO DA FRANQUIA DE DADOS, PARA QUE AS EMPRESAS POSSAM CONTATAR OS TRABALHADORES DE FORMA RÁPIDA E SEGURA.
BENEFÍCIO MURAL DE EMPREGOS	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO AS EMPRESAS SISTEMA ON-LINE, PARA INSERÇÃO DAS VAGAS DISPONÍVEIS, TAIS VAGAS SERÃO DIVULGADAS AOS TRABALHADORES PELO BENEFÍCIO RECOLOCAÇÃO.
BENEFÍCIO FOLHA DE PAGAMENTO VIRTUAL	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO UM SISTEMA ON-LINE DE CADASTRAMENTO E PAGAMENTO, JUNTAMENTE COM O BENEFÍCIO CONTA CORRENTE VIRTUAL. VISANDO AGILIZAR O ENVIO DAS REMUNERAÇÕES AOS COLABORADORES DAS EMPRESAS
BENEFÍCIO COMPRA DIRETA	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO UMA REDE DE FORNECEDORES, COM DESCONTOS SIGNIFICATIVOS EM SEUS PRODUTOS E SERVIÇOS, DEVIDO A INEXISTÊNCIA DE INTERMEDIÁRIOS.
BENEFÍCIO TRIAGEM DE ATESTADO	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO SISTEMA ON-LINE PARA AS EMPRESAS ENCAMINHAREM OS ATESTADOS MÉDICOS RECEBIDOS DOS TRABALHADORES, TAIS ATESTADOS PASSARÃO POR TRIAGEM RESULTANDO EM UM LAUDO ENCAMINHADO AS EMPRESAS.

BENEFÍCIO
CERTIFICAÇÃO
DIGITAL (EMPRESA)

SIM

SERÁ DISPONIBILIZADO, EMPRESA
LEGALMENTE HOMOLOGADA
PARA CERTIFICAÇÃO DIGITAL, COM VALORES
ABAIXO DO MERCADO, COM ATENDIMENTO
EM REDE CREDENCIADA, VIRTUAL OU EM
DOMICÍLIO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ANTECIPAÇÃO SALARIAL

Fica acordado que as empresas poderão conceder o benefício da antecipação salarial em até 40% dos salários normativos, com o propósito social de atender possíveis demandas urgentes e imprevistos do dia a dia. Para a viabilização do benefício em apreço, as empresas fornecerão aos empregados cartões magnéticos através de gestora de benefícios conveniada com os Sindicatos Convenientes, sem juros e quaisquer despesas para os empregados e para as empresas, com débito diretamente nas respectivas folhas de pagamento e repasse posterior à gestora de benefícios conveniada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A antecipação salarial prevista no caput da presente cláusula convencional deverá constar nos contracheques dos empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de extravio, perda ou dano do cartão magnético, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

Empréstimos

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Fica facultado às empresas abrangidas por este instrumento normativo de trabalho, a tomarem as providências necessárias para que seus empregados possam usufruir dos empréstimos com desconto em folha de pagamento, nos termos da Lei nº 10.820, de 17/12/2003.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - HOMOLOGAÇÃO E QUITAÇÃO DE RESCISÃO

Por se tratar de categoria profissional de asseio e conservação, cuja atividade é essencial para o bem estar da sociedade, e também por representar a base da pirâmide Laboral, os Sindicatos Convenientes, em prol da

valorização social do trabalho, e para evitar qualquer possibilidade de precarização do trabalho, acordam que a homologação e quitação de rescisão dar-se-á na forma pactuada abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica acordado entre os Sindicatos Convenientes acerca da obrigatoriedade das empresas de realizarem todas as homologações de rescisões de contrato de trabalho com mais de 1(hum) ano de duração na sede do Sindicato Laboral.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A assistência sindical para homologação das rescisões de contrato de trabalho com mais de 1 (hum) ano de duração é da competência do sindicato laboral, em cuja jurisdição o empregado prestou serviços nos últimos 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: PRAZO DE PAGAMENTO DE RESCISÃO:

a) O pagamento das parcelas constantes no recibo de quitação deverá ser efetuado até o 10º (décimo) dia útil, incluindo-se o do vencimento.

b) Enquadram-se na previsão da presente cláusula:

- A rescisão antecipada, pelo empregador ou empregado, do contrato por prazo determinado, incluindo o contrato de experiência;
- A demissão por justa causa;
- A demissão com aviso prévio indenizado, dispensado o seu cumprimento;
- O pedido de demissão pelo empregado, com dispensa do cumprimento do aviso prévio;
- O término do contrato por prazo determinado, incluindo o contrato de experiência;
- A demissão com cumprimento do aviso prévio;
- O pedido de demissão pelo empregado, com cumprimento do aviso prévio;
- Demissão consensual.

Aviso Prévio

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - AVISO PRÉVIO

O empregado que estiver em cumprimento do aviso prévio poderá ser transferido para dentro do mesmo Município onde exerce suas funções. E se, neste período, o empregado demitido conseguir outro emprego, fica dispensado do restante do cumprimento do aviso e respectivo pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cumprimento do prazo do aviso prévio previsto na legislação nº 12.506/11 dar-se-á de forma proporcional, aplicando-se integralmente tanto para empregado quanto para as empresas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese do contrato de trabalho ficar suspenso por motivo de doença ou acidente de trabalho, com percepção de auxílio doença ou acidente, por mais de um ano, o período suspenso não será computado para o cálculo do aviso prévio proporcional.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - RESCISÃO

As empresas obrigam-se ao pagamento dos salários e dos direitos trabalhistas dos empregados desligados, conforme determina a Lei nº 7.855/89 e Instrução Normativa n.º04/2002 da Secretaria de Relações do Trabalho, publicada no DOU de 03.12.2002.

PARÁGRAFO ÚNICO: O empregado dispensado, sem justa causa, no período de 30 dias que antecede à data de sua correção salarial (data base), não terá direito à indenização adicional de 1 salário mensal, ficando prejudicado o disposto no artigo 9º, da Lei nº 7.238/84, por força da Lei 13.467/17, desde que o encerramento total ou parcial do contrato tenha ocorrido por determinação do tomador de serviço (empresa contratante de prestação de serviços).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - EXPERIÊNCIA

É vedado às empresas firmarem contrato de experiência nos casos de readmissão de empregado na mesma função, quando readmitidos no período de 3 (três) meses após a respectiva demissão.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contrato de experiência será de até 60 (sessenta) dias, podendo ser renovado por mais 2 (dois) períodos de 60 (sessenta) dias. Em caso de quebra do respectivo contrato, fica, desde já, as partes desobrigadas do cumprimento do disposto nos artigos 479 e 480 da CLT.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Atribuições da Função/Desvio de Função

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DESVIO DE FUNÇÃO

O desvio de função será caracterizado quando o empregado exercer função diferente da que foi contratado por um período superior a 50% do seu turno de trabalho diariamente pelo prazo máximo de 90 dias durante o ano vigente, devendo prevalecer a remuneração à maior. Essa diferença de remuneração deverá ser paga a título de indenização no contra-cheque correspondente ao mês de competência em que o empregado exerceu função diferente da contratada.

Transferência setor/empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - MUDANÇA DO LOCAL DE TRABALHO

As empresas ficam obrigadas a comunicar a seus empregados, com antecedência de 72h (setenta e duas horas), as mudanças de horário e local de trabalho atinente a cada caso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese do empregado ficar sem setor destinado para prestação de seus serviços, o mesmo deverá apresentar-se, no dia seguinte, à sede da empresa para nova designação e, até que tal ocorra, ficará garantido o recebimento dos seus salários e a marcação do ponto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O empregado que estiver de aviso prévio poderá ser transferido dentro do mesmo município do local de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: É lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento ou serviço em que trabalhar o empregado. Neste caso específico, de forma a preservar o emprego, a empresa fica desobrigada do pagamento suplementar de 25% do salário.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - HOME OFFICE

Os Sindicatos convenientes acordam que as empresas e seus empregados poderão instituir trabalho no sistema home office (trabalho em domicílio), nos termos do artigo 75-A e seguintes, da CLT, pois se trata de uma realidade comum na era contemporânea do Direito do Trabalho, eis que propicia ao empregado maior autonomia na prestação de labor, menor desgaste com deslocamentos à empresa (minoração dos custos com transporte e/ou combustível), economia e racionalização de tempo hábil para resoluções de problemas particulares ou de seu interesse, maior convívio com seus familiares e, enfim, uma melhoria indubitável em sua condição social.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA

O prazo de estabilidade do empregado será, exclusivamente, desde a sua eleição até o final de seu mandato, não podendo ser dispensado sem justa causa nesse período.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - RECIBO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

A entrega de quaisquer documentos, ou sua devolução, à empresa ou ao empregado, deverá ser formalizada, com recibo em duas vias, assinadas pelo empregador e pelo empregado, cabendo uma cópia a cada parte.

PARÁGRAFO ÚNICO: É obrigação do empregado manter os seus dados atualizados na empresa, como endereço, telefone, nome e contato dos filhos, estado civil e/ou outras informações adicionais para a sua localização. O empregado também deverá informar a empresa os casos de alteração cadastral, que só terá valor a partir da data da respectiva comunicação, de modo que a empresa não poderá ser responsabilizada pela não atualização dos dados cadastrais do empregado.

Outras estabilidades

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - GARANTIA DA GESTANTE

A empregada deverá informar, no ato de sua demissão do quadro funcional da empresa empregadora, se está ou não em estado gestacional, com base na Lei nº 9.799/99. Em caso afirmativo, a empresa compromete-se a suspender o respectivo processo demissional.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contrato de trabalho temporário ou a termo, entre eles o contrato de experiência, como modalidade de contrato com prazo determinado e em razão da sua natureza de transitoriedade, é incompatível com o instituto da estabilidade provisória, conforme pacificado pelo pleno do TST em 2019 (IAC-5639-31.2013.5.12.0051) e pelo Tema de Repercussão Geral no. 479 do Supremo Tribunal Federal, não havendo, portanto, estabilidade gravídica durante o respectivo período temporário ou nos contratos por prazo determinado, salvo se houver dispensa antecipada de forma arbitrária ou demissão sem justa causa.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA

A jornada de trabalho poderá ser prorrogada, até o máximo de 2 (duas) horas, como compensação para supressão, total ou parcial de trabalho aos sábados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ESCALA DE REVEZAMENTO COM COMPENSAÇÃO

A jornada de trabalho poderá ser doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação, observados ou indenizados, o intervalo de 30 minutos para repouso e alimentação, com a respectiva anuência do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face à natural compensação pelo desconto nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de trabalho noturno as horas serão remuneradas no percentual de 20%, para os períodos laborados entre 22:00h à 05:00h.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Se a Jornada 12x36 ocorrer em ambiente insalubre é desnecessária a licença prévia da autoridade competente na área de higiene do trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO: A indenização do intervalo intrajornada será no percentual de 50% sobre a hora normal de trabalho.

PARÁGRAFO QUINTO: Nos termos do parágrafo segundo, do artigo 58, da CLT, o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - BANCO DE HORAS

Fica dispensado o acréscimo referente a hora extra se, caso o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

PARÁGRAFO ÚNICO: A liquidação dos haveres pelo empregador e/ou empregado dar-se-á até 90 (noventa) dias após o término da vigência anual do banco de horas de que trata este artigo.

Controle da Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO - SISTEMAS ALTERNATIVOS

As empresas poderão adotar sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho, seja por meio manual, mecânico, eletrônico, biometria, ponto por exceção (art.74, §4º da CLT) ou qualquer outro que possa aferir o respectivo controle.

PARÁGRAFO ÚNICO: São considerados válidos, para os fins de direito, todos os tipos de controles de pontos, inclusive, aqueles com registro invariável de jornada de trabalho (ponto britânico) ou com rasura, desde que com a anuência do empregado.

Turnos Ininterruptos de Revezamento

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ESCALA DE REVEZAMENTO E/OU BANCO DE HORAS ESPECÍFICO

A formalização específica de escala de revezamento e/ou de Banco de Horas deverá ser instituída através de Acordo Específico, celebrado entre a empresa e os empregados, devidamente representados pelo Sindicato Laboral, desde que a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas, com a apresentação do CERSIN previsto na cláusula sexagésima quinta da presente convenção coletiva de trabalho, sem exceção, e que seja justificada a necessidade da implantação da escala de revezamento e/ou banco de horas.

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - TRABALHO SUPLEMENTAR DA MULHER

Desde que conste de seu exame médico admissional, na forma da legislação em vigor, fica autorizada a prorrogação da jornada da mulher empregada.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - ABONO DE ESTUDANTE

Fica assegurado o direito de falta ao empregado estudante no dia da prova, inclusive para exame vestibular, desde que seja avisado o empregador com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, mediante comprovação por escrito, e haja incompatibilidade entre o horário de trabalho e o da prova.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - INTERVALO INTERJORNADA

Os Sindicatos convenientes acordam que entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 10 (dez) horas consecutivas para descanso.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - JORNADA PARCIAL / REDUZIDA / TRABALHO INTERMITENTE

Os empregadores que contratarem trabalhadores para laborarem jornada de trabalho em regime de tempo parcial, deverão estabelecer essa condição especial em contrato individual por escrito, não podendo o valor da hora ser paga de forma inferior ao piso/hora previsto na presente convenção coletiva de trabalho para a referida função nos moldes das alterações introduzidas pela lei 13467/2017.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregadores que contratarem trabalhadores para laborarem jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, deverão respeitar o piso salarial da categoria, previsto na cláusula terceira da presente convenção coletiva de trabalho, não podendo ser aplicada a regra do piso/hora previsto no caput.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Não é permitida a adoção de qualquer outro regime de jornada reduzida, sem a necessária formalização de um acordo específico celebrado entre empregadores e trabalhadores, devidamente representados pelo Sindicato Conveniente, desde que, outrossim, a empresa esteja cumprindo

rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas e com a apresentação do CERSIN previsto na cláusula sexagésima quinta da presente convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO – TRABALHO INTERMITENTE - Ficam as empresas autorizadas a utilizar a modalidade de trabalho Intermitente, como condição especial em contrato individual por escrito, não podendo o valor da hora ser pago de forma inferior ao piso/hora prevista nessa convenção coletiva de trabalho para a referida função, nos moldes das alterações introduzidas pela lei 13.467/2017.

Férias e Licenças

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - ESTABILIDADE APÓS LICENÇA

O empregado afastado do serviço por mais de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, por doença, devidamente comprovada pelo Órgão Previdenciário, terá garantia de emprego por mais 30 (trinta) dias, a partir da alta médica.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - FÉRIAS

As empresas obrigam-se a avisar, com 15 (quinze) dias de antecedência ao empregado, quando este deverá entrar em férias, de acordo com a Legislação em vigor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas obrigam-se a efetuar o pagamento das férias até 02 (dois) dia antes do início das mesmas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas poderão optar em comum acordo com o empregado, o gozo das férias em até 3 períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um, respeitando-se o limite legal para o gozo integral das férias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os dias úteis não trabalhados poderão ser compensados nas férias.

PARÁGRAFO QUARTO: O dia do início das férias poderá ocorrer nos dias que antecedem a feriados ou ao dia do repouso semanal remunerado do empregado.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - CONDIÇÕES DE TRABALHO

As empresas deverão implantar medidas que visem a melhoria de suas instalações, bem como das condições de trabalho dos empregados, nos vestiários e refeitórios.

Equipamentos de Proteção Individual

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - PROTEÇÃO AO TRABALHO - E.P.I

As empresas obrigam-se a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamentos de proteção individual (luva de borracha, cinto de segurança, máscara, e outros) adequados ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados, nos termos do Art. 166, da Portaria nº 3.214, de 08.06.78.

PARÁGRAFO ÚNICO: O EPI –Equipamento de Proteção Individual, quando fornecido pelas empresas, é de uso obrigatório pelo empregado, sendo considerada falta punível a sua não utilização, e a reincidência considerada falta grave, nos termos do art. 482, da CLT.

Uniforme

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - UNIFORME

As empresas fornecerão gratuitamente 04 (quatro) uniformes por ano a seus trabalhadores, quando obrigatório o seu uso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Entende-se por uniforme, a indumentária completa exigida para execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os uniformes e EPI's, tais como botas, luvas, aventais, guardapós ou outras peças de indumentárias necessárias ao atendimento da focalizada exigência, deverão ser restituídas no estado de uso em que se encontrarem ao ensejo da extinção do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O empregado indenizará, com base no §1º do art. 462 da CLT, a peça de uniforme, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente do salário ou da remuneração, em caso de extravio, danos decorrentes de utilização indevida ou fora do serviço e não devolução quando da rescisão contratual ou substituição do uniforme cedido. Tal previsão deverá constar do contrato de trabalho do empregado.

PARÁGRAFO QUARTO: A utilização do uniforme será restrito ao local de trabalho incluindo o seu trajeto de ida e volta ao trabalho, ficando o faltoso passível de advertências, suspensão e demissão por justa causa.

PARÁGRAFO QUINTO: A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas são de uso comum.

Exames Médicos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - EXAMES MÉDICOS

As empresas realizarão exames médicos periódicos em todos os empregados, conforme legislação em vigor, bem como os exames admissionais e demissionais, conforme a Norma Regulamentadora 7 - NR 7.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - ATESTADOS MÉDICOS

As empresas obrigam-se a aceitar os atestados médicos e odontológicos justificativos de ausência ao trabalho, emitidos pelo Órgão Previdenciário e seus conveniados, bem como das clínicas médicas conveniadas pelo Sindicato Laboral e das clínicas conveniadas pelas empresas, sem prejuízo das hipóteses previstas em Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O atestado deverá ser entregue, pessoalmente ou nos casos de absoluta impossibilidade comprovada, por outrem, nas 48 horas após a emissão do referido atestado, sendo convalidado pelo médico da empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando o empregado prestar serviço fora do domicílio da sede da empresa, a entrega do atestado médico poderá ser feita em sua subsede ou posto de apoio, caso existam, ou recolhido pelo preposto da mesma no próprio posto de serviço.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para sua validade, o atestado deverá conter a identificação do empregado e assinatura e carimbo com o número do Conselho do profissional que assina o documento, e ser apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que as empresas declarem na cópia a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário e assinatura do preposto da empresa.

PARÁGRAFO QUARTO: Caso a empresa suspeite de fraude no atestado apresentado, poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis, os quais deverão prestá-las, vez que a prática de atestado falso é crime previsto nos arts. 297 e 302 do Código Penal.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso a fraude seja constatada, pode implicar em demissão por justa causa do empregado, prevista no artigo 482, da CLT.

Primeiros Socorros

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - ESTOJO DE PRIMEIROS SOCORROS

As empresas manterão nos locais de serviço, um estojo contendo medicamentos necessários ao atendimento de primeiros socorros.

Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - CONVÊNIOS

As empresas poderão firmar CONVÊNIOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR, ODONTOLÓGICA, LABORATORIAIS, FARMACEUTICOS EDUCACIONAIS, para atendimento aos seus empregados e dependentes, junto as Operadoras de Serviços. Os CONVÊNIOS serão diretamente oferecidos pelo sindicato laboral, caso seus custos sejam menos onerosos para os trabalhadores, assegurada a qualidade dos serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em quaisquer formas e meios dos Convênios previstos neste acordo, as Empresas não terão qualquer responsabilidade sobre sua prestação, seja perante os trabalhadores, seja perante médicos, clínicas médicas e/ou quaisquer outras entidades hospitalares e/ou de serviços médicos e paramédicos, sendo toda administração, gerência e responsabilidade das Operadoras de Serviços de assistência médica, hospitalar, odontológica, laboratoriais e farmácias.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas de Asseio e Conservação comprometem-se a proceder a um desconto, em folha de pagamento, desde que haja manifestação expressa do trabalhador em aderir aos CONVÊNIOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR, ODONTOLÓGICA, LABORATORIAIS, FARMACEUTICOS EDUCACIONAIS oferecidos através do sindicato. O aludido desconto proceder-se-á com base legal no art. 462, da CLT.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando da demissão, o trabalhador poderá negociar diretamente com as Operadoras de Serviços de assistência médica, hospitalar, odontológica, laboratoriais e farmácias, o respectivo convênio.

PARÁGRAFO QUARTO: Fica convencionado que o respectivo convênio é de total responsabilidade do Sindicato Laboral convenente.

Relações Sindicais

Garantias a Diretores Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - DELEGADO SINDICAL

O Sindicato Laboral poderá indicar Delegados na proporção de 01 (um) por 150 (cento e cinquenta) empregados, até o máximo de 06 (seis) Delegados Sindicais por empresa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os Delegados Sindicais indicados pelo Sindicato Laboral, somente poderão ser dispensados do emprego por justa causa, devidamente comprovada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os Delegados e Diretores terão direito a 03 (três) dias de abono mensal, a serviço do Sindicato Laboral, desde que solicitado por escrito, avisando as empresas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os Delegados não poderão ser transferidos do setor, salvo no encerramento do contrato de serviço, falta grave ou a pedido do cliente.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - MENSALIDADE SINDICAL LABORAL

As empresas deverão descontar mensalmente em folha, a mensalidade dos associados equivalente a 1% (hum por cento) do salário base e repassá-las ao Sindicato Laboral, através de depósito na Caixa Econômica Federal, agência 0197, conta corrente nº 1494-7, até dez dias após o desconto, devendo o Sindicato apresentar à empresa, em tempo hábil, a relação dos seus associados. O atraso no repasse desta mensalidade, incorrerá em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor da mensalidade reajustada, mais a atualização monetária.

PARÁGRAFO ÚNICO: As empresas deverão efetuar o depósito no prazo de 5 (cinco) dias após o desconto em folha e enviar ao Sindicato Laboral cópia do recibo do depósito bancário acompanhada da listagem dos sócios para aquisição do recibo definitivo no prazo máximo de 10 dias.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL LABORAL

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, através do processo TSTPMPP-1000356-60.2017.5.00.0000, flexibilizaram o desconto da contribuição social com o requisito do direito de oposição, prevalecendo, outrossim, o princípio legal do acordado sobre o legislado, bem como o disposto na nota técnica nº.1 do Ministério Público do Trabalho de 27/04/2018, e deliberado na Assembléia Geral Extraordinária convocada através do Edital de Convocação publicado no jornal "A Voz da Cidade", ano L, Edição 16.368 do dia 17 de fevereiro de 2022 e realizada no dia 23 de fevereiro de 2022, conforme preceitua o Capítulo XX - das Assembléias Gerais - Artigo 92º e Parágrafo, do Estatuto Social da Entidade, as empresas descontarão 01 (um) dia de trabalho do salário base de todos os trabalhadores integrantes da categoria profissional abrangidos pelo Sindicato Laboral e em favor do Sindicato Laboral, visando à manutenção e ampliação dos serviços assistenciais, mantidos pelo Sindicato, bem como atender as despesas com a presente campanha salarial em benefício dos trabalhadores a partir de 1º de Março de 2022. O aludido desconto será efetuado nas folhas de pagamento com base no caput do Art. 462, da CLT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica assegurado ao empregado o direito de oposição ao referido desconto no prazo de 30 (trinta) dias, o qual deverá se apresentar individualmente

e pessoalmente, com identificação e assinatura do opoente, na sede e filiais do Sindicato Laboral, sem efeito retroativo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas deverão efetuar o depósito da Contribuição na Caixa Econômica Federal, Conta Corrente nº. 1494/7 - Agência nº. 0197, no prazo de 05 (cinco) dias após o desconto em folha e enviar ao Sindicato Laboral cópia do recibo bancário acompanhado da cópia da folha de pagamento dos empregados com referido desconto, no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou a pedido efetuar o pagamento na sede do Sindicato Laboral em cheque nominal. O atraso no repasse incorrerá em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor da Contribuição reajustada, mais a atualização monetária.

PARÁGRAFO TERCEIRO O: O Sindicato Laboral assume total responsabilidade por qualquer consequência advinda da presente cláusula, bem como das situações pretéritas, respondendo judicialmente, no pólo passivo, como principal responsável, a qualquer oposição ao referido desconto, excluindo do feito a entidade patronal e seus representados.

PARÁGRAFO QUARTO: Fica vedada qualquer prática de ato ou atitude pelo empregador que vise, ou culmine, impedir o trabalhador de exercer o direito de contribuir para o sindicato.

PARÁGRAFO QUINTO: Em caso de não recolhimento da Contribuição e do não envio da cópia da folha de pagamento, prevista na presente cláusula, poderá o Sindicato Laboral recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

PARÁGRAFO SEXTO: O sindicato laboral deverá assumir a total responsabilidade pelo reembolso das empresas, caso sejam demandadas por empregados que não autorizaram o referido desconto ou por decisão judicial.

PARÁGRAGO SÉTIMO: A presente cláusula passará a ter validade a partir do mês de Maio/2022.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL COLABORATIVA LABORAL

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, através do processo TSTPMPP-1000356-60.2017.5.00.0000, flexibilizaram o desconto da contribuição social com o requisito do direito de oposição, prevalecendo, outrossim, o princípio legal do acordado sobre o legislado, bem como o disposto na nota técnica nº.1 do Ministério Público do Trabalho de 27/04/2018, as empresas em cumprimento a deliberação da Assembléia Geral Extraordinária dos Empregados, conforme preceitua o Capítulo XX - das Assembléias Gerais - Artigo 92º e Parágrafo, do Estatuto Social da Entidade convocada através do Edital de Convocação publicado no jornal “A Voz da Cidade”, ano L, Edição 16.368, do dia 17 de fevereiro de 2022 e realizada no dia 23 de fevereiro de 2022, descontarão mensalmente 2% (dois por cento) da remuneração mensal de todos os trabalhadores integrantes da categoria profissional abrangida pelo Sindicato Laboral, já reajustado no mês de Março de 2022, para a manutenção e custeio da assistência odontológica básica, ampliação dos benefícios sociais, nas áreas da educação, saúde e lazer, oferecidos através de convenio. O aludido desconto será efetuado nas folhas de pagamento com base no caput do Art. 462, da CLT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O Art. 514 da CLT e seus parágrafos preceituam que é dever do Sindicato, assegurar os serviços assistenciais, inclusive o de assistência judiciária para os associados, entretanto por deliberação da entidade, todos os benefícios assistenciais na área: trabalhista, vara de família, previdenciária e homologações, serviços de fiscalização trabalhista, conferência de cálculos trabalhistas, cálculos para aposentadoria, trâmites para aposentadoria junto ao INSS, e acompanhamento de processo e balcão de emprego, e os benefícios sociais oferecidos pela Entidade, nas áreas da educação, saúde e lazer, e a manutenção e custeio da assistência odontológica básica, através de convenio, abrangidos por esta convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica assegurado ao empregado o direito de opor-se ao referido desconto no prazo de 30 (trinta) dias, a ser manifestado em requerimento manuscrito, com identificação e assinatura do oponente, pessoalmente, na sede do sindicato laboral, sem efeito retroativo.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As empresas deverão efetuar o depósito da Contribuição na Caixa Econômica Federal, Conta Corrente nº. 1494/7 - Agência nº. 0197, no prazo de 05 (cinco) dias após o desconto em folha e enviar ao Sindicato Laboral cópia do recibo bancário acompanhado da cópia da folha de pagamento dos empregados com referido desconto, no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou efetuar o pagamento na sede do Sindicato Laboral em cheque nominal. O atraso no repasse incorrerá em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor da Contribuição reajustada, mais a atualização monetária.

PARÁGRAFO QUARTO: O Sindicato Profissional assume total responsabilidade por qualquer consequência advinda da presente cláusula, bem como das situações pretéritas, respondendo judicialmente, no pólo passivo, como principal responsável, a qualquer oposição ao referido desconto, excluindo do feito a entidade patronal e seus representados.

PARÁGRAFO QUINTO: Fica vedada qualquer prática de ato ou atitude pelo empregador que vise, ou culmine, impedir o trabalhador de exercer o direito de contribuir para o sindicato profissional.

PARÁGRAFO SEXTO: Em caso de não recolhimento da Contribuição e do não envio da cópia da folha de pagamento, prevista na presente cláusula, poderá o Sindicato Laboral recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O sindicato laboral deverá assumir a total responsabilidade pelo reembolso das empresas, caso sejam demandadas por empregados que não autorizaram o referido desconto ou por decisão judicial.

PARÁGRAFO OITAVO: A presente cláusula passará a ter validade a partir do mês de Maio/2022.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - CUSTEIO SINDICAL

O desconto da contribuição sindical previsto no art.578 da Lei 13.467/17 em favor do sindicato laboral, fixado pela assembléia geral da categoria e devidamente registrado em ata, será efetuado em folha de pagamento

dos empregados, associados ou não ao Sindicato, conforme valores e datas fixadas pela assembléia da categoria, seguindo a orientação da nota técnica nº.1 do Ministério Público do Trabalho de 27/04/2018.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica ainda acordado entre as partes convenientes, que após ter sido proferido o desconto correspondente a remuneração de um dia de trabalho de cada um de seus empregados, todas as empresas repassarão para cada uma de suas entidades sindicais em sua base de representação, o aludido desconto, nos termos previsto no art.582 da CLT. Fica garantido a todo trabalhador pertencente à categoria profissional de Asseio e Conservação, o direito de oposição ao referido desconto, no prazo de 10 (dez) dias contados do protocolo de pedido de registro no MTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO Esta cláusula passará a ter validade a partir do mês de Maio/2022.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O sindicato laboral deverá assumir a total responsabilidade pelo reembolso das empresas, caso sejam demandadas por empregados que não autorizaram o referido desconto ou por decisão judicial.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL - OUTUBRO/2022

Considerando o artigo nº 8º, III, da Constituição Federal, que consagra a representatividade sindical e a defesa dos direitos e interesses coletivos; o artigo 513, e, da CLT, que determina a imposição de contribuição a todas as empresas que participam da categoria econômica; artigo 611-A da CLT, que determina a prevalência da Convenção Coletiva de Trabalho sobre a Lei, ressaltadas as vedações previstas no art. 611-B e considerando, finalmente, que o art. 611-B, da CLT, não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, as empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 07/03/22, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Negocial Patronal no valor total de R\$ 40,00 (quarenta reais), por empregado, a ser recolhida de uma só vez até o dia 14 de Outubro de 2022, conforme orientação emanada da Decisão do Supremo Tribunal Federal - STF - RE 220.700-1 - RS - DJ. 13.11.98 e, mais recentemente, a decisão RE-189.960-3 – DJ. 17.11.2000. A empresa que não recolher até o dia 14 de Outubro de 2022, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para a empresa que fizer parte integrante do quadro social do SEAC-RJ, e que recolher a Contribuição Negocial Patronal até a data acima fixada, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). No entanto, caso não faça o recolhimento até o dia 14 de Outubro de 2022, a mesma não se beneficiará do referido desconto e ainda ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. Entende-se por empresa associada ao SEAC-RJ, aquela que faz parte integrante do quadro social da entidade, cuja proposta de inclusão foi deliberadamente aprovada em reunião de diretoria do SEAC-RJ, sendo contribuinte mensal da taxa associativa obrigatória e que esteja em dia com o Sindicato Patronal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no caput da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-

lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até a regularização da situação econômica.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em caso de não recolhimento da Contribuição Negocial Patronal prevista no caput da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL - JULHO/2022

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 07/03/2022, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Confederativa Patronal no valor total de 2 (Dois) pisos salariais da categoria profissional, previsto na cláusula Terceira, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser recolhida de uma só vez até o dia 15 de Julho de 2022, conforme determina o inciso IV, do Art. 8º, da Constituição Federal. A empresa que não recolher até o dia 15 de Julho de 2022, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição, acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL - MAIO/2022

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, recolherão para o Sindicato Patronal, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 07/03/2022, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, uma Contribuição Assistencial Patronal, valor total de 1 (um) piso salarial da categoria profissional, previsto na cláusula Terceira, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser recolhida de uma só vez até o dia 27 de Maio de 2022, nos termos da CR/CNC n.047/2019. A empresa que não recolher até o dia 27 de Maio de 2022, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição, acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL

Considerando que o artigo 578, da CLT, já com a redação dada pela Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista), manteve, outrossim, a previsão da contribuição sindical patronal, e mediante o disposto na nota técnica nº 2/2018, do Ministério Público do Trabalho, assim como recente decisão do TST (autos PMPP-1000356-60.2017.5.00.0000), que outorgaram a possibilidade de cobrança da contribuição sindical para toda a categoria (sejam filiados ou não filiados), fica autorizado previamente, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 07/03/22, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional

representada pelo SEAC-RJ, a cobrança da contribuição sindical patronal, de acordo com as regras previstas na CLT, ora disponibilizada para emissão através do site do SEAC-RJ, www.seac-rj.com.br, ou o site da caixa econômica federal www.caixa.gov.br.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL - CERSIN

Por força do Artigo 1º, inciso IV, da Constituição Federal, que prevê a valorização social do trabalho, e em atenção aos termos da presente Convenção Coletiva de Trabalho, que resguarda direitos dos empregados contra a prática de precarização de mão de obra, as empresas para participarem em licitações públicas ou privadas, ou ainda para contratarem com órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenentes, individualmente, para qualquer empresa, indistintamente, seja associada ou não, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da contribuição sindical (profissional e econômica);
- b) Recolhimento de todas as taxas e contribuições aqui inseridas;
- c) Cumprimento integral desta Convenção Coletiva de Trabalho;
- d) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e Município;
- e) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A falta de certidão ou vencido seu prazo, que é de 90 (noventa) dias, permitirá às empresas licitantes, bem como aos Sindicatos Convenentes, nos casos de licitação pública ou privada, alvejarem o processo licitatório por descumprimento das cláusulas convencionadas, por via administrativa e/ou judicial.

PARÁGRAFO QUARTO: Somente será expedida a Certidão de Regularidade Sindical (CERSIN), para a empresa que estiver cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas da presente convenção.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - ALTERAÇÃO CONTRATO DE TRABALHO

Fica acordado entre as partes convenentes, que qualquer alteração no contrato de trabalho, inclusive para convalidar os acordos individuais, se necessário, poderão ser realizados com a aquiescência do Sindicato Laboral, independente de lei e/ou Medida Provisória.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - DIA DO EMPREGADO DE ASSEIO

Fica assegurado o dia 16 de Maio como sendo o "Dia do Empregado de Asseio e Conservação", data esta em que será eleito o Servente-Padrão, ocasião em que ambas as entidades promoverão um evento festivo.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - DIVERGÊNCIAS

As divergências surgidas na vigência desta Convenção poderão ser dirimidas pelos Sindicatos Convenentes, através de Termos Aditivos específicos ou na Justiça do Trabalho, sempre que não houver acordo entre as partes.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - OBRIGATORIEDADE

Visando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de prestação de serviços, as empresas, obrigatoriamente, deverão levar ao conhecimento dos tomadores de serviços, o inteiro teor da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - REFORMA TRABALHISTA LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017

Os Sindicatos Convenentes acordam que a Lei nº 13.467/17 terá efeito imediato e aplicação integral nos contratos de trabalho em curso, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada, nos termos do artigo 5º, da XXXVI, da Constituição Federal.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - PRINCÍPIOS DA UNICIDADE SINDICAL E VALORIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO

As empresas que venham a prestar serviços de Asseio e Conservação no Estado do Rio de Janeiro deverão cumprir integralmente os termos da presente Convenção Coletiva de Trabalho, bem como possíveis Acordos Coletivos de Trabalho firmados com o Sindicato dos Empregados nas Empresas de Asseio e Conservação da Região do Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, sendo vedado, para todos os fins de direito, em nome dos Princípios Constitucionais da Unicidade Sindical e da valorização social do trabalho, a celebração de qualquer outro Instrumento Normativo firmado com outros entes sindicais e com condições de remuneração salarial inferiores.

PARÁGRAFO ÚNICO: O piso salarial mínimo para a função de servente é no valor de R\$1.430,00 (um mil e quatrocentos e trinta reais), para jornada normal de trabalho previsto no art. 7, inciso XIII, da CF, sendo vedado qualquer pacto normativo prevendo piso salarial menor que o previsto na presente convenção coletiva de trabalho.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Considerando-se que a Convenção Coletiva de Trabalho representa direito do empregado, nos termos do Art. 7º, XXVI, da Constituição Federal e, visando a que, conjuntamente, as partes aqui convencionadas possam agir contra irregularidades no cumprimento das obrigações trabalhistas elencadas nesta convenção e nas leis em geral, fica estabelecido que, a qualquer tempo, o Sindicato Laboral e/ou Patronal ou o Sindicato Laboral e/ou qualquer empresa, manifestar-se-ão junto aos clientes tomadores de serviços, quando tiverem ciência de que alguma empresa tenha apresentado preço considerado inexecutável, ou seja, aquele que evidencia clara impossibilidade do cumprimento remuneratório trabalhista e fiscal. Esta ação conjunta e/ou isolada, dependendo de cada situação, ensejará em manifestação escrita junto ao cliente - tomador de serviços de asseio e conservação por parte principalmente do Sindicato Laboral, visando a alertá-lo para a impossibilidade matemático-financeira do preço (inexecutável) cobrir as obrigações trabalhistas e fiscais, coadunando-se, outrossim, com o disposto no Art. 48, II, da Lei nº 8.666 de 21/6/93.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - ANTECIPAÇÃO DA DATA BASE

As partes poderão deliberar sobre a antecipação da data base da categoria de Asseio e Conservação, caso a data base do Salário Mínimo Nacional seja antecipada.

Outras Disposições

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - PERÍODO DE ADAPTAÇÃO À NOVA FUNÇÃO

A empresa poderá alterar o contrato de trabalho do empregado até o prazo de 6 (seis) meses da promoção de cargo, caso o mesmo não tenha se adaptado às rotinas da nova função, ocasião em que, de forma a preservar o emprego, o mesmo será revertido ao cargo efetivo e anteriormente ocupado, inclusive, com o salário anterior à respectiva promoção.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - SESMET COLETIVO

O Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio de Janeiro fica autorizado, para efeito das previsões do subitem 4.14.3, da NR 04 da Portaria 3214/78, a constituir, organizar e administrar “Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho”.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - DO AFASTAMENTO DECORRENTE DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Na hipótese do empregado ser encaminhado ao INSS para recebimento de benefício previdenciário, e tenha este sido negado ou cessado, deverá o mesmo retornar a empresa imediatamente após comunicação do INSS. Fica, outrossim, determinado que o empregado deverá informar a empresa as decisões de deferimento ou indeferimento e/ou demais movimentações de benefícios e/ou aposentadoria, no prazo máximo de 48 horas após comunicação, sob pena de não poder requerer qualquer verba inerente ao período não informado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso o empregado opte por recorrer da decisão do INSS, pelas vias administrativas ou judiciais, e não retorne ao trabalho, deverá o mesmo entregar a empresa, por escrito, a intenção de recurso, ficando durante o período com o contrato de trabalho suspenso até que volte a laborar, cumprindo os tramites legais de retorno ao trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Anualmente, o empregado afastado deverá comunicar a empresa a sua respectiva situação, considerando os efeitos da presente cláusula coletiva de trabalho.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SÉTIMA - TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Fica estabelecido que o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas (art. 507-B da CLT), que é uma faculdade dos empregados e empregadores, será firmado pelo Sindicato Laboral, desde que a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas, com a apresentação do CERSIN previsto na cláusula sexagésima quinta da presente convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO: O termo previsto no caput da presente cláusula discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA OITAVA - DO REGISTRO DA NORMA COLETIVA DE TRABALHO

Os Sindicatos Convenentes revalidam o disposto no parágrafo primeiro, do artigo 614 da CLT, determinando que as Convenções e os Acordos entrarão em vigor 3 (três) dias após a data do respectivo protocolo no Ministério do Trabalho e Emprego, criando direitos e obrigações, bem como produzindo seus efeitos legais reconhecidos pelo inciso XXVI, do artigo 7º, da Constituição Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO: O depósito das normas coletivas de trabalho no sistema mediador do MTE, nos termos da imensa jurisprudência do TST (PRECEDENTES), servirá única e exclusivamente para fins de publicidade.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA NONA - PRESERVAÇÃO DO BENEFÍCIO

Os benefícios oferecidos por força dos contratos de prestação de serviços terceirizados, com custeio integral ou parcial por parte da empresa contratante de serviços, como plano de saúde ou odontológico, poderão ser descontinuados em virtude de afastamento formal ou por transferência do empregado de seu antigo posto de serviço para um novo local, onde não haja as mesmas previsões contratuais de trabalho, passando o empregado a receber os benefícios convencionados, nos termos da legislação pertinente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os benefícios previstos na presente cláusula não geram obrigatoriedade para todos os empregados, mas tão somente àqueles vinculados aos contratos de prestação de serviços terceirizados que fizerem tal exigência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso do plano de saúde ou odontológico, de forma a não haver razão de descontinuidade do atendimento ao empregado, a empresa manterá o pagamento pelos 60 dias que sucederem ao respectivo afastamento ou transferência previsto no caput, sendo que após o prazo assinalado de 60 dias, o plano de saúde ou odontológico correrá por conta e responsabilidade exclusiva do empregado, que será comunicado por escrito no ato de seu afastamento ou transferência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos casos de demissão do empregado, o plano de saúde ou odontológico será imediatamente descontinuado.

PARÁGRAFO QUARTO: Na hipótese de substituição ocasional, ou ainda para cobertura de ausências, férias e licenças, os benefícios ofertados por força de contrato de prestação de serviços poderão ser instituídos, a partir do 90º (nonagésimo) dia de trabalho, desde que vinculado ao contrato de prestação de serviços que gera o respectivo direito.

RICARDO COSTA GARCIA
Presidente
SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO

WILTON DE MELLO PEIXOTO

Presidente

SIEEACON - SINDICATO DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO
DA REGIAO DO SUL FLUMINENSE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANEXOS
ANEXO I - ATA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2023

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ000951/2022
DATA DE REGISTRO NO MTE: 24/05/2022
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR016550/2022
NÚMERO DO PROCESSO: 13041.105840/2022-47
DATA DO PROTOCOLO: 19/05/2022

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 34.037.150/0001-91, neste ato representado(a) por seu ;

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO E EM EDIFICIOS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES RJ (SEEACEC), CNPJ n. 31.505.878/0001-02, neste ato representado(a) por seu ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2022 a 28 de fevereiro de 2023 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação**, com abrangência territorial em **Campos dos Goytacazes/RJ, Itaperuna/RJ, Macaé/RJ, Quissamã/RJ, São Fidélis/RJ, São Francisco de Itabapoana/RJ e São João da Barra/RJ**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL DA CATEGORIA

O piso salarial da categoria profissional dos **EMPREGADOS EM ASSEIO E CONSERVAÇÃO que laboram nos municípios representados por este sindicato laboral**, a partir de 1º de Março de 2022, será no valor de R\$ 1.430,00 (um mil e quatrocentos e trinta reais), sofrendo um reajuste salarial de 9,91% (nove vírgula noventa e um por cento).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados abaixo terão os salários que se seguem:

A S S E I O E C O N S E R V A Ç Ã O	<ul style="list-style-type: none"> - SERVENTE DE LIMPEZA R\$ 1.430,00 - LIMPADOR R\$ 1.430,00 - COPEIRA R\$ 1.430,00 - FAXINEIRA R\$ 1.430,00 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS R\$ 1.430,00 - AUXILIAR DE DEDETIZAÇÃO R\$ 1.430,00 - AUXILIAR DE LIMPEZA R\$ 1.430,00 <ul style="list-style-type: none"> - AUXILIAR DE EMBALAGEM R\$ 1.430,00 - MONTADOR/ REMANEJADOR R\$ 1.430,00 - ARRECADADOR R\$ 1.430,00 - LIMPADOR DE VIDRO R\$1.430,00+periculosidade - LIMPADOR DE CAIXA D'ÁGUA R\$ 1.430,00 - AUXILIAR DE LAVANDERIA HOSPITALAR R\$1.430,00+insalubridade - LAVADOR DE ROUPA HOSPITALAR R\$1.430,00+insalubridade - LAVADOR DE ROUPA INDUSTRIAL R\$ 1.430,00 - COVEIRO R\$1.430,00+insalubridade - AUXILIAR DE CRECHE / CUIDADOR R\$ 1.430,00 - MERENDEIRA R\$ 1.430,00 - CONDUTOR DE VEÍCULOS R\$ 1.587,39 - AUXILIAR DE LIMPEZA PREDIAL R\$ 1.625,93 - DEDETIZADOR SEM MOTO R\$ 1.630,62 - DEDETIZADOR COM MOTO R\$ 1.700,37 - CONTROLADOR DE PRAGAS E VETORES R\$ 1.631,81 - ENCARREGADO R\$ 1.785,94 - ENCARREGADO DE CARGA PESADA R\$ 1.785,94 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO R\$ 2.379,63 - CALAFATE R\$ 2.322,90 - SUPERVISOR R\$ 3.650,54 	
O U T R A S F U N Ç Õ E S	<ul style="list-style-type: none"> - CONTÍNUO/MENSAGEIRO R\$ 1.430,00 - AJUDANTE DE ARMAZÉM R\$ 1.430,00 - OPERADOR DE COPIADORA R\$ 1.430,00 - GARAGISTA R\$ 1.432,82 - MANOBRISTA R\$ 1.518,57 - AUXILIAR DE COZINHA R\$ 1.445,83 - AUXILIAR DE MANUTENÇÃO R\$ 1.445,83 - OPERADOR DE LAVANDERIA R\$ 1.445,83 - LIDER DE TURMA R\$ 1.457,07 - OPERADOR DE MOTOSERRA R\$ 1.461,86+periculosidade - CAMAREIRA R\$ 1.445,83 - AUXILIAR DE MONITORAMENTO R\$ 1.460,40 - ASCENSORISTA/CABINEIRO R\$ 1.532,01 - MANUTENÇÃO DE PISCINA R\$1.463,43+insalubridade - MEIO OFICIAL DE PEDREIRO R\$ 1.490,37 - OPERADOR DE MICROTRATOR R\$ 1.518,57+periculosidade - OPERADOR DE ROÇADEIRA R\$ 1.518,57+periculosidade - OPERADOR DE EMPILHadeira R\$ 1.851,96 - OPERADOR DE MÁQUINA LIMPEZA TRIPULADA R\$ 1.670,43 - AUXILIAR DE ALMOXARIFE R\$ 1.518,57 - RECEPCIONISTA R\$ 1.518,57 - TRICICLISTA R\$ 1.489,05 - AUXILIAR DE JARDINAGEM R\$ 1.518,57 - AUXILIAR DE PRODUÇÃO R\$ 1.518,57 - INSTALADOR DE ALARME/CFTV R\$ 1.562,51 - PORTEIRO/VIGIA/ZELADOR R\$ 1.584,54 - CONTROLADOR DE ACESSO R\$ 1.584,54 - MONITOR DE PORTARIA R\$ 1.584,54 - GUARDIÃO DE PISCINA R\$ 1.633,94 - AUXILIAR DE ESCRITÓRIO R\$ 1.754,36 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO R\$ 1.754,36 - AGENTE ADMINISTRATIVO R\$ 1.765,54 - FISCAL DE LOJA R\$ 1.873,13 - COZINHEIRA R\$ 1.943,10 - TÉCNICO DE MANUTENÇÃO R\$ 1.974,54 - GARÇOM R\$ 2.037,32 - ALMOXARIFE R\$ 2.037,32 - SECRETÁRIA R\$ 2.041,97 - ESCRITURÁRIO DATILÓGRAFO R\$ 2.046,58 - CHEFE DE COZINHA R\$ 2.119,78 - DIGITADOR R\$ 2.046,58 - JARDINEIRO R\$ 2.339,16 - RECEPCIONISTA PLENO BILINGUE R\$ 2.444,60 	

	<ul style="list-style-type: none"> - SUPERVISOR DE JARDINAGEM - CHEFE DE DEPARTAMENTO OU SEÇÃO - ENCARREGADO DE JARDINEIRO - RECEPCIONISTA SENIOR TRILINGUE - ASSESSOR DE RECURSOS HUMANOS - SECRETÁRIA ADMINISTRATIVA - AUXILIAR DE RH - INSTRUTOR - ALPINISTA PREDIAL - ALPINISTA INDUSTRIAL - INSPETOR DE SERVIÇOS - LIMPADOR DE FACHADA COM RAPEL - MAQUEIRO - TRAMITADOR DE DOCUMENTOS - VIGIA TERCEIRIZADO COM MOTO 	<ul style="list-style-type: none"> R\$ 2.649,71 R\$ 2.784,54 R\$ 2.923,99 R\$ 2.949,38 R\$ 3.356,29 R\$ 2.678,59 R\$ 1.754,37 R\$ 1.754,37 R\$2.290,19+periculosidade R\$2.555,72+periculosidade R\$ 2.121,80 R\$1.822,02+periculosidade R\$ 1.430,00 R\$ 1.430,00 R\$ 1.584,54
--	--	--

Todos os valores mencionados anteriormente serão válidos para aplicação a partir de 1º de Março de 2022.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todos os empregados que já percebam salários superiores aos pisos estabelecidos na presente cláusula, terão seus salários corrigidos em 5% (cinco por cento), a partir de Março/2022, não podendo perceber piso salarial inferior ao da sua função previsto na tabela acima.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O "limpador de vidro" só terá direito a receber o adicional de periculosidade, nos casos em que o empregado efetivamente executar serviços de limpeza de vidros em andaimes, numa altura superior à 2,5m (dois metros e meio).

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se "Digitador", inclusive para fins desta cláusula, o trabalho exclusivo em processamento eletrônico de dados, respeitados os limites legais.

PARÁGRAFO QUINTO: Para os empregados que prestam serviços às empresas representadas pelas partes convenientes, e que percebam salários superiores a R\$5.000,00 (cinco mil reais), fica facultada a livre negociação de reajuste salarial, respeitando, no mínimo, um reajuste de 50% (cinquenta por cento) sobre o percentual de reajuste do piso da categoria, vigente a partir de 1º de Março de 2022.

PARÁGRAFO SEXTO: Considera-se "Recepcionista Pleno", inclusive para fins dessa cláusula, o trabalho de recepção em geral, podendo ter curso técnico e/ou serviços bilíngue.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Considera-se "Recepcionista Senior", inclusive para fins dessa cláusula, o trabalho de recepção em geral, podendo ter curso técnico e/ou serviços trilingue.

PARÁGRAFO OITAVO: Considera-se "Vigia com Moto", inclusive, para fins dessa cláusula, o empregado habilitado para condução de motocicletas e que preste serviços com a utilização de motocicleta no próprio posto de trabalho.

PARÁGRAFO NONO: Caso a utilização da motocicleta inclua atividades fora do posto de trabalho, porém em locais privados, e de forma eventual e por tempo extremamente reduzido, o Vigia com Moto receberá um aditivo remuneratório de 10% sobre o seu piso, sendo que a respectiva diferença remuneratória deverá ser paga a título de indenização no contracheque correspondente ao mês em que o empregado exerceu as atividades descritas no presente parágrafo.

PARÁGRAFO DÉCIMO: ARRECADADOR – QUEBRA DE CAIXA: As empresas concederão mensalmente uma quebra de caixa aos empregados que trabalham na função de arrecadador, no valor equivalente a R\$ 52,50 (cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), a título de quebra de caixa.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O reembolso previsto no parágrafo anterior somente será pago ao empregado arrecadador quando o mesmo estiver em efetivo exercício, para cobertura de toda e qualquer falta na arrecadação apurada, sendo que, em não havendo falta, o valor se torna um ganho adicional ao arrecadador. No entanto, quando identificado faltante de caixa, o arrecadador arcará, mediante desconto em folha de pagamento, com o valor total faltante no mês imediatamente posterior.

CLÁUSULA QUARTA - AUTONOMIA DA VONTADE COLETIVA - LEI Nº.13467/17

Os Sindicatos convenientes estipulam as condições de trabalho previstas neste instrumento normativo em consonância com as regras introduzidas no ordenamento jurídico pela Lei nº. 13467/17.

CLÁUSULA QUINTA - JOVEM APRENDIZ

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho - TST, no Acórdão 0000076-64.2016.5.10.0000, de 11/4/2017, permitiu que os instrumentos normativos de trabalho pudessem, à luz do artigo 7º, inciso XXVI, da Carta Magna, flexibilizar a legislação sobre cotas, em atenção à realidade do setor, sem, entretanto, convencionar qualquer tipo de regra de inobservância da reserva legal de vagas, e com base na prevalência da autonomia da vontade coletiva, previsto na Lei 13.467/17, os Sindicatos Convenientes acordam que o piso

salarial do jovem aprendiz, a partir de 1º de Março de 2022, será de R\$ 1.212,00 (um mil e duzentos e doze reais), convertido em salário/hora.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas prestadoras de serviços de asseio e conservação deverão aplicar o percentual de aprendizagem de 5%, previsto no art. 429 da CLT, sobre todas as funções que demandarem formação profissional, sendo que para fins de efeito de contagem do respectivo percentual, será levado em consideração o efetivo da empresa no referido mês de apuração.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para efeito de enquadramento de função ao que demanda formação técnico-profissional metódica, prevista no artigo 429, da CLT, e consequente estabelecimento de cálculo de percentagem de que trata o art. 48, do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, entender-se-á por formação técnico profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas em ambiente de trabalho, realizada por meio de programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e a responsabilidade de entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica estabelecidas no art.50 do Decreto 9.579/18.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As empresas, diante da impossibilidade comprovada na contratação de jovem aprendiz, seja através de processos de recrutamento, anúncios em jornal, entre outros meios de recrutamento ou pela insuficiência de cursos ou vagas a que se refere o art.55 do Decreto 9.579/18, poderão, ainda, como forma alternativa de atender o aspecto social do parágrafo anterior, efetivar a contratação de jovens de 18 a 24 anos para prestarem serviços de asseio e conservação, com condições laborais e regime normal de trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO: Os Sindicatos convenientes acordam que nos contratos de prestação de serviço, com jornada intermitente e/ou temporária, por sua natureza transitória, as empresas ficarão dispensadas do cumprimento das cotas de aprendizagem e pessoa com deficiência (pcd).

PARÁGRAFO QUINTO: Ficam excluídas da cota as funções que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior, ou, ainda, as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, de acordo com o art.51, §1º do Decreto 9.579/18, bem como as funções relacionadas no parágrafo primeiro da cláusula terceira da presente convenção coletiva de trabalho, por não demandarem formação profissional, por conseguinte, não existir cursos de aprendizagem, além de ser trabalho que não proporciona aos jovens uma formação profissional metódica, de complexidade progressiva, de forma a facilitar o posterior acesso do aprendiz ao mercado de trabalho, conforme jurisprudência – processo 0101447-71.2017.5.01.0005, 5º Vara do Trabalho do Rio de Janeiro e Recurso de Revista nº TST-RR-191-51.2010.5.03.0013, de 06/08/2014.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA SEXTA - DATA DO PAGAMENTO

A empresa que não efetuar o pagamento dos salários dos seus empregados até às 16:00 horas do quinto dia útil do mês subsequente, pagará os salários e respectivas vantagens, acrescidos de multa de 2% (dois por cento), mais um dia de salário por dia de atraso.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para efeito de pagamento de salário, exclusivamente, o sábado não será considerado dia útil.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO PARA PAGAMENTO DO REAJUSTE

As empresas poderão pagar os novos salários, válidos a partir de Março/2022, e respectivas diferenças salariais, no contracheque do mês de Junho/2022, de forma a operacionalizarem o repasse dos novos custos aos seus contratos de prestação de serviços.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA OITAVA - DEMAIS FUNÇÕES TÉCNICAS E DE LIDERANÇA

As demais funções técnicas e de liderança não mencionadas neste documento, perceberão como piso mínimo, o mesmo piso salarial do encarregado.

PARÁGRAFO ÚNICO: As outras funções que não exercerem posição de liderança e que não tenham qualificação técnica-profissional, receberão o piso salarial da função de servente.

CLÁUSULA NONA - CONTRACHEQUE

As empresas comprovarão o pagamento do salário por meio de contracheque, discriminando, além do salário profissional, as horas extras, os adicionais, os benefícios e descontos efetuados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas que efetuarem o pagamento de salário através de crédito e/ou depósito em conta corrente bancária, e/ou cartão salário, e/ou outra modalidade eletrônica de crédito, ficam desobrigadas de colher a assinatura do empregado, valendo como prova de pagamento, o comprovante de depósito ou extrato da conta corrente ou, ainda, o extrato da conta corrente eletrônica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas disponibilizarão os contracheques até 30 (trinta) dias após o efetivo pagamento do salário, com as discriminações das verbas salariais.

CLÁUSULA DÉCIMA - SUBSTITUIÇÕES

O empregado admitido para substituir um demitido, receberá salário igual ao empregado de menor salário do mesmo cargo ou função, não considerando vantagens pessoais, conforme Instrução Normativa nº 01 do TST.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PAGAMENTO DE ADICIONAIS E DESCONTOS

As partes convenientes acordam que, devido às peculiaridades do setor econômico, as horas extras, adicional noturno, faltas e atrasos ocorridos no mês, poderão ser processados na folha de pagamento do mês seguinte ao da respectiva ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EMPREGADOS ADMINISTRATIVOS OU OPERACIONAIS

Para os empregados administrativos ou operacionais que exerçam funções que não foram citadas no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Terceira, os salários serão corrigidos em 5% (cinco por cento), a partir de 1º de Março de 2022, observando-se o Parágrafo Quinto da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica assegurado que nenhum empregado poderá receber salário inferior ao piso de sua categoria profissional.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em função da tipicidade do segmento de prestação de serviços terceirizados, os Sindicatos Convenientes resolvem adotar a súmula 374, do TST, acordando que empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O salário dos empregados administrativos ou operacionais, admitidos após a última correção salarial da categoria, será atualizado na subsequente revisão, proporcionalmente ao número de meses a partir da data de admissão, conforme Art. 5º da Lei 7.238/84 (CLT), respeitando-se a regra da irretroatividade dos pisos salariais estabelecidos no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Terceira, do presente Instrumento Normativo.

PARÁGRAFO QUARTO: São considerados como cargo de confiança, à luz do presente pacto normativo, os gerentes, chefes de departamentos e coordenadores, ainda que assinem folha de ponto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PNE

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho – TST no Acórdão 0000076-64.2016.5.01.000 de 11/04/2017, permitiu que os instrumentos normativos de trabalho pudessem, à luz do artigo 7º, XXVI da CRFB, flexibilizar a legislação sobre as cotas sociais e, em atenção a realidade do setor, especialmente em observância ao princípio da reserva do possível e a dificuldade que as empresas de asseio e conservação tem para contratação de empregados com deficiência física, os Sindicatos Convenientes acordam que as empresas poderão flexibilizar a integralidade da cota, devendo ter no mínimo 50% da mesma, desde que comprovem que tentaram efetuar as contratações, e disponibilizaram vagas junto aos tomadores de serviço.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

Fica, desde já, ajustado que o décimo terceiro salário poderá ser pago em 2 parcelas, sendo a primeira no dia 30/11 e a segunda no dia 20/12 ou, alternativamente, em uma única parcela, a ser efetuada impreterivelmente até o dia 15/12.

PARÁGRAFO ÚNICO: As empresas poderão, ainda, pagar em 4 parcelas mensais (setembro/22, outubro/22, novembro/22 e dezembro/22) o décimo terceiro salário, desde que seja complementado o seu valor integral até o dia 20 de Dezembro.

Gratificação de Função

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GRATIFICAÇÃO DE ENCARREGADOS

Os encarregados receberão mensalmente um percentual mínimo, calculado sobre o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, conforme previsto na Cláusula Terceira, a título de gratificação, na seguinte forma:

- a) de 16 a 30 empregados: 25% (vinte e cinco por cento)
- b) de 31 a 60 empregados: 30% (trinta por cento)
- c) acima de 61 empregados: 40% (quarenta por cento)

Outras Gratificações

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - LÍDERES DE TURMA

Responsáveis por grupos de até 15 (quinze) empregados, serão considerados líderes de turma e farão jus a uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento) do Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Aqueles que até a presente data estiverem exercendo o cargo de encarregado, mesmo com até 15 (quinze) empregados, permanecerão como encarregados e farão jus ao piso de encarregado, como previsto no parágrafo primeiro, da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os líderes de turma que permanecerem na função por mais de 6 (seis) meses, passam a serem efetivados na mesma, não podendo mais serem rebaixados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - HORAS EXTRAS

Na prestação de serviços extraordinários, as horas extras serão pagas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), e as trabalhadas nos domingos e feriados com acréscimo de 100% (cem por cento), ambos calculados sobre a hora normal.

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ADICIONAL NOTURNO

As horas efetivamente laboradas no período compreendido entre 22:00 e 05:00 horas serão remuneradas com adicional de 20% (vinte por cento) incidente sobre o salário base do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A jornada de trabalho para todos os empregados, nas horas efetivamente laboradas no período entre 22:00 horas e 05:00 horas, será computada como 52 minutos e 30 segundos, conforme preceitua o parágrafo primeiro, do Art. 73, da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As horas que ultrapassarem o período compreendido entre as 22:00 horas e 5:00 horas, não serão remuneradas com o adicional noturno previsto no caput.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - INSALUBRIDADE

Fica concedido aos empregados que exerçam as funções de limpeza, limpador, serventes, auxiliares de serviços gerais ou faxineiras, recepcionistas e demais empregados administrativos ou operacionais, um adicional de insalubridade, calculado de acordo com o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, desde que o laudo do SESMET das empresas prestadoras de serviços considere os respectivos locais insalubres, na forma abaixo:

a) 20% (vinte por cento) de adicional de insalubridade, Grau Médio, para os empregados supracitados que exerçam suas funções em hospitais, casas de saúde e ambulatórios;

b) 40% (quarenta por cento) de adicional de insalubridade, Grau Máximo, para os empregados supracitados que exerçam suas funções em leprosários, hospitais para tratamento do câncer, sanatórios para tratamento de tuberculose, AIDS, e dentro das lixeiras dos prédios e/ou condomínios, além de dedetizador, imunizador e calafate.

c) o adicional de insalubridade previstos nas letras “a” e “b” do caput, somente serão alteradas mediante laudo pericial expedido por órgão de segurança e medicina do trabalho vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, podendo o mesmo ser acompanhado de um profissional indicado pelo Sindicato Laboral conveniente.

PÁRAGRAFO ÚNICO: Não fará jus ao adicional de insalubridade o manuseio de produtos de limpeza predial, acondicionamento e transporte em lugar específico de sacos de lixo e lixeiras, eis que são atividades inerentes à função.

Adicional de Periculosidade

CLÁUSULA VIGÉSIMA - PERICULOSIDADE

As empresas obrigam-se ao pagamento do adicional de periculosidade, de acordo com a lei ou decisão judicial.

PARÁGRAFO ÚNICO: As gratificações pertinentes à Insalubridade e Periculosidade somente se incorporarão ao salário e serão devidas enquanto o empregado estiver exercendo a função que demande esse benefício.

Prêmios

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES

As gratificações pagas com habitualidade por mais de 6 (seis) meses consecutivas, excetuando-se, neste caso, as gratificações de insalubridade e periculosidade, bem como aquelas previstas nos parágrafos seguintes, incorporar-se-ão ao salário para efeito do pagamento das férias, décimo terceiro salário e FGTS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As importâncias, ainda que habituais, pagas à título de ajuda de custo, o auxílio-alimentação, vedado o seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de encargo trabalhista e previdenciário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador, em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro, a empregado, grupo de empregados ou terceiros vinculados à sua atividade econômica em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas ficam obrigadas a conceder um auxílio alimentação ou refeição no valor de R\$ 21,00 (vinte e um reais), por dia, considerando-se os dias efetivamente trabalhados no mês.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados que laborarem até 4 (quatro) horas, para complementação da jornada normal de trabalho semanal, prevista no Art. 7º, XIII, da Constituição Federal, não farão jus, especificamente naquele dia, ao recebimento do auxílio previsto no caput da presente cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para evitar a incorporação deste benefício ao salário, as empresas terão o direito de descontarem dos empregados, em seus contracheques mensais, o correspondente a 10% (Dez por cento) do valor total do auxílio concedido no mês de competência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os empregados que trabalhem em regime de escala/plantão, receberão o respectivo auxílio somente para os dias efetivamente trabalhados.

PARÁGRAFO QUARTO: A concessão do auxílio alimentação ou refeição não será obrigatória se a empresa contratante de serviços (exclusivamente tomador de serviços terceirizados), franquear, sob qualquer condição, as refeições aos trabalhadores das empresas prestadoras de serviços.

PARÁGRAFO QUINTO: Fica facultado às empresas a concessão de auxílio alimentação ou refeição em valores superiores ao previsto no caput, seja em virtude de exigência de contrato de prestação de serviços ou por mera liberalidade do empregador.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica facultado às empresas, com a respectiva anuência do empregado, a concessão do intervalo de 30 minutos para intervalo e/ou refeições nos moldes da Lei 13.467/2017.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - VALE - TRANSPORTE

As empresas ficam obrigadas a conceder o Vale-Transporte, na forma pactuada abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando do lançamento dos créditos pelas empresas, caso constate que o empregado não tenha utilizado a totalidade dos valores creditados em seu cartão de recarga, fica autorizado às empresas realizarem apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, haja vista a natureza jurídica do benefício.

PARÁGRAFO QUARTO: O desconto legal do complemento do vale-transporte, conforme previsto no parágrafo terceiro, da presente cláusula, será limitado ao valor creditado.

PARÁGRAFO QUINTO: No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

PARÁGRAFO SEXTO: No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver o saldo não utilizado de vale transporte na rescisão do contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A declaração falsa ou uso indevido do vale - transportes constituem falta grave, sujeito à demissão por justa causa.

Auxílio Educação

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - BOLSAS DE ESTUDOS

As empresas poderão efetuar convênio junto ao MEC, para obter o benefício do Salário Educação para seus empregados, devendo comunicar aos mesmos sobre a abertura de convênio e de como devem inscrever-se para recebimento do respectivo benefício.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - PLANO ODONTOLÓGICO

As empresas comprometem-se a proceder ao desconto, em folha de pagamento, da quantia de R\$ 10,98 (dez reais e noventa e oito centavos), por empregado, a partir de 01 de março de 2022, conforme determinado na Assembleia Geral Extraordinária dos empregados da categoria, para a manutenção do Plano de Assistência Odontológica. O empregado que quiser se opor ao desconto deverá comparecer a sede do sindicato em até 30 (trinta) dias e solicitar sua exclusão do programa odontológico por escrito, tendo de volta o valor descontado do mês da sua inclusão ao plano.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados que queiram incluir os seus dependentes, deverão comunicar por escrito a seu empregador, o valor de cada dependente será de R\$ 10,98 (Dez Reais e Noventa e Oito) que deverá ser pago integralmente pelo empregado, por intermédio do desconto em folha de pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A mensalidade a ser paga para Plano Odontológico não poderá ultrapassar o valor de R\$ 10,98 (dez reais e noventa e oito centavos) por empregado ou dependente indicado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A Entidade Laboral contratou uma Operadora Odontológica autorizada pela ANS, e firmará um contrato coletivo por adesão, conforme Resolução Normativa da ANS Nº 195, ao qual deverão se vincular e aderir todas as empresas desta categoria profissional.

Obs.: A operadora ora contratada pela entidade laboral deverá ter como índice (IDSS) na ANS (agencia Nacional de saúde Suplementar) nota superior a 0,8(máx 1).

PARÁGRAFO QUARTO: O Plano Odontológico deverá ter como parâmetro mínimo de cobertura, além do estabelecido pelo rol da ANS, um acréscimo de mais 90 (noventa) procedimentos odontológicos, para assim ampliar a cobertura de atendimento, como também uma ampla rede credenciada NACIONAL com cobertura para todas as especialidades odontológicas.

PARÁGRAFO QUINTO: As empresas que já forneciam aos seus empregados o Plano Odontológico em data anterior a 01 de março de 2021, com contrato ainda em vigor, devem comprovar junto ao Sindicato laboral que estão cumprindo a presente cláusula obedecendo,

contudo, as condições aqui pactuadas, inclusive no que tange ao limite do desconto do empregado.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica convencionado que o presente plano odontológico é de responsabilidade do Sindicato Laboral conveniente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA FAMILIAR CO-PARTICIPATIVO

As empresas comprometem-se a proceder ao desconto, em folha de pagamento, da quantia de R\$30,00 (trinta reais), por empregado, a partir de 01 de março de 2022, conforme determinado na Assembléia Geral Extraordinária dos empregados da categoria, para a manutenção do PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA FAMILIAR CO-PARTICIPATIVO, que consiste em prestar assistência à saúde aos funcionários e aos seus dependentes em primeiro grau declarados no ato do cadastro do plano de assistência médica familiar (cônjuge/companheiros e filhos).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas descontarão dos empregados associados devidamente cadastrados no Sindicato Laboral - **SEEACEC-RJ**, **APENAS 50%** desse valor, ou seja, **R\$15,00 (Quinze Reais)** por mês de cada empregado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A regulamentação dessa cláusula está fixada em Termo de Compromisso, assinado pelos Sindicatos Convenientes.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A todos empregados da categoria fica assegurado a qualquer tempo o direito de Oposição ao referido desconto desta cláusula, enquanto viger o presente Instrumento Normativo, que deverá ser manifestado por escrito em 03 vias com identificação e assinatura do opoente através de comparecimento pessoal ou por procurador que tenha poderes específicos para o exercício da oposição, na sede do Sindicato ou na Delegacia Sindical em Macaé, no dia e horário de funcionamento, por e-mail: adm@seeacec.org.br, ou mediante o envio de correspondência (carta de oposição individual) ao sindicato, com Aviso de Recebimento (AR).

PARÁGRAFO QUARTO: Fica convencionado que o presente plano de assistência médica familiar co-participativo é de total responsabilidade do Sindicato Laboral conveniente.

Outros Auxílios

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ANTECIPAÇÃO SALARIAL

Fica acordado que as empresas poderão conceder o benefício da antecipação salarial em até 40% dos salários normativos, com o propósito social de atender possíveis demandas urgentes e imprevistos do dia a dia. Para a viabilização do benefício em apreço, as empresas fornecerão

aos empregados cartões magnéticos através de gestora de benefícios conveniada com os Sindicatos Convenientes, sem juros e quaisquer despesas para os empregados e para as empresas, com débito diretamente nas respectivas folhas de pagamento e repasse posterior à gestora de benefícios conveniada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A antecipação salarial prevista no caput da presente cláusula convencional deverá constar nos contracheques dos empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de extravio, perda ou dano do cartão magnético, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR

As Entidades Sindicais Convenientes prestarão, indistintamente a todos os trabalhadores e empregadores subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho, o plano Benefício Social Familiar abaixo definido pelas entidades convenientes e discriminado no Manual de Orientação e Regras, parte integrante desta cláusula, através de organização gestora especializada e aprovada pelas Entidades Convenientes.

Parágrafo Primeiro – A prestação do plano Benefício Social Familiar iniciará **a partir de 01/06/2022** e terá como base para os procedimentos necessários ao atendimento dos trabalhadores e empregadores, o Manual de Orientação e Regras disponibilizado no website www.beneficiosocial.com.br/manuais-orientacao.

Parágrafo Segundo – Para efetiva viabilidade financeira do plano Benefício Social Familiar e com expresse consentimento das entidades convenientes, as empresas, recolherão a título de custeio, até o dia 10 (dez) de cada mês, iniciando **a partir de 10/06/2022**, o valor **total de R\$17,00 (dezesete reais)**, por trabalhador que possua, exclusivamente, por meio de boleto disponibilizado pela gestora no website www.beneficiosocial.com.br. Com o intuito de regular e dirimir possíveis dúvidas, dos procedimentos na prestação dos benefícios as Disposições Gerais, Manual de Orientação e Regras, e Tabela de Benefícios são registrados em cartório. O custeio do plano Benefício Social Familiar será de responsabilidade integral das empresas, ficando vedado qualquer desconto nos salários dos trabalhadores.

Parágrafo Terceiro – Em caso de afastamento de trabalhador motivado por doença ou acidente, o empregador manterá o recolhimento por até 12 (doze) meses. Caso o afastamento do empregado seja por período superior a 12 (doze) meses, o empregador fica desobrigado ao recolhimento desta contribuição a partir do décimo terceiro mês, ficando garantido ao trabalhador afastado todos os benefícios sociais previstos nesta cláusula e no Manual de Orientação e Regras, até seu efetivo retorno ao trabalho, quando então o empregador retomará o recolhimento relativo ao trabalhador afastado.

Parágrafo Quarto – Devido à natureza social, emergencial e de apoio imediato, dos benefícios sociais definidos pelas entidades, na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento ao trabalhador e seus familiares, o empregador deverá preencher o comunicado disponível no website da gestora, no prazo máximo e improrrogável de até 90 (noventa) dias a contar do fato gerador e, no caso de nascimento de filhos, este prazo será de até 150 (cento e

cinquenta) dias. O empregador que não observar estes prazos, poderá arcar com sanções pecuniárias em favor do trabalhador ou família prejudicada, como se inadimplente estivesse. Caso a empresa não efetue o comunicado junto à gestora, o trabalhador e seus beneficiários, não perderão o direito ao benefício, devendo a entidade efetuar tal comunicado, não eximindo o empregador de suas responsabilidades e sanções previstas.

Parágrafo Quinto – O empregador que estiver inadimplente ou efetuar recolhimento por valor inferior ao devido, perderá o direito aos benefícios a ele disponibilizados, até sua regularização. Nesses casos, na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento aos trabalhadores e seus familiares, estes não perderão direito aos benefícios e serão atendidos normalmente pela gestora, a mando das entidades, com exceção dos benefícios prestados por empresas terceirizadas. Neste caso, o trabalhador e seus familiares perderão o direito ao recebimento ou prestação desses benefícios. Assim, o empregador responderá, perante o empregado e/ou a seus dependentes, a título de indenização, o equivalente a 10 (dez) vezes o menor piso salarial da categoria vigente à época da infração em favor do trabalhador ou seus beneficiários. Caso o empregador regularize seus débitos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento de comunicação de débito feita por e-mail, pela gestora, ficará isento desta indenização.

Parágrafo Sexto: O não pagamento do custeio previsto nesta cláusula, até o dia 10 (dez) de cada mês, acarretará a incidência em multa de 10% (dez por cento) pelo atraso do pagamento, e juros mensais de 1% (um por cento), conforme previsão legal, além das demais penalidades previstas nesta norma coletiva, podendo ainda, o empregador ter seu nome incluso em órgãos de proteção ao crédito.

Parágrafo Sétimo – Nas planilhas de custos, editais de licitações ou nas repactuações de contratos, devido a fatos novos constantes nesta norma coletiva, e em consonância à instrução normativa em vigência, nestes casos, obrigatoriamente, deverão constar a provisão financeira para cumprimento desta cláusula, preservando o patrimônio jurídico dos trabalhadores, conforme o artigo 444 da CLT.

Parágrafo Oitavo – Estará disponível no website da gestora, a cada recolhimento mensal, o Comprovante de Regularidade específico para atendimento da cláusula do plano Benefício Social Familiar, referente aos últimos 5 (cinco) anos, a ser apresentado ao contratante, as entidades sindicais, e a órgãos fiscalizadores, quando solicitado.

Parágrafo Nono – O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial e emergencial.

Parágrafo Décimo – Fica desde já consignado e aceito entre as partes, que o envio e usos de dados dos empregados é para o fim exclusivo da disponibilização dos benefícios contratados e objetos da presente prestação de serviços, nos termos da Lei n. 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, e demais legislações pertinentes à confidencialidade.

Parágrafo Décimo Primeiro – Para lisura e transparência na prestação dos benefícios, segue abaixo um resumo e breve descritivo da forma em que eles serão disponibilizados. Tal procedimento é necessário para que não haja desvio de finalidade do benefício a ser disponibilizado e deverá ser rigorosamente observado, devido ser caráter social, emergencial e

de natureza alimentícia. A íntegra do Manual de Orientação e Regras que regem a prestação dos benefícios estará registrado em cartório e disponível no website da gestora.

RESUMO DOS BENEFÍCIOS DISPONÍVEIS PARA TRABALHADORES E EMPREGADORES

BENEFÍCIOS	BENEFÍCIOS PARA OS TRABALHADORES		DESCRITIVO
	FORMA DE PRESTAÇÃO		
BENEFÍCIO NATALIDADE	1X	R\$ 410,00	EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DE TRABALHADOR (A) SERÁ DISPONIBILIZADO ATRAVÉS DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ PAGO, COM O INTUITO DE BANCARIZAR A FAMÍLIA DO BENEFICIÁRIO, REDUZINDO SUAS DESPESAS BANCÁRIAS E FACILITANDO A UTILIZAÇÃO DESTES BENEFÍCIO.
BENEFÍCIO FARMÁCIA NATALIDADE	1X	R\$ 120,00	EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DE TRABALHADOR (A) SERÁ DISPONIBILIZADO CARTÃO DE DESCONTOS EM REDES CREDENCIADAS, COM O OBJETIVO DE FACILITAR O ACESSO FAMILIAR A MEDICAMENTOS EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DE TRABALHADOR
BENEFÍCIO CAPACITAÇÃO	1X	R\$ 1.100,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FAMILIARES NA OCORRÊNCIA DE FALECIMENTO OU INCAPACITAÇÃO PERMANENTE DO TRABALHADOR, CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DE INTERESSE DO BENEFICIADO, PARA MANUTENÇÃO E MELHORIA DA RENDA FAMILIAR. TAL VALOR SERÁ ENCAMINHADO DIRETAMENTE AO ORGÃO DE CAPACITAÇÃO ESCOLHIDO PELO BENEFICIÁRIO, EM CASO DE SALDO, ESTE SERÁ DISPONIBILIZADO PARA CUSTEIO DE LOCOMOÇÃO E ALIMENTAÇÃO.
BENEFÍCIO FARMÁCIA	1X	R\$ 500,00	SERÁ DISPONIBILIZADO CARTÃO DE DESCONTOS EM REDES CREDENCIADAS, COM O OBJETIVO DE FACILITAR O ACESSO FAMILIAR A MEDICAMENTOS EM CASO DE INCAPACITAÇÃO

PERMANENTE AO TRABALHO OU FALECIMENTO DO TRABALHADOR.

BENEFÍCIO MANUTENÇÃO DE RENDA FAMILIAR	12X	R\$	660,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FAMILIARES NA OCORRÊNCIA DE FALECIMENTO OU INCAPACITAÇÃO PERMANENTE DO TRABALHADOR, ATRAVÉS DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ PAGO, O QUAL PODERÁ SER USADO POSTERIORMENTE PELO TRABALHADOR, REDUZINDO SUAS DESPESAS BANCÁRIAS. TAL BENEFÍCIO NÃO PODERÁ SER DISPONIBILIZADO DE FORMA INTEGRAL, PARA QUE NÃO HAJA DESVIO DE FINALIDADE DO MESMO.
BENEFÍCIO ALIMENTAR	12X	R\$	400,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FAMILIARES NA OCORRÊNCIA DE FALECIMENTO OU INCAPACITAÇÃO PERMANENTE DO TRABALHADOR ALIMENTOS DE QUALIDADE E VARIEDADE, ENCAMINHADO À RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA, FICANDO VEDADO O PAGAMENTO EM DINHEIRO OU VALES/ TICKET ALIMENTAÇÃO, PARA QUE NÃO HAJA DESVIO DE FINALIDADE DESTE BENEFÍCIO.
BENEFÍCIO CULTURAL	1X	R\$	100,00	SERÁ DISPONIBILIZADO ATRAVÉS DE CARTÃO PRÉ PAGO, O QUAL PODERÁ SER UTILIZADO PARA COMPRA DE MATERIAIS LITERÁRIOS PARA FORMAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA FAMÍLIA, QUANDO DA COMPROVAÇÃO DA INCAPACITAÇÃO PERMANENTE OU NOS CASOS DE FALECIMENTO DO TRABALHADOR.
BENEFÍCIO SERVIÇO FUNERAL	1X	R\$	4.000,00	SERÁ ACIONADA UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PROVIDÊNCIAS DE SEPULTAMENTO, CASO A FAMÍLIA OPTE POR SERVIÇO DE MENOR CUSTO OU NÃO UTILIZE NOSSO PRESTADOR DE SERVIÇOS, O VALOR TOTAL OU O SALDO SERÁ ENCAMINHADO AO ARRIMO DA FAMÍLIA.
BENEFÍCIO CONTA CORRENTE VIRTUAL		SIM		TEM COMO OBJETIVO PROPICIAR AOS TRABALHADORES ACESSO AO SISTEMA BANCÁRIO ELETRÔNICO, ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ-PAGO E APLICATIVO PARA GERENCIAMENTO DE SEUS GASTOS.

BENEFÍCIO RECOLOCAÇÃO	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APLICATIVO SEM CONSUMO DA FRANQUIA DE DADOS, ONDE O TRABALHADOR TERÁ ACESSO A UMA GRANDE REDE DE VAGAS DISPONÍVEIS.
-----------------------	-----	--

BENEFÍCIO CAPACITAÇÃO ON-LINE	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO CURSOS DE CAPACITAÇÃO ATRAVÉS DE APLICATIVOS E COMPUTADORES, CAPACITANDO O PROFISSIONAL E PROPORCIONANDO MELHOR QUALIDADE DE TRABALHO ÀS EMPRESAS.
-------------------------------	-----	---

BENEFÍCIO PSICOSSOCIAL E NUTRICIONAL	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APOIO PSICOLÓGICO, SOCIAL E NUTRICIONAL, A TODOS OS TRABALHADORES DO SEGMENTO, VIA 0800, POR PROFISSIONAIS LEGALMENTE CAPACITADOS.
--------------------------------------	-----	---

BENEFÍCIO FUNERAL DESPESAS EXTRAS	1X R\$ 1.000,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AO ARRIMO DA FAMÍLIA, PARA CUSTEAR EVENTUAIS DESPESAS EXTRAS NÃO PREVISTAS NO BENEFÍCIO SERVIÇO FUNERAL, TAIS COMO, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE, ENTRE OUTRAS.
-----------------------------------	-----------------	---

BENEFÍCIO CERTIFICAÇÃO DIGITAL (TRABALHADOR)	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO, EMPRESA LEGALMENTE HOMOLOGADA PARA CERTIFICAÇÃO DIGITAL, COM VALORES ABAIXO DO MERCADO, COM ATENDIMENTO EM REDE CREDENCIADA, VIRTUAL OU EM DOMICÍLIO
--	-----	--

BENEFÍCIO RENDA COMPLEMENTAR	SIM	TEM COMO OBJETIVO O AUMENTO DA RENDA FAMILIAR DO TRABALHADOR, ATRAVÉS DE PARCEIROS COMERCIAIS, OS QUAIS DISPONIBILIZARÃO PRODUTOS E SERVIÇOS PARA AQUISIÇÃO COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO E/OU CUSTO SUBSIDIADOS, PARA REVENDA COM GRANDE POTENCIAL LUCRATIVO, E RENDA OFICIAL E COMPLEMENTAR A FAMÍLIA.
------------------------------	-----	--

BENEFÍCIOS PARA AS EMPRESAS		
BENEFICIOS	FORMA DE PRESTAÇÃO	DESCRIPTIVO

BENEFÍCIO REEMBOLSO RESCISÃO	1X	R\$ 1.100,00	EM CASO DE FALECIMENTO OU INVALIDEZ PERMANENTE PARA O TRABALHO, SERÁ ENCAMINHADO À CONTA CORRENTE BANCÁRIA DA EMPRESA APÓS RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.
BENEFÍCIO LICENÇA PATERNIDADE	1X	R\$ 300,00	EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DO TRABALHADOR, SERÁ ENCAMINHADO À CONTA CORRENTE BANCÁRIA DA EMPRESA APÓS RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS
BENEFÍCIO MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO	ESTRUTURAL SEM UNIDADE MÓVEL		SERÁ DISPONIBILIZADO SEM CUSTOS OS EXAMES CLÍNICOS – ASO (ADMISSIONAIS, PERIÓDICOS, DEMISSIONAIS, RETORNO AO TRABALHO E MUDANÇA DE FUNÇÃO). JÁ O PCMSO, PPRA, ANÁLISES TÉCNICAS, EXAMES COMPLEMENTARES E DEMAIS LAUDOS GANHAM DESCONTOS SIGNIFICATIVOS.
BENEFÍCIO CONECTA EMPRESA	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO APLICATIVO SEM CONSUMO DA FRANQUIA DE DADOS, PARA QUE AS EMPRESAS POSSAM CONTATAR OS TRABALHADORES DE FORMA RÁPIDA E SEGURA.
BENEFÍCIO MURAL DE EMPREGOS	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO AS EMPRESAS SISTEMA ON-LINE, PARA INSERÇÃO DAS VAGAS DISPONÍVEIS, TAIS VAGAS SERÃO DIVULGADAS AOS TRABALHADORES PELO BENEFÍCIO RECOLOCAÇÃO.
BENEFÍCIO FOLHA DE PAGAMENTO VIRTUAL	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO UM SISTEMA ON-LINE DE CADASTRAMENTO E PAGAMENTO, JUNTAMENTE COM O BENEFÍCIO CONTA CORRENTE VIRTUAL. VISANDO AGILIZAR O ENVIO DAS REMUNERAÇÕES AOS COLABORADORES DAS EMPRESAS
BENEFÍCIO COMPRA DIRETA	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO UMA REDE DE FORNECEDORES, COM DESCONTOS SIGNIFICATIVOS EM SEUS PRODUTOS E

SERVIÇOS, DEVIDO A INEXISTÊNCIA DE INTERMEDIÁRIOS.

BENEFÍCIO
TRIAGEM DE
ATESTADO

SIM

SERÁ DISPONIBILIZADO SISTEMA ON-LINE PARA AS EMPRESAS ENCAMINHAREM OS ATESTADOS MÉDICOS RECEBIDOS DOS TRABALHADORES, TAIS ATESTADOS PASSARÃO POR TRIAGEM RESULTANDO EM UM LAUDO ENCAMINHADO AS EMPRESAS.

BENEFÍCIO
CERTIFICAÇÃO
DIGITAL (EMPRESA)

SIM

SERÁ DISPONIBILIZADO, EMPRESA LEGALMENTE HOMOLOGADA PARA CERTIFICAÇÃO DIGITAL, COM VALORES ABAIXO DO MERCADO, COM ATENDIMENTO EM REDE CREDENCIADA, VIRTUAL OU EM DOMICÍLIO.

Empréstimos

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Fica facultado às empresas abrangidas por este instrumento normativo de trabalho, a tomarem as providências necessárias para que seus empregados possam usufruir dos empréstimos com desconto em folha de pagamento, nos termos da Lei nº 10.820, de 17/12/2003.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - HOMOLOGAÇÃO E QUITAÇÃO DE RESCISÃO

Por se tratar de categoria profissional de asseio e conservação, cuja atividade é essencial para o bem estar da sociedade, e também por representar a base da pirâmide Laboral, os Sindicatos Convenentes, em prol da valorização social do trabalho, e para evitar qualquer possibilidade de precarização do trabalho, acordam que a homologação e quitação de rescisão dar-se-á na forma pactuada abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica acordado entre os Sindicatos Convenentes acerca da obrigatoriedade das empresas de realizarem todas as homologações de rescisões de contrato de trabalho com mais de 1(hum) ano de duração na sede do Sindicato Laboral.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A assistência sindical para homologação das rescisões de contrato de trabalho com mais de 1 (hum) ano de duração é da competência do sindicato laboral, em cuja jurisdição o empregado prestou serviços nos últimos 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: PRAZO DE PAGAMENTO DE RESCISÃO:

a) O pagamento das parcelas constantes no recibo de quitação deverá ser efetuado até o 10º (décimo) dia útil, incluindo-se o do vencimento.

b) Enquadram-se na previsão da presente cláusula:

- A rescisão antecipada, pelo empregador ou empregado, do contrato por prazo determinado, incluindo o contrato de experiência;
- A demissão por justa causa;
- A demissão com aviso prévio indenizado, dispensado o seu cumprimento;
- O pedido de demissão pelo empregado, com dispensa do cumprimento do aviso prévio;
- O término do contrato por prazo determinado, incluindo o contrato de experiência;
- A demissão com cumprimento do aviso prévio;
- O pedido de demissão pelo empregado, com cumprimento do aviso prévio;
- Demissão consensual.

Aviso Prévio

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - AVISO PRÉVIO

O empregado que estiver em cumprimento do aviso prévio poderá ser transferido para dentro do mesmo Município onde exerce suas funções. E se, neste período, o empregado demitido conseguir outro emprego, fica dispensado do restante do cumprimento do aviso e respectivo pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cumprimento do prazo do aviso prévio previsto na legislação nº 12.506/11 dar-se-á de forma proporcional, aplicando-se integralmente tanto para empregado quanto para as empresas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese do contrato de trabalho ficar suspenso por motivo de doença ou acidente de trabalho, com percepção de auxílio-doença ou acidente, por mais de um ano, o período suspenso não será computado para o cálculo do aviso prévio proporcional.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - RESCISÃO

As empresas obrigam-se ao pagamento dos salários e dos direitos trabalhistas dos empregados desligados, conforme determina a Lei nº 7.855/89 e Instrução Normativa n.º04/2002 da Secretaria de Relações do Trabalho, publicada no DOU de 03.12.2002.

PARÁGRAFO ÚNICO: O empregado dispensado, sem justa causa, no período de 30 dias que antecede à data de sua correção salarial (data base), não terá direito à indenização adicional de 1 salário mensal, ficando prejudicado o disposto no artigo 9º, da Lei nº 7.238/84, por força da Lei 13.467/17, desde que o encerramento total ou parcial do contrato tenha ocorrido por determinação do tomador de serviço (empresa contratante de prestação de serviços).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - EXPERIÊNCIA

É vedado às empresas firmarem contrato de experiência nos casos de readmissão de empregado na mesma função, quando readmitidos no período de 3 (três) meses após a respectiva demissão.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contrato de experiência será de até 60 (sessenta) dias, podendo ser renovado por mais 2 (dois) períodos de 60 (sessenta) dias. Em caso de quebra do respectivo contrato, fica, desde já, as partes desobrigadas do cumprimento do disposto nos artigos 479 e 480 da CLT.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Atribuições da Função/Desvio de Função

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DESVIO DE FUNÇÃO

O desvio de função será caracterizado quando o empregado exercer função diferente da que foi contratado por um período superior a 50% do seu turno de trabalho diariamente pelo prazo máximo de 90 dias durante o ano vigente, devendo prevalecer a remuneração à maior. Essa diferença de remuneração deverá ser paga a título de indenização no contra-cheque correspondente ao mês de competência em que o empregado exerceu função diferente da contratada.

Transferência setor/empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - MUDANÇA DO LOCAL DE TRABALHO

As empresas ficam obrigadas a comunicar a seus empregados, com antecedência de 72h (setenta e duas horas), as mudanças de horário e local de trabalho atinente a cada caso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese do empregado ficar sem setor destinado para prestação de seus serviços, o mesmo deverá apresentar-se, no dia seguinte, à sede da empresa para nova designação e, até que tal ocorra, ficará garantido o recebimento dos seus salários e a marcação do ponto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O empregado que estiver de aviso prévio poderá ser transferido dentro do mesmo município do local de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: É lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento ou serviço em que trabalhar o empregado. Neste caso específico, de forma a preservar o emprego, a empresa fica desobrigada do pagamento suplementar de 25% do salário.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - HOME OFFICE

Os Sindicatos convenientes acordam que as empresas e seus empregados poderão instituir trabalho no sistema home office (trabalho em domicílio), nos termos do artigo 75-A e seguintes, da CLT, pois se trata de uma realidade comum na era contemporânea do Direito do Trabalho, eis que propicia ao empregado maior autonomia na prestação de labor, menor desgaste com deslocamentos à empresa (minoração dos custos com transporte e/ou combustível), economia e racionalização de tempo hábil para resoluções de problemas particulares ou de seu interesse, maior convívio com seus familiares e, enfim, uma melhoria indubitável em sua condição social.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA

O prazo de estabilidade do empregado será, exclusivamente, desde a sua eleição até o final de seu mandato, não podendo ser dispensado sem justa causa nesse período.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - RECIBO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

A entrega de quaisquer documentos, ou sua devolução, à empresa ou ao empregado, deverá ser formalizada, com recibo em duas vias, assinadas pelo empregador e pelo empregado, cabendo uma cópia a cada parte.

PARÁGRAFO ÚNICO: É obrigação do empregado manter os seus dados atualizados na empresa, como endereço, telefone, nome e contato dos filhos, estado civil e/ou outras informações adicionais para a sua localização. O empregado também deverá informar a empresa os casos de alteração cadastral, que só terá valor a partir da data da respectiva comunicação, de modo que a empresa não poderá ser responsabilizada pela não atualização dos dados cadastrais do empregado.

Outras estabilidades

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - GARANTIA DA GESTANTE

A empregada deverá informar, no ato de sua demissão do quadro funcional da empresa empregadora, se está ou não em estado gestacional, com base na Lei nº 9.799/99. Em caso afirmativo, a empresa compromete-se a suspender o respectivo processo demissional.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contrato de trabalho temporário ou a termo, entre eles o contrato de experiência, como modalidade de contrato com prazo determinado e em razão da sua natureza de transitoriedade, é incompatível com o instituto da estabilidade provisória, conforme pacificado

pelo pleno do TST em 2019 (IAC-5639-31.2013.5.12.0051) e pelo Tema de Repercussão Geral no. 479 do Supremo Tribunal Federal, não havendo, portanto, estabilidade gravídica durante o respectivo período temporário ou nos contratos por prazo determinado, salvo se houver dispensa antecipada de forma arbitrária ou demissão sem justa causa.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA

A jornada de trabalho poderá ser prorrogada, até o máximo de 2 (duas) horas, como compensação para supressão, total ou parcial de trabalho aos sábados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - ESCALA DE REVEZAMENTO COM COMPENSAÇÃO

A jornada de trabalho poderá ser doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação, observados ou indenizados, o intervalo de 30 minutos para repouso e alimentação, com a respectiva anuência do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face à natural compensação pelo desconto nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de trabalho noturno as horas serão remuneradas no percentual de 20%, para os períodos laborados entre 22:00h à 05:00h.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Se a Jornada 12x36 ocorrer em ambiente insalubre é desnecessária a licença prévia da autoridade competente na área de higiene do trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO: A indenização do intervalo intrajornada será no percentual de 50% sobre a hora normal de trabalho.

PARÁGRAFO QUINTO: Nos termos do parágrafo segundo, do artigo 58, da CLT, o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - BANCO DE HORAS

Fica dispensado o acréscimo referente a hora extra se, caso o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

PARÁGRAFO ÚNICO: A liquidação dos haveres pelo empregador e/ou empregado dar-se-á até 90 (noventa) dias após o término da vigência anual do banco de horas de que trata este artigo.

Controle da Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO - SISTEMAS ALTERNATIVOS

As empresas poderão adotar sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho, seja por meio manual, mecânico, eletrônico, biometria, ponto por exceção (art.74, §4º da CLT) ou qualquer outro que possa aferir o respectivo controle.

PARÁGRAFO ÚNICO: São considerados válidos, para os fins de direito, todos os tipos de controles de pontos, inclusive, aqueles com registro invariável de jornada de trabalho (ponto britânico) ou com rasura, desde que com a anuência do empregado.

Turnos Ininterruptos de Revezamento

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - ESCALA DE REVEZAMENTO E/OU BANCO DE HORAS ESPECÍFICO

A formalização específica de escala de revezamento e/ou de Banco de Horas deverá ser instituída através de Acordo Específico, celebrado entre a empresa e os empregados, devidamente representados pelo Sindicato Laboral, desde que a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas, com a apresentação do CERSIN previsto na cláusula sexagésima sexta da presente convenção coletiva de trabalho, sem exceção, e que seja justificada a necessidade da implantação da escala de revezamento e/ou banco de horas.

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - TRABALHO SUPLEMENTAR DA MULHER

Desde que conste de seu exame médico admissional, na forma da legislação em vigor, fica autorizada a prorrogação da jornada da mulher empregada.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - ABONO DE ESTUDANTE

Fica assegurado o direito de falta ao empregado estudante no dia da prova, inclusive para exame vestibular, desde que seja avisado o empregador com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, mediante comprovação por escrito, e haja incompatibilidade entre o horário de trabalho e o da prova.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - INTERVALO INTERJORNADA

Os Sindicatos convenientes acordam que entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 10 (dez) horas consecutivas para descanso.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - JORNADA PARCIAL / REDUZIDA / TRABALHO INTERMITENTE

Os empregadores que contratarem trabalhadores para laborarem jornada de trabalho em regime de tempo parcial, deverão estabelecer essa condição especial em contrato individual por escrito, não podendo o valor da hora ser paga de forma inferior ao piso/hora previsto na presente convenção coletiva de trabalho para a referida função nos moldes das alterações introduzidas pela lei 13467/2017.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregadores que contratarem trabalhadores para laborarem jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, deverão respeitar o piso salarial da categoria, previsto na cláusula terceira da presente convenção coletiva de trabalho, não podendo ser aplicada a regra do piso/hora previsto no caput.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Não é permitida a adoção de qualquer outro regime de jornada reduzida, sem a necessária formalização de um acordo específico celebrado entre empregadores e trabalhadores, devidamente representados pelo Sindicato Conveniente, desde que, outrossim, a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas e com a apresentação do CERSIN previsto na cláusula sexagésima sexta da presente convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO – TRABALHO INTERMITENTE - Ficam as empresas autorizadas a utilizar a modalidade de trabalho Intermitente, como condição especial em contrato individual por escrito, não podendo o valor da hora ser pago de forma inferior ao piso/hora prevista nessa convenção coletiva de trabalho para a referida função, nos moldes das alterações introduzidas pela lei 13.467/2017.

Férias e Licenças

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - ESTABILIDADE APÓS LICENÇA

O empregado afastado do serviço por mais de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, por doença, devidamente comprovada pelo Órgão Previdenciário, terá garantia de emprego por mais 30 (trinta) dias, a partir da alta médica.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - FÉRIAS

As empresas obrigam-se a avisar, com 15 (quinze) dias de antecedência ao empregado, quando este deverá entrar em férias, de acordo com a Legislação em vigor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas obrigam-se a efetuar o pagamento das férias até 02 (dois) dia antes do início das mesmas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas poderão optar em comum acordo com o empregado, o gozo das férias em até 3 períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um, respeitando-se o limite legal para o gozo integral das férias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os dias úteis não trabalhados poderão ser compensados nas férias.

PARÁGRAFO QUARTO: O dia do início das férias poderá ocorrer nos dias que antecedem a feriados ou ao dia do repouso semanal remunerado do empregado.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - CONDIÇÕES DE TRABALHO

As empresas deverão implantar medidas que visem a melhoria de suas instalações, bem como das condições de trabalho dos empregados, nos vestiários e refeitórios.

Equipamentos de Proteção Individual

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - PROTEÇÃO AO TRABALHO - E.P.I

As empresas obrigam-se a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamentos de proteção individual (luva de borracha, cinto de segurança, máscara, e outros) adequados ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados, nos termos do Art. 166, da Portaria nº 3.214, de 08.06.78.

PARÁGRAFO ÚNICO: O EPI –Equipamento de Proteção Individual, quando fornecido pelas empresas, é de uso obrigatório pelo empregado, sendo considerada falta punível a sua não utilização, e a reincidência considerada falta grave, nos termos do art. 482, da CLT.

Uniforme

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - UNIFORME

As empresas fornecerão gratuitamente 04 (quatro) uniformes por ano a seus trabalhadores, quando obrigatório o seu uso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Entende-se por uniforme, a indumentária completa exigida para execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os uniformes e EPI's, tais como botas, luvas, aventais, guardapós ou outras peças de indumentárias necessárias ao atendimento da focalizada exigência, deverão ser restituídas no estado de uso em que se encontrarem ao ensejo da extinção do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O empregado indenizará, com base no §1º do art. 462 da CLT, a peça de uniforme, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente do salário ou da remuneração, em caso de extravio, danos decorrentes de utilização indevida ou fora do serviço e não devolução quando da rescisão contratual ou substituição do uniforme cedido. Tal previsão deverá constar do contrato de trabalho do empregado.

PARÁGRAFO QUARTO: A utilização do uniforme será restrito ao local de trabalho incluindo o seu trajeto de ida e volta ao trabalho, ficando o faltoso passível de advertências, suspensão e demissão por justa causa.

PARÁGRAFO QUINTO: A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas são de uso comum.

Exames Médicos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - EXAMES MÉDICOS

As empresas realizarão exames médicos periódicos em todos os empregados, conforme legislação em vigor, bem como os exames admissionais e demissionais, conforme a Norma Regulamentadora 7 - NR 7.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - ATESTADOS MÉDICOS

As empresas obrigam-se a aceitar os atestados médicos e odontológicos justificativos de ausência ao trabalho, emitidos pelo Órgão Previdenciário e seus conveniados, bem como das clínicas médicas conveniadas pelo Sindicato Laboral e das clínicas conveniadas pelas empresas, sem prejuízo das hipóteses previstas em Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O atestado deverá ser entregue, pessoalmente ou nos casos de absoluta impossibilidade comprovada, por outrem, nas 48 horas após a emissão do referido atestado, sendo convalidado pelo médico da empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando o empregado prestar serviço fora do domicílio da sede da empresa, a entrega do atestado médico poderá ser feita em sua subsele ou posto de apoio, caso existam, ou recolhido pelo preposto da mesma no próprio posto de serviço.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para sua validade, o atestado deverá conter a identificação do empregado e assinatura e carimbo com o número do Conselho do profissional que assina o documento, e ser apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que as empresas declarem na cópia a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário e assinatura do preposto da empresa.

PARÁGRAFO QUARTO: Caso a empresa suspeite de fraude no atestado apresentado, poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis, os quais deverão prestá-las, vez que a prática de atestado falso é crime previsto nos arts. 297 e 302 do Código Penal.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso a fraude seja constatada, pode implicar em demissão por justa causa do empregado, prevista no artigo 482, da CLT.

Primeiros Socorros

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - ESTOJO DE PRIMEIROS SOCORROS

As empresas manterão nos locais de serviço, um estojo contendo medicamentos necessários ao atendimento de primeiros socorros.

Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - CONVÊNIO

As empresas poderão firmar convênios de Assistência Médica, Odontológica, Laboratoriais e com Farmácias, para atendimento aos seus empregados.

Relações Sindicais

Garantias a Diretores Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - DELEGADO SINDICAL

O Sindicato Laboral poderá indicar Delegados na proporção de 01 (um) por 150 (cento e cinquenta) empregados, até o máximo de 06 (seis) Delegados Sindicais por empresa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os Delegados Sindicais indicados pelo Sindicato Laboral, somente poderão ser dispensados do emprego por justa causa, devidamente comprovada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os Delegados e Diretores terão direito a 03 (três) dias de abono mensal, a serviço do Sindicato Laboral, desde que solicitado por escrito, avisando as empresas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os Delegados não poderão ser transferidos do setor, salvo no encerramento do contrato de serviço, falta grave ou a pedido do cliente.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - MENSALIDADE SINDICAL LABORAL

As empresas deverão descontar mensalmente em folha a mensalidade dos associados no percentual de 2% (dois por cento) sobre o piso salarial da categoria de SERVENTE, desde que autorizado através de proposta firmada por escrito e repassá-las ao Sindicato Laboral da categoria, até dez dias após o desconto, devendo o respectivo Sindicato apresentar à empresa, em tempo hábil, a relação dos seus associados. O atraso no repasse desta mensalidade, incorrerá em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor da mensalidade reajustada, mais a atualização monetária.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL CONFEDERATIVA LABORAL - ART.8º, IV, CF

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, através do processo TST-PMPP-1000356-60.2017.5.00.0000, flexibilizaram o desconto da Contribuição Social Colaborativa Laboral com o requisito do direito de oposição, prevalecendo, outrossim, o

princípio legal do acordado sobre o legislado, bem como o disposto na nota técnica nº.1 do Ministério Público do Trabalho de 27/04/2018, as empresas descontarão mensalmente de cada empregado representado pelo Sindicato laboral, em folha de pagamento mensal, o valor de **R\$ 10,00 (DEZ REAIS)** a título de Contribuição Constitucional Confederativa Laboral, na forma deliberada na Assembleia Geral Extraordinária realizadas nos dias 07 e 08 de fevereiro de 2022, para custeio dos benefícios sociais oferecidos pela Entidade, como serviços jurídicos na área trabalhista e homologações, fiscalização trabalhista nas empresas, cálculos trabalhista, cálculo para aposentadoria, descontos em consultas médicas e dentárias, balcão de emprego, descontos em cursos e treinamento para qualificação e mão de obra e pela repassará ao Sindicato Laboral, até o quinto dia útil do mês subsequente ao desconto, mediante depósito do valor na Caixa Econômica Federal, **Agência 0180 código 003 C/C 1347-6** ou através de guia própria fornecida pelo sindicato, enquanto vigor a presente Convenção Coletiva; e dentro do prazo de 10 dias após o repasse, enviar à secretaria do Sindicato a cópia do recibo bancário acompanhado da relação ordenada de todos os empregados atingidos pela contribuição, nela constando o nome, função e valor da contribuição, conforme deliberado na Assembleia. A quitação definitiva só ocorrerá mediante a apresentação da folha de pagamento que poderá ser enviada por e-mail ao sindicato. O aludido desconto será efetuado nas folhas de pagamento mensal, com base no caput do Art. 462, da CLT e art.8º, IV, CF.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no caput da presente cláusula, o Empregador pagará uma multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor total devido, podendo ainda, o Sindicato Laboral recorrer à via judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A todos empregados da categoria fica assegurado a qualquer tempo o direito de Oposição ao referido desconto, enquanto vigor o presente Instrumento Normativo, que deverá ser manifestado por escrito em 03 vias com identificação e assinatura do opoente através de comparecimento pessoal ou por procurador que tenha poderes específicos para o exercício da oposição, na sede do Sindicato ou na Delegacia Sindical em Macaé, no dia e horário de funcionamento, por e-mail: contato@seeacec.org.br, ou mediante o envio de correspondência (carta de oposição individual) ao sindicato, com Aviso de Recebimento (AR).

PARÁGRAFO TERCEIRO: A oposição para cancelamento terá eficácia a contar da data do recebimento da carta de oposição pelo sindicato, cabendo ao sindicato o ressarcimento ou devolução do que foi anteriormente descontado e repassado ao sindicato pela empresa caso seja manifestado pór escrito a oposição ao desconto.

PARÁGRAFO QUARTO: Havendo oposição ao desconto na forma do parágrafo segundo, caberá ao sindicato enviar ao empregador por Ofício ou e-mail uma via da carta de oposição, para cancelar a partir daquela data o desconto na folha de pagamento mensal do empregado; sob pena de devolução do valor indevidamente descontado além de cobrança de multa por aquele que ciente da oposição, deixou de cumprir sua obrigação.

PARÁGRAFO QUINTO: O sindicato laboral deverá assumir a total responsabilidade pelo reembolso das empresas, caso sejam demandadas por empregados que não autorizaram o referido desconto ou por decisão judicial.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - CUSTEIO SINDICAL LABORAL

O desconto da Contribuição prevista no artigo 578 da Lei 13.467/2017 em favor do Sindicato, será efetuado em folha de pagamento dos empregados da categoria profissional que autorizarem previa e expressamente o aludido desconto no seu salário e o repasse ao Sindicato Laboral, como constar na referida autorização pessoal, em conformidade com o Inciso I do Artigo 580 da CLT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica acordado entre as partes convenientes, que após ter sido proferido o aludido desconto, a empresa fica obrigada a repassar ao Sindicato Laboral, o valor descontado de cada empregado que autorizou o desconto, no termos e prazo dos artigos 578; 579 e 582, todos da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O sindicato laboral deverá assumir a total responsabilidade pelo reembolso das empresas, caso seja demandadas por empregados que não autorizaram o referido desconto ou por decisão judicial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Esta cláusula passará a ter validade a partir do mês de junho de 2022.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL - OUTUBRO/2022

Considerando o artigo nº 8º, III, da Constituição Federal, que consagra a representatividade sindical e a defesa dos direitos e interesses coletivos; o artigo 513, e, da CLT, que determina a imposição de contribuição a todas as empresas que participam da categoria econômica; artigo 611-A da CLT, que determina a prevalência da Convenção Coletiva de Trabalho sobre a Lei, ressaltadas as vedações previstas no art. 611-B e considerando, finalmente, que o art. 611-B, da CLT, não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, as empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 07/03/22, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Negocial Patronal no valor total de R\$ 40,00 (quarenta reais), por empregado, a ser recolhida de uma só vez até o dia 14 de Outubro de 2022, conforme orientação emanada da Decisão do Supremo Tribunal Federal - STF - RE 220.700-1 - RS - DJ. 13.11.98 e, mais recentemente, a decisão RE-189.960-3 – DJ. 17.11.2000. A empresa que não recolher até o dia 14 de Outubro de 2022, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para a empresa que fizer parte integrante do quadro social do SEAC-RJ, e que recolher a Contribuição Negocial Patronal até a data acima fixada, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). No entanto, caso não faça o recolhimento até o dia 14 de Outubro de 2022, a mesma não se beneficiará do referido desconto e ainda ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. Entende-se por empresa associada ao SEAC-RJ, aquela que faz parte integrante

do quadro social da entidade, cuja proposta de inclusão foi deliberadamente aprovada em reunião de diretoria do SEAC-RJ, sendo contribuinte mensal da taxa associativa obrigatória e que esteja em dia com o Sindicato Patronal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no caput da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até a regularização da situação econômica.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em caso de não recolhimento da Contribuição Negocial Patronal prevista no caput da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL - JULHO/2022

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 07/03/2022, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Confederativa Patronal no valor total de 2 (Dois) pisos salariais da categoria profissional, previsto na cláusula Terceira, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser recolhida de uma só vez até o dia 15 de Julho de 2022, conforme determina o inciso IV, do Art. 8º, da Constituição Federal. A empresa que não recolher até o dia 15 de Julho de 2022, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição, acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL - MAIO/2022

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, recolherão para o Sindicato Patronal, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 07/03/2022, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, uma Contribuição Assistencial Patronal, valor total de 1 (um) piso salarial da categoria profissional, previsto na cláusula Terceira, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser recolhida de uma só vez até o dia 27 de Maio de 2022, nos termos da CR/CNC n.047/2019. A empresa que não recolher até o dia 27 de Maio de 2022, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição, acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL

Considerando que o artigo 578, da CLT, já com a redação dada pela Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista), manteve, outrossim, a previsão da contribuição sindical patronal, e mediante o disposto na nota técnica nº 2/2018, do Ministério Público do Trabalho, assim como recente decisão do TST (autos PMPP-1000356-60.2017.5.00.0000), que outorgaram a possibilidade de cobrança da contribuição sindical para toda a categoria (sejam filiados ou não filiados), fica autorizado previamente, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 07/03/22, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, a cobrança da contribuição sindical patronal, de acordo com as regras previstas na CLT, ora disponibilizada para emissão através do site do SEAC-RJ, www.seac-rj.com.br, ou o site da caixa econômica federal www.caixa.gov.br.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL - CERSIN

Por força do Artigo 1º, inciso IV, da Constituição Federal, que prevê a valorização social do trabalho, e em atenção aos termos da presente Convenção Coletiva de Trabalho, que resguarda direitos dos empregados contra a prática de precarização de mão de obra, as empresas para participarem em licitações públicas ou privadas, ou ainda para contratarem com órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenentes, individualmente, para qualquer empresa, indistintamente, seja associada ou não, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da contribuição sindical (profissional e econômica);
- b) Recolhimento de todas as taxas e contribuições aqui inseridas;
- c) Cumprimento integral desta Convenção Coletiva de Trabalho;
- d) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e Município;
- e) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A falta de certidão ou vencido seu prazo, que é de 90 (noventa) dias, permitirá às empresas licitantes, bem como aos Sindicatos Convenentes, nos casos de licitação pública ou privada, alvejarem o processo licitatório por descumprimento das cláusulas convencionadas, por via administrativa e/ou judicial.

PARÁGRAFO QUARTO: Somente será expedida a Certidão de Regularidade Sindical (CERSIN), para a empresa que estiver cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas da presente convenção.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - ALTERAÇÃO CONTRATO DE TRABALHO

Fica acordado entre as partes convenientes, que qualquer alteração no contrato de trabalho, inclusive para convalidar os acordos individuais, se necessário, poderão ser realizados com a aquiescência do Sindicato Laboral, independente de lei e/ou Medida Provisória.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - DIA DO EMPREGADO DE ASSEIO

Fica assegurado o dia 16 de Maio como sendo o "Dia do Empregado de Asseio e Conservação", data esta em que será eleito o Servente-Padrão, ocasião em que ambas as entidades promoverão um evento festivo.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - DIVERGÊNCIAS

As divergências surgidas na vigência desta Convenção poderão ser dirimidas pelos Sindicatos Convenentes, através de Termos Aditivos específicos, bem como na Comissão de Conciliação Prévia Intersindical ou na Justiça do Trabalho, sempre que não houver acordo entre as partes.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - OBRIGATORIEDADE

Visando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de prestação de serviços, as empresas, obrigatoriamente, deverão levar ao conhecimento dos tomadores de serviços, o inteiro teor da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - REFORMA TRABALHISTA LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017

Os Sindicatos Convenientes acordam que a Lei nº 13.467/17 terá efeito imediato e aplicação integral nos contratos de trabalho em curso, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada, nos termos do artigo 5º, da XXXVI, da Constituição Federal.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - PRINCÍPIOS DA UNICIDADE SINDICAL E VALORIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO

As empresas que venham a prestar serviços de Asseio e Conservação nos Municípios abrangidos por esta norma coletiva, deverão cumprir integralmente os termos da presente Convenção Coletiva de Trabalho, bem como possíveis Acordos Coletivos de Trabalho firmados com o Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação e em Edifícios de Campos dos Goytacazes, sendo vedado, para todos os fins de direito, em nome dos Princípios Constitucionais da Unicidade Sindical e da valorização social do trabalho, a celebração de qualquer outro Instrumento Normativo firmado com outros entes sindicais e com condições de remuneração salarial inferiores.

PARÁGRAFO ÚNICO: O piso salarial mínimo para a função de servente é no valor de R\$1.430,00 (um mil e quatrocentos e trinta reais), para jornada normal de trabalho previsto no art.7, inciso XIII, da CF, sendo vedado qualquer pacto normativo prevendo piso salarial menor que o previsto na presente convenção coletiva de trabalho.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Considerando-se que a Convenção Coletiva de Trabalho representa direito do empregado, nos termos do Art. 7º, XXVI, da Constituição Federal e, visando a que, conjuntamente, as partes aqui convencionadas possam agir contra irregularidades no cumprimento das obrigações trabalhistas elencadas nesta convenção e nas leis em geral, fica estabelecido que, a qualquer tempo, o Sindicato Laboral e/ou Patronal ou o Sindicato Laboral e/ou qualquer empresa, manifestar-se-ão junto aos clientes tomadores de serviços, quando tiverem ciência de que alguma empresa tenha apresentado preço considerado inexecutável, ou seja, aquele que evidencia clara impossibilidade do cumprimento remuneratório trabalhista e fiscal. Esta ação conjunta e/ou isolada, dependendo de cada situação, ensejará em manifestação escrita junto ao cliente - tomador de serviços de asseio e conservação por parte principalmente do Sindicato Laboral, visando a alertá-lo para a impossibilidade matemático-financeira do preço (inexecutável) cobrir as obrigações trabalhistas e fiscais, coadunando-se, outrossim, com o disposto no Art. 48, II, da Lei nº 8.666 de 21/6/93.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - ANTECIPAÇÃO DA DATA BASE

As partes poderão deliberar sobre a antecipação da data base da categoria de Asseio e Conservação, caso a data base do Salário Mínimo Nacional seja antecipada.

Outras Disposições

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - PERÍODO DE ADAPTAÇÃO À NOVA FUNÇÃO

A empresa poderá alterar o contrato de trabalho do empregado até o prazo de 6 (seis) meses da promoção de cargo, caso o mesmo não tenha se adaptado às rotinas da nova função, ocasião em que, de forma a preservar o emprego, o mesmo será revertido ao cargo efetivo e anteriormente ocupado, inclusive, com o salário anterior à respectiva promoção.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - SESMET COLETIVO

O Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio de Janeiro fica autorizado, para efeito das previsões do subitem 4.14.3, da NR 04 da Portaria 3214/78, a constituir, organizar e administrar "Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho".

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SÉTIMA - DO AFASTAMENTO DECORRENTE DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Na hipótese do empregado ser encaminhado ao INSS para recebimento de benefício previdenciário, e tenha este sido negado ou cessado, deverá o mesmo retornar a empresa imediatamente após comunicação do INSS. Fica, outrossim, determinado que o empregado deverá informar a empresa as decisões de deferimento ou indeferimento e/ou demais movimentações de benefícios e/ou aposentadoria, no prazo máximo de 48 horas após comunicação, sob pena de não poder requerer qualquer verba inerente ao período não informado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso o empregado opte por recorrer da decisão do INSS, pelas vias administrativas ou judiciais, e não retorne ao trabalho, deverá o mesmo entregar a empresa, por escrito, a intenção de recurso, ficando durante o período com o contrato de trabalho suspenso até que volte a laborar, cumprindo os tramites legais de retorno ao trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Anualmente, o empregado afastado deverá comunicar a empresa a sua respectiva situação, considerando os efeitos da presente cláusula coletiva de trabalho.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA OITAVA - TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Fica estabelecido que o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas (art. 507-B da CLT), que é uma faculdade dos empregados e empregadores, será firmado pelo Sindicato Laboral, desde que a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas, com a apresentação do CERSIN previsto na cláusula sexagésima sexta da presente convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO: O termo previsto no caput da presente cláusula discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA NONA - DO REGISTRO DA NORMA COLETIVA DE TRABALHO

Os Sindicatos Convenentes revalidam o disposto no parágrafo primeiro, do artigo 614 da CLT, determinando que as Convenções e os Acordos entrarão em vigor 3 (três) dias após a data do respectivo protocolo no Ministério do Trabalho e Emprego, criando direitos e obrigações, bem como produzindo seus efeitos legais reconhecidos pelo inciso XXVI, do artigo 7º, da Constituição Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO: O depósito das normas coletivas de trabalho no sistema mediador do MTE, nos termos da imensa jurisprudência do TST (PRECEDENTES), servirá única e exclusivamente para fins de publicidade.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA - PRESERVAÇÃO DO BENEFÍCIO

Os benefícios oferecidos por força dos contratos de prestação de serviços terceirizados, com custeio integral ou parcial por parte da empresa contratante de serviços, como plano de saúde ou odontológico, poderão ser descontinuados em virtude de afastamento formal ou por transferência do empregado de seu antigo posto de serviço para um novo local, onde não haja as mesmas previsões contratuais de trabalho, passando o empregado a receber os benefícios convencionados, nos termos da legislação pertinente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os benefícios previstos na presente cláusula não geram obrigatoriedade para todos os empregados, mas tão somente àqueles vinculados aos contratos de prestação de serviços terceirizados que fizerem tal exigência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso do plano de saúde ou odontológico, de forma a não haver razão de descontinuidade do atendimento ao empregado, a empresa manterá o pagamento pelos 60 dias que sucederem ao respectivo afastamento ou transferência previsto no caput, sendo que após o prazo assinalado de 60 dias, o plano de saúde ou odontológico correrá por conta e responsabilidade exclusiva do empregado, que será comunicado por escrito no ato de seu afastamento ou transferência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos casos de demissão do empregado, o plano de saúde ou odontológico será imediatamente descontinuado.

PARÁGRAFO QUARTO: Na hipótese de substituição ocasional, ou ainda para cobertura de ausências, férias e licenças, os benefícios ofertados por força de contrato de prestação de serviços poderão ser instituídos, a

partir do 90º (nonagésimo) dia de trabalho, desde que vinculado ao contrato de prestação de serviços que gera o respectivo direito.

RICARDO COSTA GARCIA
Presidente
SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO

EZEQUIEL SANTOS DA SILVA
Presidente
**SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO E EM
EDIFICIOS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES RJ (SEEACEC)**

ANEXOS
ANEXO I - ATA AGE

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - LISTA DE PRESENÇA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2023

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ000983/2022
DATA DE REGISTRO NO MTE: 26/05/2022
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR018005/2022
NÚMERO DO PROCESSO: 13041.105333/2022-11
DATA DO PROTOCOLO: 11/05/2022

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 34.037.150/0001-91, neste ato representado(a) por seu ;

E

FEDERACAO DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO LIMPEZA URBANA TURISMO E HOSPITALIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FETHERJ, CNPJ n. 33.651.753/0001-16, neste ato representado(a) por seu ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2022 a 28 de fevereiro de 2023 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **dos Trabalhadores nas Empresas de Asseio e Conservação**, com abrangência territorial em **Aperibé/RJ, Bom Jardim/RJ, Bom Jesus do Itabapoana/RJ, Cambuci/RJ, Cantagalo/RJ, Carapebus/RJ, Cardoso Moreira/RJ, Carmo/RJ, Casimiro de Abreu/RJ, Comendador Levy Gasparian/RJ, Conceição de Macabu/RJ, Cordeiro/RJ, Duas Barras/RJ, Engenheiro Paulo de Frontin/RJ, Italva/RJ, Itaocara/RJ, Itatiaia/RJ, Laje do Muriaé/RJ, Macuco/RJ, Mangaratiba/RJ, Mendes/RJ, Miguel Pereira/RJ, Miracema/RJ, Natividade/RJ, Paraíba do Sul/RJ, Paraty/RJ, Paty do Alferes/RJ, Pinheiral/RJ, Pirai/RJ, Porciúncula/RJ, Porto Real/RJ, Quatis/RJ, Rio Claro/RJ, Rio das Flores/RJ, Santa Maria Madalena/RJ, Santo Antônio de Pádua/RJ, São José de Ubá/RJ, São Sebastião do Alto/RJ, Sapucaia/RJ, Sumidouro/RJ, Trajano de Moraes/RJ e Varre-Sai/RJ.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL DA CATEGORIA

O piso salarial da categoria profissional, a partir de 1º de Março de 2022, será no valor de R\$1.430,00 (um mil e quatrocentos e trinta reais), sofrendo um reajuste no percentual de 9,91% (nove vírgula noventa e um por cento).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados abaixo relacionados terão os salários que se seguem:

- AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 1.430,00
- AUXILIAR DE COZINHA	R\$ 1.430,00
- AUXILIAR DE EMBALAGEM	R\$ 1.430,00
- AJUDANTE DE ARMAZÉM	R\$ 1.430,00
- AUXILIAR DE DEDETIZAÇÃO	R\$ 1.430,00
- AUXILIAR DE LIMPEZA	R\$ 1.430,00
- ARRECADADOR	R\$ 1.430,00
- AUXILIAR DE PORTARIA	R\$ 1.438,73
- AUXILIAR DE ALMOXARIFE	R\$ 1.518,57
- AUXILIAR DE JARDINAGEM	R\$ 1.518,57
- AUXILIAR DE PRODUÇÃO	R\$ 1.518,57
- AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	R\$1.430,00
- AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	R\$ 1.754,44
- AGENTE ADMINISTRATIVO/DIGITADOR	R\$ 1.765,59
- ALMOXARIFE	R\$ 2.037,35
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 1.667,00
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO PLENO	R\$ 1.932,38
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO SENIOR	R\$ 2.208,07
- ALPINISTA PREDIAL	R\$ 2.290,19 + periculosidade
- ALPINISTA INDUSTRIAL	R\$ 2.555,72 + periculosidade
- COPEIRA	R\$ 1.430,00
- CONTÍNUO/MENSAGEIRO	R\$ 1.430,00
- COZINHEIRA	R\$ 1.943,10

- CHEFE DE COZINHA	R\$ 2.119,72
- CHEFE DE DEPARTAMENTO OU SEÇÃO	R\$ 2.923,76
- DEDETIZADOR SEM MOTO	R\$ 1.630,62
- DEDETIZADOR COM MOTO	R\$ 1.700,37
- ENCARREGADO	R\$ 1.785,94
- ESCRITURÁRIO DATILÓGRAFO	R\$ 2.046,61
- ENFERMEIRA SUPERVISORA DE HIGIENIZAÇÃO	R\$ 3.650,54
- FAXINEIRA	R\$ 1.430,00
- GARÇOM	R\$ 2.037,35
- INSPETOR DE SERVIÇOS	R\$ 2.121,80
- JARDINEIRO	R\$ 2.344,09
- LIMPADOR	R\$ 1.430,00
- LIMPADOR DE VIDRO	R\$ 1.430,00 + periculosidade
- LIMPADOR DE CAIXA D'ÁGUA	R\$ 1.430,00
- LIMPADOR DE FACHADA COM RAPEL	R\$ 1.822,02 + periculosidade
- MAQUEIRO	R\$ 1.430,00
- MONTADOR/REMANEJADOR	R\$ 1.430,00
- MANOBRISTA	R\$ 1.518,57
- OPERADOR DE CFTV	R\$ 1.430,00
- OPERADOR DE COPIADORA	R\$ 1.430,00
- OPERADOR DE ROÇADEIRA	R\$ 1.518,57 + periculosidade
- OPERADOR DE MICROTRATOR	R\$ 1.518,57 + periculosidade
- OPERADOR DE MOTO SERRA	R\$ 1.518,57 + periculosidade
- OPERADOR DE EMPILHADEIRA	R\$ 1.851,96
- OPERADOR DE MÁQUINA LIMPEZA TRIPULADA	R\$ 1.670,43

- PORTEIRO/VIGIA TERCEIRIZADO/ ZELADOR	R\$ 1.584,54
- RECEPCIONISTA	R\$ 1.518,57
- RECEPCIONISTA PLENO (BILINGUE)	R\$ 2.444,60
- RECEPCIONISTA SENIOR (TRILÍNGUE)	R\$ 2.949,38
- SERVENTE	R\$ 1.430,00
- SUPERVISOR	R\$ 3.650,54
- TRAMITADOR DE DOCUMENTOS	R\$ 1.430,00
- TRICICLISTA	R\$ 1.452,56
- VIGIA TERCEIRIZADO COM MOTO	R\$ 1.584,54

Todos os valores mencionados anteriormente serão válidos para aplicação a partir de 1º de Março de 2022

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todos os empregados que já percebam salários superiores aos pisos estabelecidos na presente cláusula, terão seus salários corrigidos em 5% (cinco por cento), a partir de Março/2022, não podendo perceber piso salarial inferior ao da sua função previsto na tabela acima.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O "limpador de vidro" só terá direito a receber o adicional de periculosidade, nos casos em que o empregado efetivamente executar serviços de limpeza de vidros em andaimes, numa altura superior à 2,5m (dois metros e meio).

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se "Digitador", inclusive para fins desta cláusula, o trabalho exclusivo em processamento eletrônico de dados, respeitados os limites legais.

PARÁGRAFO QUINTO: Para os empregados que prestam serviços às empresas representadas pelas partes convenientes, e que percebam salários superiores a R\$5.000,00

(cinco mil reais), fica facultada a livre negociação de reajuste salarial, respeitando, no mínimo, um reajuste de 50% (cinquenta por cento) sobre o percentual de reajuste do piso da categoria, vigente a partir de 1º de Março de 2022.

PARÁGRAFO SEXTO: Considera-se "Recepcionista Pleno", inclusive para fins dessa cláusula, o trabalho de recepção em geral, podendo ter curso técnico e/ou serviços bilingue.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Considera-se "Recepcionista Senior", inclusive para fins dessa cláusula, o trabalho de recepção em geral, podendo ter curso técnico e/ou serviços trilingue.

PARÁGRAFO OITAVO: Considera-se "Vigia com Moto", inclusive, para fins dessa cláusula, o empregado habilitado para condução de motocicletas e que preste serviços com a utilização de motocicleta no próprio posto de trabalho.

PARÁGRAFO NONO: Caso a utilização da motocicleta inclua atividades fora do posto de trabalho, porém em locais privados, e de forma eventual e por tempo extremamente reduzido, o Vigia com Moto receberá um aditivo remuneratório de 10% sobre o seu piso, sendo que a respectiva diferença remuneratória deverá ser paga a título de indenização no contracheque correspondente ao mês em que o empregado exerceu as atividades descritas no presente parágrafo.

PARÁGRAFO DÉCIMO: ARRECADADOR – QUEBRA DE CAIXA: As empresas concederão mensalmente uma quebra de caixa aos empregados que trabalham na função de arrecadador, no valor equivalente a R\$ 52,50 (cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), a título de quebra de caixa.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O reembolso previsto no parágrafo anterior somente será pago ao empregado arrecadador quando o mesmo estiver em efetivo exercício, para cobertura de toda e qualquer falta na arrecadação apurada, sendo que, em não havendo falta, o valor se torna um ganho adicional ao arrecadador. No entanto, quando identificado faltante de caixa, o arrecadador arcará, mediante desconto em folha de pagamento, com o valor total faltante no mês imediatamente posterior.

CLÁUSULA QUARTA - JOVEM APRENDIZ

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho - TST, no Acórdão 0000076-64.2016.5.10.0000, de 11/4/2017, permitiu que os instrumentos normativos de trabalho pudessem, à luz do artigo 7º, inciso XXVI, da Carta Magna, flexibilizar a legislação sobre cotas, em atenção à realidade do setor, sem, entretanto, convencionar qualquer tipo de regra de inobservância da reserva legal de vagas, e com base na prevalência da autonomia da vontade coletiva, previsto na Lei 13.467/17, os Sindicatos Convenientes acordam que o piso salarial do jovem aprendiz, a partir de 1º de Março de 2022, será de R\$ 1.212,00 (um mil e duzentos e doze reais), convertido em salário/hora.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas prestadoras de serviços de asseio e conservação deverão aplicar o percentual de aprendizagem de 5%, previsto no art. 429 da CLT, sobre todas as funções que demandarem

formação profissional, sendo que para fins de efeito de contagem do respectivo percentual, será levado em consideração o efetivo da empresa no referido mês de apuração.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para efeito de enquadramento de função ao que demanda formação técnico-profissional metódica, prevista no artigo 429, da CLT, e consequente estabelecimento de cálculo de percentagem de que trata o art. 48, do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, entender-se-á por formação técnico profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas em ambiente de trabalho, realizada por meio de programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e a responsabilidade de entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica estabelecidas no art.50 do Decreto 9.579/18.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As empresas, diante da impossibilidade comprovada na contratação de jovem aprendiz, seja através de processos de recrutamento, anúncios em jornal, entre outros meios de recrutamento ou pela insuficiência de cursos ou vagas a que se refere o art.55 do Decreto 9.579/18, poderão, ainda, como forma alternativa de atender o aspecto social do parágrafo anterior, efetivar a contratação de jovens de 18 a 24 anos para prestarem serviços de asseio e conservação, com condições laborais e regime normal de trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO: Os Sindicatos convenientes acordam que nos contratos de prestação de serviço, com jornada intermitente e/ou temporária, por sua natureza transitória, as empresas ficarão dispensadas do cumprimento das cotas de aprendizagem e pessoa com deficiência (pcd).

PARÁGRAFO QUINTO: Ficam excluídas da cota as funções que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior, ou, ainda, as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, de acordo com o art.51, §1º do Decreto 9.579/18, bem como as funções relacionadas no parágrafo primeiro da cláusula terceira da presente convenção coletiva de trabalho, por não demandarem formação profissional, por conseguinte, não existir cursos de aprendizagem, além de ser trabalho que não proporciona aos jovens uma formação profissional metódica, de complexidade progressiva, de forma a facilitar o posterior acesso do aprendiz ao mercado de trabalho, conforme jurisprudência – processo 0101447-71.2017.5.01.0005, 5º Vara do Trabalho do Rio de Janeiro e Recurso de Revista nº TST-RR-191-51.2010.5.03.0013, de 06/08/2014.

CLÁUSULA QUINTA - AUTONOMIA DA VONTADE COLETIVA - LEI Nº.13467/17

Os Sindicatos convenientes estipulam as condições de trabalho previstas neste instrumento normativo em consonância com as regras introduzidas no ordenamento jurídico pela Lei nº. 13467/17.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA SEXTA - DATA DO PAGAMENTO

A empresa que não efetuar o pagamento dos salários dos seus empregados até às 16:00 horas do quinto dia útil do mês subsequente, pagará os salários e respectivas vantagens, acrescidos de multa de 2% (dois por cento), mais um dia de salário por dia de atraso.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para efeito de pagamento de salário, exclusivamente, o sábado não será considerado dia útil.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO PARA PAGAMENTO DO REAJUSTE

As empresas poderão pagar os novos salários, válidos a partir de Março/2022, e respectivas diferenças salariais, no contracheque do mês de Junho/2022, de forma a operacionalizarem o repasse dos novos custos aos seus contratos de prestação de serviços.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA OITAVA - PNE

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho – TST no Acórdão 0000076-64.2016.5.01.000 de 11/04/2017, permitiu que os instrumentos normativos de trabalho pudessem, à luz do artigo 7º, XXVI da CRFB, flexibilizar a legislação sobre as cotas sociais e, em atenção a realidade do setor, especialmente em observância ao princípio da reserva do possível e a dificuldade que as empresas de asseio e conservação tem para contratação de empregados com deficiência física, os Sindicatos Convenientes acordam que as empresas poderão flexibilizar a integralidade da cota, devendo ter no mínimo 50% da mesma, desde que comprovem que tentaram efetuar as contratações, e disponibilizaram vagas junto aos tomadores de serviço.

CLÁUSULA NONA - DEMAIS FUNÇÕES TÉCNICAS E DE LIDERANÇA

As demais funções técnicas e de liderança não mencionadas neste documento, perceberão como piso mínimo, o mesmo piso salarial do encarregado.

PARÁGRAFO ÚNICO: As outras funções que não exercerem posição de liderança e que não tenham qualificação técnica-profissional, receberão o piso salarial da função de servente.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONTRACHEQUE

As empresas comprovarão o pagamento do salário por meio de contracheque, discriminando, além do salário profissional, as horas extras, os adicionais, os benefícios e descontos efetuados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas que efetuarem o pagamento de salário através de crédito e/ou depósito em conta corrente bancária, e/ou cartão salário, e/ou outra modalidade eletrônica de crédito, ficam desobrigadas de colher a assinatura do empregado, valendo como

prova de pagamento, o comprovante de depósito ou extrato da conta corrente ou, ainda, o extrato da conta corrente eletrônica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas disponibilizarão os contracheques até 30 (trinta) dias após o efetivo pagamento do salário, com as discriminações das verbas salariais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SUBSTITUIÇÕES

O empregado admitido para substituir um demitido, receberá salário igual ao empregado de menor salário do mesmo cargo ou função, não considerando vantagens pessoais, conforme Instrução Normativa nº 01 do TST.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PAGAMENTO DE ADICIONAIS E DESCONTOS

As partes convenientes acordam que, devido às peculiaridades do setor econômico, as horas extras, adicional noturno, faltas e atrasos ocorridos no mês, poderão ser processados na folha de pagamento do mês seguinte ao da respectiva ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - EMPREGADOS ADMINISTRATIVOS OU OPERACIONAIS

Para os empregados administrativos ou operacionais que exerçam funções que não foram citadas no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Terceira, os salários serão corrigidos em 5% (cinco por cento), a partir de 1º de Março de 2022, observando-se o Parágrafo Quinto da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica assegurado que nenhum empregado poderá receber salário inferior ao piso de sua categoria profissional.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em função da tipicidade do segmento de prestação de serviços terceirizados, os Sindicatos Convenientes resolvem adotar a súmula 374, do TST, acordando que empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O salário dos empregados administrativos ou operacionais, admitidos após a última correção salarial da categoria, será atualizado na subsequente revisão, proporcionalmente ao número de meses a partir da data de admissão, conforme Art. 5º da Lei 7.238/84 (CLT), respeitando-se a regra da irretroatividade dos pisos salariais estabelecidos no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Terceira, do presente Instrumento Normativo.

PARÁGRAFO QUARTO: São considerados como cargo de confiança, à luz do presente pacto normativo, os gerentes, chefes de departamentos e coordenadores, ainda que assinem folha de ponto.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

Fica, desde já, ajustado que o décimo terceiro salário poderá ser pago em 2 parcelas, sendo a primeira no dia 30/11 e a segunda no dia 20/12 ou, alternativamente, em uma única parcela, a ser efetuada impreterivelmente até o dia 15/12.

PARÁGRAFO ÚNICO: As empresas poderão, ainda, pagar em 4 parcelas mensais (setembro/22, outubro/22, novembro/22 e dezembro/22) o décimo terceiro salário, desde que seja complementado o seu valor integral até o dia 20 de Dezembro.

Gratificação de Função

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GRATIFICAÇÃO DE ENCARREGADOS

Os encarregados receberão mensalmente um percentual mínimo, calculado sobre o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, conforme previsto na Cláusula Terceira, a título de gratificação, na seguinte forma:

- a) de 16 a 30 empregados: 25% (vinte e cinco por cento)
- b) de 31 a 60 empregados: 30% (trinta por cento)
- c) acima de 61 empregados: 40% (quarenta por cento)

Outras Gratificações

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - LÍDERES DE TURMA

Responsáveis por grupos de até 15 (quinze) empregados, serão considerados líderes de turma e farão jus a uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento) do Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Aqueles que até a presente data estiverem exercendo o cargo de encarregado, mesmo com até 15 (quinze) empregados, permanecerão como encarregados e farão jus ao piso de encarregado, como previsto no parágrafo primeiro, da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os líderes de turma que permanecerem na função por mais de 6 (seis) meses, passam a serem efetivados na mesma, não podendo mais serem rebaixados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - TRIÊNIO

Os Sindicatos convenientes acordam que não há mais gratificação mensal, a título de triênio, desde 1º de Outubro de 2008, respeitando-se, no entanto, as condições convencionadas até 30 de Setembro de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - HORAS EXTRAS

Na prestação de serviços extraordinários, as horas extras serão pagas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), e as trabalhadas nos domingos e feriados com acréscimo de 100% (cem por cento), ambos calculados sobre a hora normal.

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ADICIONAL NOTURNO

As horas efetivamente laboradas no período compreendido entre 22:00 e 05:00 horas serão remuneradas com adicional de 20% (vinte por cento) incidente sobre o salário base do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A jornada de trabalho para todos os empregados, nas horas efetivamente laboradas no período entre 22:00 horas e 05:00 horas, será computada como 52 minutos e 30 segundos, conforme preceitua o parágrafo primeiro, do Art. 73, da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As horas que ultrapassarem o período compreendido entre as 22:00 horas e 5:00 horas, não serão remuneradas com o adicional noturno previsto no caput.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA VIGÉSIMA - INSALUBRIDADE

Fica concedido aos empregados que exerçam as funções de limpeza, limpador, serventes, auxiliares de serviços gerais ou faxineiras, recepcionistas e demais empregados administrativos ou operacionais, um adicional de insalubridade, calculado de acordo com o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, desde que o laudo do SESMET das empresas prestadoras de serviços considere os respectivos locais insalubres, na forma abaixo:

a) 20% (vinte por cento) de adicional de insalubridade, Grau Médio, para os empregados supracitados que exerçam suas funções em hospitais, casas de saúde e ambulatórios;

b) 40% (quarenta por cento) de adicional de insalubridade, Grau Máximo, para os empregados supracitados que exerçam suas funções em leprosários, hospitais para tratamento do câncer, sanatórios para tratamento

de tuberculose, AIDS, e dentro das lixeiras dos prédios e/ou condomínios, além de dedetizador, imunizador e calafate.

c) o adicional de insalubridade previstos nas letras “a” e “b” do caput, somente serão alteradas mediante laudo pericial expedido por órgão de segurança e medicina do trabalho vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, podendo o mesmo ser acompanhado de um profissional indicado pelo Sindicato Laboral conveniente.

PÁRAGRAFO ÚNICO: Não fará jus ao adicional de insalubridade o manuseio de produtos de limpeza predial, acondicionamento e transporte em lugar específico de sacos de lixo e lixeiras, eis que são atividades inerentes à função.

Adicional de Periculosidade

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PERICULOSIDADE

As empresas obrigam-se ao pagamento do adicional de periculosidade, de acordo com a lei ou decisão judicial.

PARÁGRAFO ÚNICO: As gratificações pertinentes à Insalubridade e Periculosidade não se incorporarão ao salário, e serão devidas enquanto o empregado estiver exercendo a função que demande esse benefício.

Prêmios

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES

As gratificações pagas com habitualidade por mais de 6 (seis) meses consecutivas, excetuando-se, neste caso, as gratificações de insalubridade e periculosidade, bem como aquelas previstas nos parágrafos seguintes, incorporar-se-ão ao salário para efeito do pagamento das férias, décimo terceiro salário e FGTS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As importâncias, ainda que habituais, pagas à título de ajuda de custo, o auxílio-alimentação, vedado o seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de encargo trabalhista e previdenciário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador, em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro, a empregado, grupo de empregados ou terceiros vinculados à sua atividade econômica em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas ficam obrigadas a conceder um auxílio alimentação ou refeição no valor de R\$ 21,00 (vinte e um reais), por dia, considerando-se os dias efetivamente trabalhados no mês.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados que laborarem até 4 (quatro) horas, para complementação da jornada normal de trabalho semanal, prevista no Art. 7º, XIII, da Constituição Federal, não farão jus, especificamente naquele dia, ao recebimento do auxílio previsto no caput da presente cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para evitar a incorporação deste benefício ao salário, as empresas terão o direito de descontarem dos empregados, em seus contracheques mensais, o correspondente a 10% (Dez por cento) do valor total do auxílio concedido no mês de competência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os empregados que trabalhem em regime de escala/plantão, receberão o respectivo auxílio somente para os dias efetivamente trabalhados.

PARÁGRAFO QUARTO: A concessão do auxílio alimentação ou refeição não será obrigatória se a empresa contratante franquear, sob qualquer condição, as refeições aos trabalhadores das empresas prestadoras de serviços.

PARÁGRAFO QUINTO: Fica facultado às empresas a concessão de auxílio alimentação ou refeição em valores superiores ao previsto no caput, seja em virtude de exigência de contrato de prestação de serviços ou por mera liberalidade do empregador.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica facultado às empresas, com a respectiva anuência do empregado, a concessão do intervalo de 30 minutos para intervalo e/ou refeições nos moldes da Lei 13.467/2017.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - VALE - TRANSPORTE

As empresas ficam obrigadas a conceder o Vale-Transporte, na forma pactuada abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando do lançamento dos créditos pelas empresas, caso constate que o empregado não tenha utilizado a totalidade dos valores creditados em seu cartão de recarga, fica autorizado às empresas realizarem apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, haja vista a natureza jurídica do benefício.

PARÁGRAFO QUARTO: O desconto legal do complemento do vale-transporte, conforme previsto no parágrafo terceiro, da presente cláusula, será limitado ao valor creditado.

PARÁGRAFO QUINTO: No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

PARÁGRAFO SEXTO: No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver o saldo não utilizado de vale transporte na rescisão do contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A declaração falsa ou uso indevido do vale - transportes constituem falta grave, sujeito à demissão por justa causa.

Auxílio Educação

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - BOLSAS DE ESTUDOS

As empresas poderão efetuar convênio junto ao MEC, para obter o benefício do Salário Educação para seus empregados, devendo comunicar aos mesmos sobre a abertura de convênio e de como devem inscrever-se para recebimento do respectivo benefício.

Outros Auxílios

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR

As Entidades Sindicais Convenientes prestarão, indistintamente a todos os trabalhadores e empregadores subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho, o plano Benefício Social Familiar abaixo definido pelas entidades convenientes e discriminado no Manual de Orientação e Regras, parte integrante desta cláusula, através de organização gestora especializada e aprovada pelas Entidades Convenientes.

Parágrafo Primeiro – A prestação do plano Benefício Social Familiar iniciará **a partir de 01/05/2022** e terá como base para os procedimentos necessários ao atendimento dos trabalhadores e empregadores, o Manual de Orientação e Regras disponibilizado no website www.beneficiosocial.com.br/manuais-orientacao.

Parágrafo Segundo – Para efetiva viabilidade financeira do plano Benefício Social Familiar e com expresse consentimento das entidades convenientes, as empresas, recolherão a título de custeio, até o dia 10 (dez) de cada mês, iniciando **a partir de 10/05/2022**, o valor **total de R\$17,00 (dezessete reais)**, por trabalhador que possua, exclusivamente, por meio de boleto disponibilizado pela gestora no website www.beneficiosocial.com.br. Com o intuito de regular e dirimir possíveis dúvidas, dos procedimentos na prestação dos benefícios as Disposições Gerais, Manual de Orientação e Regras, e Tabela de Benefícios são registrados em cartório. O custeio do plano Benefício Social Familiar será de responsabilidade integral das empresas, ficando vedado qualquer desconto nos salários dos trabalhadores.

Parágrafo Terceiro – Em caso de afastamento de trabalhador motivado por doença ou acidente, o empregador manterá o recolhimento por até 12 (doze) meses. Caso o afastamento

do empregado seja por período superior a 12 (doze) meses, o empregador fica desobrigado ao recolhimento desta contribuição a partir do décimo terceiro mês, ficando garantido ao trabalhador afastado todos os benefícios sociais previstos nesta cláusula e no Manual de Orientação e Regras, até seu efetivo retorno ao trabalho, quando então o empregador retomará o recolhimento relativo ao trabalhador afastado.

Parágrafo Quarto – Devido à natureza social, emergencial e de apoio imediato, dos benefícios sociais definidos pelas entidades, na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento ao trabalhador e seus familiares, o empregador deverá preencher o comunicado disponível no website da gestora, no prazo máximo e improrrogável de até 90 (noventa) dias a contar do fato gerador e, no caso de nascimento de filhos, este prazo será de até 150 (cento e cinquenta) dias. O empregador que não observar estes prazos, poderá arcar com sanções pecuniárias em favor do trabalhador ou família prejudicada, como se inadimplente estivesse. Caso a empresa não efetue o comunicado junto à gestora, o trabalhador e seus beneficiários, não perderão o direito ao benefício, devendo a entidade efetuar tal comunicado, não eximindo o empregador de suas responsabilidades e sanções previstas.

Parágrafo Quinto – O empregador que estiver inadimplente ou efetuar recolhimento por valor inferior ao devido, perderá o direito aos benefícios a ele disponibilizados, até sua regularização. Nesses casos, na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento aos trabalhadores e seus familiares, estes não perderão direito aos benefícios e serão atendidos normalmente pela gestora, a mando das entidades, com exceção dos benefícios prestados por empresas terceirizadas. Neste caso, o trabalhador e seus familiares perderão o direito ao recebimento ou prestação desses benefícios. Assim, o empregador responderá, perante o empregado e/ou a seus dependentes, a título de indenização, o equivalente a 10 (dez) vezes o menor piso salarial da categoria vigente à época da infração em favor do trabalhador ou seus beneficiários. Caso o empregador regularize seus débitos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento de comunicação de débito feita por e-mail, pela gestora, ficará isento desta indenização.

Parágrafo Sexto: O não pagamento do custeio previsto nesta cláusula, até o dia 10 (dez) de cada mês, acarretará a incidência em multa de 10% (dez por cento) pelo atraso do pagamento, e juros mensais de 1% (um por cento), conforme previsão legal, além das demais penalidades previstas nesta norma coletiva, podendo ainda, o empregador ter seu nome incluso em órgãos de proteção ao crédito.

Parágrafo Sétimo – Nas planilhas de custos, editais de licitações ou nas repactuações de contratos, devido a fatos novos constantes nesta norma coletiva, e em consonância à instrução normativa em vigência, nestes casos, obrigatoriamente, deverão constar a provisão financeira para cumprimento desta cláusula, preservando o patrimônio jurídico dos trabalhadores, conforme o artigo 444 da CLT.

Parágrafo Oitavo – Estará disponível no website da gestora, a cada recolhimento mensal, o Comprovante de Regularidade específico para atendimento da cláusula do plano Benefício Social Familiar, referente aos últimos 5 (cinco) anos, a ser apresentado ao contratante, as entidades sindicais, e a órgãos fiscalizadores, quando solicitado.

Parágrafo Nono – O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial e emergencial.

Parágrafo Décimo – Fica desde já consignado e aceito entre as partes, que o envio e usos de dados dos empregados é para o fim exclusivo da disponibilização dos benefícios contratados e objetos da presente prestação de serviços, nos termos da Lei n. 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, e demais legislações pertinentes à confidencialidade.

Parágrafo Décimo Primeiro – Para lisura e transparência na prestação dos benefícios, segue abaixo um resumo e breve descritivo da forma em que eles serão disponibilizados. Tal procedimento é necessário para que não haja desvio de finalidade do benefício a ser disponibilizado e deverá ser rigorosamente observado, devido ser caráter social, emergencial e de natureza alimentícia. A íntegra do Manual de Orientação e Regras que regem a prestação dos benefícios estará registrado em cartório e disponível no website da gestora.

RESUMO DOS BENEFÍCIOS DISPONÍVEIS PARA TRABALHADORES E EMPREGADORES

BENEFÍCIOS	BENEFÍCIOS PARA OS TRABALHADORES		DESCRIPTIVO
	FORMA DE PRESTAÇÃO		
BENEFÍCIO NATALIDADE	1X	R\$ 410,00	EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DE TRABALHADOR (A) SERÁ DISPONIBILIZADO ATRAVÉS DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ PAGO, COM O INTUITO DE BANCARIZAR A FAMÍLIA DO BENEFICIÁRIO, REDUZINDO SUAS DESPESAS BANCÁRIAS E FACILITANDO A UTILIZAÇÃO DESTE BENEFÍCIO.
BENEFÍCIO FARMÁCIA NATALIDADE	1X	R\$ 120,00	EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DE TRABALHADOR (A) SERÁ DISPONIBILIZADO CARTÃO DE DESCONTOS EM REDES CREDENCIADAS, COM O OBJETIVO DE FACILITAR O ACESSO FAMILIAR A MEDICAMENTOS EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DE TRABALHADOR
BENEFÍCIO CAPACITAÇÃO	1X	R\$ 1.100,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FAMILIARES NA OCORRÊNCIA DE FALECIMENTO OU INCAPACITAÇÃO PERMANENTE DO TRABALHADOR, CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DE INTERESSE DO BENEFICIADO, PARA MANUTENÇÃO E MELHORIA DA RENDA FAMILIAR. TAL VALOR SERÁ ENCAMINHADO DIRETAMENTE AO ORGÃO DE CAPACITAÇÃO

ESCOLHIDO PELO BENEFICIÁRIO, EM CASO DE SALDO, ESTE SERÁ DISPONIBILIZADO PARA CUSTEIO DE LOCOMOÇÃO E ALIMENTAÇÃO.

BENEFÍCIO FARMÁCIA	1X	R\$	500,00	SERÁ DISPONIBILIZADO CARTÃO DE DESCONTOS EM REDES CREDENCIADAS, COM O OBJETIVO DE FACILITAR O ACESSO FAMILIAR A MEDICAMENTOS EM CASO DE INCAPACITAÇÃO PERMANENTE AO TRABALHO OU FALECIMENTO DO TRABALHADOR.
BENEFÍCIO MANUTENÇÃO DE RENDA FAMILIAR	12X	R\$	660,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FAMILIARES NA OCORRÊNCIA DE FALECIMENTO OU INCAPACITAÇÃO PERMANENTE DO TRABALHADOR, ATRAVÉS DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ PAGO, O QUAL PODERÁ SER USADO POSTERIORMENTE PELO TRABALHADOR, REDUZINDO SUAS DESPESAS BANCÁRIAS. TAL BENEFÍCIO NÃO PODERÁ SER DISPONIBILIZADO DE FORMA INTEGRAL, PARA QUE NÃO HAJA DESVIO DE FINALIDADE DO MESMO.
BENEFÍCIO ALIMENTAR	12X	R\$	400,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FAMILIARES NA OCORRÊNCIA DE FALECIMENTO OU INCAPACITAÇÃO PERMANENTE DO TRABALHADOR ALIMENTOS DE QUALIDADE E VARIEDADE, ENCAMINHADO À RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA, FICANDO VEDADO O PAGAMENTO EM DINHEIRO OU VALES/ TICKET ALIMENTAÇÃO, PARA QUE NÃO HAJA DESVIO DE FINALIDADE DESTE BENEFÍCIO.
BENEFÍCIO CULTURAL	1X	R\$	100,00	SERÁ DISPONIBILIZADO ATRAVÉS DE CARTÃO PRÉ PAGO, O QUAL PODERÁ SER UTILIZADO PARA COMPRA DE MATERIAIS LITERÁRIOS PARA FORMAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA FAMÍLIA, QUANDO DA COMPROVAÇÃO DA INCAPACITAÇÃO PERMANENTE OU NOS CASOS DE FALECIMENTO DO TRABALHADOR.
BENEFÍCIO SERVIÇO FUNERAL	1X	R\$	4.000,00	SERÁ ACIONADA UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PROVIDENCIAS DE SEPULTAMENTO, CASO A FAMÍLIA OPTE POR SERVIÇO DE MENOR CUSTO OU NÃO UTILIZE NOSSO PRESTADOR DE

SERVIÇOS, O VALOR TOTAL OU O SALDO
SERÁ ENCAMINHADO AO ARRIMO DA FAMÍLIA.

BENEFÍCIO CONTA CORRENTE VIRTUAL	SIM	TEM COMO OBJETIVO PROPICIAR AOS TRABALHADORES ACESSO AO SISTEMA BANCÁRIO ELETRÔNICO, ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ- PAGO E APLICATIVO PARA GERENCIAMENTO DE SEUS GASTOS.
BENEFÍCIO RECOLOCAÇÃO	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APLICATIVO SEM CONSUMO DA FRANQUIA DE DADOS, ONDE O TRABALHADOR TERÁ ACESSO A UMA GRANDE REDE DE VAGAS DISPONÍVEIS.
BENEFÍCIO CAPACITAÇÃO ON-LINE	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO CURSOS DE CAPACITAÇÃO ATRAVÉS DE APLICATIVOS E COMPUTADORES, CAPACITANDO O PROFISSIONAL E PROPORCIONANDO MELHOR QUALIDADE DE TRABALHO ÀS EMPRESAS.
BENEFÍCIO PSICOSSOCIAL E NUTRICIONAL	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APOIO PSICOLÓGICO, SOCIAL E NUTRICIONAL, A TODOS OS TRABALHADORES DO SEGMENTO, VIA 0800, POR PROFISSIONAIS LEGALMENTE CAPACITADOS.
BENEFÍCIO FUNERAL DESPESAS EXTRAS	1X R\$ 1.000,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AO ARRIMO DA FAMÍLIA, PARA CUSTEAR EVENTUAIS DESPESAS EXTRAS NÃO PREVISTAS NO BENEFÍCIO SERVIÇO FUNERAL, TAIS COMO, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE, ENTRE OUTRAS.
BENEFÍCIO CERTIFICAÇÃO DIGITAL (TRABALHADOR)	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO, EMPRESA LEGALMENTE HOMOLOGADA PARA CERTIFICAÇÃO DIGITAL, COM VALORES ABAIXO DO MERCADO, COM ATENDIMENTO EM REDE CREDENCIADA, VIRTUAL OU EM DOMICÍLIO
BENEFÍCIO RENDA COMPLEMENTAR	SIM	TEM COMO OBJETIVO O AUMENTO DA RENDA FAMILIAR DO TRABALHADOR, ATRAVÉS DE PARCEIROS COMERCIAIS, OS QUAIS DISPONIBILIZARÃO PRODUTOS E SERVIÇOS PARA AQUISIÇÃO COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO E/OU CUSTO SUBSIDIADOS,

PARA REVENDA COM GRANDE POTENCIAL
LUCRATIVO, E RENDA OFICIAL E
COMPLEMENTAR A FAMÍLIA.

BENEFÍCIOS PARA AS EMPRESAS

BENEFÍCIOS	FORMA DE PRESTAÇÃO	DESCRIPTIVO
BENEFÍCIO REEMBOLSO RESCISÃO	1X R\$ 1.100,00	EM CASO DE FALECIMENTO OU INVALIDEZ PERMANENTE PARA O TRABALHO, SERÁ ENCAMINHADO À CONTA CORRENTE BANCÁRIA DA EMPRESA APÓS RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.
BENEFÍCIO LICENÇA PATERNIDADE	1X R\$ 300,00	EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DO TRABALHADOR, SERÁ ENCAMINHADO À CONTA CORRENTE BANCÁRIA DA EMPRESA APÓS RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS
BENEFÍCIO MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO	ESTRUTURAL SEM UNIDADE MÓVEL	SERÁ DISPONIBILIZADO SEM CUSTOS OS EXAMES CLÍNICOS – ASO (ADMISSIONAIS, PERIÓDICOS, DEMISSIONAIS, RETORNO AO TRABALHO E MUDANÇA DE FUNÇÃO). JÁ O PCMSO, PPRA, ANÁLISES TÉCNICAS, EXAMES COMPLEMENTARES E DEMAIS LAUDOS GANHAM DESCONTOS SIGNIFICATIVOS.
BENEFÍCIO CONECTA EMPRESA	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APLICATIVO SEM CONSUMO DA FRANQUIA DE DADOS, PARA QUE AS EMPRESAS POSSAM CONTATAR OS TRABALHADORES DE FORMA RÁPIDA E SEGURA.
BENEFÍCIO MURAL DE EMPREGOS	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO AS EMPRESAS SISTEMA ON-LINE, PARA INSERÇÃO DAS VAGAS DISPONÍVEIS, TAIS VAGAS SERÃO DIVULGADAS AOS TRABALHADORES PELO BENEFÍCIO RECOLOCAÇÃO.
BENEFÍCIO FOLHA DE PAGAMENTO VIRTUAL	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO UM SISTEMA ON-LINE DE CADASTRAMENTO E PAGAMENTO, JUNTAMENTE COM O BENEFÍCIO CONTA CORRENTE VIRTUAL. VISANDO AGILIZAR O

ENVIO DAS REMUNERAÇÕES AOS COLABORADORES DAS EMPRESAS

BENEFÍCIO COMPRA DIRETA	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO UMA REDE DE FORNECEDORES, COM DESCONTOS SIGNIFICATIVOS EM SEUS PRODUTOS E SERVIÇOS, DEVIDO A INEXISTÊNCIA DE INTERMEDIÁRIOS.
BENEFÍCIO TRIAGEM DE ATESTADO	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO SISTEMA ON-LINE PARA AS EMPRESAS ENCAMINHAREM OS ATESTADOS MÉDICOS RECEBIDOS DOS TRABALHADORES, TAIS ATESTADOS PASSARÃO POR TRIAGEM RESULTANDO EM UM LAUDO ENCAMINHADO AS EMPRESAS.
BENEFÍCIO CERTIFICAÇÃO DIGITAL (EMPRESA)	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO, EMPRESA LEGALMENTE HOMOLOGADA PARA CERTIFICAÇÃO DIGITAL, COM VALORES ABAIXO DO MERCADO, COM ATENDIMENTO EM REDE CREDENCIADA, VIRTUAL OU EM DOMICÍLIO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ANTECIPAÇÃO SALARIAL

Fica acordado que as empresas poderão conceder o benefício da antecipação salarial em até 40% dos salários normativos, com o propósito social de atender possíveis demandas urgentes e imprevistos do dia a dia. Para a viabilização do benefício em apreço, as empresas fornecerão aos empregados cartões magnéticos através de gestora de benefícios conveniada com os Sindicatos Convenientes, sem juros e quaisquer despesas para os empregados e para as empresas, com débito diretamente nas respectivas folhas de pagamento e repasse posterior à gestora de benefícios conveniada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A antecipação salarial prevista no caput da presente cláusula convencional deverá constar nos contracheques dos empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de extravio, perda ou dano do cartão magnético, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

Empréstimos

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Fica facultado às empresas abrangidas por este instrumento normativo de trabalho, a tomarem as providências necessárias para que seus empregados possam usufruir dos empréstimos com desconto em folha de pagamento, nos termos da Lei nº 10.820, de 17/12/2003.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - HOMOLOGAÇÃO E QUITAÇÃO DE RESCISÃO

Por se tratar de categoria profissional de asseio e conservação, cuja atividade é essencial para o bem estar da sociedade, e também por representar a base da pirâmide Laboral, os Sindicatos Convenentes, em prol da valorização social do trabalho, e para evitar qualquer possibilidade de precarização do trabalho, acordam que a homologação e quitação de rescisão dar-se-á na forma pactuada abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica acordado entre os Sindicatos Convenentes acerca da obrigatoriedade das empresas de realizarem todas as homologações de rescisões de contrato de trabalho com mais de 1(hum) ano de duração na sede do Sindicato Laboral.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A assistência sindical para homologação das rescisões de contrato de trabalho com mais de 1 (hum) ano de duração é da competência do sindicato laboral, em cuja jurisdição o empregado prestou serviços nos últimos 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: PRAZO DE PAGAMENTO DE RESCISÃO:

a) O pagamento das parcelas constantes no recibo de quitação deverá ser efetuado até o 10º (décimo) dia útil, incluindo-se o do vencimento.

b) Enquadram-se na previsão da presente cláusula:

- A rescisão antecipada, pelo empregador ou empregado, do contrato por prazo determinado, incluindo o contrato de experiência;
- A demissão por justa causa;
- A demissão com aviso prévio indenizado, dispensado o seu cumprimento;
- O pedido de demissão pelo empregado, com dispensa do cumprimento do aviso prévio;
- O término do contrato por prazo determinado, incluindo o contrato de experiência;
- A demissão com cumprimento do aviso prévio;
- O pedido de demissão pelo empregado, com cumprimento do aviso prévio;
- Demissão consensual.

Aviso Prévio

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - AVISO PRÉVIO

O empregado que estiver em cumprimento do aviso prévio poderá ser transferido para dentro do mesmo Município onde exerce suas funções. E se, neste período, o empregado demitido conseguir outro emprego, fica dispensado do restante do cumprimento do aviso e respectivo pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cumprimento do prazo do aviso prévio previsto na legislação nº 12.506/11 dar-se-á de forma proporcional, aplicando-se integralmente tanto para empregado quanto para as empresas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese do contrato de trabalho ficar suspenso por motivo de doença ou acidente de trabalho, com percepção de auxílio doença ou acidente, por mais de um ano, o período suspenso não será computado para o cálculo do aviso prévio proporcional.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

As empresas obrigam-se ao pagamento dos salários e dos direitos trabalhistas dos empregados desligados, conforme determina a Lei nº 7.855/89 e Instrução Normativa n.º04/2002 da Secretaria de Relações do Trabalho, publicada no DOU de 03.12.2002.

PARÁGRAFO ÚNICO: O empregado dispensado, sem justa causa, no período de 30 dias que antecede à data de sua correção salarial (data base), não terá direito à indenização adicional de 1 salário mensal, ficando prejudicado o disposto no artigo 9º, da Lei nº 7.238/84, por força da Lei 13.467/17, desde que o encerramento total ou parcial do contrato tenha ocorrido por determinação do tomador de serviço (empresa contratante de prestação de serviços).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - EXPERIÊNCIA

É vedado às empresas firmarem contrato de experiência nos casos de readmissão de empregado na mesma função, quando readmitidos no período de 3 (três) meses após a respectiva demissão.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contrato de experiência será de até 60 (sessenta) dias, podendo ser renovado por mais 2 (dois) períodos de até 60 (sessenta) dias. Em caso de quebra do respectivo contrato, fica, desde já, as partes desobrigadas do cumprimento do disposto nos artigos 479 e 480 da CLT.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Atribuições da Função/Desvio de Função

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DESVIO DE FUNÇÃO

O desvio de função será caracterizado quando o empregado exercer função diferente da que foi contratado por um período superior a 50% do seu turno de trabalho diariamente pelo prazo máximo de 90 dias durante o ano vigente, devendo prevalecer a remuneração à maior. Essa diferença de remuneração deverá ser paga a título de indenização no contra-cheque correspondente ao mês de competência em que o empregado exerceu função diferente da contratada.

Transferência setor/empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - MUDANÇA DO LOCAL DE TRABALHO

As empresas ficam obrigadas a comunicar a seus empregados, com antecedência de 72h (setenta e duas horas), as mudanças de horário e local de trabalho atinente a cada caso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese do empregado ficar sem setor destinado para prestação de seus serviços, o mesmo deverá apresentar-se, no dia seguinte, à sede da empresa para nova designação e, até que tal ocorra, ficará garantido o recebimento dos seus salários e a marcação do ponto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O empregado que estiver de aviso prévio poderá ser transferido dentro do mesmo município do local de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: É lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento ou serviço em que trabalhar o empregado. Neste caso específico, de forma a preservar o emprego, a empresa fica desobrigada do pagamento suplementar de 25% do salário.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - HOME OFFICE

Os Sindicatos convenientes acordam que as empresas e seus empregados poderão instituir trabalho no sistema home office (trabalho em domicílio), nos termos do artigo 75-A e seguintes, da CLT, pois se trata de uma realidade comum na era contemporânea do Direito do Trabalho, eis que propicia ao empregado maior autonomia na prestação de labor, menor desgaste com deslocamentos à empresa (minoração dos custos com transporte e/ou combustível), economia e racionalização de tempo hábil para resoluções de problemas particulares ou de seu interesse, maior convívio com seus familiares e, enfim, uma melhoria indubitável em sua condição social.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA

O prazo de estabilidade do empregado será, exclusivamente, desde a sua eleição até o final de seu mandato, não podendo ser dispensado sem justa causa nesse período.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - RECIBO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

A entrega de quaisquer documentos, ou sua devolução, à empresa ou ao empregado, deverá ser formalizada, com recibo em duas vias, assinadas pelo empregador e pelo empregado, cabendo uma cópia a cada parte.

PARÁGRAFO ÚNICO: É obrigação do empregado manter os seus dados atualizados na empresa, como endereço, telefone, nome e contato dos filhos, estado civil e/ou outras informações adicionais para a sua localização. O empregado também deverá informar a empresa os casos de alteração cadastral, que só terá valor a partir da data da respectiva comunicação, de modo que a empresa não poderá ser responsabilizada pela não atualização dos dados cadastrais do empregado.

Outras estabilidades

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - GARANTIA DA GESTANTE

A empregada deverá informar, no ato de sua demissão do quadro funcional da empresa empregadora, se está ou não em estado gestacional, com base na Lei nº 9.799/99. Em caso afirmativo, a empresa compromete-se a suspender o respectivo processo demissional.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contrato de trabalho temporário ou a termo, entre eles o contrato de experiência, como modalidade de contrato com prazo determinado e em razão da sua natureza de transitoriedade, é incompatível com o instituto da estabilidade provisória, conforme pacificado pelo pleno do TST em 2019 (IAC-5639-31.2013.5.12.0051) e pelo Tema de Repercussão Geral no. 479 do Supremo Tribunal Federal, não havendo, portanto, estabilidade gravídica durante o respectivo período temporário ou nos contratos por prazo determinado, salvo se houver dispensa antecipada de forma arbitrária ou demissão sem justa causa.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA

A jornada de trabalho poderá ser prorrogada, até o máximo de 2 (duas) horas, como compensação para supressão, total ou parcial de trabalho aos sábados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ESCALA DE REVEZAMENTO COM COMPENSAÇÃO

A jornada de trabalho poderá ser doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação, observados ou indenizados, o intervalo de 30 minutos para repouso e alimentação, com a respectiva anuência do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face à natural compensação pelo desconto nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de trabalho noturno as horas serão remuneradas no percentual de 20%, para os períodos laborados entre 22:00h à 05:00h.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Se a Jornada 12x36 ocorrer em ambiente insalubre é desnecessária a licença prévia da autoridade competente na área de higiene do trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO: A indenização do intervalo intrajornada será no percentual de 50% sobre a hora normal de trabalho.

PARÁGRAFO QUINTO: Nos termos do parágrafo segundo, do artigo 58, da CLT, o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - BANCO DE HORAS

Fica dispensado o acréscimo referente a hora extra se, caso o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

PARÁGRAFO ÚNICO: A liquidação dos haveres pelo empregador e/ou empregado dar-se-á até 90 (noventa) dias após o término da vigência anual do banco de horas de que trata este artigo.

Controle da Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO - SISTEMAS ALTERNATIVOS

As empresas poderão adotar sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho, seja por meio manual, mecânico, eletrônico, biometria, ponto por exceção (art.74, §4º da CLT) ou qualquer outro que possa aferir o respectivo controle.

PARÁGRAFO ÚNICO: São considerados válidos, para os fins de direito, todos os tipos de controles de pontos, inclusive, aqueles com registro invariável de jornada de trabalho (ponto britânico) ou com rasura, desde que com a anuência do empregado.

Turnos Ininterruptos de Revezamento

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - ESCALA DE REVEZAMENTO E/OU BANCO DE HORAS ESPECÍFICO

A formalização específica de escala de revezamento e/ou de Banco de Horas deverá ser instituída através de Acordo Específico, celebrado entre a empresa e os empregados, devidamente representados pelo Sindicato Laboral, desde que a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas, com a apresentação do CERSIN previsto na cláusula sexagésima terceira da presente convenção coletiva de trabalho, sem exceção, e que seja justificada a necessidade da implantação da escala de revezamento e/ou banco de horas.

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - TRABALHO SUPLEMENTAR DA MULHER

Desde que conste de seu exame médico admissional, na forma da legislação em vigor, fica autorizada a prorrogação da jornada da mulher empregada.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - JORNADA PARCIAL / REDUZIDA / TRABALHO INTERMITENTE

Os empregadores que contratarem trabalhadores para laborarem jornada de trabalho em regime de tempo parcial, deverão estabelecer essa condição especial em contrato individual por escrito, não podendo o valor da hora ser paga de forma inferior ao piso/hora previsto na presente convenção coletiva de trabalho para a referida função nos moldes das alterações introduzidas pela lei 13467/2017.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregadores que contratarem trabalhadores para laborarem jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, deverão respeitar o piso salarial da categoria, previsto na cláusula terceira da presente convenção coletiva de trabalho, não podendo ser aplicada a regra do piso/hora previsto no caput.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Não é permitida a adoção de qualquer outro regime de jornada reduzida, sem a necessária formalização de um acordo específico celebrado entre empregadores e trabalhadores, devidamente representados pelo Sindicato Convenente, desde que, outrossim, a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas e com a apresentação do CERSIN previsto na cláusula sexagésima terceira da presente convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO – TRABALHO INTERMITENTE - Ficam as empresas autorizadas a utilizar a modalidade de trabalho Intermitente, como condição especial em contrato individual por escrito, não podendo o valor da hora ser pago de forma inferior ao piso/hora prevista nessa convenção coletiva de trabalho para a referida função, nos moldes das alterações introduzidas pela lei 13.467/2017.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - ABONO DE ESTUDANTE

Fica assegurado o direito de falta ao empregado estudante no dia da prova, inclusive para exame vestibular, desde que seja avisado o empregador com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, mediante comprovação por escrito, e haja incompatibilidade entre o horário de trabalho e o da prova.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - INTERVALO INTERJORNADA

Os Sindicatos convenentes acordam que entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 10 (dez) horas consecutivas para descanso.

Férias e Licenças

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - ESTABILIDADE APÓS LICENÇA

O empregado afastado do serviço por mais de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, por doença, devidamente comprovada pelo Órgão Previdenciário, terá garantia de emprego por mais 30 (trinta) dias, a partir da alta médica.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - FÉRIAS

As empresas obrigam-se a avisar, com 15 (quinze) dias de antecedência ao empregado, quando este deverá entrar em férias, de acordo com a Legislação em vigor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas obrigam-se a efetuar o pagamento das férias até 02 (dois) dia antes do início das mesmas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas poderão optar em comum acordo com o empregado, o gozo das férias em até 3 períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um, respeitando-se o limite legal para o gozo integral das férias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os dias úteis não trabalhados poderão ser compensados nas férias.

PARÁGRAFO QUARTO: O dia do início das férias poderá ocorrer nos dias que antecedem a feriados ou ao dia do repouso semanal remunerado do empregado.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - CONDIÇÕES DE TRABALHO

As empresas deverão implantar medidas que visem a melhoria de suas instalações, bem como das condições de trabalho dos empregados, nos vestiários e refeitórios.

Equipamentos de Proteção Individual

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - PROTEÇÃO AO TRABALHO - E.P.I

As empresas obrigam-se a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamentos de proteção individual (luva de borracha, cinto de segurança, máscara, e outros) adequados ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados, nos termos do Art. 166, da Portaria nº 3.214, de 08.06.78.

PARÁGRAFO ÚNICO: O EPI –Equipamento de Proteção Individual, quando fornecido pelas empresas, é de uso obrigatório pelo empregado, sendo considerada falta punível a sua não utilização, e a reincidência considerada falta grave, nos termos do art. 482, da CLT.

Uniforme

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - UNIFORME

As empresas fornecerão gratuitamente 04 (quatro) uniformes por ano a seus trabalhadores, quando obrigatório o seu uso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Entende-se por uniforme, a indumentária completa exigida para execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os uniformes e EPI's, tais como botas, luvas, aventais, guardapós ou outras peças de indumentárias necessárias ao atendimento da focalizada exigência, deverão ser restituídas no estado de uso em que se encontrarem ao ensejo da extinção do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O empregado indenizará, com base no §1º do art. 462 da CLT, a peça de uniforme, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente do salário ou da remuneração, em caso de extravio, danos decorrentes de utilização indevida ou fora do serviço e não devolução quando da rescisão contratual ou substituição do uniforme cedido. Tal previsão deverá constar do contrato de trabalho do empregado.

PARÁGRAFO QUARTO: A utilização do uniforme será restrito ao local de trabalho incluindo o seu trajeto de ida e volta ao trabalho, ficando o faltoso passível de advertências, suspensão e demissão por justa causa.

PARÁGRAFO QUINTO: A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas é de uso comum.

Exames Médicos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - EXAMES MÉDICOS

As empresas realizarão exames médicos periódicos em todos os empregados, conforme legislação em vigor, bem como os exames admissionais e demissionais, conforme a Norma Regulamentadora 7 - NR 7.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - ATESTADOS MÉDICOS

As empresas obrigam-se a aceitar os atestados médicos e odontológicos justificativos de ausência ao trabalho, emitidos pelo Órgão Previdenciário e seus conveniados, bem como das clínicas médicas conveniadas pelo Sindicato Laboral e das clínicas conveniadas pelas empresas, sem prejuízo das hipóteses previstas em Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O atestado deverá ser entregue, pessoalmente ou nos casos de absoluta impossibilidade comprovada, por outrem, nas 48 horas após a emissão do referido atestado, sendo convalidado pelo médico da empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando o empregado prestar serviço fora do domicílio da sede da empresa, a entrega do atestado médico poderá ser feita em sua subsede ou posto de apoio, caso existam, ou recolhido pelo preposto da mesma no próprio posto de serviço.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para sua validade, o atestado deverá conter a identificação do empregado e assinatura e carimbo com o número do Conselho do profissional que assina o documento, e ser apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que as empresas declarem na cópia a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário e assinatura do preposto da empresa.

PARÁGRAFO QUARTO: Caso a empresa suspeite de fraude no atestado apresentado, poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis, os quais deverão prestá-las, vez que a prática de atestado falso é crime previsto nos arts. 297 e 302 do Código Penal.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso a fraude seja constatada, pode implicar em demissão por justa causa do empregado, prevista no artigo 482, da CLT.

Primeiros Socorros

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - ESTOJO DE PRIMEIROS SOCORROS

As empresas manterão nos locais de serviço, um estojo contendo medicamentos necessários ao atendimento de primeiros socorros.

Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - CONVÊNIOS

As empresas poderão firmar convênios de Assistência Médica, Odontológica, Laboratoriais e com Farmácias, para atendimento aos seus empregados.

Relações Sindicais

Garantias a Diretores Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - DELEGADO SINDICAL

O Sindicato Laboral poderá indicar Delegados na proporção de 01 (um) por 150 (cento e cinquenta) empregados, até o máximo de 06 (seis) Delegados Sindicais por empresa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os Delegados Sindicais indicados pelo Sindicato Laboral, somente poderão ser dispensados do emprego por justa causa, devidamente comprovada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os Delegados e Diretores terão direito a 03 (três) dias de abono mensal, a serviço do Sindicato Laboral, desde que solicitado por escrito, avisando as empresas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os Delegados não poderão ser transferidos do setor, salvo no encerramento do contrato de serviço, falta grave ou a pedido do cliente.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL - OUTUBRO/2022

Considerando o artigo nº 8º, III, da Constituição Federal, que consagra a representatividade sindical e a defesa dos direitos e interesses coletivos; o artigo 513, e, da CLT, que determina a imposição de contribuição a todas as empresas que participam da categoria econômica; artigo 611-A da CLT, que determina a prevalência da Convenção Coletiva de Trabalho sobre a Lei, ressaltadas as vedações previstas no art. 611-B e considerando, finalmente, que o art. 611-B, da CLT, não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, as empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 07/03/22, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Negocial Patronal no valor total de R\$ 40,00 (quarenta reais), por empregado, a ser recolhida de uma só vez até o dia 14 de Outubro de 2022, conforme orientação emanada da Decisão do Supremo Tribunal Federal - STF - RE 220.700-1 - RS - DJ. 13.11.98 e, mais recentemente, a decisão RE-189.960-3 – DJ. 17.11.2000. A empresa que não recolher até o dia 14 de Outubro de 2022, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para a empresa que fizer parte integrante do quadro social do SEAC-RJ, e que recolher a Contribuição Negocial Patronal até a data acima fixada, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). No entanto, caso não faça o recolhimento até o dia 14 de Outubro de 2022, a mesma não se beneficiará do referido desconto e ainda ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. Entende-se por empresa associada ao SEAC-RJ, aquela que faz parte integrante do quadro social da entidade, cuja proposta de inclusão foi deliberadamente aprovada em reunião de diretoria do SEAC-RJ, sendo contribuinte mensal da taxa associativa obrigatória e que esteja em dia com o Sindicato Patronal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no caput da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-

lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até a regularização da situação econômica.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em caso de não recolhimento da Contribuição Negocial Patronal prevista no caput da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL - JULHO/2022

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 07/03/2022, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Confederativa Patronal no valor total de 2 (Dois) pisos salariais da categoria profissional, previsto na cláusula Terceira, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser recolhida de uma só vez até o dia 15 de Julho de 2022, conforme determina o inciso IV, do Art. 8º, da Constituição Federal. A empresa que não recolher até o dia 15 de Julho de 2022, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição, acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL - MAIO/2022

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, recolherão para o Sindicato Patronal, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 07/03/2022, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, uma Contribuição Assistencial Patronal, valor total de 1 (um) piso salarial da categoria profissional, previsto na cláusula Terceira, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser recolhida de uma só vez até o dia 27 de Maio de 2022, nos termos da CR/CNC n.047/2019. A empresa que não recolher até o dia 27 de Maio de 2022, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição, acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL

Considerando que o artigo 578, da CLT, já com a redação dada pela Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista), manteve, outrossim, a previsão da contribuição sindical patronal, e mediante o disposto na nota técnica nº 2/2018, do Ministério Público do Trabalho, assim como recente decisão do TST (autos PMPP-1000356-60.2017.5.00.0000), que outorgaram a possibilidade de cobrança da contribuição sindical para toda a categoria (sejam filiados ou não filiados), fica autorizado previamente, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 07/03/22, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional

representada pelo SEAC-RJ, a cobrança da contribuição sindical patronal, de acordo com as regras previstas na CLT, ora disponibilizada para emissão através do site do SEAC-RJ, www.seac-rj.com.br, ou o site da caixa econômica federal www.caixa.gov.br.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL CONFEDERATIVA LABORAL - ART.8º, IV, CF

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, através do Processo TST-PMPP-1000356-60.2017.5.00.0000, flexibilizaram os descontos da contribuição social com requisito do direito de oposição, prevalecendo, outrossim, o princípio legal do acordado sobre o legislado, as empresas descontarão mensalmente de todos os empregados, a importância no valor de R\$ 10,00 (dez reais) por mês, de cada integrante da categoria profissional, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária do dia 24/02/2022, para os benefícios sociais oferecidos pela Entidade, bem como serviços jurídicos (área trabalhista; vara de família; previdenciária, criminal e homologações); serviços de fiscalização trabalhista (conferência de cálculos trabalhistas; cálculos para aposentadoria; trâmites para aposentadoria junto ao INSS e, acompanhamento do processo) e balcão de emprego, além da manutenção e incremento tecnológico dos cursos e treinamentos para qualificação da mão de obra. O aludido desconto será efetuado nas folhas de pagamento com base no caput do Art. 462, da CLT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A deliberação dos trabalhadores em assembleia será tida como fonte de anuência prévia e expressa dos empregados para efeito de desconto.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As empresas após terem procedido aos descontos da Contribuição Colaborativa Laboral, terão que efetuar o depósito no Banco do Brasil S.A., agência 1251-3, conta corrente nº 707.115-9, e, ou, solicitar o boleto através do **Email homologação@fetherj.org.br**.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As empresas reterão os valores descontados dos seus empregados, até que receba oficialmente da FETHERJ a listagem do(s) empregado(s) que opuseram ao aludido desconto.

PARÁGRAFO QUARTO – A entidade Sindical Laboral deverá enviar ao Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio de Janeiro as atas de assembleia registrando a aprovação da contribuição em favor da FETHERJ, em até 10 (dez) dias contados do dia da realização da Assembleia.

PARÁGRAFO QUINTO – Fica garantido a todo trabalhador pertencente à categoria profissional de Asseio e Conservação o direito de oposição ao referido desconto, no prazo de 10 (dez) dias contados do Protocolo de pedido de registro no MTE.

PARÁGRAFO SEXTO – A manifestação de oposição deverá contar com a identificação legível e a assinatura do empregado, que deverá ser assinado e entregue na sede da entidade sindical ou perante um dirigente ou delegado sindical indicado pelo FETHERJ para tal finalidade, nos municípios onde não haja sub-sede da FETHERJ, e, ou, através de correspondência para a

sede da entidade, através do **Email homologação@fetherj.org.br** somente para os municípios inorganizados em sindicato, sem efeito retroativo.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A FETHERJ encaminhará às Empresas da categoria econômica envolvida, nos dez dias subsequentes ao término do aprazado previsto no Parágrafo Terceiro, a relação dos que se opuseram ao aludido desconto.

PARÁGRAFO OITAVO – A empresa terá que restituir ao(s) seu(s) empregado(s) o valor desconto da Contribuição Social Colaborativa Laboral, no seu contracheque, no mês seguinte ao recebimento da lista do(s) empregado(s) que se opuseram ao aludido desconto, encaminhado pela FETHERJ.

PARÁGRAFO NONO: Esta cláusula passará a ter validade a partir de Junho/2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A federação laboral deverá assumir a total responsabilidade pelo reembolso das empresas, caso sejam demandadas por empregados que não autorizaram o referido desconto ou por decisão judicial.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL - CERSIN

Por força do Artigo 1º, inciso IV, da Constituição Federal, que prevê a valorização social do trabalho, e em atenção aos termos da presente Convenção Coletiva de Trabalho, que resguarda direitos dos empregados contra a prática de precarização de mão de obra, as empresas para participarem em licitações públicas ou privadas, ou ainda para contratarem com órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenentes, individualmente, para qualquer empresa, indistintamente, seja associada ou não, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da contribuição sindical (profissional e econômica);
- b) Recolhimento de todas as taxas e contribuições aqui inseridas;
- c) Cumprimento integral desta Convenção Coletiva de Trabalho;
- d) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e Município;
- e) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A falta de certidão ou vencido seu prazo, que é de 90 (noventa) dias, permitirá às empresas licitantes, bem como aos Sindicatos Convenentes, nos casos de licitação pública ou privada,

alvejarem o processo licitatório por descumprimento das cláusulas convencionadas, por via administrativa e/ou judicial.

PARÁGRAFO QUARTO: Somente será expedida a Certidão de Regularidade Sindical (CERSIN), para a empresa que estiver cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas da presente convenção.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - ALTERAÇÃO CONTRATO DE TRABALHO

Fica acordado entre as partes convenientes, que qualquer alteração no contrato de trabalho, inclusive para convalidar os acordos individuais, se necessário, poderão ser realizados com a aquiescência do Sindicato Laboral, independente de lei e/ou Medida Provisória.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - DIA DO EMPREGADO DE ASSEIO

Fica assegurado o dia 16 de Maio como sendo o "Dia do Empregado de Asseio e Conservação", data esta em que será eleito o Servente-Padrão, ocasião em que ambas as entidades promoverão um evento festivo.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PREVIA DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO-CICPAC

Os Sindicatos Convenientes revalidam a Cláusula Sexagésima Terceira – COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA, da Convenção Coletiva de Trabalho, firmada para o período de 1º de Março de 2021 a 28 de Fevereiro de 2022, com MR013943/2021.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - OBRIGATORIEDADE

Visando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de prestação de serviços, as empresas, obrigatoriamente, deverão levar ao conhecimento dos tomadores de serviços, o inteiro teor da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - REFORMA TRABALHISTA LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017

Os Sindicatos Convenientes acordam que a Lei nº 13.467/17 terá efeito imediato e aplicação integral nos contratos de trabalho em curso, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada, nos termos do artigo 5º, da XXXVI, da Constituição Federal.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - PRINCÍPIOS DA UNICIDADE SINDICAL E VALORIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO

As empresas que venham a prestar serviços de Asseio e Conservação no Município do Rio de Janeiro deverão cumprir integralmente os termos da presente Convenção Coletiva de Trabalho, bem como possíveis Acordos Coletivos de Trabalho firmados com a Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Estado do Rio de Janeiro - FETHERJ, sendo vedado, para todos os fins de direito, em nome dos Princípios Constitucionais da Unicidade Sindical e da valorização social do trabalho, a celebração de qualquer outro Instrumento Normativo firmado com outros entes sindicais e com condições de remuneração salarial inferiores.

PARÁGRAFO ÚNICO: O piso salarial mínimo para a função de servente é no valor de R\$1.430,00 (um mil e quatrocentos e trinta reais), para jornada normal de trabalho prevista no art.7, inciso XIII, da CF, sendo vedado qualquer pacto normativo prevendo piso salarial menor que o previsto na presente convenção coletiva de trabalho.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Considerando-se que a Convenção Coletiva de Trabalho representa direito do empregado, nos termos do Art. 7º, XXVI, da Constituição Federal e, visando a que, conjuntamente, as partes aqui convenionadas possam agir contra irregularidades no cumprimento das obrigações trabalhistas elencadas nesta convenção e nas leis em geral, fica estabelecido que, a qualquer tempo, o Sindicato Laboral e/ou Patronal ou o Sindicato Laboral e/ou qualquer empresa, manifestar-se-ão junto aos clientes tomadores de serviços, quando tiverem ciência de que alguma empresa tenha apresentado preço considerado inexecutável, ou seja, aquele que evidencia clara impossibilidade do cumprimento remuneratório trabalhista e fiscal. Esta ação conjunta e/ou isolada, dependendo de cada situação, ensejará em manifestação escrita junto ao cliente - tomador de serviços de asseio e conservação por parte principalmente do Sindicato Laboral, visando a alertá-lo para a impossibilidade matemático-financeira do preço (inexecutável) cobrir as obrigações trabalhistas e fiscais, coadunando-se, outrossim, com o disposto no Art. 48, II, da Lei nº 8.666 de 21/6/93.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - ANTECIPAÇÃO DA DATA BASE

As partes poderão deliberar sobre a antecipação da data base da categoria de Asseio e Conservação, caso a data base do Salário Mínimo Nacional seja antecipada.

Outras Disposições

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - PERÍODO DE ADAPTAÇÃO À NOVA FUNÇÃO

A empresa poderá alterar o contrato de trabalho do empregado até o prazo de 6 (seis) meses da promoção de cargo, caso o mesmo não tenha se adaptado às rotinas da nova função, ocasião em que, de forma a preservar o emprego, o mesmo será revertido ao cargo efetivo e anteriormente ocupado, inclusive, com o salário anterior à respectiva promoção.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - SESMET COLETIVO

O Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio de Janeiro fica autorizado, para efeito das previsões do subitem 4.14.3, da NR 04 da Portaria 3214/78, a constituir, organizar e administrar “Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho”.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - DO AFASTAMENTO DECORRENTE DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Na hipótese do empregado ser encaminhado ao INSS para recebimento de benefício previdenciário, e tenha este sido negado ou cessado, deverá o mesmo retornar a empresa imediatamente após comunicação do INSS. Fica, outrossim, determinado que o empregado deverá informar a empresa as decisões de deferimento ou indeferimento e/ou demais movimentações de benefícios e/ou aposentadoria, no prazo máximo de 48 horas após comunicação, sob pena de não poder requerer qualquer verba inerente ao período não informado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso o empregado opte por recorrer da decisão do INSS, pelas vias administrativas ou judiciais, e não retorne ao trabalho, deverá o mesmo entregar a empresa, por escrito, a intenção de recurso, ficando durante o período com o contrato de trabalho suspenso até que volte a laborar, cumprindo os tramites legais de retorno ao trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Anualmente, o empregado afastado deverá comunicar a empresa a sua respectiva situação, considerando os efeitos da presente cláusula coletiva de trabalho.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Fica estabelecido que o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas (art. 507-B da CLT), que é uma faculdade dos empregados e empregadores, será firmado pelo Sindicato Laboral, desde que a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas, com a apresentação do CERSIN previsto na cláusula sexagésima terceira da presente convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO: O termo previsto no caput da presente cláusula discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - DO REGISTRO DA NORMA COLETIVA DE TRABALHO

Os Sindicatos Convenientes revalidam o disposto no parágrafo primeiro, do artigo 614 da CLT, determinando que as Convenções e os Acordos entrarão em vigor 3 (três) dias após a data do respectivo protocolo no Ministério do Trabalho e Emprego, criando direitos e obrigações, bem como produzindo seus efeitos legais reconhecidos pelo inciso XXVI, do artigo 7º, da Constituição Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO: O depósito das normas coletivas de trabalho no sistema mediador do MTE, nos termos da imensa jurisprudência do TST (PRECEDENTES), servirá única e exclusivamente para fins de publicidade.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SÉTIMA - PRESERVAÇÃO DO BENEFÍCIO

Os benefícios oferecidos por força dos contratos de prestação de serviços terceirizados, com custeio integral ou parcial por parte da empresa contratante de serviços, como plano de saúde ou odontológico, poderão ser descontinuados em virtude de afastamento formal ou por transferência do empregado de seu antigo posto de serviço para um novo local, onde não haja as mesmas previsões contratuais de trabalho, passando o empregado a receber os benefícios convencionados, nos termos da legislação pertinente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os benefícios previstos na presente cláusula não geram obrigatoriedade para todos os empregados, mas tão somente àqueles vinculados aos contratos de prestação de serviços terceirizados que fizerem tal exigência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso do plano de saúde ou odontológico, de forma a não haver razão de descontinuidade do atendimento ao empregado, a empresa manterá o pagamento pelos 60 dias que sucederem ao respectivo afastamento ou transferência previsto no caput, sendo que após o prazo assinalado de 60 dias, o plano de saúde ou odontológico correrá por conta e responsabilidade exclusiva do empregado, que será comunicado por escrito no ato de seu afastamento ou transferência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos casos de demissão do empregado, o plano de saúde ou odontológico será imediatamente descontinuado.

PARÁGRAFO QUARTO: Na hipótese de substituição ocasional, ou ainda para cobertura de ausências, férias e licenças, os benefícios ofertados por força de contrato de prestação de serviços poderão ser instituídos, a partir do 90º (nonagésimo) dia de trabalho, desde que vinculado ao contrato de prestação de serviços que gera o respectivo direito.

RICARDO COSTA GARCIA

Presidente

SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO

MANOEL MARTINS MEIRELES

Presidente

**FEDERACAO DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO LIMPEZA
URBANA TURISMO E HOSPITALIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FETHERJ**

**ANEXOS
ANEXO I - ATA**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.